



Ministério da Fazenda
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Relatório de Gestão do Exercício de 2015

Ministério da Fazenda
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Relatório de Gestão do
Exercício de 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições: Resolução TCU nº 234/2010 alterada pela Resolução TCU nº 244/2011; Instrução Normativa TCU nº 63/2010 alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013; Decisão Normativa TCU 146/2015; Decisão Normativa TCU 147/2015; Portaria TCU 321/2015 e Portaria CGU 522/2015.

Superintendência de Estratégia e Organização

Fortaleza-Ceará/2016

LISTA DE DIRIGENTES

Presidente - Marcos Costa Holanda

Diretoria de Administração e TI - Eliane Libânio Brasil de Matos

Diretoria de Ativos de Terceiros - Luiz Carlos Everton de Farias

Diretoria de Controle e Risco - Manoel Lucena dos Santos

Diretoria de Desenvolvimento Sustentável - Francisco das Chagas Soares

Diretoria de Negócios - Joaquim Alfredo da Cruz Filho

Diretoria Financeira e de Crédito - Romildo Carneiro Rolim

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública
ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais
API - Análise do Perfil do Investidor
BACEN - Banco Central do Brasil
BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BCB - Banco Central do Brasil
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BSC - Balanced Scorecard
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CAMED - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste
CAPEF - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste
CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho
CC - Aplicação em Crédito Comercial
CEP - Comissão de Ética Pública
CGPAR - Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
CGU - Controladoria-Geral da União
CMN - Conselho Monetário Nacional
COAUDIT - Comitê de Auditoria
CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CODIS - Comitê Disciplinar Superior
COGES - Comitê de Gestão
COMID - Comitê Disciplinar
CONAJ - Célula de Contencioso Jurídico
CONFIS - Conselho Fiscal
CONSAD - Conselho de Administração
COREM - Comitê de Remuneração
COTEC - Comitê de Tecnologia
CR - Captação de Recursos
CRCIC - Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão
CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários
CRMG - Aplicações do CrediAmigo
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DDA - Débito Direto Autorizado
DEST - Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DIREX – Diretoria Executiva
DIRGE - Direção Geral

ECO - Empréstimo Consignado On-line
ERP - Enterprise Resource Planning
ETENE - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FAP - Fator Acidentário de Prevenção
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNDECI - Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GERAT - Gerência de Reestruturação de Ativos
GRI - Global Report Initiative
IEf - Índice de Eficiência
IFT - Informações Financeiras Trimestrais
IFD - Instrumentos Financeiros Derivativos
IFRS - International Financial Reporting Standards
INFOGER - Sistema de Informações Gerenciais
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IRPL - Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido
ITR - Informações Trimestrais
JCP - Juros sobre o Capital Próprio
LCA - Letras de Crédito do Agronegócio
MP - Medida Provisória
MPE - Micro e Pequena Empresa
MPOG - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MPPR - Mini e Pequeno Produtor Rural
MPT - Ministério Público do Trabalho
MTE - Ministério do Trabalho de Emprego
OBTV - Ordem Bancária de Transferência Voluntária
PAC - Plano Anual de Comunicação
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PAR - Proposta de Ajuste do Reembolso
PEC - Plano Estratégico Corporativo
PETI – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PLR - Participação nos Lucros e Resultados
PLS - Plano de Gestão de Logística Sustentável
PME - Pequena e Média Empresa
PPA - Plano Plurianual

PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRSA - Política de Responsabilidade Socioambiental
QC - Qualidade do Crédito
RAT - Risco de Acidente de Trabalho
RBAN - Risco de Taxas de Juros da Carteira Bancária
RD - Resolução da Diretoria
RDR - Sistema de Registro de Demandas do Cidadão
RFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
RVA - Remuneração Variável Anual
SARB - Sistema de Autorregulação Bancária
SAC Banco do Nordeste - Serviço de Apoio ao Cliente do Banco do Nordeste
SEAP - Sistema de Elaboração e Análise de Projetos
SECOM - Secretaria de Comunicação da Presidência da República
SESMT - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho
SGA - Sistema de Gestão Ambiental
SGC - Sistema de Gerenciamento da Cobrança Extrajudicial
SGR - Sistema de Gerenciamento de Recebíveis
SIAC - Sistema Integrado de Administração de Crédito
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAT - Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SISBACEN - Sistema de Informações do Banco Central
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime)
UNIETHOS - Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
URA - Unidade de Resposta Audível

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.4 – Organograma do Banco do Nordeste.....	06
Figura 2.1 – Verticalização do Planejamento Estratégico.....	10
Figura 3.4.a – Organograma da Auditoria Interna do Banco do Nordeste.....	28
Figura 3.4.b – Organograma Simplificado do Banco do Nordeste	29
Figura 6.3 – Mapa Estratégico da Superintendência de TI.....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.6 – Composição Acionária.....	07
Quadro 2.6 – Orçamento de investimentos Banco do Nordeste 2015 (R\$ mil).....	11
Quadro 2.7 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	12
Quadro 3.5.1.a – Alçadas de Apuração de Irregularidade.....	30
Quadro 3.5.1.b – Composição do Comitê Disciplinar Superior - Codis.....	32
Quadro 3.5.1.c – Instâncias Iniciais e Recursais de Acordo com a Função em Comissão do Empregado.....	32
Quadro 3.5.1.d – Instrução de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Outras Demandas.....	33
Quadro 3.7.1 – Proporção de Cada Elemento por Órgão Estatutário.....	37
Quadro 3.7.2 – Avaliação das Diretorias Específicas.....	40
Quadro 3.7.3 – Avaliação Corporativa.....	40
Quadro 3.7.4 – Pontuação do Indicador.....	40
Quadro 3.7.5 – Gradação de Extrapolação de Metas Corporativas.....	42
Quadro 3.7.6 – Evolução do Lucro Líquido, Valor Pago de RVA e de Dividendos, Número de Diretores e Média - Período: 2014 a 2015.....	43
Quadro 3.7.7 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal (R\$ 1,00).....	45
Quadro 3.7.8 – Síntese da Remuneração dos Administradores – Diretoria (R\$ 1,00)...	46
Quadro 3.7.9 – Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho de Administração (R\$ 1,00).....	46
Quadro 3.7.10 – Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho Fiscal (R\$ 1,00).....	47
Quadro 3.7.11 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores (R\$ 1,00).....	47
Quadro 3.9.1 – Evolução do Lucro Líquido, Valor Pago de PLR e de Dividendos, Número de Empregados e Média - Período: 2013 e 2014.....	51
Quadro 3.10 – Participação Acionária de Membros de Colegiados do Banco.....	52
Quadro 4.1 – Comparativo dos Serviços Prestados pelo CRCIC em 2014 e 2015.....	54
Quadro 6.1 – Força de Trabalho do Banco do Nordeste – 2015.....	62
Quadro 6.2 – Distribuição da Lotação Efetiva – 2015.....	63
Quadro 6.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas - 2015.....	63
Quadro 6.4 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal (R\$ 1,00).....	65
Quadro 6.5 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	67
Quadro 6.6 – Composição do Quadro de Estagiários.....	69
Quadro 6.7 – Distribuição da Força de Trabalho de TI.....	72
Quadro 7.3.a – Composição do Comitê Disciplinar Superior (CODIS).....	79
Quadro 7.3.b – Instâncias Iniciais e Recursais de Acordo com a Função em Comissão do Empregado.....	79
Quadro 7.5 – Editais de Patrocínio 2015.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.3 – Participação do Banco do Nordeste na Rede Bancária e Financiamento...	04
Tabela 4.1 – Quantidade de Atendimentos Personalizados.....	55
Tabela 4.2 – Pesquisa de Satisfação Eletrônica.....	56
Tabela 4.3 – Manifestações Recebidas nos anos de 2013 a 2015.....	56
Tabela 4.4 – Origem das Manifestações de Ouvidoria nos Anos de 2013 a 2015.....	57
Tabela 5.1 – Ativos Globais (R\$ milhões).....	59
Tabela 7.6.1 – Despesas com Publicidade.....	81
Tabela 7.6.2 – Valores Contratados e Desembolsados – Publicidade Institucional e Mercadológica	82
Tabela 7.6.3 – Valores Contratados e Desembolsados – Publicidade Legal	82

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice 1.4 - Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Apêndice 1.5 - Macroprocessos Finalísticos

Apêndice 2.1 - Planejamento Estratégico 2015-2018

Apêndice 3.4 - Regulamento Interno da Atividade de Auditoria

Apêndice 5.3 - Caderno de Demonstrações Financeiras Banco do Nordeste 12/2015

Apêndice 6.1 - Distribuição da Força de Trabalho por Macroprocessos e por Unidades

Apêndice 6.2 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Apêndice 6.3 - Principais Sistemas de Informações

Apêndice 6.4 - Principais Treinamentos TI

Apêndice 6.5 - Projetos PETI 2015-2018

Apêndice 6.6 - Projetos COTEC

Apêndice 7.1 - Relatório de Aplicação de Depósitos Especiais do FAT - 2015

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	01
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	03
1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS.....	03
1.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.....	03
1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	03
1.4 ORGANOGRAMA.....	05
1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	07
1.6 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL.....	07
1.7 PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES.....	07
1.8 PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO..	07
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	08
2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	08
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	08
2.1.2 Estágio de implementação do Planejamento Estratégico.....	08
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	09
2.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DOS RESULTADOS DOS PLANOS.....	09
2.2.1 Desempenho Operacional.....	10
2.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	11
2.3.1 Informações sobre a execução das despesas.....	12
3. GOVERNANÇA.....	14
3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.....	14
3.2 INFORMAÇÃO SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS.....	15
3.2.1 Assembleia Geral.....	15
3.2.2 Conselho de Administração.....	15
3.2.3 Diretoria Executiva.....	17
3.2.4 Conselho Fiscal.....	18
3.2.5 Comitê de Auditoria.....	19
3.2.6 Comitê de Remuneração.....	22
3.2.7 Auditoria Interna.....	23
3.2.8 Auditoria Externa.....	23
3.2.9 Controles Internos.....	23
3.2.10 Comissão de Ética.....	24
3.2.11 Demais Comitês.....	25
3.3 POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO.....	25
3.4 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	26
3.4.1 Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da Auditoria Interna.....	26

3.4.2 Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de Auditoria Interna.....	26
3.4.3 Estratégia de atuação em relação à Unidade Central e às unidades ou subunidades descentralizadas.....	27
3.4.4 Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada; de como é feita a escolha do titular; qual o posicionamento da unidade de auditoria interna na estrutura do Banco do Nordeste.....	27
3.4.5 Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações.....	29
3.4.6 Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria sobre riscos considerados elevados, decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência.....	29
3.5 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ÍLICITOS ADMINISTRATIVOS.....	30
3.5.1 Execução das atividades de correção.....	30
3.5.2 Cumprimento da Portaria CGU nº 1.043/2007.....	33
3.6 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	33
3.7 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS.....	36
3.7.1 Política de remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	36
3.7.2 Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.....	39
3.7.3 Demonstrativo da remuneração mensal de membros de Conselhos.....	44
3.7.4 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos.....	46
3.7.5 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores (Diretoria Executiva).....	47
3.8 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA.....	48
3.9 POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS RESULTADOS DA ENTIDADE.....	49
3.9.1 Política de participação dos empregados nos resultados da Empresa.....	49
3.10 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE.....	51
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	53
4.1 CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO.....	53
4.1.1 Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão - CRCIC... ..	53
4.1.2 Ouvidoria.....	56
4.2 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	57
5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	59
5.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO.....	59
5.1.1 Ativos Totais.....	59

5.1.2 Títulos e valores mobiliários	60
5.1.3 Captação de recursos.....	60
5.1.4 Administração de Fundos de Investimento.....	60
5.1.5 Patrimônio Líquido e resultados	60
5.2 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE.....	60
5.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 6.404/76 E NOTAS EXPLICATIVAS.....	61
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	62
6.1 GESTÃO DE PESSOAS.....	62
6.1.1 Estrutura de Pessoal da unidade.....	62
6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	64
6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	66
6.1.3.1 Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos.....	66
6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários.....	68
6.1.4.1 Contratação de Pessoal de Apoio.....	68
6.1.4.2 Composição do quadro de estagiários.....	69
6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA.....	69
6.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	70
6.3.1 Principais projetos de portfólio do Plano Estratégico de TI - Peti.....	73
6.3.2 Principais projetos de portfólio do Comitê de Tecnologia - Cotec.....	73
6.3.3 Sistema Integrado ERP.....	73
6.3.4 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para o Banco.....	73
6.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	74
6.4.1 Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pelo Banco....	74
6.4.2 Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P.....	75
6.4.3 Separação dos resíduos recicláveis descartados (Decreto 5.940/2006).....	75
6.4.4 Contratações realizadas e Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente.....	75
6.4.5 Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.....	75
6.4.6 Análise crítica da atuação do Banco quanto ao tema.....	76
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	77
7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	77
7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	77
7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO.....	78
7.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O ART. 5º DA LEI 8.666/1993.....	80
7.5 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PATROCÍNIO.....	80
7.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA..	80

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2015, é peça integrante da Prestação de Contas Anual do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Banco do Nordeste) e objetiva demonstrar, por meio de resultados econômicos, sociais e financeiros de atuação, uma visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão do Banco, em cumprimento à determinação legal do Tribunal de Contas da União - TCU.

A organização e a apresentação deste Relatório obedecem às disposições da Resolução TCU nº 234/2010 alterada pela Resolução TCU nº 244/2011; Instrução Normativa TCU nº 63/2010 alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013; Decisão Normativa TCU 146/2015; Decisão Normativa TCU 147/2015; Portaria TCU 321/2015 e Portaria CGU 522/2015.

Principais Realizações da Gestão em 2015

A seguir, alguns destaques na gestão do Banco do Nordeste, durante o exercício financeiro de 2015:

- Alcance de Patrimônio Líquido de R\$ 2,8 bilhões, com rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio de 10,3% a.a.;
- Elevação em R\$ 633,9 milhões nas receitas com operações de crédito;
- Crescimento de R\$ 730 milhões nas operações com títulos e valores mobiliários;
- Aumento de R\$ 180 milhões nas receitas de prestação de serviços;
- Alcance de Índice de Basileia de 14,2% em dez/2015 frente a uma exigência mínima de 11%;
- Acréscimo de 8,4% (R\$ 3.216,9 milhões) nos ativos globais em relação ao final de 2014;
- Aplicação de R\$ 24,1 bilhões na sua área de jurisdição;
- Aplicação de R\$ 11,4 bilhões por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE;
- Alcance de 60% do total do crédito de longo prazo e 57% do total do crédito rural aplicado na região Nordeste;
- Alcance de 2 milhões de clientes no Programa CrediAmigo, com R\$ 8 bilhões em desembolsos;
- O Agroamigo tornou-se o maior programa de microfinança rural da América Latina, com 448.593 contratações para um total de R\$ 1,8 bilhão de crédito;
- Lançamento de uma série de Cartões Empresariais que ofertam capital de giro e que podem ainda ser utilizados como cartão de crédito;

- Fortalecimento de sua identidade e em linha com os principais bancos de desenvolvimento do mundo, o Banco do Nordeste criou o cargo de Economista-Chefe, a quem caberá a responsabilidade de resgatar o papel do Banco como principal protagonista dos debates sobre a Região e o desenvolvimento regional;
- Reafirmação do compromisso com a ética e integridade, por meio da adoção de um Lema de Ética, elaborado e implantado pelo seu valoroso corpo de funcionários;
- Concepção de um novo Mapa Estratégico e um novo Programa de Ação, baseados na Gestão para Resultados, na meritocracia e no compromisso de tornar-se uma instituição imprescindível para o desenvolvimento do Nordeste.
- Elaboração da Política de Responsabilidade Sócio Ambiental.

Principais Dificuldades Encontradas

Não obstante as realizações destacadas no tópico anterior, o Banco do Nordeste se deparou com alguns desafios no contexto de sua atuação, tais como: a continuidade de uma das mais severas secas da história recente, a elevação das taxas de juros, o acirramento da concorrência, o ambiente econômico com elevada incerteza e o arcabouço legal que, não raro, pela sua complexidade, impõe ajustes com dispêndios adicionais de tempo e recursos.

CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Banco do Nordeste é o Banco de desenvolvimento da região Nordeste, com área de atuação legal que compreende também o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Atua como agente do Governo Federal na execução de políticas públicas e programas de desenvolvimento, oferecendo financiamentos com taxas de juros competitivas para empreendedores, independente de seu porte.

As operações do Banco do Nordeste estão centradas nos setores produtivos, principalmente por meio de financiamentos de longo prazo, empréstimos de curto prazo, operações de microfinanças e de mercado de capitais.

1.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

O Banco do Nordeste foi criado Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952. Compete ao Banco exercer as atribuições que lhe forem conferidas em lei, especialmente aquelas previstas no Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.1974 e na Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

Dentre outras atribuições, compete ao Banco do Nordeste administrar o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, criado pela Constituição Federal de 1988 e instituído pela Lei Federal nº 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, e tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

O Banco do Nordeste é também o agente operador, financeiro e administrador da carteira de títulos do Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.1974, reformulado pela Lei nº 8.167, de 16.01.1991, que sofreu modificações em função da edição da MP nº 2.199, de 24.08.2001 (reedição da MP 2058, de 23.08.2000). Os recursos do Finor são aplicados sob a forma de subscrição de ações e de debêntures, conversíveis ou não em ações, de emissão das empresas que tenham sido consideradas aptas para receber incentivos fiscais pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene.

1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Para atender aos 1.990 municípios de sua área de atuação, o Banco do Nordeste conta com uma rede de 293 agências, correspondendo a 7,4% da rede bancária da Região, apresentando participação de 58,4% no volume total de financiamento de longo prazo, sendo de 57,3% a participação nos financiamentos rurais e agroindustriais (crédito rural).

A Tabela 1.3, a seguir, apresenta as agências do Banco por Estado com suas respectivas participações nos financiamentos.

Tabela 1.3 - Participação do Banco do Nordeste na Rede Bancária e Financiamento

Unidades Geográficas UF	Agências Bancárias		Banco do Nordeste/ Rede Bancária (%)	Participação nos financiamentos ²	
	Total	Banco do Nordeste ¹		Longo Prazo ³	Crédito Rural
Alagoas	200	16	8,0%	75,6%	58,3%
Bahia	1.100	61	5,5%	49,1%	46,8%
Ceará	505	47	9,3%	66,9%	78,8%
Espírito Santo	96	5	5,2%	48,7%	11,7%
Maranhão	359	30	8,4%	62,6%	61,9%
Minas Gerais	223	17	7,6%	77,8%	46,0%
Paraíba	243	20	8,2%	64,2%	74,3%
Pernambuco	617	40	6,5%	60,9%	67,1%
Piauí	174	19	10,9%	48,1%	83,7%
Rio Grande do Norte	209	20	9,6%	62,0%	76,0%
Sergipe	216	18	8,3%	69,3%	74,3%
Total	3.942	293	7,4%	58,4%	57,3%

Fontes: SISBACEN - Banco Central do Brasil e Sistema 440 - Banco do Nordeste.

Notas:

(1) Região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. Exceto Extrarregionais (2 agências).

(2) Bancos contemplados nos dados do Sistema de Informações do Banco Central - Sisbacen: bancos comerciais e bancos múltiplos com carteira comercial. Os financiamentos do FNE foram acrescidos aos dados do Sisbacen e do Banco do Nordeste.

(3) Inclusive financiamentos rurais e agroindustriais (Crédito rural).

O Banco atende empresas de todos os portes (*Corporate*, Grande e Média, Micro e Pequenas empresas) e segmentos do setor rural (Agronegócio, Pequeno e Miniprodutor Rural e Agricultura Familiar), bem como ao setor de microfinanças com os programas CrediAmigo (urbano) e Agroamigo (rural). Contempla, também, em seu *portfolio* de clientes os segmentos Pessoa Física e Governo, este último para atender instituições do setor público da administração pública direta e indireta.

O Banco do Nordeste atua: operando e gerindo fundos e programas do governo brasileiro, incluindo o FNE, FDNE e o Finor; como agente de crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf; e como operador do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE.

Os principais produtos e serviços do Banco são:

- Operações voltadas a melhorias na infraestrutura, para os governos a nível estadual, municipal e federal;
- Operações de crédito para micro, pequenas, médias e grandes empresas, incluindo:
 - ✓ Operações industriais para aquisição de máquinas, equipamentos e matérias-primas e para modernizações de plantas, entre outros;
 - ✓ Operações comerciais a empresas de varejo, de atacado e de serviços;
 - ✓ Operações rurais e para o agronegócio;
 - ✓ Operações de microcrédito para empreendedores urbanos e agricultores familiares.
- Gestão de *portfolio* e análise de crédito para fundos e programas do governo;
- Serviços bancários, que consistem na oferta de contas de poupança, depósitos a vista e a prazo, custódia de títulos, operações de câmbio, transferências eletrônicas, serviços de cobrança, cartão de crédito, entre outros;

- Operações de Mercado de Capitais, com a estruturação e distribuição de títulos e valores mobiliários locais de curto e longo prazo como debêntures, notas promissórias, Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, entre outros;
- Gestão de ativos, consistindo na gestão de ativos de terceiros para pequenos, médios e grandes investidores.

1.4 ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional do Banco é composta por órgãos estatutários, colegiados e unidades organizacionais, estando representada na Figura 1.4 - Organograma do Banco do Nordeste.

A seguir, breve descrição da composição do Banco:

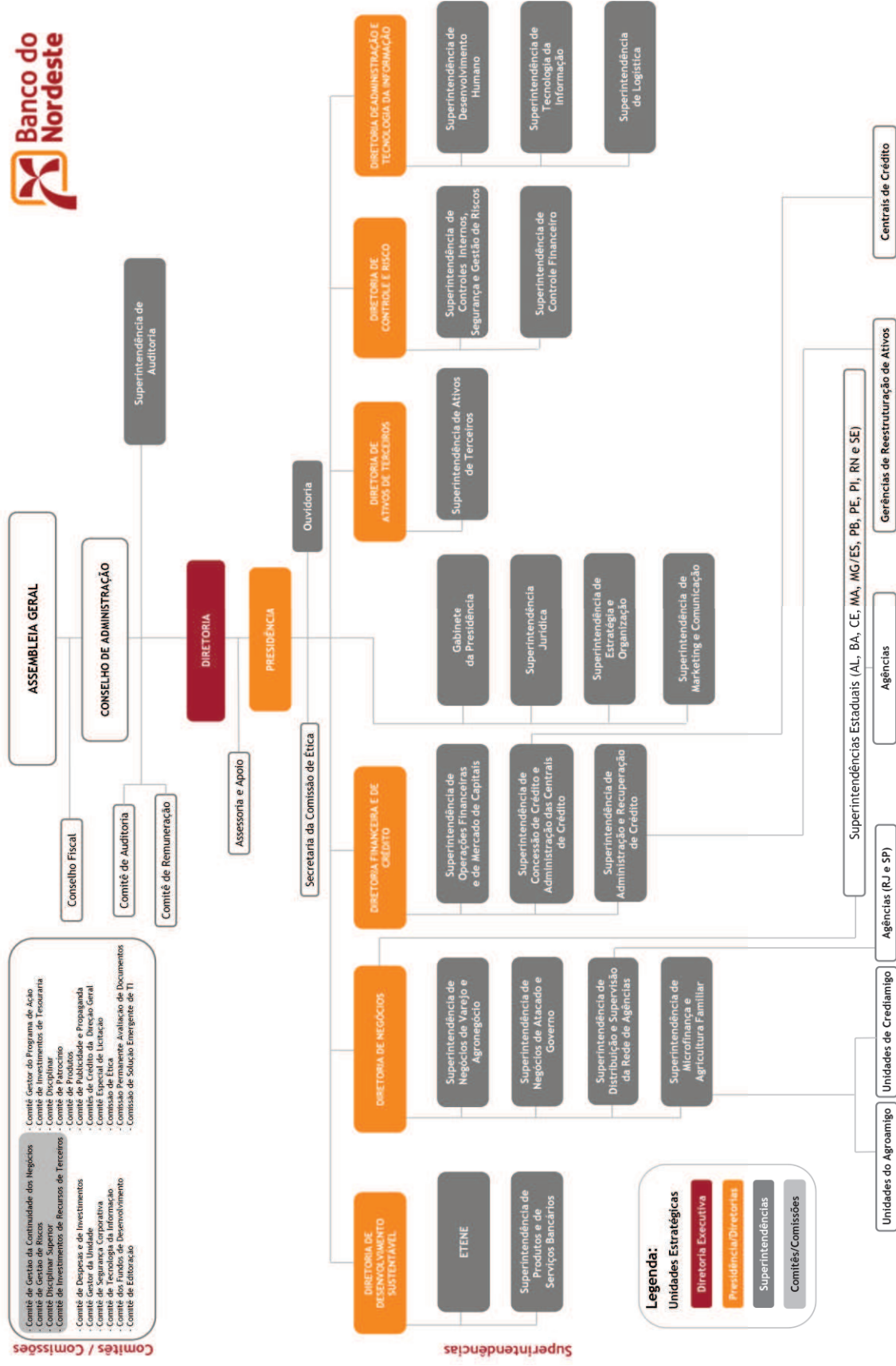
- Órgãos estatutários: compõem a estrutura de governança corporativa do Banco do Nordeste. São eles: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Diretoria Executiva;
- Colegiados: realizam a tomada de decisão no âmbito da oportunidade e conveniência da ação administrativa, em consonância com os princípios da administração pública federal. Referem-se aos Comitês e Comissões, apresentados no **Apêndice 1.2** – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas;
- Unidades Organizacionais: atuam no desenvolvimento e operacionalização dos negócios e processos do Banco do Nordeste. Subdividem-se em quatro grupos: Direção Geral – Dirge, Centrais da Direção Geral, Unidades de Negócios e Centrais das Unidades de Negócios. As relações entre as unidades organizacionais do Banco do Nordeste estão evidenciadas no organograma que está na Figura 1.4 – Organograma do Banco do Nordeste.

Em 2015, a Diretoria Executiva aprovou revisões estruturais buscando maior alinhamento aos objetivos estratégicos da instituição, elevação da capacidade operacional e gerencial das unidades frente às demandas e melhoria dos controles internos, além do fortalecimento da governança corporativa e dos controles internos. Destacam-se como ações estratégicas adotadas no decurso de 2015 as alterações de estrutura organizacional das seguintes unidades administrativas:

- Superintendência de Estratégia e Organização;
- Diretoria Financeira e de Crédito, visando ao aprimoramento do modelo organizacional para gestão do crédito do Banco;
- Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene, para adequação e valorização do quadro técnico de empregados.

As informações sobre as áreas ou subunidades estratégicas estão no **Apêndice 1.4**, no qual foram destacadas as unidades estratégicas do Banco. Na Figura 1.4, a seguir, apresenta-se o organograma do Banco e estão destacadas as unidades estratégicas e identificadas por legenda.

Figura 1.4 - Organograma do Banco do Nordeste



Fonte: Ambiente de Arquitetura Organizacional e de Processos – Banco do Nordeste (2015)

1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

As informações sobre os Macroprocessos Finalísticos estão no **Apêndice 1.5**.

1.6 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

No Quadro 1.6, a seguir, apresenta-se a composição acionária do Banco do Nordeste.

Quadro 1.6 Composição Acionária

Denominação completa:			
Banco do Nordeste do Brasil S.A.			
Ações Ordinárias (%)		Posição em	
ACIONISTAS		31.12.2015	31.12.2014
Governo	Tesouro Nacional	51,0000	51,0000
	Outras Entidades Governamentais	48,3286	48,3383
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	0,3140	0,3130
	Ações em Tesouraria	0,0000	0,0000
	% Governo	99,6426	99,6513
Free Float	Pessoas Físicas	0,3190	0,3109
	Pessoas Jurídicas	0,0384	0,0378
	Capital Estrangeiro	0,0000	0,0000
	% free float	0,3574	0,3487
Subtotal Ordinárias (%)		100,0000	100,0000
Total		100,00%	100,00%

Fonte: Ambiente de Mercado de Capitais – Banco do Nordeste (2015).

1.7 - PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES

Banco do Nordeste como investidor - na posição de 31.12.2015 não existe participação total do Banco no capital social de nenhuma empresa, cujo percentual ultrapasse 10% do Patrimônio Líquido.

1.8 - PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. informa que não houve ocorrência de eventos relevantes no exercício de 2015.

CAPÍTULO 2

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos estratégicos do Banco do Nordeste são organizados em cinco perspectivas (institucional, financeira, clientes, processos e competências) e são mensurados por indicadores corporativos. Para 2015, foram definidos 22 objetivos estratégicos mensurados por 42 indicadores. Com a estratégia definida no Planejamento Estratégico, o Banco do Nordeste realiza anualmente o desdobramento em planos tático (Programa de Ação das Unidades da Direção Geral) e operacional (Programa de Ação das Superintendências e Agências).

Os planos para o período 2015 – 2018 sofreram uma única revisão durante o ano de 2015, que contemplou a exclusão do objetivo estratégico “19 - Aprimorar o processo de geração, administração e difusão de informações estratégicas”.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O processo de planejamento do Banco do Nordeste está consolidado nos níveis estratégico, tático e operacional nas fases de formulação, execução de planos, monitoramento e avaliação de resultados. O Planejamento Estratégico elaborado para o período 2015 - 2018 consistiu nas seguintes etapas:

- Análise externa - foram realizados estudos de cenários prospectivos macroeconômico, regional e político-institucional, como também, o cenário de Tecnologia da Informação e o cenário da Indústria Bancária;
- Análise interna - no âmbito interno, que leva em consideração a abordagem de recursos estratégicos, com reflexo na competitividade e na diferenciação do Banco no mercado, foram realizadas as avaliações do Planejamento Estratégico e do Programa de Ação – 2014, com indicação do nível de cumprimento das metas e dos fatores que contribuíram para os resultados alcançados; a análise mercadológica, compreendendo aspectos como participação de mercado, análise da concorrência, *portfolio* de produtos e serviços, segmentação, canais de atendimento e marca; a avaliação dos programas de financiamento, quanto aos impactos diretos e indiretos sociais, econômicos e ambientais; a avaliação do desempenho econômico-financeiro do Banco, compreendendo aspectos como ativos, passivos, Basileia, risco de crédito e inadimplência, indicadores de desempenho, resultado operacional do Banco e das agências; e as estimativas de metas por segmento e por produto.
- A partir das análises e avaliações, consolidadas na matriz de oportunidades, ameaças, forças e fraquezas, e da recepção de sugestões de reprogramação de metas feitas pelas unidades gestoras de produtos e de segmentos, foram realizadas novas projeções de resultados, alterações de objetivos, metas e indicadores estratégicos corporativos, bem como a atualização das definições do Programa de Ação para 2015, que são delineados para consolidar o posicionamento estratégico e destinam-se a maximizar os resultados quantitativos e qualitativos do Banco do Nordeste.

Todas as etapas do processo de Planejamento 2015-2018 foram concluídas e finalizadas com a avaliação dos resultados da empresa. Com base nas constatações identificadas ao final de 2015 foi possível iniciar o novo processo de planejamento para o próximo período.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O Banco do Nordeste, em consonância com a sua responsabilidade institucional, desempenha papel de agente executor de políticas públicas governamentais, por meio da concessão de créditos, alinhados aos Programas, Objetivos e Metas previamente definidos pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG e pelos Ministérios executores das políticas públicas.

O Banco do Nordeste é responsável pela condução de Iniciativas e Ações de Investimento, vinculadas a diversos Programas de Governo, e contribui para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos por meio de 15 (quinze) Iniciativas (com financiamentos vinculados), e 5 (cinco) Ações do Orçamento de Investimentos das Estatais, inseridas em 13 (treze) Programas de Governo de diversos Ministérios, sendo 11(once) Programas Temáticos e 2 (dois) Programas de Gestão, Manutenção e Serviços.

2.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DOS RESULTADOS DOS PLANOS

Diante da abrangência corporativa do Planejamento Estratégico, a gestão dos indicadores e metas dos objetivos estratégicos e projetos propicia a melhor monitoração, por parte da Administração do Banco, dos grandes resultados a alcançar pela instituição no período de quatro anos. Dentro do pressuposto de verticalização da estratégia corporativa, tais objetivos são desdobrados em variáveis do Programa de Ação, contemplando Unidades de Negócios, Direção Geral, Centrais e Gerências Estaduais.

A gestão do desempenho do Planejamento Estratégico tem sido realizada por meio do monitoramento e avaliação dos indicadores relativos aos objetivos estratégicos e aos projetos estratégicos, bem como das variáveis e metas dos Programas de Ação, através de ferramentas corporativas sistematizadas de controle. O processo de monitoramento e avaliação dos resultados alcançados é executado em todos os níveis, e identificados eventos externos e fatores críticos internos que impactam estes resultados, permitindo a revisão do direcionamento estratégico.

No tocante à verticalização do planejamento estratégico, foi realizado um conjunto de ações orientadas para execução da estratégia definida para o período de 2015-2018, utilizando os pressupostos referendados pela metodologia de execução estratégica do *Balanced Scorecard* - BSC, quais sejam: comunicação e educação, estabelecimento de metas e sistemas de compensação, conforme demonstrado na Figura 2.1, a seguir.

Figura 2.1 - Verticalização do Planejamento Estratégico



Fonte: Ambiente de Planejamento - Banco do Nordeste (2015)

A comunicação e educação visam disseminar o planejamento estratégico do Banco a todos os funcionários e estimular nas equipes um comportamento voltado para o alcance dos objetivos estratégicos a partir da contribuição de cada Unidade.

O estabelecimento de metas traduz os objetivos estratégicos em objetivos e indicadores para todas as unidades do Banco (Agências e Superintendências Estaduais, Unidades da Direção Geral, Centrais, Células de Contencioso Jurídico - CONAJ, Gerências de Reestruturação de Ativos - GERAT e Unidades do CrediAmigo).

O sistema de compensação alinha a política de reconhecimento ao alcance dos objetivos estratégicos.

2.2.1 Desempenho Operacional

Este item e o **Apêndice 2.1 - Planejamento Estratégico 2015-2018 - Objetivos, metas e resultados dos indicadores em 2015** contemplam a análise dos resultados dos indicadores e variáveis do Planejamento Estratégico do Banco do Nordeste em 2015, nas seguintes dimensões: Institucional, Financeira, Clientes, Processo e Competências. Estas informações estão sujeitas a sigilo, com base no Art. 5º e Art. 6º do Decreto da Presidência da República nº 7.724, de 16.05.2012, estando disponíveis no Ambiente de Planejamento do Banco do Nordeste, para consulta dos órgãos de controle interno e externo.

2.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Em conformidade com a legislação vigente, a programação orçamentária do Banco para o exercício de 2015 contemplou o Orçamento de Investimentos, conforme Quadro 2.6, a seguir:

Quadro 2.6 - Orçamento de Investimentos Banco do Nordeste 2015 (R\$ mil)

Item	Descrição	Programado	Realizado
23694 0781 4106	Manutenção da infraestrutura de atendimento	45.084	19.393
23694 0781 3252	Instalação de pontos de atendimento bancário	19.300	693
23122 0807 4101	Manutenção e adequação de bens imóveis	5.808	3.141
23122 0807 4102	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	20.972	3.327
23126 0807 4103	Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento	39.698	14.021
TOTAL		130.863	40.576

Fonte: Ambiente de Controladoria – Banco do Nordeste.

As inversões previstas (R\$ 130,8 milhões) tiveram um percentual de realização de 31% (R\$ 40,5 milhões) apresentando como principais motivos os expostos adiante:

- O adiamento pela Diretoria Executiva do Banco das licitações relativas às reformas de 35 agências existentes, que se realizarão a partir do primeiro semestre de 2016. Com isso, o valor realizado se restringiu às intervenções de menor porte realizadas em unidades em estado de conservação mais precário, adiando-se a realização de parte dos investimentos para 2016;
- A redução da quantidade de agências a serem abertas, com revisão do escopo do projeto de novas agências. Da previsão inicial de 49 novas unidades, 17 foram sobrestadas. E da previsão seguinte de 32, apenas 07 agências foram instaladas no decorrer do ano, principalmente em função de atrasos nas obras sob responsabilidade dos investidores. Além disso, diversos móveis e equipamentos adquiridos de forma corporativa, destinados às novas agências, ainda não foram recebidos ou contabilizados no final do ano, o que causou a redução do percentual realizado. A abertura dessas agências, bem como os investimentos correspondentes, foi reprogramada para 2016;
- A não realização das reformas gerais das 35 agências inicialmente programadas para 2015 causou também o adiamento das aquisições de móveis e equipamentos para essas unidades, o que contribuiu também para a redução do percentual realizado;
- Adiamento para 2016 e 2017 de alguns projetos de maior porte, a exemplo do *retrofit* das instalações e equipamentos do sistema de ar condicionado e da instalação da Usina de Geração de Energia do Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas, em Fortaleza;
- Replanejamento do “Projeto ERP” – o contrato tinha inicialmente uma previsão de dispêndios para 2015 de aproximadamente R\$ 11,2 milhões. No entanto, não foram realizadas entregas e o projeto teve seus dispêndios reprogramados para 2016 e 2017;
- Alteração da forma de contratação do projeto de *Upgrade* do *mainframe*: inicialmente planejado em R\$ 12 milhões, a alteração da forma de contratação para *leasing*, teve impacto

no valor realizado de investimentos, vez que o valor do *mainframe* foi contabilizado em contas de despesa e não mais como investimento;

- A não aquisição de solução de cofre de senhas, estimada em R\$ 2 milhões, implicando em replanejamento do valor para 2017.

2.3.1 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 2.7 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c)	344.574.056	263.937.088	344.574.056	263.937.088
a) Tomada de Preços	2.082.391	1.942.293	2.082.391	1.942.293
b) Concorrência	25.827.237	44.606.847	25.827.237	44.606.847
c) Pregão	316.664.428	217.387.948	316.664.428	217.387.948
2. Contratações Diretas (d+e+f)	114.917.676	104.784.868	114.917.676	104.784.868
d.1) Dispensa	40.225.426	37.344.857	40.225.426	37.344.857
d.2) Inexigibilidade	71.636.740	62.477.642	71.636.740	62.477.642
e) Dispensa por Valor	2.134.757	1.685.283	2.134.757	1.685.283
f) Adesão à Ata de Registros de Preços	920.753	3.277.086	920.753	3.277.086
3. Regime de Execução Especial	20.158	23.870	20.158	23.870
g) Suprimento de Fundos	20.158	23.870	20.158	23.870
4. Pagamento de Pessoal (h+i)	1.454.395.164	1.333.061.619	1.454.395.164	1.333.061.619
h) Pagamento em Folha	1.437.282.065,89 ⁽²⁾	1.318.971.922,74 ⁽¹⁾	1.437.282.065,89 ⁽²⁾	1.318.971.922,74 ⁽¹⁾
i) Diárias	17.113.097,79 ⁽³⁾	14.089.696,58 ⁽³⁾	17.113.097,79 ⁽³⁾	14.089.696,58 ⁽³⁾
5. Outros	0	0	0	0
6. Total (1+2+3+4+5)	1.913.907.053	1.701.807.445	1.913.907.053	1.701.807.445

Fontes: Ambiente de Controladoria. Ambiente de Gestão de Pessoas. Ambiente de Assessoria a Comitês e Colegiados Estatutários – Banco do Nordeste.

Notas:

- (1) Estão incluídos os valores de R\$ 5.958.222,29 referentes às despesas da Diretoria Executiva, R\$ 1.441.184,32 dos membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e Comitê de Auditoria e R\$ 6.272.544,83 de estagiários, respectivamente.
- (2) Estão incluídos os valores de R\$ 6.625.767,10 referentes às despesas da Diretoria Executiva, R\$ 1.652.928,42 dos membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e Comitê de Auditoria e R\$ 8.395.003,20 de estagiários, respectivamente.
- (3) Estão incluídas as despesas de diárias com empregados do Banco, diretores, conselheiros e contratado a termo.

Análise Crítica

O Quadro 2.7 foi elaborado com base nas “Orientações para elaboração do conteúdo do item informações sobre a execução das despesas” disponibilizadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU, com exclusão das modalidades de licitação “Convite”, “Concurso”, “Consulta” e “Regime Diferenciado de Contratações Públicas”, haja vista o Banco do Nordeste não ter realizado nos exercícios de 2014 e 2015 contratações nestas modalidades.

A análise dos dados do Quadro 2.7 revela que em 2014 o orçamento do Banco gerou 72% de contratação em modalidades de licitação e 28% em contratações diretas. Já em 2015 as licitações responderam por 75% contra 25% em contratações diretas.

O item Regime de Execução Especial – Suprimento de Fundos contempla as *despesas* de representação efetuadas com cartões de crédito corporativos, tendo-se evidenciado uma redução de 15,55% nesse tipo de despesa, em termos nominais.

A elevação das despesas com pessoal em relação ao ano de 2014 decorreu, principalmente, dos efeitos do acordo coletivo com reajuste salarial de 10% incidente sobre os valores de todas as verbas salariais praticados em agosto/2015 com repercussão nos benefícios e nos encargos e da admissão de novos empregados.

A elevação das despesas com diárias em relação ao ano de 2014 decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: aumento do número de empregados, quantidade de treinamentos internos para inserção desses novos empregados à cultura organizacional do Banco e capacitação do corpo funcional em geral e da ampliação do quantitativo de unidades de negócios do Banco, além do reajuste aplicado na tabela de diárias.

CAPÍTULO 3

GOVERNANÇA

3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A Governança no Setor Público é compreendida como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para AVALIAR, DIRECIONAR e MONITORAR a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (disponível em: <http://www.tcu.gov.br/governanca>).

Neste sentido, o Banco do Nordeste, como entidade da Administração Pública Indireta, mantém, em sua estrutura de Governança Corporativa, órgãos que visam avaliar, direcionar e monitorar a sua gestão. Nesta ordenação estão presentes o **Conselho de Administração**, assessorado pelos Comitês de Auditoria e de Remuneração e pela Auditoria Interna, a **Diretoria Executiva** e uma **Comissão de Ética**.

A estrutura de Governança Corporativa do Banco está assim apresentada:

- Assembleia Geral;
- Conselho de Administração;
- Diretoria Executiva;
- Conselho Fiscal;
- Comitê de Auditoria;
- Comitê de Remuneração;
- Auditoria Interna;
- Controles Internos;
- Comissão de Ética;
- Auditoria Externa.

A estrutura de governança do Banco está alicerçada em seu Estatuto Social, que é o instrumento que regulamenta as relações sociais dentro das companhias de capital aberto (conforme a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976). Referido documento foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 09.12.1980 e desde então vem sendo alterado para adaptação às exigências de mercado e às normas do Sistema Financeiro Nacional. A versão do Estatuto Social utilizada como referência para este Relatório é aquela aprovada em Assembleia Geral em 16.10.2015 e registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará em 28.01.2016¹ disponível na Internet em <http://www.bnb.gov.br/estatuto-social>.

Além do Estatuto Social, o Banco do Nordeste possui o seu Código de Ética, instrumento norteador dos relacionamentos internos e externos com os diversos segmentos da sociedade, contribuindo, também, para o aperfeiçoamento das normas de conduta profissional e a prática de elevado padrão ético.

O Banco mantém política de tomada de decisões colegiadas em todas as suas unidades com o propósito de assegurar o fortalecimento e proporcionar maior segurança à governança da Instituição. Para tanto, são utilizados comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que visam à mitigação dos riscos associados ao processo de tomada de decisão.

¹ A última versão do Estatuto Social do Banco do Nordeste foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 31.03.2016, e atualmente em processo de homologação pelo Banco Central, portanto ainda não registrada na Junta Comercial.

3.2 INFORMAÇÃO SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

Segue adiante descrição das instâncias da Governança Corporativa do Banco do Nordeste.

3.2.1 Assembleia Geral

A Assembleia Geral detém poderes para decidir sobre todos os negócios de interesse da sociedade e para tomar as resoluções que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento.

A convocação, instalação e deliberação acontecem de acordo com a legislação em vigor e as normas dispostas nos Arts. 7º ao 10º do Estatuto Social do Banco.

A Assembleia Geral de Acionistas será convocada por deliberação do Conselho de Administração ou, nas hipóteses admitidas em lei, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal, por grupo de acionistas ou por acionista isoladamente. Referida convocação é feita mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do Estatuto, a especificação da matéria que será objeto da deliberação.

Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Banco, por seu substituto ou, na ausência ou impedimento de ambos, por um dos acionistas presentes, escolhido pelos demais. O presidente da mesa convidará dois acionistas para atuarem como secretários da Assembleia Geral.

Além das atribuições previstas em lei, à Assembleia Geral compete:

- Reformar o Estatuto Social;
- Eleger e destituir, a qualquer tempo, os administradores e conselheiros fiscais do Banco, ressalvado o disposto no inciso II do art. 20 deste Estatuto;
- Tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas por eles;
- Suspender o exercício dos direitos dos acionistas;
- Fixar os honorários dos membros da Diretoria Executiva, quando não estabelecidos por regulamentação federal;
- Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração;
- Aumentar seu capital social por subscrição de novas ações;
- Renunciar aos direitos de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de empresas controladas;
- Vender debêntures conversíveis em ações de sua titularidade de emissão em empresas controladas;
- Alienar, no todo ou em parte, ações do seu capital social ou de suas controladas;
- Emitir valores mobiliários no País ou no exterior, devendo ser observada a legislação vigente no país em que for realizada a respectiva emissão;
- Promover operações de transformação, cisão, fusão ou incorporação que envolvam empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, controladas direta ou indiretamente pela União;
- Exercer outros poderes conferidos pela lei.

3.2.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada que fixa a orientação geral da política administrativa e operacional do Banco, sendo composto por 06 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral.

A composição do Colegiado deve obedecer ainda os seguintes requisitos: 02 (dois) membros indicados pelo Ministro do Estado da Fazenda; 01 (um) membro indicado pelo Ministro do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; 01 (um) membro indicado pelos acionistas minoritários, detentores de ações ordinárias; 01 (um) membro representante dos empregados do Banco; e o Presidente do Banco, na condição de membro nato. As normas que dispõem sobre o Colegiado estão nos arts. 17 a 21 do Estatuto Social do Banco.

Atualmente, a vaga de conselheiro representante dos empregados é ocupada por indicado do Ministério do Estado da Fazenda e está em curso o processo eleitoral para preenchimento definitivo do cargo.

O Conselho de Administração deverá ser integrado de brasileiros, residentes no País, dotados de notórios conhecimentos, inclusive sobre as melhores práticas de governança corporativa, reputação ilibada, experiência e capacidade técnica compatível com o cargo (Art. 11, do Estatuto Social).

A Presidência do Colegiado é escolhida por seus pares, dentre os membros indicados pelo Ministro do Estado da Fazenda, conforme art. 17 § 4º, do Estatuto Social. O Presidente do Banco não poderá assumir a presidência do colegiado, mesmo que interinamente.

O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração é de 03 (três) anos, permitida a recondução. O prazo prorrogar-se-á até a investidura dos novos membros.

O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que julgado conveniente ou necessário, desde que exista o quorum de 04 (quatro) membros. As reuniões são convocadas pelo Presidente do Conselho, o qual deliberará por maioria de votos, cabendo ao Presidente, além do voto pessoal, o de qualidade.

As atribuições deste Conselho são:

- Fixar a orientação geral dos negócios do Banco;
- Eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva, e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto no Estatuto;
- Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar os livros e papéis, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos;
- Autorizar o Presidente do Colegiado a convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, a Assembleia Geral Extraordinária;
- Manifestar-se sobre o relatório da Administração e sobre as contas da Diretoria Executiva;
- Deliberar sobre a criação e a extinção de agências, sucursais, filiais, representações, escritórios, dependências, correspondentes e outros pontos de atendimento em outra praça da região Nordeste e das demais regiões do País e no exterior, observados os requisitos legais;
- Manifestar-se, previamente, sobre contratos de alienação ou aquisição de bens do ativo permanente e sobre qualquer operação de crédito ou de prestação de garantias para clientes, ou grupos econômicos dos quais estes façam parte, cuja exposição do Banco nestes, já incluída a operação em análise, seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido, respeitado o limite legal;
- Autorizar, observadas as regras e dispositivos legais relacionados às licitações, a contratação de auditores independentes, bem como a rescisão dos respectivos contratos;
- Autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva do Banco e *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários;

- Manifestar-se, mediante proposta da Diretoria Executiva, sobre designação ou dispensa de titular da Superintendência de Auditoria Interna;
- Nomear e destituir os membros do Comitê de Auditoria, fixando-lhes a remuneração, bem como aprovar o respectivo regimento interno;
- Nomear e destituir os membros do Comitê de Remuneração, bem como aprovar o respectivo regimento interno;
- Assegurar que os membros do Comitê de Remuneração cumpram os requisitos exigidos pela legislação e regulamentação específica;
- Manifestar-se sobre alterações no Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante proposta da Diretoria Executiva;
- Designar e destituir, a qualquer tempo, mediante proposta da Diretoria Executiva, o titular da Superintendência de Ouvidoria;
- Criar comitês de suporte ao Colegiado, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos que exijam excepcional fundamentação técnica de decisão a ser tomada pelo Conselho de Administração, mediante justificativa e demonstração da relação custo/benefícios.

3.2.3 Diretoria Executiva

À Diretoria Executiva compete a direção dos negócios do Banco e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento, sendo composta, no mínimo, por 05 (cinco) e, no máximo, por 07 (sete) membros, incluindo o Presidente, eleitos na forma do § 2º, do art. 11, do Estatuto Social do Banco. Um dos Diretores responderá exclusivamente pela administração de ativos de terceiros, não respondendo pelas demais atividades afetas à Diretoria Executiva; e outro Diretor responderá pela gestão dos Controles Internos, conformidade e riscos, não podendo ter sob sua direção ou supervisão direta outras áreas ou atividades que possam gerar conflito de interesses com as funções próprias de controles internos. (Art. 22, § 1º).

Assim como o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva deve ser composta por brasileiros, residentes no País, dotados de notórios conhecimentos, inclusive sobre as melhores práticas de governança corporativa, reputação ilibada, experiência e capacidade técnica compatível com o cargo. Os membros devem ser eleitos pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou por aquele que estiver no exercício da Presidência. As deliberações da Diretoria Executiva são colegiadas, sendo vedada a alçada individual para qualquer um de seus membros, e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente, além do voto pessoal, o de qualidade.

Compete à da Diretoria Executiva, conforme art. 28 do Estatuto Social do Banco:

- Cumprir as disposições deste Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- Propor ao Conselho de Administração a perda do mandato de Diretor, na hipótese do Art. 16, § 1º do Estatuto Social;
- Aprovar a regulamentação interna, podendo fixar normas e delegar poderes, bem como submeter ao Conselho de Administração propostas de mudanças no Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste do Brasil S.A.;
- Propor ao Conselho de Administração do Banco a criação e a extinção de agências, sucursais, filiais, representações, escritórios, dependências, correspondentes e outros pontos de atendimento em outras praças da região Nordeste e das demais regiões do País, e no exterior, observados os requisitos legais;

- Fixar o quadro de pessoal, criar e extinguir cargos ou funções, determinar vencimentos e vantagens, estabelecer normas de admissão, através de concurso ou contrato, e aprovar o Regulamento de Pessoal;
- Estabelecer as normas gerais das operações;
- Aprovar os planos e orçamentos semestrais, anuais e plurianuais, para operações e atividades administrativas;
- Fixar condições e taxas de juros para operações bancárias;
- Autorizar a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, no País e no exterior;
- Autorizar, quando de sua alçada, realização de operações, observado, se for o caso, o pronunciamento do Conselho de Administração, na hipótese de que trata o item VII do Art.20, item VII do Estatuto Social;
- Autorizar a aquisição e a alienação de bens imóveis, a transação, a desistência e renúncia de direitos, a alienação de outros bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, ressalvada a competência do Conselho de Administração de que trata o art. 20, item VII e a competência da Assembleia Geral de que trata o art. 9º, itens VIII, IX e X;
- Distribuir e aplicar os lucros apurados, nos termos deste Estatuto e das deliberações da Assembleia Geral;
- Propor ao Conselho de Administração o pagamento de dividendos;
- Propor à Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital do Banco, ouvido o Conselho de Administração;
- Submeter ao Conselho de Administração proposta de designação ou dispensa do titular da Superintendência de Auditoria Interna;
- Convocar, quando julgar conveniente, a Assembleia Geral;
- Submeter ao Conselho de Administração proposta de designação ou destituição do titular da Área de Ouvidoria.
- Garantir os recursos humanos, materiais e financeiros para que a Comissão de Ética do Banco do Nordeste do Brasil S.A cumpra suas atribuições.
- Resolver os casos extraordinários ou omissos.

3.2.4 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem funcionamento permanente, sendo composto por 05 (cinco) membros e respectivos suplentes, todos brasileiros, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, observada a legislação especial vigente, permitida reeleição (art. 35 do Estatuto Social).

Integrarão o Conselho Fiscal 02 (dois) representantes dos titulares de ações ordinárias de minoritários e 03 (três) representantes do Ministério da Fazenda, indicados pelo titular da Pasta, sendo um do Tesouro Nacional (art. 35, §1º, do Estatuto Social).

Somente poderão ser eleitos membros do Conselho Fiscal pessoas naturais diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador de empresa ou de Conselheiro Fiscal, e que atendam, cumulativamente, aos seguintes pré-requisitos (art. 39 do Estatuto Social):

- Ter reputação ilibada;
- Ser residente no país;
- Não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a

economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

- Não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de Conselheiro de Administração, de Diretor ou de sócio-gerente nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, ou em outras instituições sujeitas a autorização, ao controle e a fiscalização de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, incluídas as entidades de previdência complementar, as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as companhias abertas;
- Não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- Não estar declarado falido ou insolvente, nem ter participado da administração ou ter controlado firma ou sociedade concordatária ou insolvente;
- Não ser, ou haver sido nos últimos doze meses, responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria no Banco;
- Não ser cônjuge ou parente em linha reta, em linha colateral até o terceiro grau e por afinidade até o segundo grau, das pessoas referidas no item VII anterior;
- Não receber, a qualquer título, outro tipo de remuneração do Banco ou de suas coligadas, que não aquela a que faz jus em decorrência de sua função de integrante do Conselho Fiscal, fixada na forma do § 3º do artigo 35 do Estatuto.
- Membros dos órgãos de Administração e funcionários do Banco, ou de sociedade por este controlada, e o cônjuge ou parente, até o terceiro grau, de administrador do Banco.

Reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, extraordinariamente, sempre que julgado conveniente, em atendimento à convocação do seu Presidente, do Presidente do Banco, ou de 03 (três) de seus membros. As reuniões contarão com um mínimo de 03 (três) Conselheiros e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Compete ao Conselho Fiscal (art. 40 do Estatuto Social):

- Fiscalizar, por qualquer dos seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- Opinar sobre o relatório da administração;
- Opinar sobre propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do Capital Social e distribuição de dividendos;
- Denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos da administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses do Banco, à Assembleia Geral os erros, fraudes ou crimes que apurar e sugerir as medidas cabíveis;
- Convocar a Assembleia nos casos previstos na lei e neste Estatuto;
- Analisar mensalmente o balancete e demais demonstrações financeiras do Banco;
- Examinar e opinar sobre as demonstrações financeiras;
- Apreciar o plano de trabalho anual a ser desenvolvido pela área de Auditoria Interna.

3.2.5 Comitê de Auditoria

Órgão estatutário, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil - BCB, por meio da Resolução nº 3.198, de 27.05.2004. É subordinado ao Conselho de Administração do Banco, o qual tem competência para nomear e destituir os membros deste

Comitê. Compõem-se de três membros efetivos e um suplente, os quais terão mandato de um ano, renovável até o máximo de cinco anos (art. 42, caput, §5º e §8º, do Estatuto Social).

Constituem-se pré-requisitos para o exercício do cargo do Comitê de Auditoria (art. 42, § 9º do Estatuto Social): ter reputação ilibada, ser residente no País, ser diplomado em cursos de nível superior e ter conhecimentos comprovados nas áreas de contabilidade, finanças, economia ou administração.

Não poderão integrar o Comitê de Auditoria:

I – pessoas que são, ou que tenham sido nos últimos doze meses:

- a) diretores e membros do Conselho Fiscal do Banco ou de suas ligadas;
- b) funcionário do Banco ou de suas ligadas;
- c) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria do Banco;
- d) ocupante de cargo efetivo ou função no âmbito do Governo Federal, em sua administração direta e indireta.

II – cônjuge, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau das pessoas referidas nas alíneas “a” e “c” do inciso I deste artigo;

III – membros do Conselho de Administração do Banco do Nordeste do Brasil S.A.;

IV – pessoas que recebem qualquer outro tipo de remuneração do Banco ou de suas ligadas que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria;

V – os condenados por decisão transitada em julgado, por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional ou que houverem sido condenados a pena criminal ou de responsabilidade, que vede, mesmo que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

VI – pessoas declaradas inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários ou do Banco Central do Brasil;

VII – pessoas que respondam, direta ou indiretamente, por operações registradas em prejuízo no Banco do Nordeste do Brasil S.A., ou que tenham liquidado os seus débitos junto ao Banco após processo de cobrança judicial;

VIII – pessoas com os nomes incluídos no Cadastro de Inadimplentes para com os órgãos do Governo Federal (CADIN);

IX – pessoas impedidas na forma do art. 14 do Estatuto Social do Banco do Nordeste;

X – ocupantes de cargo efetivo licenciado no âmbito do Governo Federal, em sua administração direta e indireta.

A Presidência do Comitê será exercida por um dos seus membros, indicado pelos outros membros, ao qual caberá coordenar os trabalhos e dar cumprimento às deliberações do órgão. As reuniões ocorrerão, ordinariamente, duas vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do seu presidente, bem como do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, com

antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data prevista de realização. As deliberações e os pronunciamentos do Comitê de Auditoria serão lavrados em atas, que comporão livro especial, devendo ser arquivado à disposição dos Órgãos de Fiscalização e Controle Externo e do Banco Central do Brasil.

De acordo com o art. 42, §12, do Estatuto Social, as atribuições do Comitê de Auditoria são:

- Assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções, conforme definições no respectivo regimento interno;
- Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos acionistas;
- Recomendar, à administração da Instituição, obedecidas as regras do processo licitatório, a contratação de prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;
- Revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição, além de regulamentos e códigos internos;
- Avaliar o cumprimento, pela administração da instituição, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;
- Estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- Recomendar à diretoria da Instituição, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- Reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a diretoria da Instituição, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;
- Verificar, por ocasião das reuniões previstas no Inciso IX, do Parágrafo 12, do Artigo 42, do Capítulo VI, do Estatuto Social do Banco do Nordeste, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria da Instituição;
- Reunir-se com o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- Outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil.

3.2.6 Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração é subordinado ao Conselho de Administração e suas atribuições e encargos estão estabelecidos na legislação e regulamentação específica, bem como no Regimento Interno do Banco. É composto por 03 (três) membros efetivos e 02 (dois) suplentes, sendo assegurado que pelo menos um membro titular e um membro suplente não serão administradores (diretor ou membro do Conselho de Administração), todos com mandato de 02 (dois) anos renovável até o máximo de 10 (dez) anos. Os membros serão nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração (Art. 43, caput, §1º e §4º, do Estatuto Social).

Constituem pré-requisitos para o exercício de cargo no Comitê de Remuneração: ter reputação ilibada; ser residente no País; ser administrador (diretor ou membro do Conselho de Administração) do Banco ou pertencer ao quadro de empregados e estar em exercício titular de função comissionada de Superintendente; ser graduado em curso superior; possuir conhecimentos nas áreas de recursos humanos e de gestão financeira; e ter as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a política de remuneração da instituição, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos, previstos na legislação, regulamentação e no regimento interno do Comitê de Remuneração (Arts. 44 e 45, do Estatuto Social).

Para o exercício de cargo no Comitê de Remuneração, além dos requisitos previstos na regulamentação em vigor, serão observadas as vedações previstas no art. 48 e os mesmos impedimentos à participação nos órgãos de Administração previstos no art. 14, ambos do Estatuto Social do Banco.

O funcionamento do Comitê de Remuneração é regulado no seu regimento interno, observado que o Comitê de Remuneração poderá convidar para participar das reuniões, sem direito a voto, membros da Diretoria Executiva ou quaisquer empregados do Banco.

De acordo com o art. 49 do Estatuto Social, são atribuições do Comitê de Remuneração:

- Elaborar a política de remuneração de administradores da instituição, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- Supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição;
- Revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção e aprimoramento;
- Propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404, de 1976;
- Avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- Analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;

- Zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto na regulamentação pertinente;
- Elaborar, com periodicidade anual, no prazo de noventa dias, relativamente à data base de 31 de dezembro, documento denominado “Relatório do Comitê de Remuneração”;
- Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos acionistas; e,
- Outras atribuições determinadas pela legislação e regulamentação específica.

A base normativa do Comitê de Remuneração é a Resolução nº 003921, de 25.11.2010, do Banco Central.

3.2.7 Auditoria Interna

A Superintendência de Auditoria Interna está diretamente subordinada ao Conselho de Administração e possui disciplinamento no Art 42 do Estatuto Social do Banco, os encargos estabelecidos e suas atribuições estão previstos na legislação e regulamentação específica, bem como em seu respectivo regimento interno.

O Banco está obrigado a realizar programas especiais de auditoria, consoante determinação do órgão competente do Governo Federal. A Superintendência de Auditoria Interna executa seu plano de trabalho anual que é aprovado pelo Conselho de Administração e segue normas mínimas de procedimentos estabelecidas pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal.

O titular da Área de Auditoria, o Superintendente de Auditoria, deve ser escolhido dentre os funcionários da ativa e será nomeado, exonerado ou dispensado pelo Presidente do Banco, após aprovação do Conselho de Administração, sendo que tais atos serão objeto de aprovação pela Controladoria-Geral da União.

3.2.8 Auditoria Externa

A Auditoria Externa tem por atribuição a execução de atividades de auditoria independente contemplando serviços de auditoria contábil e análise de controles internos. Possui por base normativa a Resolução CMN 3.198, de 27.05.2004.

A Auditoria Externa atua na prestação de serviços de auditoria independente, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários, legislação e pronunciamentos correspondentes ao processo de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) e demais normas correlatas.

3.2.9 Controles Internos

O Banco dispõe de uma estrutura de Controles Internos, com o objetivo de implementar mecanismos e procedimentos de controle voltados às atividades por ele desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Instituição (Arts. 32 e 33 do Estatuto Social do Banco).

Os Controles Internos devem ser periodicamente revisados e atualizados e consistentes com a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas pelo Banco; à sua estrutura, no Banco, compete, além de outras atribuições estabelecidas pela legislação competente:

- Monitorar e assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis a cada negócio e processo pertinente;
- Disseminar de forma efetiva e permanente a cultura de controles junto aos empregados do Banco;
- Assessorar as agências na condução dos processos operacionais, visando assegurar níveis máximos de conformidade;
- Mapear, avaliar e monitorar os riscos operacionais do Banco, com vistas à sua mitigação;
- Participar do processo de formalização, manutenção e testes dos Planos de Contingência propostos para garantir a continuidade dos trabalhos das Unidades do Banco;
- Garantir a comunicação aos órgãos de supervisão e controles internos e externos, dos casos de operações e situações consideradas suspeitas;
- Garantir o cumprimento do Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste do Brasil S.A, em consonância com a Comissão de Ética do Banco;
- Implementar e supervisionar as ações de controle aplicáveis à prevenção e combate à lavagem de dinheiro;
- Possibilitar o suprimento de informações gerenciais para os Órgãos de Controle Externo, em atendimento à legislação vigente.

3.2.10 Comissão de Ética

O Banco do Nordeste constituiu, em 2003, sua Comissão de Ética, colegiado voltado à promoção de ações educativas, preventivas e corretivas concernentes à ética profissional do colaborador no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, cuja atuação se insere nos regramentos dos Decretos Federais nº 1.171, de 22.06.1994, e nº 6.029, de 01.02.2007.

Em cumprimento ao previsto no artigo 6º do Decreto nº 6.029 supracitado, as atividades da Comissão de Ética são relatadas anualmente à Comissão de Ética Pública - CEP, compreendendo o período de maio do ano anterior a abril do ano corrente.

O Banco possui o seu Código de Conduta Ética que sistematiza os valores essenciais que norteiam os relacionamentos internos e externos com os diversos segmentos da sociedade. Contribui, também, para o aperfeiçoamento das normas de conduta profissional e a prática de elevado padrão ético. Este Código encontra fundamentos na Constituição Federal, no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº. 1.171, de 22.06.1994, no Código de Conduta da Alta Administração Federal, aprovado em 21.08.2000, no Decreto nº 6.029, de 01.02.2007, que instituiu o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, na Resolução nº10, de 29.09.2008, da Comissão de Ética Pública, e no Pacto Global das Nações Unidas, lançado no Fórum Econômico de Davos em 1999.

Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção

Em outubro de 2013, o Banco do Nordeste aderiu ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social - UniEthos - Formação e Desenvolvimento da Gestão Socialmente Responsável, Patri Relações Governamentais e Políticas Públicas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC e Comitê Brasileiro do Pacto Global, com o objetivo de promover políticas de integridade e combate à corrupção na instituição, em favor da ética nos negócios.

Cadastro Empresa Pro-Ética

Em outubro de 2013, o Banco do Nordeste aderiu ao Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade - Cadastro Empresa Pró-Ética, iniciativa da Controladoria-Geral da União - CGU e do Instituto Ethos que avalia e divulga as empresas voluntariamente engajadas na construção de um ambiente de integridade e confiança nas relações comerciais, inclusive naquelas que envolvem o setor público.

3.2.11 Demais Comitês

Com o propósito de envolver todos os executivos na definição de estratégias e aprovação de propostas para os diferentes negócios do Banco do Nordeste, a Administração se utiliza de comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que visam à mitigação dos riscos associados ao processo de tomada de decisão.

Os Comitês não estatutários estão demonstrados neste Relatório no **Apêndice 1.4 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas**.

3.3 POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

CAMED

O Banco do Nordeste do Brasil como entidade patrocinadora da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – Camed, deve indicar 03 (três) representantes e seus respectivos suplentes dos 06 (seis) representantes que compõem o Conselho Deliberativo, com mandato de quatro anos, sendo vedada a eleição ou nomeação para mais de dois períodos consecutivos. Os outros membros serão eleitos pelo Corpo Social, na forma do Art. 28 do Estatuto Social da Caixa. O Presidente e o Vice-Presidente serão escolhidos dentre os membros indicados pelo Banco.

Os membros do Conselho Deliberativo, além de atender aos requisitos estabelecidos para órgãos estatutários (art. 22 do Estatuto Social da Camed), devem ter, pelo menos, cinco anos de filiação à Camed, devem possuir formação de nível superior, ter exercido funções de direção no período mínimo de dois anos, em entidades públicas, privadas ou em órgãos de administração pública federal, estadual ou municipal, ou ter desempenhado, pelo prazo mínimo de três anos, funções de assessoramento em Empresas do setor de saúde.

A Diretoria Executiva da Camed é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Promoção e Assistência à Saúde, que serão escolhidos pelo Conselho Deliberativo dentre os associados da Camed e terão o mandato de quatro anos.

O Conselho Fiscal da Camed é composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, sendo um conselheiro e um suplente, designados pelo Banco do Nordeste e o restante eleito pelo Corpo Social. Os membros do Colegiado deverão ter no mínimo cinco anos como associados da Camed e terão mandato de quatro anos, não se admitindo reeleição nem recondução.

CAPEF

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Capef, entidade fechada de previdência complementar, tem como patrocinador fundador o Banco do Nordeste. A administração e fiscalização da Capef estão sob a responsabilidade dos seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo compõe-se de seis membros efetivos, com seus respectivos suplentes, sendo três designados pelos Patrocinadores e três escolhidos entre os Participantes e os Beneficiários Assistidos, mediante eleição direta. Os membros indicados pelos Patrocinadores escolherão, entre si, o presidente e o vice-presidente do Conselho Deliberativo. O Banco do Nordeste indica um membro do colegiado, obrigatoriamente participante da Capef, que atenda ao requisito de possuir comprovada experiência no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria. O mandato é de quatro anos.

A Diretoria-Executiva compõe-se de três membros, sendo um diretor-presidente, um diretor de administração e investimentos e um diretor de previdência, devendo, pelo menos, um desses membros ser participante, de qualquer natureza, ou Beneficiário Assistido. A nomeação e exoneração de membros da Diretoria-Executiva competem ao Conselho Deliberativo, para mandato de quatro anos.

O Conselho Fiscal da Capef compõe-se de quatro membros efetivos, com seus respectivos suplentes, sendo dois designados pelos Patrocinadores e dois escolhidos pelos Participantes e pelos Beneficiários Assistidos, mediante eleição direta. O presidente e o vice-presidente do Conselho Fiscal são escolhidos pelos membros eleitos pelos Participantes e pelos Beneficiários Assistidos. O mandato é de quatro anos.

3.4 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

3.4.1 Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da Auditoria Interna.

A constituição da Auditoria Interna do Banco do Nordeste é estabelecida no Art. 42 do Estatuto Social do Banco, disponível na Internet em <http://www.bnb.gov.br/estatuto-social>.

3.4.2 Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de Auditoria Interna.

Os artigos 4 a 11 do Regulamento Interno da Atividade de Auditoria definem as características da Auditoria Interna que asseguram sua objetividade e independência. Referido Regulamento foi apresentado no **Apêndice 3.4**.

3.4.3 Estratégia de atuação em relação à Unidade Central e às unidades ou subunidades descentralizadas.

A Auditoria Interna do Banco do Nordeste adota, como metodologia de atuação, auditoria de processos com foco em risco.

A Auditoria de Processos com Foco em Risco é um modelo composto por um conjunto de princípios, procedimentos e ferramentas para direcionar e instrumentalizar o processo de auditoria interna. Possibilita uma avaliação independente quanto à eficácia do gerenciamento dos riscos dos processos e visa garantir, com razoável certeza, que os riscos que podem impedir ou dificultar a consecução dos objetivos da organização sejam satisfatoriamente gerenciados.

A metodologia prevê atuação da Auditoria de acordo com as orientações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária relativamente às três linhas de defesa. As unidades de negócio são as responsáveis pela primeira linha de defesa, através da definição dos limites de exposição ao risco e pela identificação, avaliação, controles, monitoramento, mitigação e comunicação dos riscos de seus negócios.

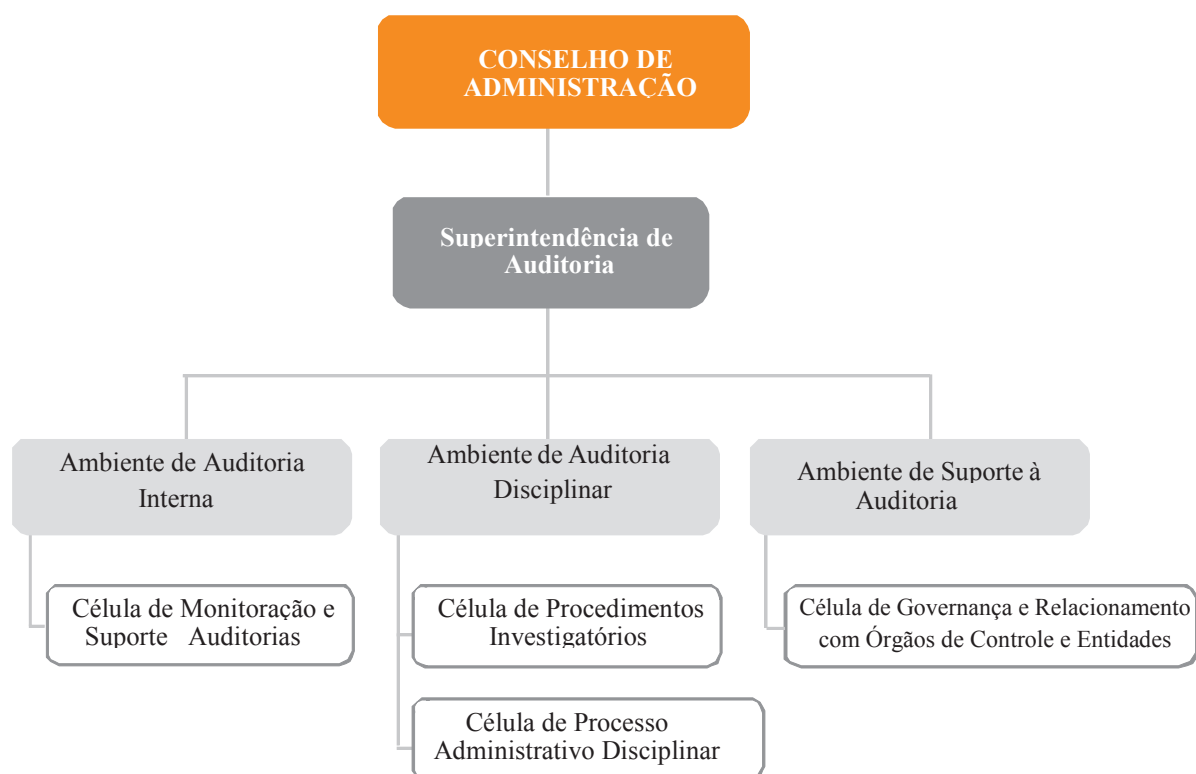
A segunda linha de defesa é desempenhada pela Unidade de Controles Internos e inclui a função de gestão de risco, conformidade e monitoramento de outras funções. A função de gestão de riscos estabelece políticas, facilita e acompanha a aplicação das práticas eficazes de gestão de riscos pela gestão operacional. Ela auxilia a gestão operacional na definição de exposição ao risco e emissão de relatórios para a organização. A função de conformidade monitora o risco de não conformidade com leis, regulamentos e normas.

A terceira linha de defesa se refere à função de auditoria interna, que utiliza uma abordagem baseada no risco para avaliar a eficiência e eficácia da concepção e do funcionamento do sistema de controle interno e fornece periodicamente ao Conselho de Administração o resultado dessa avaliação.

3.4.4 Demonstração de como a área de Auditoria Interna está estruturada; de como é feita a escolha do titular; qual o posicionamento da Unidade de Auditoria Interna na estrutura do Banco do Nordeste

A estrutura organizacional da Auditoria Interna é constituída por uma Superintendência, funcionalmente subordinada ao Conselho de Administração e administrativamente à Presidência do Banco, conforme definido no Regulamento da Auditoria Interna. Esta Superintendência é composta pelo Ambiente de Auditoria Interna, pelo Ambiente de Auditoria Disciplinar e pelo Ambiente de Suporte à Auditoria Governamental.

O organograma da Auditoria Interna obedece à configuração apresentada na Figura 3.4.a.

Figura 3.4.a – Organograma da Auditoria Interna do Banco do Nordeste

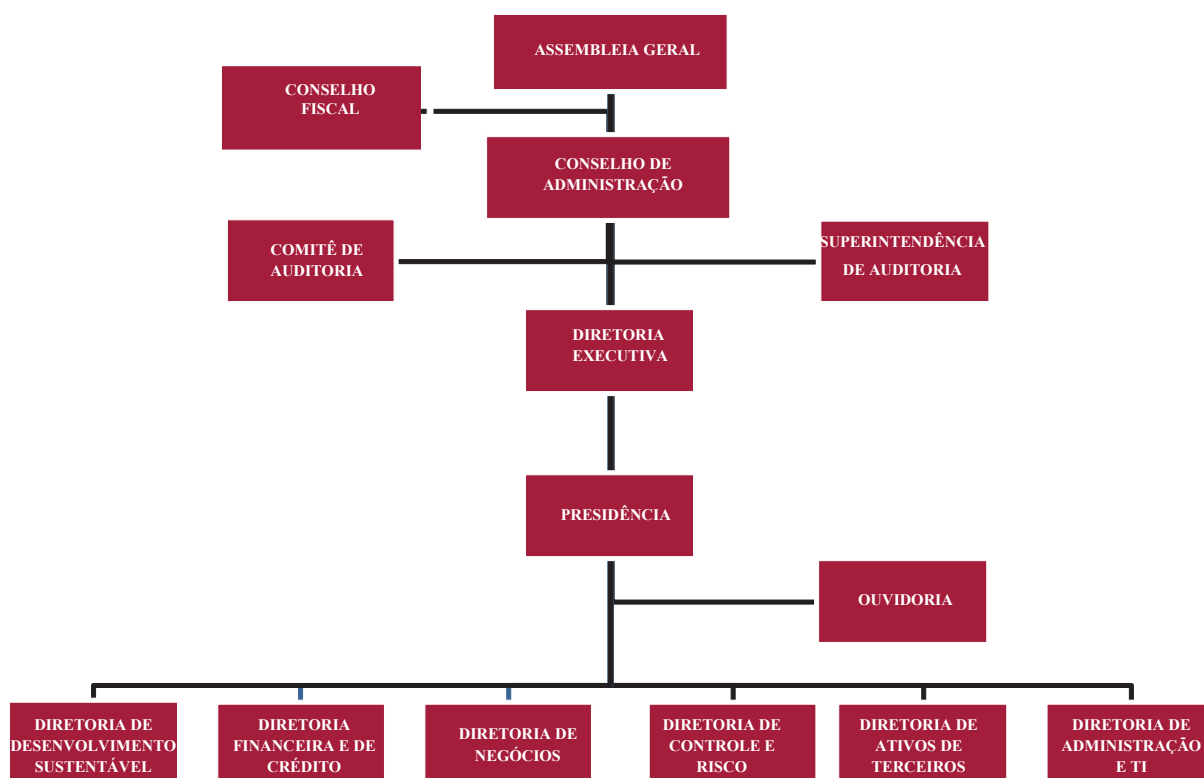
Fonte: Resolução da Diretoria RD 5.504/2015 - Banco do Nordeste (2015).

Elaboração: Ambiente de Auditoria Interna

A Auditoria Interna está funcionalmente vinculada ao Conselho de Administração, conforme demonstrado na Figura 3.4.b, e tem como responsabilidade básica assessorar a alta administração e colegiados estatutários (Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria), fornecendo informações sobre a eficácia da governança e gestão de riscos corporativos da Instituição; certificar a integridade das informações destinadas aos órgãos de controle e entidades fiscalizadoras da administração pública federal e apurar responsabilidades funcionais, quando da ocorrência de irregularidades, para fins de subsidiar a tomada de decisão pelo Comitê competente do Banco.

Conforme o Estatuto Social do Banco do Nordeste, em seu Art. 42, o titular da Auditoria Interna será escolhido dentre os funcionários da ativa e nomeado, designado, exonerado ou dispensado pelo presidente do Banco, após a aprovação do Conselho de Administração, sendo, em seguida, objeto de aprovação pela CGU.

Figura 3.4.b - Organograma Simplificado do Banco do Nordeste ⁽¹⁾



Fonte: Resolução da Diretoria 5.504/2015 - Banco do Nordeste (2015)

Elaboração: Ambiente de Auditoria Interna.

Nota: ⁽¹⁾ Organograma simplificado, com exposição da estrutura até o nível de Diretoria.

3.4.5 Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações.

Na conclusão dos trabalhos de auditoria, os relatórios são enviados para a Superintendência e para a Diretoria responsável pelo processo auditado.

Semanalmente, a Auditoria Interna reporta à Diretoria Executiva do Banco do Nordeste a situação de atendimento e de criticidade das recomendações vencidas e vincendas.

Eventual necessidade de repactuação de prazo de atendimento de recomendações passa pela autorização da Superintendência e da Diretoria responsável pelo processo. Desse modo, a exposição a risco do processo, pela não implementação de recomendações de Auditoria, é de conhecimento da alta gerência (Superintendências e Diretorias).

3.4.6 Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria sobre riscos considerados elevados, decorrentes da não implementação das recomendações da Auditoria Interna pela alta gerência.

A Auditoria Interna envia, semanalmente, às Diretorias do Banco do Nordeste, relatório contendo as recomendações vencidas e vincendas, de responsabilidade das superintendências jurisdicionadas por cada Diretoria. A Auditoria Interna também reporta, periodicamente, as suas realizações em relação ao Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna - Paint ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. Os comunicados incluem a exposição de pontos de riscos e de controles significativos,

assuntos de governança e outros assuntos necessários ou solicitados pelos colegiados.

Registra-se que a alta gerência avalia os riscos quando trata da repactuação de prazo das recomendações da Auditoria Interna até a sua efetiva implementação, de acordo com as regras de repactuação de prazo estabelecidas em normativos internos. Assim, as solicitações de repactuação de prazos feitas pelo gestor responsável são direcionadas aos gestores imediatamente superiores, detentores das alçadas definidas para este fim.

A justificativa apresentada para a repactuação do prazo é objeto de análise pela Auditoria Interna, podendo ser submetida ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Essa análise é realizada após a concordância do gestor quanto à repactuação do prazo. A Auditoria Interna poderá aceitar ou recusar o pedido de repactuação de prazo, a depender da sua análise.

3.5. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ÍLICITOS ADMINISTRATIVOS

3.5.1 Execução das atividades de correção

As Instruções Normativas de Pessoal do Banco do Nordeste preceituam que a apuração de irregularidades seja realizada conforme descreve a Política de Gerenciamento Disciplinar da Instituição, com o objetivo de apurar e julgar responsabilidade funcional relativa a ocorrências sobre as quais haja infração a normas legais e/ou regulamentares do Banco. Conforme definido pelo Banco, as apurações de irregularidade serão conduzidas pelos Comitês de Gestão – Coges e/ou Superintendência de Auditoria, conforme alçadas de apuração de irregularidades dispostas no Quadro 3.5.1.a.

Quadro 3.5.1.a - Alçadas de Apuração de Irregularidades

Parâmetro	Apuração
Comportamental, exceto gestor principal	Comitê Gestor do Ambiente de Gestão de Pessoas
Comportamental – gestor principal	Comitê Gestor da Superintendência de Auditoria
Falha de Serviço (valores até 30 mil reais), sem indício de dolo ou má fé, exceto gestor principal	Comitê Gestor do Ambiente de Gestão de Pessoas
Falha de Serviço (valores > 30 mil reais), sem indício de dolo ou má fé, e de gestor principal	Comitê Gestor da Superintendência de Auditoria
Ílícito e falhas em serviço com indício de dolo ou má fé, independente de valor.	Comitê Gestor da Superintendência de Auditoria

Fonte: 1016 - Manual Básico – Instâncias e Decisões Administrativas (2015)

Elaboração: Ambiente de Auditoria Disciplinar - Banco do Nordeste (2015).

O sistema de correção do Banco do Nordeste está integrado à Superintendência de Auditoria e é conduzido pelo Ambiente de Auditoria Disciplinar, conforme demonstra a Figura 3.4.a (apresentada anteriormente na página 35).

Subordinada ao Conselho de Administração do Banco, a Superintendência de Auditoria tem como responsabilidade básica, dentre outras citadas em tópico anterior deste relatório, apurar responsabilidades funcionais, quando da ocorrência de irregularidades, para fins de subsidiar a tomada de decisão pelos Comitês Disciplinares.

O Ambiente de Auditoria Disciplinar é responsável por proceder com a análise de denúncias e irregularidades, apurar responsabilidades funcionais, bem como gerenciar o processo de tomada de contas especiais no Banco, fortalecendo o sistema de governança corporativa, tendo em sua estrutura organizacional duas células operacionais: Célula de Procedimentos Investigatórios e Célula de Processo Administrativo Disciplinar.

À Célula de Procedimentos Investigatórios compete:

- Analisar denúncias e sinalizações de órgãos internos e externos competentes;
- Emitir recomendações de providências relacionadas aos fatos investigados;
- Realizar sindicâncias;
- Prestar informações às áreas do Banco sobre sindicâncias;
- Prestar informações ao Ambiente de Auditoria Interna sobre deficiências de controles identificadas e necessidade de recomendações de melhorias nos respectivos processos;
- Prestar informações aos órgãos de controle interno e externo e entidades fiscalizadoras a respeito de denúncias e sinalizações;
- Examinar a conformidade de tomadas de contas especiais.

À Célula de Processo Administrativo Disciplinar compete:

- Conduzir processos administrativos disciplinares;
- Gerenciar os documentos decorrentes de processos administrativos disciplinares;
- Prestar informações às áreas do Banco sobre processos administrativos disciplinares;
- Assessorar os comitês disciplinares na análise dos documentos produzidos pela Auditoria;
- Emitir parecer de tomadas de contas especiais.

Os colegiados competentes para julgar os procedimentos administrativos instaurados contra empregados, propondo ou aplicando as punições disciplinares cabíveis de acordo com suas competências e alçadas são compostos pelos Comitês de Gestão - Coges e Comitê Disciplinar - Comid. Compete, também, ao Comid decidir quanto à imputação de responsabilidade pecuniária, quando couber, bem como apreciar e decidir sobre os recursos impetrados pelos empregados do Banco oriundos de processos disciplinares julgados pelos Comitês de Gestão das Unidades.

Em caso de irregularidades cometidas por Chefe do Gabinete da Presidência e Superintendentes serão, obrigatoriamente, julgados pelo Comitê Disciplinar Superior - Codis.

O Comid é composto por:

- Superintendente de Desenvolvimento Humano, coordenador do Comitê;
- Superintendente da Diretoria de Negócios;
- Superintendente da Diretoria de Desenvolvimento Sustentável;
- Superintendente da Diretoria Financeira e de Crédito;
- Presidente da Comissão de Ética.

O Codis é composto por 03 (três) membros, de acordo com a função em comissão do empregado a ser julgado, de acordo com o Quadro 3.5.1.b.

Quadro 3.5.1.b - Composição do Comitê Disciplinar Superior - Codis

Função a ser julgada	Membros do Codis
Chefe do Gapre	Presidente (coordenação) Diretor de Administração e TI Diretor de Controle e Risco
Superintendente	Diretor de Administração e TI (coordenação) Diretor de Controle e Risco Diretor ao qual o superintendente está vinculado

Fonte: 1016 - Manual Básico - Instâncias e Decisões Administrativas - Banco do Nordeste (2015).

Elaboração: Ambiente de Auditoria Disciplinar - Banco do Nordeste (2015).

As instâncias julgadoras e recursais do Banco do Nordeste estão definidas conforme Quadro 3.5.1.c, de acordo com o cargo/função em comissão do empregado. Os empregados que cometerem irregularidades classificadas como ilícitos serão obrigatoriamente julgados pelo Comitê Disciplinar.

Quadro 3.5.1.c – Instâncias Iniciais e Recursais de Acordo com a Função em Comissão do Empregado

Cargo/Função	Instância Inicial	Instância Recursal
Chefe do Gabinete da Presidência e Superintendentes	Comitê Disciplinar Superior	Diretoria Executiva
Demais funções em comissão do eixo de gestão principal	Comitê Disciplinar	Comitê Disciplinar Superior
Demais empregados	Comitê Gestor da Unidade Superior	Comitê Disciplinar
	Comitê Disciplinar	Comitê Disciplinar Superior

Fonte: 1016 - Manual Básico – Instâncias e Decisões Administrativas - Banco do Nordeste (2015).

Elaboração: Ambiente de Auditoria Disciplinar - Banco do Nordeste (2015).

A base normativa que regulamenta as atividades do sistema de correção do Banco do Nordeste é suportada por instruções normativas internas de pessoal e pelo ‘Código de Conduta Ética’ institucional e, subsidiariamente, e pelas Leis nº 9.784/1999 e nº 8.112/90 (que regulam o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal) e pelas Leis trabalhistas consolidadas por meio do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Apresentam-se no Quadro 3.5.1.d a seguir, os resultados obtidos no que tange à instrução de Averiguação Preliminar, Sindicâncias e Processos Administrativos no exercício 2015, bem como as demandas com *status* “Aguardando Análise”.

Quadro 3.5.1.d - Instrução de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Outras Demandas

Enquadramento	Estoque Inicial	Movimentação		Estoque Final	Nº Atos Processuais ³
		Entrada ¹	Saída ²		
Averiguação Preliminar	316	172	335	153	2.310
Sindicância	2	21	10	13	142
Processo	83	57	47	93	1.066
Aguardando Análise	2	71	21	52	72
Total	403			311	3.590

Fonte: S503-Sistema de Automação das Atividades de Auditoria.

Elaboração: Ambiente de Auditoria Disciplinar - Banco do Nordeste (2015).

(¹) Inclui procedimentos investigatórios novos ou que receberam novo enquadramento.

(²) inclui procedimentos investigatórios concluídos no ano ou que receberam novo enquadramento.

(³) Número total de alterações ocorridas nos estágios dos procedimentos investigatórios.

Registra-se que as ocorrências analisadas em 2015 se referem, notadamente, aos processos relacionados ao crédito (contratação, administração e recuperação de crédito), destacando-se a apuração de responsabilidades decorrentes dos impedimentos à cobrança judicial de créditos inadimplidos, em cumprimento a determinação do TCU, por meio do Acórdão nº 944/2010 (TC 002.793/2010), tendo sido adotadas as providências disciplinadas nas normas internas, tais como: aplicação de penalidade, adoção de medidas judiciais e arquivamento. Ressalta-se que não houve impacto relevante que possam ter afetado significativamente o desempenho do Banco do Nordeste.

3.5.2 Cumprimento da Portaria CGU nº 1.043/2007

No que se refere ao cumprimento dos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24.07.2007, que trata da obrigatoriedade da utilização do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD, bem como estabelece prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da ocorrência do fato para o registro das informações no CGU-PAD, destaca-se que constam cadastrados, no sistema CGU-PAD, 272 Processos Administrativos Disciplinares - PAD, estando 212 com status de julgados e 59 PADs com status de instauração / instrução.

Em 2015, conforme dados extraídos do Sistema de Automação das Atividades da Auditoria, foram instaurados 53 Processos Administrativos Disciplinares, todos devidamente cadastrados no sistema CGU-PAD.

3.6. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

As políticas de gerenciamento de riscos do Banco do Nordeste destinam-se a orientar a gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais, por meio do estabelecimento de regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

A sistematização da gestão de risco fundamenta-se no uso de metodologias definidas e documentadas, passíveis de serem testadas quanto à consistência, confiabilidade e transparência dos resultados. Os processos de gestão são monitorados continuamente e revisados periodicamente. Nesse sentido, destacam-se os seguintes procedimentos adotados pelo Banco do Nordeste:

Na gestão do risco de crédito

- A utilização de modelos próprios de avaliação de riscos;
- Realização de testes periódicos de aderência do modelo de avaliação de risco;
- Realização de teste de estresse da carteira de crédito;
- Monitoramento do risco de concentração da Carteira de Crédito; e
- Monitoramento da movimentação entre classes de *rating* da carteira de crédito.

Na gestão do risco operacional

- Aplicação da Autoavaliação de Riscos e Controles nos Processos de negócios e de suporte da Instituição – Metodologia RCSA; e
- Realização do cálculo da Parcela de Alocação de Capital – Modelo Básico BIA.

Na gestão do risco de mercado e de liquidez

- Controle diário das exposições e limites dos recursos gerenciados pela tesouraria;
- Cálculo de indicadores periódicos e elaboração de relatórios para a alta administração do Banco do Nordeste e para o Banco Central, que abordam os seguintes aspectos:
 - Valor das exposições ao risco de mercado no Banco;
 - Parcelas de risco de mercado referentes aos ativos ponderados pelo risco – RWA e do risco das taxas de juros da carteira bancária – RBAN, utilizadas no cálculo do requerimento mínimo de capital;
 - Indicadores de liquidez do Banco; e
 - Testes de estresse, análises de sensibilidade e testes de aderência dos modelos utilizados na gestão de riscos de mercado e liquidez.

Assim, de maneira global, o gerenciamento dos riscos no Banco do Nordeste observa um conjunto de procedimentos articulados, destacando-se:

- Compatibilização das decisões e atividades com a legislação vigente;
- Disponibilização de informações aos acionistas, órgãos reguladores, fiscalizadores e representantes da sociedade;
- Decisões colegiadas;
- Compatibilização das operações ativas, de crédito e de tesouraria, com as captações de recursos, especialmente quanto a indexadores, volume de recursos, prazos, encargos, finalidades, garantias e público-alvo;
- Adoção de procedimentos visando à desconcentração de recursos nas diversas formas de operação;
- Estabelecimento de mecanismos de contingência para os processos críticos; e
- Disponibilização de informações gerenciais que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos.

Nesse sentido, considera-se que a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco do Nordeste é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição e ampara a Governança da empresa como parte integrante do Sistema de Controles Internos.

Ainda sobre o assunto, o Sistema de Controles Internos do Banco é constituído por políticas, estratégias, procedimentos e práticas elaboradas para assegurar a mitigação dos riscos dentro de um nível aceitável de segurança para o alcance dos objetivos organizacionais.

A prática das atividades de controles internos no Banco ocorre de forma distribuída nos diversos segmentos gerenciais e administrativos da empresa. O objetivo maior é a redução de incidência de falhas operacionais, mediante a execução de medidas acautelatórias com a inclusão de pontos de controles em seus processos. Além disso, o Banco do Nordeste mantém instrumentos de gestão que visam evitar possíveis situações que possam caracterizar conflitos de interesses bem como promover a segregação de atividades, dentre as quais se destacam: estrutura organizacional; arquitetura de gestão dos processos; estrutura de colegiados; alçadas administrativas e operacionais e especificação dos papéis dos gestores, coordenadores, técnicos e consultores.

Principais instrumentos de controle utilizados pelo Banco em suas atividades:

- Roteiros de Conformidade: Os roteiros de conformidade têm por finalidade disponibilizar um instrumento onde seja possível verificar o grau de aderência das atividades executadas, relacionadas aos processos, com os normativos internos do Banco;
- Roteiros de Testes de Eficácia dos Controles: Referidos roteiros têm por finalidade verificar a eficácia dos controles existentes nos processos de negócio e suporte do Banco;
- Formulário de Autoavaliação: Os formulários de autoavaliação de controles internos têm por objetivo a autoverificação, por parte do gestor do processo / produto (unidade executora), da eficácia dos controles existentes no processo e de conformidade legal normativa;
- Monitoramento de Eventos em Regras de Negócio: Consiste na verificação de conformidade de determinados eventos automatizados em sistemas corporativos que refletem os procedimentos regulados por normativos internos e/ou outros regulamentos;
- Pinçamento de Operações: consiste na sinalização de algum fator de risco, que a Direção do Banco avalie importante certificar em dada ocasião;
- Certificação de Conformidade de Processos: Consiste da aplicação de roteiros de conformidade, visando verificar a aderência das práticas e das atividades aos mapeamentos de processo, bem como ao atendimento às referências normativas.

Os indicadores dos resultados de avaliação obtidos são comunicados às Unidades executoras, aos gestores dos processos e à Alta Administração do Banco para adoção das medidas corretivas e administrativas cabíveis.

O Sistema de Controles Internos, assim estabelecido, tem-se mostrado capaz de identificar fatores adversos e permitir ações corretivas pelos gestores e administradores, não afetando as operações de forma relevante e irreversível.

O Sistema de Controles Internos do Banco do Nordeste reúne, portanto, elementos e componentes que atuam em conjunto para oferecer uma razoável segurança à Alta Administração quanto à mitigação dos riscos nos quais a organização está exposta, conforme regulamentação da Resolução n. 2.554/1998 do Banco Central do Brasil.

3.7 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS

A base normativa da remuneração da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é a Lei nº 6.404, de 15.12.1976 (Lei das S/A), Arts 152 e 162, bem como o Estatuto do Banco (Art. 27).

A remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal tem sua composição definida pelo órgão controlador, que a submete anualmente à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

3.7.1 Política de remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

O objetivo da política ou prática de remuneração é remunerar adequadamente os administradores, de forma compatível com o seu mercado e com as disponibilidades da empresa, observando os limites fixados pelo órgão controlador, por se tratar de empresa de economia mista com controle acionário do Governo Federal.

A composição da remuneração ocorre da forma a seguir:

Diretoria Executiva (Presidente e Diretores)

- Honorários – verba representativa do pró-labore;
- Gratificação Natalina – destina-se a repassar aos membros da Diretoria Executiva gratificação similar à paga aos demais trabalhadores, a título de 13º salário;
- Adicional de Férias – destina-se a atender o teor do inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal;
- Abono Pecuniário de Férias – conversão de férias em pecúnia, opcional, caso seja de interesse do dirigente;
- Auxílio Alimentação – verba destinada a subsidiar a alimentação do trabalhador.
- Seguro de Vida – contrapartida da empresa pela participação opcional do dirigente na apólice de seguro de vida em grupo substabelecida pela empresa para todos os trabalhadores;
- Assistência Médica e Previdenciária – contrapartida da empresa pela participação opcional do dirigente em plano de assistência médica ou de previdência mantido pela empresa;
- Auxílio Moradia – verba destinada ao ressarcimento de aluguel de imóvel residencial para os dirigentes não proprietários de imóveis no município sede da empresa;
- Remuneração Variável Anual - RVA – prevista no Estatuto da empresa, sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembleia Geral de Acionistas, para pagamento exclusivamente à diretoria executiva;

- INSS – contribuição patronal para a Previdência Social;
- FGTS – contribuição patronal para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, recolhida em conta vinculada em favor do dirigente;
- Remuneração por impedimento (quarentena) – prevista no Estatuto da empresa, refere-se a honorários pagos, exclusivamente, durante período de impedimento, após término do mandato do membro da Diretoria Executiva, por até 6 meses;
- Auxílio Transferência - corresponde à Ajuda de Custo no início e no final do mandato, igual a duas vezes o valor dos honorários, para os membros da Diretoria Executiva que residam fora da sede do Banco.

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

- Honorários – destina-se a remunerar a participação dos conselheiros em reunião mensal desses colegiados.

Não há programa de remuneração para o Conselho de Administração nem para o Conselho Fiscal baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período, a partir do planejamento estratégico empresarial.

O Quadro 3.7.1 demonstra a proporção de cada elemento na remuneração total.

Quadro 3.7.1 - Proporção de Cada Elemento por Órgão Estatutário

REMUNERAÇÃO	PROPORÇÃO (%)
DIRETORIA EXECUTIVA (I)	100,00
Honorários	51,10
Gratificação Natalina	4,05
Adicional de Férias	0,69
Abono Pecuniário de Férias	1,09
Auxílio Alimentação	1,24
Seguro de Vida	0,06
Caixa Médica e de Previdência	4,21
Auxílio Moradia	0,29
Remuneração Variável Anual (RVA)	10,45
Previdência Social (Contribuição Patronal)	12,85
FGTS (Contribuição Patronal)	3,80
Remuneração por Impedimento (Quarentena)	6,32
Auxílio Transferência	3,85
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)	100,00
Honorários	100,00
CONSELHO FISCAL (III)	100,00
Honorários	100,00

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas - Banco do Nordeste (2015)

A metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração é assim definida:

- Honorários – definida anualmente, a partir de proposta do Órgão Controlador da empresa em voto do seu representante na Assembleia Geral;
- Gratificação Natalina – corresponde a uma vez os honorários de dezembro de cada ano;
- Adicional de Férias – acréscimo de um terço ao valor dos honorários devidos quando das férias remuneradas dos diretores;
- Abono Pecuniário de Férias – correspondente a um terço dos valores pagos a título de férias;
- Auxílio Alimentação – valor fixado pelo Órgão Controlador, anualmente;
- Seguro de Vida – 50% (cinquenta por cento) do prêmio total, calculado atuarialmente;
- Assistência Médica e Previdenciária – no caso da assistência médica, à base de 1,5% (um e meio por cento) do valor dos honorários, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da contribuição devida. Para a previdência, podem ser ressarcidos 50% (cinquenta por cento) da contribuição vertida pelo dirigente a plano que esteja associado fora da empresa ou ao plano de previdência patrocinado pelo Banco aprovado em 26.03.2010 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc;
- Auxílio Moradia – valor do aluguel, limitado a R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), na forma do Decreto 3.255, de 19.11.1999;
- Remuneração Variável Anual – o valor é definido pelo órgão controlador, que a submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, a cada ano. A distribuição obedece ao alcance de metas corporativas (definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício, nas mesmas bases fixadas para os empregados), individuais e por diretoria específica, exigindo-se o alcance mínimo de 80% (oitenta por cento) de cada indicador. Os indicadores e as metas para 2015, que balizam a distribuição, estão registrados no item 3.7.2 a seguir;
- INSS – calculada sobre a remuneração de incidência (honorários, gratificação natalina e 1/3 de férias), com base na aplicação de percentuais definidos na Lei 8.212;
- FGTS – calculada sobre a remuneração de incidência (honorários, gratificação natalina e 1/3 de férias), à base de 8% (oito por cento), conforme art. 16 da Lei 8.036/90, de 11.05.1990;
- Remuneração por impedimento (quarentena) – pagamento de honorários, exclusivamente, durante período de impedimento, após término do mandato do membro da Diretoria Executiva, por até 6 meses, conforme Lei 12.813, de 16.05.2013;
- Auxílio Transferência – corresponde à ajuda de custo no início e no final do mandato, igual a duas vezes o valor dos honorários, para os membros da Diretoria Executiva que antes de iniciarem seus mandatos residam fora da sede do Banco e para lá retornem ao final deste, conforme assegurado na Resolução 2.565, de 21.05.1973, da Diretoria do Banco.

3.7.2 Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Conforme mencionado anteriormente, a remuneração dos membros da Diretoria Executiva e a remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal são fixadas pelo órgão controlador, que a submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas. O único item de remuneração sujeito a indicadores de desempenho é a Remuneração Variável Anual, aplicável exclusivamente à Diretoria Executiva.

Não há, dessa forma, programa de remuneração para o Conselho de Administração nem para o Conselho Fiscal baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período, a partir do planejamento estratégico empresarial.

A Participação dos Diretores Executivos do Banco nos resultados é estabelecida no Programa de Remuneração Variável Anual e se regerá por disposições da Assembleia Geral de Acionistas, aplicando-se-lhe, ainda, o disposto no Art. 152, da Lei n° 6.404, de 15.12.1976, não se lhe impondo a Lei 10.101, de 19.12.2000. Aplicam-se, ainda, as disposições da Resolução n° 3.921, de 25.11.2010, do Banco Central do Brasil.

Anualmente, o programa de Remuneração Variável deve ser submetido ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, antes de ser proposto à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em conformidade com o Decreto n° 3.735, de 24.01.2001 e com o Decreto n° 8.578, Anexo I, art. 8° inciso IV, alínea "h".

O Programa de RVA aplica-se exclusivamente aos membros da Diretoria Executiva, considerando ser vedada para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal a participação, a qualquer título, nos lucros da empresa, conforme parágrafo 3° do artigo primeiro da Lei n° 9.292, de 12.06.1996.

Cada Diretor é avaliado nas seguintes dimensões:

- Individual;
- Diretoria Específica (Unidade de Negócio);
- Metas Corporativas; e
- Colegiada (avaliação CGPAR²).

1. Na **Avaliação Individual**, cada Diretor é avaliado, subjetivamente, na forma a seguir:

- o Presidente - pelo Conselho de Administração; e
- os demais Diretores - pelo Presidente.

2. Na **Avaliação por Diretoria Específica** (Unidade de Negócio) cada Diretor recebe nota por um indicador que reflete a atividade principal da Diretoria, definido anualmente, conforme apresentado no Quadro 3.7.2.

2 De acordo com o art. 1°, alínea "d", da Resolução CGPAR N° 3, de 31 de dezembro de 2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR.

Quadro 3.7.2 Avaliação das Diretorias Específicas

DIRETORIA ESPECÍFICA	INDICADORES	MEDIDA	META	PESO
Presidência	Condução Institucional (CI)	%	100	0,10
Diretoria de Estratégia, Administração e TI	Empregados com Trilha de Atendimento Bancário concluída (TAB)	%.	20	0,10
Diretoria de Desenvolvimento sustentável	Municípios da área de atuação do Banco atendidos com aplicações FNE-não Pronaf/Agroamigo (FNE-municípios).	%	89	0,10
Diretoria de Controle e Risco	Certificação CRD	dias	3	0,10
Diretoria de Ativos de Terceiros	Captação de Recursos – Fundos de Investimentos (FI)	R\$ milhões	2.588	0,10
Diretoria Financeira e de Crédito	Regularização de Dívidas (RD)	R\$ milhões	2.566	0,10
Diretoria de Negócios	Contratação de FNE – Agricultura Familiar, MPE, MPPR e Pequeno-Médio (FNE-AgF/MPMe)	R\$ milhões	6.756	0,10

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas - Banco do Nordeste (2015).

3. A **Avaliação Corporativa** é composta pelos indicadores definidos no Quadro 3.7.3, a seguir.

Quadro 3.7.3 - Avaliação Corporativa

INDICADORES	MEDIDA	META	PESO
Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (IRPL)	%	19,71	0,10
Índice de Eficiência (IEf)	%	84	0,10
Captação de Recursos (CR)	R\$ milhões	13.455	0,05
Aplicação em Crédito Comercial (CC)	R\$ milhões	4.429	0,125
Aplicações do CrediAmigo (CRMG)	R\$ milhões	2.978	0,10
Aplicação Total do FNE (FNE)	R\$ milhões	13.300	0,125
Qualidade do Crédito (QC)	%	85,93	0,10
Avaliação CGPAR (AC)	nota	8	0,10

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas - Banco do Nordeste (2015).

Nota: Tratando-se da Diretoria de Controle e Risco, excluem-se da sua avaliação os indicadores corporativos incompatíveis com a atividade dessa unidade de negócios (IRPL, CR, CC e CRMG).

Cada um dos indicadores de desempenho da avaliação corporativa recebe uma pontuação decorrente do alcance da meta. A pontuação será atribuída em conformidade com os critérios apresentados no Quadro 3.7.4, a seguir.

Quadro 3.7.4 - Pontuação do Indicador

ALCANÇE DA META DO INDICADOR DE DESEMPENHO	PONTUAÇÃO DO INDICADOR
≥ 100%	100
< 100% e ≥ 99%	99
< 99% e ≥ 98%	98
< 98% e ≥ 97%	97
< 97% e ≥ 96%	96
< 96% e ≥ 95%	95
< 95% e ≥ 90%	75
< 90% e ≥ 80%	50
< 80%	0

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas - Banco do Nordeste (2015).

Cálculo do Valor Individual da RVA:

Σ (% aplicado ao indicador i x peso i) x limite máximo, em que:

- “i” denota o indicador respectivo;
- “%aplicado ao indicador” encontra-se definido no Quadro de Pontuação de Indicadores e aplicado no Quadro de Avaliação Corporativa, em função do percentual de alcance da meta;
- “Peso” encontra-se definido em cada Quadro de Avaliação; e
- O limite máximo equivale a 4,0 x honorários do diretor, respeitado, no conjunto de todas as Diretorias, o limite de 1% do Lucro Líquido, o que for menor.

Os indicadores corporativos são assim definidos:

- a) Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido - IRPL = Lucro Líquido do período de referência, antes da participação dos empregados, sobre o Patrimônio Líquido do final do exercício anterior.
- b) Índice de Eficiência - IEf = somatório das receitas de prestação de serviços sobre o somatório das despesas de pessoal³ e outras despesas administrativas, referentes ao período de referência.
- c) Captação de Recursos - CR = somatório do saldo das captações com os seguintes produtos: “Fundos de Investimento-Varejo”; “Letras de Crédito do Agronegócio”; “Depósitos à Vista”; “Depósitos a Prazo” (excluídos depósito do Finor e FAT); “Depósitos para Reinvestimento”; e “Depósitos de Poupança”.
- d) Aplicação em Crédito Comercial - CC = somatório do saldo das aplicações nos seguintes segmentos: “Contas Garantidas”; “Capital de Giro”; “Crédito Direto ao Consumidor”; “Títulos Descontados”; “Parcelamento/Refinanciamento do Cartão de Crédito”; “Crédito Documentário de Importação”; “Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio”; “Adiantamentos sobre Contrato de Exportação”; e “Beneficiários de Garantias Prestadas”.
- e) Aplicações do CrediAmigo - CRMG = saldo das aplicações contemplando os clientes do microcrédito (CrediAmigo).
- f) Aplicação Total do FNE = aplicações do FNE nos segmentos: Grande, Médio, MPE, MPPR, Pequeno-Médio e Pronaf;
- g) Qualidade do Crédito - QC = participação percentual do somatório dos saldos de operações de crédito sujeitas a risco do Banco⁴ classificadas nos níveis “AA”, “A”, “B” e “C”, previstos na Resolução 2.682, do Banco Central do Brasil, no saldo total das operações de crédito sujeitas a risco do Banco.

Parcela Adicional:

Complementarmente ao Programa de Participação nos Lucros ou Resultados, da Diretoria do Banco do Nordeste anteriormente descrito, será permitido pagamento de parcela adicional pela extrapolação média das metas corporativas, correspondente a até 50% do limite máximo da RVA e medido na forma do Quadro 3.7.5, a seguir.

³ Excluem-se despesas de provisões reconhecidas em cumprimento da Deliberação CVM 695, de 13.12.2012.

⁴ Inclui o saldo das operações do FNE contratadas com risco compartilhado.

Quadro 3.7.5 - Gradação de Extrapolação de Metas Corporativas

Cumprimento de cada meta	Situação	Bônus
> 120%	Extrapolação	50%
≤ 120 e > 110%		20%
≤ 110% e > 105%		10%
≤ 105% e > 104%	Margem de tolerância superior	5%
≤ 104% e > 103%		4%
≤ 103% e > 102%		3%
≤ 102% e > 101%		2%
≤ 101% e > 100%		1%
= 100%		-

Cálculo da Parcela Adicional:

[Σ excedente (i) / nº de indicadores] x limite da RVA, em que:

Σ denota o somatório;

“i” denota o indicador respectivo;

excedente (i) denota o percentual de cumprimento da meta apurada que supera o alcance de 100% (cem por cento) do valor pactuado;

nº de indicadores se refere ao total de indicadores estabelecidos pela empresa;

limite da RVA é o quantitativo de honorários referido no regulamento geral da RVA dos dirigentes.

4. A Avaliação Colegiada (avaliação CGPAR) é aplicada pelo Conselho de Administração, de forma subjetiva, ao conjunto da Diretoria Executiva, estando o pagamento da RVA condicionado à sua realização.

Aos indicadores são atribuídas, anualmente, metas desafiadoras, de acordo com o histórico dos resultados da empresa e o cenário econômico vigente, bem como o limite individual de RVA, baseado nos honorários dos cargos dos diretores.

A cada indicador é atribuída pontuação, conforme o percentual de realização das metas, definida anualmente, que será aplicada ao limite individual de RVA.

A RVA obedece, ainda, ao limite de 1% (um por cento) do Lucro Líquido do exercício de referência, para o conjunto da Diretoria Executiva.

O valor total individual da RVA é pago obedecendo ao seguinte cronograma:

- primeira parcela: 60% (sessenta por cento), no ano seguinte ao alcance das metas;
- segunda parcela: 20% (vinte por cento), no segundo exercício seguinte ao alcance das metas;
- terceira parcela: 10% (dez por cento), no terceiro exercício seguinte ao alcance das metas; e
- quarta parcela: 10% (dez por cento), no terceiro exercício seguinte ao alcance das metas.

As parcelas retidas (40%) para pagamento nos três exercícios seguintes podem ser revertidas para compensar prejuízo se houver redução superior a 20% (vinte por cento) no lucro líquido, sendo que a reversão não atingirá a primeira parcela de 60% (sessenta por cento).

Do valor total da RVA, 50% (cinquenta por cento) são pagos com instrumento baseado em ações, avaliados pelo valor justo.

O período de referência para apuração dos pontos e para efeito de pagamento da RVA à Diretoria é considerado de 01 de janeiro a 31 de dezembro.

A RVA, relativa ao período de referência, integra a proposta de remuneração global dos dirigentes, apreciada quando da realização da Assembleia Geral de Acionistas do ano seguinte, e deve constar da planilha de remuneração dos dirigentes aprovada pelo Dest.

A RVA relativa ao período de referência é paga no mês imediatamente posterior ao da realização da Assembleia Geral Ordinária do ano seguinte e somente após o pagamento dos dividendos aos acionistas.

É permitido, ainda, no âmbito do Programa de Remuneração Variável Anual, o pagamento de parcela adicional pela extrapolação das metas Corporativas, podendo alcançar até 50% (cinquenta por cento) do limite da RVA, caso todos os indicadores corporativos alcancem 95% (noventa e cinco por cento) da meta, obedecidas as premissas e restrições citadas.

Não há pagamento da RVA caso não haja distribuição da Participação nos Lucros ou Resultados - PLR aos empregados, referente ao mesmo exercício.

Participação dos Diretores no Resultado do Banco

A participação dos diretores nos resultados, nos dois últimos anos, está demonstrada no Quadro 3.7.6, a seguir.

Quadro 3.7.6 Evolução do Lucro Líquido, Valor Pago de RVA e de Dividendos, Número de Diretores e Média - Período: 2014 a 2015

INDICADORES	Unidade de Medida	Exercícios Financeiros	
		2014	2015
		Realizado	
Lucro Líquido do Exercício	R\$ mil	747.350	305.722
Dividendos pagos aos Acionistas, inclusive juros sobre o capital próprio.	R\$ mil	533.030	73.370
Valor Efetivamente Pago aos diretores a título de RVA (*)	R\$	928.580	660.254
Quantidade de diretores contemplados com o pagamento de RVA	número	7	7
Média anual paga de RVA por diretor	R\$	132.654	94.322

(*) o valor pago de RVA em um ano refere-se ao ano anterior e às liberações de parcelas diferidas nos exercícios anteriores.

Fonte: Diretoria de Administração e TI – Banco do Nordeste (2015).

A Diretoria Executiva percebe Remuneração Variável Anual, a depender do alcance de metas por indicadores de desempenho.

O Banco entende que a política de remuneração deve propiciar retribuição adequada aos administradores, de forma compatível com o seu mercado e com as disponibilidades da empresa, observando os limites fixados pelo Órgão Controlador, por se tratar de empresa de economia mista com controle acionário do Governo Federal.

Não existe qualquer remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos, para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal.

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal.

A RVA prevê que 50% (cinquenta por cento) dessa remuneração está atrelada a instrumento baseado em ações. Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal baseados em ações.

A RVA é prevista no Estatuto do Banco, sujeita à orientação do Órgão Controlador, mediante voto do seu representante na Assembleia Geral de Acionistas, para pagamento exclusivamente à Diretoria Executiva. A distribuição da RVA obedecerá ao alcance de metas, definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício, exigindo-se o alcance mínimo de 80% (oitenta por cento) de cada indicador, sendo 50% (cinquenta por cento) dessa remuneração atrelada a instrumento baseado em ações.

3.7.3 Demonstrativo da remuneração mensal de membros de Conselhos

Os Quadros 3.7.7, 3.7.8, 3.7.9 e 3.7.10, a seguir, apresentam a remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal Banco (incluindo encargos legais).

Quadro 3.7.7 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal (valores em R\$ 1,00)

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	Período de Exercício		Remuneração												TOTAL
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
Souza, N. A.	04.04.2014	30.04.2015	5.354,25	5.354,25	5.354,25	5.595,19									21.657,94
Soller, F.	28.06.2013	31.08.2015	4.431,11	4.431,11	4.431,11	4.630,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51					35.073,88
Cavalcanti, M. R.	01.12.2011	16.04.2015	4.431,11	4.431,11	4.431,11	4.630,51							(1.846,93)		16.076,91
Ribeiro, Z. M.	11.07.2014	-	5.354,25	5.354,25	5.354,25	5.595,19	5.595,19	5.595,19	5.595,19	5.595,19	5.595,19	5.595,19	5.595,19	5.595,19	66.419,46
Cruz, D. F.	05.08.2010	09.04.2015	4.431,11	4.431,11	4.431,11	1.389,15									14.682,48
Culau, A. A.	10.04.2015	-				3.241,36	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	37.541,44
Trindade, C. A. S.	10.04.2015	-				3.241,36	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	37.541,44
Junior, A. B. L.	25.05.2015	-						5.255,66	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	30.980,72
Holanda, M. C.	07.05.2015	-					3.457,67	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	33.470,24
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a) T/S	Período de Exercício		Remuneração												TOTAL
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
(T) Lima, R. L.	22.03.2013	-	5.026,03	5.026,03	5.026,03	5.252,19	5.252,19	5.252,19	5.252,19	5.252,19	5.252,19	5.252,19	5.252,19	5.252,19	62.347,80
(T) Teixeira, M. A. M.	30.03.2012	-	4.102,88	4.102,88	4.102,88	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	50.896,23
(T) Valle, J. M.	01.04.2015	-				5.252,19	5.252,19	5.252,19	5.252,19	5.252,19	5.252,19	5.252,19	5.252,19	5.252,19	47.269,71
(T) Lima, M. T. P.	22.03.2013	-	4.102,88	4.102,88	4.102,88	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	50.896,23
(T) Proite, A.	30.03.2012	-	4.102,88	4.102,88	4.102,88	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	4.287,51	50.896,23
(S) Elias, E. S.	01.12.2014	-	4.639,41	9.278,81	6.185,89	5.252,19							(5.252,19)		20.104,11
(S) Junior, H. M. C.	25.05.2015	-						4.287,51							4.287,51

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas - Banco do Nordeste (2015).

Os mandatos em aberto somente serão concluídos na data da Assembleia Geral Ordinária – AGO, em 2017.

3.7.4 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro 3.7.8 – Síntese da Remuneração dos Administradores – Diretoria (R\$ 1,00)

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	7	7
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	4.750.206,26	4.475.629,04
a) salário ou pró-labore	3.484.992,58	3.247.838,36
b) benefícios diretos e indiretos		-
c) remuneração por participação em comitês		-
d) outros	212.683,62	282.947,55
e)(previdência social e FGTS	1.052.530,06	944.843,13
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	590.799,08	1.064.994,54
e) bônus		-
f) participação nos resultados (**)	590.799,08	1.064.994,54
g) remuneração por participação em reuniões		-
h) comissões		-
i) outros		-
III – Total da Remuneração (I + II)	5.410.460,58	5.540.623,58
IV – Benefícios pós-emprego	265.894,92	307.803,61
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (*)	643.207,03	333.571,26
VI – Remuneração baseada em ações (**)	69.455,24	-

(*) Compreende os valores pagos a título de ajuda de custo e remuneração no período do impedimento (quarentena).

(**) A parcela paga com instrumento baseado em ações decorrentes da RVA.

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas - Banco do Nordeste (2015).

Quadro 3.7.9 – Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho de Administração (R\$ 1,00)

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	09	08
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	289.674,71	261.137,47
a) salário ou pró-labore	289.674,71	261.137,47
b) benefícios diretos e indiretos	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-
d) outros	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-
e) bônus	-	-
f) participação nos resultados	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-
h) comissões	-	-
i) outros	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	289.674,71	261.137,47
IV – Benefícios pós-emprego	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas - Banco do Nordeste (2015).

Quadro 3.7.10 – Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho Fiscal (R\$ 1,00)

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	07	06
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	286.697,82	249.476,42
a) salário ou pró-labore	286.697,82	249.476,42
b) benefícios diretos e indiretos		-
c) remuneração por participação em comitês		-
d) outros		-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		-
e) bônus		-
f) participação nos resultados		-
g) remuneração por participação em reuniões		-
h) comissões		-
i) outros		-
III – Total da Remuneração (I + II)	286.697,82	249.476,42
IV – Benefícios pós-emprego		-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		-
VI – Remuneração baseada em ações		-

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas - Banco do Nordeste (2015)

3.7.5 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores (Diretoria Executiva)

A Remuneração Variável (bônus e participação no resultado) dos membros da Diretoria Executiva está detalhada no Quadro 3.7.11, a seguir.

Quadro 3.7.11 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores (R\$ 1,00)

RECONHECIMENTO DE BÔNUS E PARTICIPAÇÃO DE RESULTADOS	EXERCÍCIO	
	2015	2014
I – Bônus (a+b+c+d)	-	-
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
b) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-
d) valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	660.254,32	928.579,82
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
f) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	660.254,32	928.579,82
III – Total (I + II)	660.254,32	928.579,82

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas - Banco do Nordeste (2015).

3.8 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

Em atendimento às normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, à legislação e aos pronunciamentos correspondentes ao processo de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade (IFRS) e às demais normas correlatas, o Banco do Nordeste, no exercício de 2012, por meio de processo licitatório, contratou empresa especializada para prestação dos serviços de auditoria independente, contrato esse que vigorou durante o exercício de 2015.

Referido processo de licitação obedeceu às disposições fixadas no Edital e nos dispositivos legais pertinentes à matéria, inclusive a Lei nº 8.666, de 21.06.1993, resultando nas informações a seguir:

Licitação e Contratação:

- Pregão eletrônico nº 2011/200, realizado em 19.12.2011;
- Contrato nº 2012/008, firmado em 03.02.2012, com vigência de 12 meses, com possibilidade de prorrogação por períodos iguais e sucessivos, mediante aditivo, limitado a 60 meses;
- Valor originalmente contratado: R\$ 1.096.000,00;
- Contrato repactuado para o período de março/2015 a fevereiro/2016;
- Valor atual do contrato – R\$ 1.324.445,00 para o período de março/2015 a fevereiro/2016.

Dados da empresa contratada:

- Razão Social à época da contratação: Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, atualmente Ernst & Young Auditores Independentes S/S;
- CNPJ: 61.366.936/0001-25.

Serviços Contratados (período de março/2015 a fevereiro/2016)

Serviços ordinários:

- Auditoria contábil das demonstrações financeiras do Banco do Nordeste;
- Auditoria contábil das demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE;
- Auditoria contábil sobre as Informações Trimestrais - ITR do Banco, na forma da instrução CVM 480 e atualizações posteriores;
- Auditoria sobre as Informações Financeiras Trimestrais - IFT, do Banco, consoante Circular Bacen nº 2.990 (item excluído, conforme pactuado no 5º do Aditivo ao Contrato nº 2012/008, de 28.02.2013);
- Exame e elaboração de relatório/parecer sobre a demonstração de informações de natureza social e ambiental a ser apresentada ao término de cada exercício social;
- Auditoria e apresentação de relatório/parecer das demonstrações financeiras, inclusive nos processos de incorporação, fusão e cisão, dos fundos de investimento financeiro administrados pelo Banco do Nordeste - 20 fundos;
- Auditoria e apresentação de relatório/parecer anual de asseguarção limitada sobre o demonstrativo das aplicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT;
- Análise dos sistemas de custódia, na forma da instrução CVM-89, de 08.11.88, e demais disposições legais e normativas vigentes;

- Emissão de relatórios semestrais de avaliação da qualidade e adequação às normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil;
- Exame do sistema de controle interno contábil dos contratos firmados com o Banco Mundial - BIRD, incluindo-se contratos firmados com corporações financeiras subsidiárias do BIRD;
- Emissão de relatório semestral circunstanciado de revisão dos critérios adotados pela instituição quanto à classificação dos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras consoante resolução CMN nº 2.682, de 21.12.99 e outras normas aplicáveis;
- Emissão de relatório fiscal sobre a revisão das bases de cálculo dos impostos e contribuições de responsabilidade do Banco do Nordeste;
- Emissão de relatório anual do procedimento da Escrituração Contábil Fiscal - ECF;
- Realização de *due diligence* na carteira de empréstimos do programa CrediAmigo (período jan a dez);
- Auditoria das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas do Fundo de Investimentos do Nordeste – Finor, levantadas anualmente;
- Auditoria sobre o relatório semestral de ouvidoria, na forma da resolução 3.849, de 25 de março de 2010, do Conselho Monetário Nacional e demais normas aplicáveis;
- Relatório anual para atendimento às disposições do artigo 16, do código Anbima de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e demais normativos aplicáveis;
- Exame e elaboração de relatório de asseguarção limitada sobre o relatório de sustentabilidade do Banco, com comprovação de adequação às diretrizes da *Global Reporting Initiative - GRI* e indicação do nível de aplicação;
- Emissão de relatório/parecer sobre as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste (individuais e/ou consolidadas) com base nas Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS, levantadas anualmente.

Serviços eventuais

- Auditoria de fundos de investimento financeiros que venham a ser criados e/ou administrados pelo Banco do Nordeste na vigência do contrato anual, até o limite de 05 (cinco) novos fundos por cada ano, com adoção dos procedimentos de apresentação de relatório/parecer das demonstrações financeiras;
- Exame do sistema de controle interno contábil dos contratos firmados entre o Banco do Nordeste e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, incluindo-se contratos firmados com corporações financeiras subsidiárias do BID;
- Execução dos procedimentos necessários ao lançamento de papéis no mercado externo pelo Banco do Nordeste (correspondente a uma emissão por ano).

3.9 POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS RESULTADOS DA ENTIDADE

A Política de Participação de Empregados e Administradores nos resultados do Banco do Nordeste é tratada em programas distintos para empregados e para diretores, na forma descrita a seguir.

3.9.1 Política de participação dos empregados nos resultados da empresa

A concessão da Participação nos Lucros ou Resultados - PLR aos empregados do Banco do Nordeste do Brasil S/A fundamenta-se nas disposições contidas no artigo 7º, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, na Lei nº 10.101, de 19.12.2000, na Resolução CCE nº 10, de 30.05.1995 e nos demais instrumentos normativos sobre a matéria, emanados do Governo Federal.

A PLR tem por objetivo estimular os empregados a elevarem sua contribuição para que o Banco:

- Atinja melhores índices de eficiência e expansão dos negócios;
- Inove suas práticas negociais e administrativas; e
- Alcance melhoria da qualidade dos produtos, dos serviços e da gestão.

Os recursos para pagamento da PLR originam-se do lucro líquido do Banco do Nordeste obtido no exercício, publicada na demonstração do resultado encaminhada à CVM.

O pagamento da PLR observa o desempenho medido pelos indicadores: Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido - IRPL, Índice de Eficiência - Ief, Captação de Recursos - CR, Aplicação em Crédito Comercial - CC, Aplicações do CrediAmigo - CRMG e Qualidade do Crédito - QC.

Os indicadores de desempenho têm a seguinte definição:

- a) Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido - IRPL = Lucro Líquido do período de referência, antes da participação dos empregados, sobre o Patrimônio Líquido do final do exercício anterior.
- b) Índice de Eficiência - Ief = somatório das Receitas de Prestação de Serviços sobre o somatório das Despesas de Pessoal, excluídas as despesas de provisões reconhecidas em cumprimento da Deliberação CVM 695, de 13.12.2012 e Outras Despesas Administrativas, referentes ao período de referência.
- c) Captação de Recursos - CR = somatório do saldo das captações com os seguintes produtos: “Fundos de Investimento-Varejo”; “Letras de Crédito do Agronegócio”; “Depósitos à Vista”; “Depósitos a Prazo” (excluídos depósito do Finor e FAT); “Depósitos para Reinvestimento”; e “Depósitos de Poupança”.
- d) Aplicação em Crédito Comercial - CC = somatório do saldo das aplicações nos seguintes segmentos: “Contas Garantidas”; “Capital de Giro”; “Crédito Direto ao Consumidor”; “Títulos Descontados”; “Parcelamento/Refinanciamento do Cartão de Crédito”; “Crédito Documentário de Importação”; “Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio”; “Adiantamentos sobre Contrato de Exportação”; e “Beneficiários de Garantias Prestadas”.
- e) Aplicações do CrediAmigo - CRMG = saldo das aplicações contemplando os clientes do microcrédito (CrediAmigo).
- f) Qualidade do Crédito - QC = participação percentual do somatório dos saldos de operações de crédito sujeitas a risco do Banco, incluído o saldo das operações do FNE contratadas com risco compartilhado, classificadas nos níveis “AA”, “A”, “B” e “C”, previstos na Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil, no saldo total das operações de crédito sujeitas a risco do Banco, incluído o saldo das operações do FNE contratadas com risco compartilhado.

A esses indicadores são atribuídas, anualmente, metas desafiadoras, em consonância com o histórico dos resultados da empresa e de acordo com o cenário econômico vigente.

Esses indicadores de desempenho recebem, cada um, uma pontuação decorrente do alcance da meta. A pontuação total dos indicadores determina o percentual do Lucro Líquido a distribuir de PLR até o máximo de 12% (doze por cento) ou 25% (vinte e cinco por cento) dos dividendos ou juros sobre o capital próprio efetivamente pagos aos acionistas, o que for menor.

A PLR relativa ao período de referência será paga no mês imediatamente posterior à realização da Assembleia Geral Ordinária e somente após o pagamento dos dividendos aos acionistas. A distribuição da PLR aos empregados será ajustada em Acordo a ser firmado com as entidades sindicais que os representam.

A aprovação do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados do Banco, anualmente, compete ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Dest, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com o Decreto nº 3.735, de 24.01.2001 e com o Decreto nº 8.578, de 26.11.2015 (Anexo I, art. 8º inciso IV, alínea "g").

A seguir, no Quadro 3.9.1, são apresentados os dados gerais e o valor efetivamente pago aos empregados a título de PLR em 2013 e 2014.

Quadro 3.9.1 Evolução do Lucro Líquido, Valor Pago de PLR e de Dividendos, Número de Empregados e Média - Período: 2013 e 2014

INDICADORES	Unidade de Medida	Exercícios Financeiros	
		2013	2014
		Realizado	Realizado
Lucro Líquido do Exercício	R\$ mil	360.357	747.350
Dividendos pagos aos Acionistas, inclusive juros sobre o capital próprio	R\$ mil	229.999	533.030
Valor Efetivamente Pago aos empregados a título de PLR	R\$	54.640	60.603
Quantidade de empregados contemplados com o pagamento de PLR	Número	6.478	7.266
Média anual paga de PLR por empregado	R\$	8.434	12.065

Fonte: Diretoria de Administração e TI – Banco do Nordeste

A Política de participação dos Administradores nos resultados do Banco do Nordeste foi tratada no item 3.7.2 deste capítulo.

3.10 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE

No Banco do Nordeste, não há definida política de aquisição e venda de participações por membros dos colegiados que participam da governança da instituição. As transações de aquisição e venda de ações do Banco ocorrem de maneira particular pelos membros desses colegiados.

No Quadro 3.10 é apresentada a posição acionária de membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Remuneração e do Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A., para a competência dezembro/15.

A composição completa dos comitês e colegiados é informada, mensalmente, via sistema ENET da BM&FBOVESPA, para as posições individuais e posição consolidada de todos os membros, em atendimento ao Art. 11 da Instrução CVM n.º 358, de 03.01.2002.

Registre-se que na aquisição de ações escriturais que estão custodiadas na BM&FBOVESPA, a transação de compra e venda é intermediada por uma Corretora de Títulos e Valores Mobiliários. Para as ações custodiadas no próprio Banco do Nordeste, a transação de compra e venda das ações é efetivada entre as partes interessadas e a transferência da titularidade é realizada pelo Ambiente de Mercado de Capitais.

Quadro 3.10 - Participação Acionária de Membros de Colegiados do Banco

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		Ações Ordinárias	
Nome / CPF	Quantidade	(%)	
Zilana Melo Ribeiro – 162.836.353-34	01	0,000001158	
% CONSAD	01	0,000001158	
CONSELHO FISCAL		Ações Ordinárias	
Nome / CPF	Quantidade	(%)	
José Lucenildo Parente Pimentel - 112.680.853-91	06	0,000006947	
José Mario Valle - 022.514.198-10	1400	0,001620906	
Raimundo Lourival de Lima - 016.097.694-49	13	0,000015051	
% CONFIS	1419	0,001642904	
DIRETORIA EXECUTIVA		Ações Ordinárias	
Nome / CPF	Quantidade	(%)	
Francisco das Chagas Soares – 011.229.083-34	05	0,000005789	
% DIREX	05	0,000005789	
COMITÊ DE REMUNERAÇÃO		Ações Ordinárias	
Nome / CPF	Quantidade	(%)	
Zilana Melo Ribeiro – 162.836.353-34	01	0,000001158	
% COREM	01	0,000001158	
COMITÊ DE AUDITORIA		Ações Ordinárias	
Nome / CPF	Quantidade	(%)	
José Wilkie Almeida Vieira - 001.714.923-15	05	0,000005789	
Vera Maria Menezes Vieira - 139.753.073-15 (*)	02	0,000002316	
(*) Cônjuge de José Wilkie Almeida Vieira			
% COAUDIT	07	0,000008105	

Fonte: Ambiente de Mercado de Capitais – Banco do Nordeste (2015)

CAPÍTULO 4

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1. CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO

O Banco do Nordeste adota um modelo de atendimento multicanal, que possibilita a oferta de pontos de contato e interação com os seus clientes, buscando melhorar a eficiência, a tempestividade e a qualidade dos serviços prestados. Com objetivo de intensificar e aprofundar o relacionamento com o mercado, potencializando a realização da sua missão e a ampliação de seus negócios, o Banco viabiliza canais com atendimento presencial, à distância e digital, relacionados a seguir:

- Agência bancária;
- Agências itinerantes;
- Posto de Atendimento Bancário (PAB);
- Unidade de Atendimento CrediAmigo e Agroamigo;
- Autoatendimento, com rede própria de terminais de Caixas Eletrônicas e redes compartilhadas com a TECBAN e o Banco do Brasil;
- Correspondente não bancário de outras instituições financeiras;
- *Internet Banking* (Nordeste Eletrônico) e *Mobile Banking*;
- Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão;
- Ouvidoria.

4.1.1 Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão - CRCIC

O CRCIC atua por meio de múltiplos canais para atendimento às demandas de clientes relacionadas às reclamações, denúncias, cancelamentos, informações e elogios, operando nas modalidades de: Receptivo Voz, Receptivo Multimeios e Atendimento Ativo. Dentre os principais serviços de atendimento ativo cabe evidenciar: sinalização de prospecções de novos negócios, monitoramento dos acessos suspeitos por meio do Nordeste Eletrônico, realização de contatos sobre renovações de seguros vencidos e a vencer, avisos de reembolsos, cobranças de parcelas vencidas, bem como, realização de pesquisas de satisfação junto aos clientes sobre produtos, serviços e canais de atendimento do Banco.

Os serviços prestados pelo CRCIC em 2015 foram distribuídos em 345.216 atendimentos receptivos voz (telefone), 85.786 referentes à emissão de boletos, 50.363 receptivos multimeios (SIC, *web*, Fale Conosco, sítios de reclamação, sala de imprensa, fax e cartas) e 1.251.931 atendimentos ativos, segmento este que representou 72,23% do total realizado em 2015, atingindo um volume superior ao ano de 2014, que prestou 1.028.602 atendimentos ativos. O crescimento do atendimento ativo foi evidenciado pela elevação do serviço de cobrança (recuperação de crédito 1º e 2º nível).

O Quadro 4.1, a seguir, apresenta dados que demonstram que, durante o ano de 2015, o Centro de Relacionamento prestou 1.733.296 serviços de atendimentos, um resultado 14% superior ao obtido no ano de 2014.

Quadro 4.1 - Comparativo dos Serviços Prestados pelo CRCIC em 2014 e 2015

Serviços	2014	%	2015	%
1. Atendimento Receptivo Voz (SAC/CAC)	375.555	24,68	345.216	19,92
2. Emissão de Boletos	60.433	3,97	85.786	4,95
3. Atendimento Receptivo Multimeios (SIC, WEB, sítios de reclamações ao consumidor, redes sociais)	56.827	3,74	50.363	2,91
4. Atendimento ATIVO:	1.028.602	67,61	1.251.931	72,23
4.1 Negócios Institucionais	532.120	51,73	504.261	40,28
4.2 Recuperação de Crédito	236.227	22,97	450.207	35,96
4.3 Envio de SMS	260.255	25,30	297.463	23,76
Total (1+2+3+4)	1.521.417	100,00	1.733.296	100,00

Fonte: Ambiente de *Marketing* – Banco do Nordeste (2015)

Os serviços de atendimento receptivo voz estão disponibilizados por meio dos seguintes canais:

- Telefone 0800-728-3030 – SAC Banco do Nordeste: Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC: atendimento receptivo com prestação de informações e esclarecimento de dúvidas, apoio às campanhas publicitárias do Banco, acatamento de reclamações, sugestões, denúncias e elogios, em adequação ao Decreto nº 6.523, de 31.07.2008.
- Telefones 4020-0004/0800-033-0004 – Atendimento Transacional e Reativo – CAC: Atendimento receptivo voltado para negócios e transações bancárias, apoio às empresas, orientações sobre Nordeste Eletrônico, Sistema de Cobrança, Nordeste Empresarial, convênios, folha de pagamento, extratos, orientação sobre utilização do Sistema de Gerenciamento de Depósitos Judiciais, atualização cadastral em base própria dos telefones dos clientes, dentre outros.
- Telefones 4020-0004/0800-033-0004 - Atendimento Eletrônico prestado pela Unidade de Resposta Audível (URA) para fornecimento de saldos, extratos, bloqueios e desbloqueio de cartões.

Os serviços de atendimento receptivo multimeios estão disponibilizados por meio dos seguintes canais de atendimento:

- Serviço de Informação ao Cidadão - SIC - Sistema e-SIC: <http://www.acessoainformação.gov.br/sistema> - Atendimento às demandas dos cidadãos, conforme Lei nº 12.527/11, sancionada pela Presidência da República, conhecida como Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor em 16.05.2012;
- Atendimento *web* - mensagens para o endereço relacionamento@bnb.gov.br ou link do serviço Fale Conosco <http://www.bnb.gov.br/web/guest/fale-conosco2> – orientações via *e-mail*, campanhas de *e-marketing*, dentre outros;

- Sala de Imprensa – mensagens postadas pelo público no *Facebook*, através do *link* para a seção “sala de imprensa” (<http://www.bnb.gov.br/web/guest/sala-de-imprensa>) no *site* do Banco na Internet;
- Sítios de Reclamação – www.reclameaqui.com.br e www.reclamao.com – tratamento de reclamações registradas nos *sites* da Internet “Reclame Aqui” e “Reclamação”. Tais sítios, que não são do Banco do Nordeste, estão direcionados ao público brasileiro e se propõem a intermediar a solução de problemas entre os consumidores e as empresas;
- Cartas/fax - Caixa Postal 628 – Fortaleza-CE – CEP: 60.035-210 / Fax (085) 3251-6060;
- Monitoramento do *Internet Banking* – contato com clientes sobre acesso, com fins de prevenção de fraudes;

O Atendimento de ‘Emissão de Boletos’ poderá ocorrer de forma ativa ou receptiva, seja quando o cliente solicita o serviço, ou quando o Banco disponibiliza esse serviço mediante aviso de reembolso e outros. O serviço é realizado pelo Centro de Relacionamento quando as operações se encontram em situação de normalidade.

A Tabela 4.1 apresenta a quantidade de atendimentos da Central de Relacionamento do Banco do Nordeste.

Tabela 4.1 – Quantidade de Atendimentos Personalizados

Grandes Números CRCIC - 2015	Total	%
Atendimento Receptivo Voz	345.216	19,92
Emissão de Boletos	85.786	4,95
Atendimento Receptivo Multimeios	50.363	2,91
Atendimento Ativo	1.251.931	72,23
Total	1.733.296	100,00

Fonte: Ambiente de *Marketing* – Banco do Nordeste (2015)

O Centro de Relacionamento com Cliente gerencia, ainda, Pesquisa de Satisfação Eletrônica para medir a satisfação dos clientes em relação ao atendimento prestado, conforme pode ser observado na Tabela 4.2. Cabe evidenciar como melhoria no decorrer dos últimos anos, o aumento percentual da amostra de clientes que realizou a avaliação dos atendimentos prestados nos citados canais, representando: 1,24% (2012), 16,48% (2013), 21,87% (2014) e 30,76% (2015), bem como a nota de avaliação dos clientes que se manteve alta e com leve elevação de patamar, de 93 (2012 e 2013) para 95 (2014 e 2015). Assim, é inferida a efetividade desses canais de atendimento disponibilizados aos clientes do Banco, no período analisado, considerando-se a elevação da participação voluntária e boa avaliação registrada pelos clientes na pesquisa de satisfação eletrônica disponibilizada pelo Banco do Nordeste.

Tabela 4.2 – Pesquisa de Satisfação Eletrônica

Ano	% de pesquisas realizadas em relação ao volume de ligações recebidas	Média Atribuída pelos Clientes
2015	30,76%	95,23

Fonte: Ambiente de Marketing – Banco do Nordeste (2015)

4.1.2 Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre o Banco do Nordeste e os cidadãos, que tem como atribuição principal atuar como instância recursal na resolução das demandas dos clientes e usuários dos produtos e serviços do Banco, quando a solução oferecida pelos canais habituais de atendimento da Instituição não tenha sido considerada satisfatória pelos demandantes.

Por meio de linha de telefone gratuita, 0800 033 3033; Internet, a partir do [site www.bnb.gov.br/faleconosco](http://www.bnb.gov.br/faleconosco); carta; ou de forma presencial, os clientes podem registrar suas reclamações, denúncias, informações e sugestões, que são encaminhadas às áreas internas responsáveis para análises em busca das soluções possíveis, cuja pertinência é analisada pela Ouvidoria à luz dos preceitos do Código de Defesa do Consumidor e da transparência das relações entre Banco e clientes.

Durante o ano de 2015, a Ouvidoria recebeu e analisou 573 manifestações, distribuídas conforme Tabela 4.3, que apresenta também os resultados dos dois anos anteriores, onde se constata estabilidade nas suas quantidades e distribuição. Como se percebe, o perfil dos atendimentos se caracteriza pela forte participação das reclamações no total de manifestações, seguido das denúncias.

Tabela 4.3 - Manifestações Recebidas nos Anos de 2013 a 2015

Natureza	2013		2014		2015	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Reclamação	412	71%	391	66%	409	71%
Denúncia	132	23%	161	27%	120	21%
Informação	22	4%	36	6%	25	4%
Sugestão	13	2%	6	1%	11	2%
Elogio	0	0%	0	0%	8	1%
TOTAL	579	100%	594	100%	573	100%

Fonte: Ouvidoria - Banco do Nordeste (2015).

A Ouvidoria registra e trata não apenas as manifestações recebidas por meio dos instrumentos de comunicação que disponibiliza, mas também aquelas oriundas de registros de clientes e usuários dos serviços do Banco no Sistema de Registro de Demandas do Cidadão - RDR, do Banco Central do Brasil, bem como nos órgãos de proteção e defesa do consumidor, a exemplo dos Programas de Proteção e Defesa do Consumidor e Comissão de Valores Mobiliários.

A Resolução CMN/BACEN nº 4.433/15, de 23.07.2015, que foi editada em substituição à Resolução CMN/BACEN 3.849/10, estabeleceu o prazo de 10 dias úteis para atendimento às demandas registradas na Ouvidoria, admitida prorrogação por igual período, desde que os casos prorrogados não ultrapassem 10% do total de demandas. Esses prazos vêm sendo observados plenamente pela Ouvidoria do Banco do Nordeste.

A Tabela 4.4 a seguir apresenta a quantidade de manifestações observadas nos últimos três anos, classificadas pela origem, onde se observa o crescimento progressivo dos registros no RDR/BACEN.

Tabela 4.4 – Origem das Manifestações de Ouvidoria nos Anos de 2013 a 2015

Origem	2013	2014	2015
Ouvidoria BNB	458	443	411
RDR/BACEN	108	132	144
PROCONs	13	21	18
CVM	0	1	0
TOTAL	579	597	573

Fonte: Ouvidoria - Banco do Nordeste (2015).

Após análise pela Ouvidoria e áreas pertinentes, bem como envio de resposta aos demandantes, as reclamações são classificadas como procedentes (solucionadas ou não solucionadas) e improcedentes, segundo os normativos do Banco Central e os critérios estabelecidos pelo Banco do Nordeste. Em 2015, das 410 reclamações, 251 foram consideradas improcedentes (61% do total), 155 (38% do total) foram consideradas procedentes solucionadas e 4 (1% do total) procedentes não solucionadas.

A Ouvidoria também analisa de forma pormenorizada todas as reclamações encaminhadas pelos clientes com o intuito de identificar oportunidades de aprimoramento dos processos, produtos e serviços do Banco do Nordeste e, com fundamento nestas, expedir Recomendações de Melhorias às áreas gestoras, em conformidade com o disposto na Resolução CMN/BACEN nº 3.849/10 e normativos internos.

4.2 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

A LAI – Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), e o Decreto regulamentador 7.724/2012, tratam do direito constitucional de acesso à informação, inclusive da chamada “Transparência Ativa”, que é o dever dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal de promover a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral nos seus sítios na Internet.

Além de *banner* padrão na página inicial, que dá acesso à seção “Acesso à Informação”, o sítio do Banco exibe a barra de identidade do Governo federal, a qual dá acesso ao Portal Brasil e ao sítio principal da LAI.

- A seção “Acesso à Informação” traz as informações exigidas pelo Decreto 7.724 (Art. 7º, § 3º) e segue as recomendações do Guia de Publicação Ativa nos Sítios Eletrônicos dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal, editado pela CGU:

Link: <http://www.bnb.gov.br/web/guest/aceso-a-informacao>

- Na Seção “Acesso à Informação”, a partir do atalho “Institucional”, diversas informações de interesse dos acionistas e do mercado podem ser consultadas, a exemplo de: atas das Assembleias Gerais, sumários das Reuniões do Conselho de Administração, acesso ao Comitê de Auditoria, informações exigidas pela CVM, relatórios da Administração, demonstrativos contábeis, etc.

Link: <http://www.bnb.gov.br/web/guest/sobre-o-bnb>

- Na mesma seção, a partir do atalho “Auditorias”, é possível acessar os Relatórios de Gestão do Banco do Nordeste e do FNE, e os Relatórios de Auditoria de Gestão, Certificados de Auditoria e Pareceres do Dirigente do Órgão de Controle Interno.

Link: <http://www.bnb.gov.br/web/guest/relatorios-de-prestacao-de-contas-anuais>

- Ainda na Seção “Acesso à Informação” é possível consultar informações relativas a Convênios e Patrocínios, Despesas, Licitações e Contratos.

Link : <http://www.bnb.gov.br/web/guest/acesso-a-informacao>

- Finalmente, são disponibilizados relatórios sobre a atuação do Banco em Microfinanças, Responsabilidade Socioambiental e Estudos e Pesquisas.

Links:

<http://www.bnb.gov.br/relatorios-e-resultados2>

<http://www.bnb.gov.br/web/guest/informacoes-e-relatorios>

<http://www.bnb.gov.br/publicacoes-editadas-pelo-etene>

<http://www.bnb.gov.br/microcredito>

CAPÍTULO 5

DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

O Banco do Nordeste apresentou em 2015 um resultado líquido de R\$ 305,7 milhões, montante 59% inferior ao alcançado em 2014 (R\$ 747,4 milhões). Referido resultado foi fortemente impactado pela elevação da inadimplência, advinda de um cenário de desaceleração econômica, o qual culminou com um volume de despesas de provisão de crédito 151% superior ao exercício de 2014, considerando-se nessa análise as despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa e despesas com passivo contingente relativas às operações de crédito do FNE com risco para o Banco. Nada obstante a redução no resultado, o Banco apresentou em 2015 crescimento significativo em todas as áreas negociais, destacando-se: a elevação de R\$ 633,9 milhões nas receitas com operações de crédito; o crescimento de R\$ 730 milhões nas operações com títulos e valores mobiliários; e o aumento de R\$ 180 milhões nas receitas de prestação de serviços. É importante destacar que as despesas administrativas apresentaram crescimento de apenas 5,8% (R\$ 141 milhões), quando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do período foi de 10,67%, e considerando que houve o ingresso de 538 novos funcionários e 07 novas agências foram inauguradas. Demonstra-se, em termos reais, a melhoria na eficiência pela capacidade de geração de novas receitas com menos recursos. Salienta-se, também, a adequação do capital do Banco às exposições de risco de suas operações, ao encerrar o exercício de 2015 com índice de Basileia de 14,2%, frente à uma exigência de 11%.

5.1.1 Ativos Totais

Ao término de 2015, os ativos globais do Banco do Nordeste apresentaram um acréscimo de 8,4% (R\$ 3.216,9 milhões) em relação ao final de 2014. Nos ativos da Instituição também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 5,2 bilhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (R\$ 6,1 bilhões). O crescimento dos saldos de ativos do Banco de dezembro de 2014 para dezembro de 2015 está representado, preponderantemente, pelo acréscimo observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários e no saldo de operações de crédito, conforme Tabela 5.1. Destaca-se que o saldo de operações de crédito de 2015 foi afetado pela elevação do provisionamento de créditos de liquidação duvidosa, em face da redução da atividade econômica com reflexos na inadimplência e na reclassificação de risco das operações.

Tabela 5.1 - Ativos Globais (R\$ milhões)

Especificação	Banco do Nordeste	
	31.12.2014	31.12.2015
Disponibilidades ^(*) , Aplicações Interfinanceiras e TVM	22.748,9	24.982,4
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	0,0	0,0
Relações Interfinanceiras	402,5	223,6
Operações de Crédito (Retificado por Provisões)	11.736,3	12.199,9
Outros Créditos (Retificado por Provisões)	3.059,9	3.749,5
Outros Valores e Bens	27,7	32,0
Permanente	229,7	234,5
Total	38.205,0	41.421,9

Fonte: Diretoria de Controle e Risco – Superintendência de Controle Financeiro

^(*) Nas disponibilidades do Banco do Nordeste estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE.

5.1.2 Títulos e valores mobiliários

O saldo da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 31.12.2015, corresponde a R\$ 11,7 bilhões.

Em atendimento à Circular nº 3.068, de 08.11.2001, editada pelo Banco Central, o Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”. Dessa forma, a Alta Administração do Banco declara que a instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

5.1.3 Captação de recursos

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2015, um saldo de captação de recursos de R\$ 8.898,1 milhões representando um decréscimo de 8,0 % (R\$ 769,8 milhões) em relação ao mesmo período em 2014, em linha com a sua estratégia de melhor ajustar seus níveis de captações às suas necessidades de recursos, buscando, entretanto, redução nos custos de captação. Neste mister, destacam-se a performance dos produtos ‘Depósitos à Vista’, com incremento de 90,1% , variação de R\$ 157,8 milhões (R\$ 333,0 milhões em dezembro/15 contra R\$ 175,2 milhões em dezembro/14) e ‘Letras de Crédito do Agronegócio – LCA’ que apresentaram acréscimo de 158,3%, variação de R\$ 132,0 milhões (R\$ 215,4 milhões em dezembro/15 contra R\$ 83,4 milhões em dezembro/14).

5.1.4 Administração de Fundos de Investimento

No final de 2015, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou o saldo de R\$ 5.175,2 milhões, um crescimento de 5,7% em relação ao final de 2014. Na mesma posição, o Banco do Nordeste administrava 27 fundos de investimento, com 64.582 cotistas, uma evolução de 12,0% em relação ao ano anterior.

A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R\$ 29,9 milhões no ano de 2015, um incremento de 19,0% em relação a 2014.

5.1.5 Patrimônio Líquido e resultados

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2015, Patrimônio Líquido de R\$ 2,8 bilhões. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, no ano de 2015, foi de 10,3% a.a. O capital social é representado por 86.371.464 ações escriturais ordinárias, sem valor nominal, integralizadas. O lucro líquido foi de R\$ 305,7 milhões, representando um resultado de R\$ 3,54 por ação.

5.2 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

O Banco do Nordeste, na qualidade de instituição financeira estatal de economia mista, não está obrigada a integrar o sistema de informações de custo – SIC do Governo Federal, conforme Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011. O Banco utiliza como ferramenta de gestão o modelo de apuração de margem de contribuição de suas unidades operacionais. Referida margem é resultado

da diferença entre as receitas e as despesas da intermediação financeira, não incluindo nessa análise quaisquer métodos de rateio de suas despesas administrativas para essas unidades.

5.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 6.404/76 E NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações do Banco do Nordeste estão no **Apêndice 5.3 - CADERNO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BANCO DEZ 2015.**

CAPÍTULO 6

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 GESTÃO DE PESSOAS

O Banco do Nordeste considera essencial para alcance de sua missão, dos seus objetivos e da excelência empresarial, contar com pessoas com alto desempenho e focadas em resultados, identificadas e comprometidas com a missão, qualificadas, motivadas, saudáveis, criativas, inovadoras, éticas e solidárias.

Nesse sentido, são desafios permanentes da gestão de pessoas no Banco do Nordeste proporcionar aos seus empregados melhor qualidade de vida, oportunidade de crescimento profissional, reconhecimento à potencialidade individual, criatividade, inovação, educação permanente, ambiente de trabalho alicerçado na democracia, participação, transparência, respeito, harmonia, cordialidade, liberdade de expressão, solução negociada dos conflitos em todos os níveis e ambiente físico adequado e seguro.

6.1.1 Estrutura de Pessoal da unidade

As informações sobre a distribuição da força de trabalho por tipos de cargos estão detalhadas nos Quadros 6.1, 6.2 e 6.3.

Quadro 6.1 - Força de Trabalho do Banco do Nordeste - 2015

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregados em Cargos Efetivos	7.150	7.232	538	270
1.1. Empregados de Carreira (1.1.1+1.1.2)	7.150	7.232	538	270
1.1.1. Empregados de carreira vinculada ao órgão	7.150	7.231	538	270
1.1.2. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	1	não há	não há
2. Empregados contratados a termo (*)	não há	1	não há	não há
3. Total de Servidores (1+2)	7.150	7.233	538	270

(*) Contratados com base no Art. 66 do Estatuto do Banco para exercerem as funções de assessoramento especial do Presidente do BNB

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas – Banco do Nordeste

Quadro 6.2 - Distribuição da Lotação Efetiva - 2015

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Empregados de Carreira		
1.1. Empregados de Carreira (1.1.1+1.1.2)	3.241	3.991
1.1.1. Empregados de carreira vinculada ao órgão	3.241	3.990
1.1.2. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1
2. Empregados contratados a termo (*)	1	0
3. Total de Servidores (1+2)	3.242	3.991

(*) Contratados com base no Art. 66 do Estatuto do Banco para exercerem as funções de assessoramento especial do Presidente do BNB

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas – Banco do Nordeste

Quadro 6.3 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas - 2015

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções em Comissão	não há	5.620	14	202
1.1. Empregados com função em comissão				
1.1.1. Empregados de carreira com função em comissão vinculada à entidade	não há	5.620	14	202
2. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	não há	5.620	14	202

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas – Banco do Nordeste

As informações sobre a distribuição da força de trabalho no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico e de unidades e subunidades descentralizadas estão no **Apêndice 6.1 – Distribuição da força de trabalho por macroprocessos e por unidades**.

Análise Crítica

De acordo com a Cláusula 31 do Acordo Coletivo de Trabalho 2014/2015, firmado com as entidades representativas dos empregados, devidamente autorizada pelo Dest, conforme Ofício nº 233/DEST/SE-MP, de 23.03.2015, 538 novos empregados ingressaram no Banco.

A formalização do quadro aprovado encontra-se em tramitação no Ministério da Fazenda e no Dest, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O quadro de distribuição de empregados entre as áreas meio e fim desta instituição demonstra uma equivalência naquela distribuição, considerando uma diferença de aproximadamente 10% entre as áreas (45% de empregados na área meio e 55% na área fim).

Comparativamente com o quadro Força de Trabalho do Banco, pode-se observar que 78% dos 7.233 empregados desta Instituição ocuparam função em comissão no ano de 2015.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

A elevação das despesas com pessoal em relação ao ano de 2014 decorreu, principalmente, dos efeitos do acordo coletivo com reajuste salarial de 10% incidente sobre os valores de todas as verbas salariais praticados em agosto/2015, com repercussão nos benefícios e em verbas de caráter eventual (horas extras, substituições de função em comissão, indenização de folgas, ausências abonadas e licenças-prêmio), bem como do reajuste de 14% sobre os auxílios refeição e alimentação e da admissão de novos empregados. O Quadro 6.4 apresenta os dados referentes às despesas de pessoal do Banco do Nordeste.

Quadro 6.4 - Demonstrativo das Despesas com Pessoal (em R\$ 1,00)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Decisões Judiciais	Total	
		Função em Comissão	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários			Demais Despesas Variáveis
Empregados de Carreira não Comissionados									
2015	39.116.875,97	-	24.961.704,10	20.959.266,93	32.353.519,70	4.074.362,75	1.201.325,76	272.091,58	122.939.146,79
2014	35.580.540,40	-	21.940.559,62	16.532.170,97	28.759.859,70	3.037.834,77	1.228.817,77	176.140,64	107.255.923,87
Empregados com Função em Comissão									
2015	194.490.686,91	265.151.210,20	235.044.432,21	82.029.178,16	109.775.490,57	56.052.445,46	11.693.280,39	236.233,16	954.472.957,06
2014	180.384.715,68	233.262.649,50	211.970.304,13	76.509.630,91	100.666.265,72	43.157.438,87	11.305.357,97	182.354,99	857.438.717,77
Empregados Contratados a Termo (**)									
2015	321.140,16	-	28.488,24	2.877,60	17.642,54	-	-	-	370.148,54
2014	293.673,60	-	25.898,40	2.640,00	27.936,77	-	-	-	350.148,77

(**) Contratados com base no Art. 66 do Estatuto do Banco para exercerem as funções de assessoramento especial do Presidente do BNB.

Obs.: Os custos dos servidores cedidos são ressarcidos ao Banco pelos Órgãos cessionários.

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas - Banco do Nordeste.

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

No intuito de mitigar riscos de conflito de interesses, o Ambiente de Gestão de Pessoas vem realizando sistemática campanha de divulgação da Lei 12.813/2013, a fim de orientar seus empregados a oficializar consulta sobre possível conflito de interesses ou pedido de autorização para realização de atividade privada.

No ano de 2015, foram realizadas 13 consultas sobre conflito de interesses e 19 pedidos de autorização para exercício de atividade privada, por meio do Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses - SeCI, da CGU.

Em outubro de 2015, foram alterados os Normativos Internos que tratam da Política de Disciplina do Banco, dando maior efetividade na distribuição e processamento das demandas disciplinares por parte das unidades, mitigando os riscos de perdão tácito e prescrição.

O Ambiente de Gestão de Pessoas ficou responsável por instaurar procedimentos disciplinares de falhas em serviço com perdas de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), bem como falhas de origem comportamental.

6.1.3.1 Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos

A Superintendência de Desenvolvimento Humano do Banco do Nordeste utiliza os indicadores Absenteísmo, Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais e Educação Continuada, para monitorar e avaliar a efetividade das políticas de recursos humanos.

• Absenteísmo

Este acompanhamento é feito tradicionalmente pelo Banco, com publicação no Relatório de Sustentabilidade - GRI. A fórmula utilizada é a soma de todos os dias perdidos por ausências não justificadas e afastamentos por motivo de saúde, dividido pela quantidade de dias trabalhados, cujo resultado multiplica-se por 100. A meta estipulada foi de 2,27%, com resultado em 2015, de 3,23%, ante resultado de 3,30% em 2014. Um dos maiores impactos ocorreu nos afastamentos de longo prazo por motivo de saúde, na ordem de 44,39%, grande parte em consequência da continuidade de licenças saúde já iniciadas em anos anteriores; doenças não relacionadas ao trabalho e também pelo adoecimento natural pelo avanço da idade. Um conjunto de medidas preventivas vem sendo adotadas, tanto que o indicador diminuiu entre 2014 e 2015, mas o objetivo é aproximar mais ainda da meta perseguida. Como principal medida preventiva, podemos relacionar o acompanhamento realizado pela equipe da Gerência de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida, inclusive em nível das Superintendências Estaduais, junto aos empregados afastados, o que tem permitido uma melhor orientação e diminuído os números de dias de afastamento. Em segundo lugar, a maior qualidade dos Exames Ocupacionais e, por último, as palestras e ações de prevenção e qualidade de vida realizadas ao longo do ano.

• Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

O Banco iniciou, desde 2011, a geração deste indicador. Para o acompanhamento, foi utilizado o mesmo parâmetro do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, que multiplicado pelo Risco de Acidente de Trabalho - RAT, resulta no RAT ajustado, que corresponde à alíquota a ser aplicada para cálculo desta tributação patronal a ser recolhida ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para custeio de benefícios relacionados a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

O valor final do FAP é calculado comparativamente com o resultado de empresas do mesmo ramo. Com isso, realizou-se a simulação dos cálculos dos índices que o compõem, de frequência, custo e gravidade, cujos resultados são apresentados no Quadro 6.5.

- a) Índice de frequência = número de acidentes registrados na empresa, mais os benefícios que entraram sem Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT vinculada, por nexo técnico / número médio de vínculos x 1.000 (mil);
- b) Índice de gravidade = (número de benefícios auxílio doença por acidente (B91) x 0,1 + número de benefícios por invalidez (B92) x 0,3 + número de benefícios por morte (B93) x 0,5 + o número de benefícios auxílio-acidente (B94) x 0,1) / número médio de vínculos x 1.000 (mil);
- c) Índice de custo = valor total de benefícios / valor total de remuneração paga pelo estabelecimento aos segurados x 1.000 (mil).

Quadro 6.5 - Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Ano	Índices		
	Frequência	Gravidade	Custo
2015	4,0896	0,1730	0,0639

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas - Banco do Nordeste (2015)

As informações que compõem este indicador são monitoradas regularmente junto ao INSS e pelos profissionais dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, que adotam medidas preventivas para seu controle.

• Educação Continuada

O Banco do Nordeste prima pela promoção do caráter contínuo do desenvolvimento dos empregados, por meio da geração, compartilhamento e acumulação do conhecimento, propiciando uma ambiência em que haja o desenvolvimento de competências alinhadas às estratégias do Banco.

A cada ano elabora-se o Plano de Educação Corporativa, que tem como objetivo orientar todas as ações de capacitação, no sentido de prover as necessidades de competências, conhecimentos e habilidades dos empregados alinhadas às estratégias do Banco, bem como o alcance dos resultados esperados. Assim, um dos elementos orientadores das ações de Educação Corporativa é o Planejamento Estratégico do Banco, que permite alinhar os programas educacionais às metas e resultados da organização.

Na organização das ofertas de capacitação são incorporadas outras informações à estrutura do Plano, como a vinculação com as escolas da Universidade Corporativa, à qual estão atrelados os eventos, pilar de formação e as competências que pretendem desenvolver e que serão responsáveis pela homogeneidade dos temas de aprendizagem, propiciando qualidade na definição de conteúdos e dinâmica de execução da capacitação.

Essas escolas têm como objetivo prover soluções de aprendizagem nas diversas áreas e foram assim definidas:

- a) Escola de Gestão: prevê o desenvolvimento de competências necessárias à consolidação do modelo de gestão do Banco (processos, práticas e ferramentas) e a formação de pessoas comprometidas com os valores e princípios da organização;
- b) Escola de Desenvolvimento Regional: envolve o desenvolvimento de competências necessárias à geração e disseminação do conhecimento acerca da região Nordeste, para dar suporte às ações e estratégias da organização;

- c) Escola de Negócios: destaca o desenvolvimento das competências para o exercício das atividades-fim da organização;
- d) Escola de Suporte Corporativo: fomenta e desenvolve competências necessárias para o exercício efetivo das atividades de suporte corporativo à organização;
- e) Escola de Relações Institucionais: tem como objetivo sustentar e reforçar a imagem do Banco e as ações com os vários públicos com os quais o Banco do Nordeste mantém relacionamento.

A prática educacional tem como objetivo a associação permanente entre teoria (perspectivas, modelos, métodos e ferramentas) e a realidade do Banco. Para tanto envolve cinco focos principais:

- conhecer a realidade do Banco;
- sensibilizar e estimular a visão de mundo;
- prover formação;
- aplicar à realidade;
- consolidar conhecimento.

Estruturalmente, o Plano contempla tanto os programas do segmento formal, quanto profissional, podendo os eventos ser ofertados na modalidade presencial ou à distância.

Em 2015, foram realizadas 48.565 oportunidades de treinamento (40.984 à distância e 7.581 de forma presencial), tendo sido investido o valor total de R\$ 17.036.357,00.

Com relação ao grau de escolaridade, temos que, na posição de 31.12.2015, do número total de funcionários, 25,92% possuem nível médio e 73,13% possuem nível superior completo. Destes últimos, 39,43% concluíram curso de Especialização ou Mestrado e 0,57% concluiu Doutorado.

Na posição de 31.12.2015, existem 3.143 funcionários com função de gestão, dos quais 81,23% possuem nível superior.

Com relação à faixa etária, são 1.015 funcionários com idade de 19 a 29 anos; 2.949 com idade de 30 a 39 anos; 1.211 com idade de 40 a 49 anos; 1.467 com idade de 50 a 59 anos e 589 funcionários com 60 anos de idade ou mais.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

6.1.4.1 Contratação de Pessoal de Apoio

A política de terceirização do Banco do Nordeste prevê a contratação de serviços terceirizados em atividades de suporte e apoio, a exemplo de limpeza e conservação, vigilância, recepcionista, telefonista, copeira e afins. As empresas contratadas, por sua vez, alocam empregados de seus quadros na prestação dos serviços. No exercício de 2015, o Banco gerenciou 127 contratos administrativos, em situações distintas, contemplando 1.840 unidades de serviço, com um dispêndio mensal da ordem de R\$ 5,2 milhões.

As informações detalhadas sobre a contratação de pessoal de apoio estão no **Apêndice 6.2 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.**

6.1.4.2 Composição do quadro de estagiários

O Quadro 6.6 apresenta os dados sobre a composição dos contratos de estágio vigentes no Banco em 2015.

Quadro 6.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Tri/15	2º Tri/15	3º Tri/15	4º Tri/15	
1. Nível superior	633	650	677	686	5.930.205,61
1.1 Área Fim	232	235	244	259	2.205.916,25
1.2 Área Meio	401	415	433	427	3.724.289,36
2. Nível Médio	391	409	412	387	2.379.833,94
2.1 Área Fim	341	351	351	327	2.032.205,33
2.2 Área Meio	50	58	61	60	347.628,61
3. Total (1+2)	1.024	1.059	1.089	1.073	8.310.039,55

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas - Banco do Nordeste (2015)

Análise Crítica

O quantitativo de bolsistas é definido considerando o percentual do número de empregados ativos nas lotações. A Lei de Estágio 11.788/08 determina o quantitativo de estagiários nas empresas, sendo de 20% do quadro de lotação de empregados da unidade/filial. O Banco, apesar do limite permitido na lei específica citada, obedece a um Termo de Ajuste de Conduta - TAC, firmado com o Ministério Público do Trabalho - MPT em 1998 e aditado em 2004, que determina o quantitativo máximo de bolsistas em 15% da lotação provida de cada Unidade, tanto para nível médio como superior, excetuando-se a área jurídica, onde há autorização para 01 (um) bolsista do curso de Direito para cada advogado.

A contratação de estagiários obedece a requisitos pré-estabelecidos, como nota global mínima, e posição ocupada no curso, podendo ser de nível médio ou superior, de acordo com as atividades que serão desempenhadas no estágio.

6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

O Banco do Nordeste possui em seu acervo patrimonial cerca de 140.000 bens referentes a móveis, máquinas e equipamentos e 346 imóveis próprios e alugados de terceiros.

A gestão do acervo de bens móveis, máquinas e equipamentos é realizada pela Célula de Administração Patrimonial, do Ambiente de Gestão do Patrimônio, com o suporte do sistema computadorizado S-320, sendo a gestão local de cada Unidade gerenciada de modo descentralizado, responsabilizando-se cada gestor pelo acervo respectivo. Anualmente é feito inventário geral.

Já os imóveis próprios e alugados de terceiros são gerenciados pelas diversas Células do Ambiente de Gestão do Patrimônio, no que se refere ao controle, manutenção e conservação. Relativamente aos contratos de locação, estes são gerenciados pelo Ambiente de Serviços de Logística.

6.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

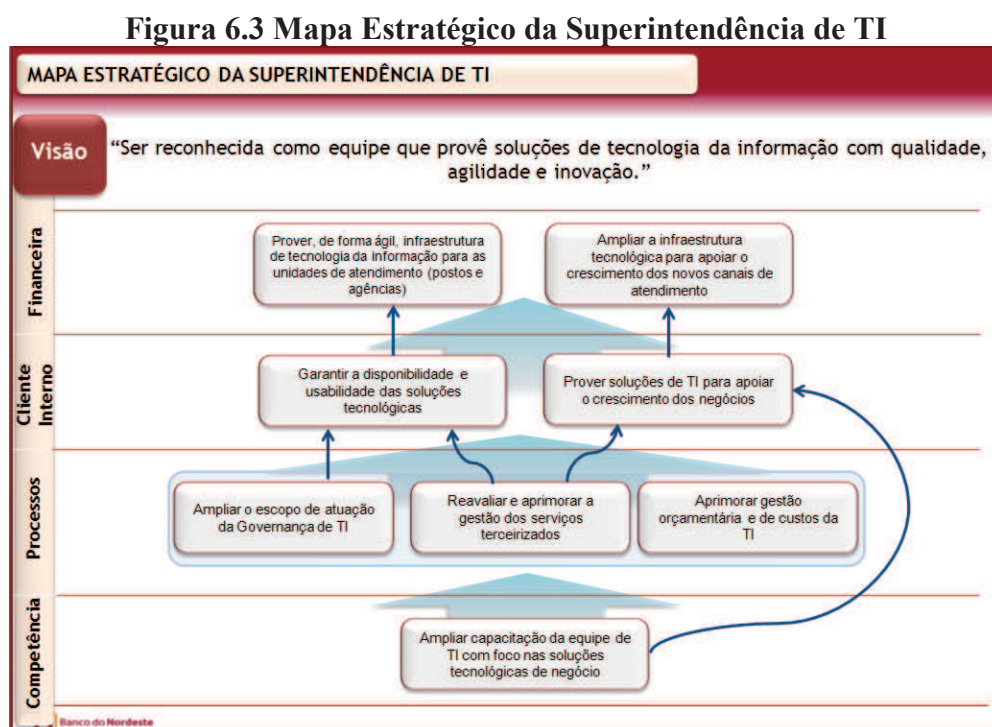
O Banco do Nordeste busca, continuamente, utilizar soluções tecnológicas que reduzam custos em sintonia com os objetivos de seu negócio, tornando mais eficientes, eficazes e efetivos os processos internos, visando, sempre, a melhoria da experiência do usuário. Assim, em conformidade com o Planejamento Estratégico Corporativo 2015-2018, em seu objetivo “Dotar o Banco de Tecnologia da Informação e Comunicação Competitiva”, a Gestão da Tecnologia da Informação no Banco do Nordeste possui como horizonte, a permanente melhoria dos serviços de TI, não somente por meio da modernização tecnológica, mas também realizando ações proativas visando à otimização da capacidade e disponibilidade dos recursos existentes.

Esta seção descreve o Plano Estratégico de TI - Peti 2015-2018, detalhando seus objetivos, metas e projetos estabelecidos, bem como seu alinhamento com os objetivos do Planejamento Estratégico Corporativo. Também são descritas as diretrizes de funcionamento do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - Cotec, os principais sistemas de informação e os serviços gerenciados pelo Banco, juntamente com as principais capacitações realizadas em TI. Por fim, são listados os principais projetos do *portfolio* Cotec concluídos ou desenvolvidos no ano de 2015.

O Peti contempla os principais desafios do Banco do Nordeste, que se projetam na Superintendência de TI para os próximos quatro anos e tem a finalidade de alinhar os objetivos estratégicos de Tecnologia da Informação aos objetivos estratégicos corporativos do Banco, direcionando os recursos de TI da Organização.

A Superintendência de Tecnologia da Informação, a fim de manter o plano alinhado à realidade do Banco do Nordeste e às atividades do dia a dia, avalia e revisa o seu Plano Estratégico, após qualquer atualização do Plano Estratégico Corporativo - PEC. É facultado ao Grupo Gestor do Peti iniciar, a qualquer tempo, o processo de revisão do PEC.

A Figura 6.3 apresenta o Mapa Estratégico da Superintendência de TI, definido durante a atualização do Peti para o quadriênio 2015-2018.



Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação – Banco do Nordeste (2015)

O Comitê Gestor de TI no Banco do Nordeste denomina-se Cotec e, conforme normativos internos, possui as seguintes atribuições:

- Aprovar metodologia de categorização, aprovação e priorização de demandas de TI;
- Definir a composição, domínio, critérios e parâmetros de atuação dos Subcomitês de TI;
- Definir o provimento e a distribuição da capacidade de atendimento às demandas de TI;
- Estabelecer prioridades para atendimento às demandas de TI, incluindo a apreciação das propostas encaminhadas pelos Subcomitês de TI, assegurando o alinhamento com o planejamento estratégico do Banco;
- Acompanhar a evolução do atendimento às demandas de TI, de acordo com as prioridades estabelecidas;
- Acompanhar o Peti após deliberação pela Diretoria Executiva;
- Deliberar sobre a execução de projetos não previstos no Peti ou no programa de dispêndio com Tecnologia da Informação;
- Acompanhar o programa de dispêndio com Tecnologia da Informação após deliberação pela Diretoria Executiva.

O Cotec é composto por sete membros, sendo cinco representantes das Diretorias de negócio, além do Superintendente de Estratégia e Organização e do Superintendente de Tecnologia da Informação. Este último é o responsável pela coordenação deste comitê. A composição do Cotec é modificada por meio de rodízio semestral dos representantes de uma das Diretorias. Outros colaboradores são convidados a participar das reuniões, tais como o Ouvidor do Banco e representantes das Unidades solicitantes das demandas apreciadas no Comitê. Esses convidados, porém, não têm direito a voto, assim como o coordenador do Cotec.

As reuniões do Cotec ocorrem bimestralmente, em caráter ordinário, e, extraordinariamente, por decisão do coordenador. Em 2015, ocorreram seis reuniões ordinárias e nenhuma reunião extraordinária.

Seguem as principais decisões tomadas pelo Comitê de Tecnologia no ano de 2015:

- Deliberação de projetos demandados pelas áreas de negócio do Banco do Nordeste, conforme metodologia de priorização estabelecida;
- Deliberação para início imediato de projetos solicitados pela Diretoria Executiva e projetos com prazos legais, provenientes de leis;
- Análise e aprovação dos replanejamentos de projetos impactados por outras deliberações;
- Análise da nova metodologia de priorização das demandas de projeto, proposta pela Superintendência de Estratégia e Organização;
- Autorização das propostas de prorrogação de prazos dos projetos que dependem da TI e que visam atender a determinações de Órgãos de controles e entidades fiscalizadoras.

A lista dos principais sistemas de informações do Banco do Nordeste encontra-se descrita no **Apêndice 6.3 – Principais Sistemas de Informações**.

A lista dos principais cursos realizados em 2015 encontra-se descrita no **Apêndice 6.4 – Principais treinamentos realizados em Tecnologia da Informação no ano de 2015**.

No Quadro 6.7 são apresentados os dados sobre a distribuição da força de trabalho da Superintendência de TI do Banco do Nordeste.

Quadro 6.7 - Distribuição da Força de Trabalho de TI

Descrição	Quantidade
Efetivos carreira de TI	203
Efetivos carreira de outras unidades	7
Bolsistas de nível superior (estagiários)	18
Total	228

Fonte: Sistema Integrado de Pessoal – Banco do Nordeste (2015)

Estão implementados os seguintes processos de infraestrutura de gerenciamento de serviços de TI:

- gerenciamento de incidentes;
- gerenciamento de problemas;
- gerenciamento de operações;
- gestão de mudanças, liberação e configuração;
- gerenciamento de disponibilidade;
- gerenciamento de capacidade.

Como infraestrutura de *software* utilizada para suporte aos processos, o Banco do Nordeste utiliza o *Unicenter Service Desk - USD*, seguindo métodos e práticas a partir do guia de referência ITIL. A seguir apresenta-se descrição sucinta dos processos.

Quando ocorre alguma falha que afeta o ambiente computacional do Banco do Nordeste, seja causando interrupção ou redução da qualidade do serviço, entra em ação o Gerenciamento de Incidentes. Este processo tem o foco na restauração do serviço afetado o mais rápido possível, mesmo que para isso, tenha que aplicar solução temporária, sempre buscando não gerar efeitos colaterais.

Para que as falhas não voltem a se repetir, o processo de Gerenciamento de Problemas conduz investigação com o objetivo de identificar a causa que gerou aquela falha e busca uma solução definitiva a ser aplicada. Esse mesmo processo também busca identificar outras situações que, se não forem tratadas preventivamente, poderão ocasionar falhas.

O processo Gerenciamento de Operações cuida de atividades rotineiras como cópia de segurança dos dados, acompanhamento do processamento dos dados por meio de rotinas, além de realizar o monitoramento da infraestrutura de TI por intermédio do processo de gerenciamento de eventos, que monitora a infraestrutura de TI e os serviços associados, visando determinar ações de controle apropriadas ao tipo de ocorrência identificada.

Diversas solicitações que chegam ao ambiente de infraestrutura de TI, tais como geração de relatórios, restauração de cópia de segurança, são atendidas por meio de requisições. O processo Gestão de Mudanças, Liberação e Configuração compreende, dentre outras, as atividades de implantação e alteração de qualquer ativo de infraestrutura (item de configuração) de TI, bem como o controle e o gerenciamento das informações referentes a esses itens de configuração.

O processo de Gerenciamento de Disponibilidade possibilita acompanhar o nível de utilização dos recursos de TI, aperfeiçoa a cadeia de prestação de serviços, acompanha os negócios, identifica, define e prepara as medidas necessárias para garantir a alta disponibilidade requerida pelos serviços.

Já o processo de Gerenciamento de Capacidade permite antecipar o futuro, decorrente do processo de monitoração do desempenho dos serviços, além de ensinar a identificação e a especificação dos recursos necessários para atender às necessidades dos clientes.

A seguir, são descritos os principais projetos do *portfolio* Peti que foram concluídos ou desenvolvidos em 2015.

6.3.1 Principais projetos de *portfolio* do Plano Estratégico de TI - Peti

Este item e os **Apêndice 6.3 – Principais Sistemas de Informações** e **6.5 – Projetos PETI 2015-2018** contemplam as informações disponibilizadas dos projetos tecnológicos considerados mais estratégicos para o desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos da unidade. Estas informações estão sujeitas a sigilo, com base no Art. 5º e Art. 6º do Decreto da Presidência da República nº 7.724, de 16.05.2012, estando disponíveis no Ambiente de Planejamento do Banco do Nordeste, para consulta dos órgãos de controle interno e externo.

6.3.2 Principais projetos de *portfolio* do Comitê de Tecnologia - Cotec

Este item e o **Apêndice 6.6 - Projetos COTEC** contemplam as informações disponibilizadas dos projetos de manutenção de sistemas considerados mais estratégicos para o desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos da unidade. Estas informações estão sujeitas a sigilo, com base no Art. 5º e Art. 6º do Decreto da Presidência da República nº 7.724, de 16.05.2012, estando disponíveis no Ambiente de Planejamento do Banco do Nordeste, para consulta dos órgãos de controle interno e externo.

6.3.3 Sistema Integrado ERP

Além dos *portfolios* Peti e Cotec que são gerenciados pela Superintendência de TI, existe o *portfolio* de projetos corporativos que agrupa os projetos definidos e priorizados pela diretoria do Banco do Nordeste. Dentre os projetos corporativos, destaca-se o projeto “Sistema Integrado ERP” em razão do seu impacto e utilização dos recursos de TI.

Esse projeto tem por objetivo realizar a aquisição e implantação de sistema integrado de gestão empresarial baseado em solução *Enterprise Resources Planning - ERP* para fornecer apoio à gestão do Banco na operacionalização e controle dos processos administrativos das áreas meio nos níveis operacional, tático e estratégico. Com relação aos benefícios esperados destacam-se: a adoção das melhores práticas de processos de *back office* com integração nativa entre processos, o avanço tecnológico, a utilização de ferramenta de *Business Intelligence* e a melhoria do *compliance*. O custo estimado do projeto é de R\$ 63,6 milhões sendo que do total previsto foram gastos R\$ 27,3 milhões até o momento.

Foi adquirida a solução da SAP e sua implantação está prevista para ocorrer em quatro fases:

- Abril/2016: Controles Internos (parte 1) – já realizada;
- Julho/2016: Logística, Contabilidade em BRGAAP, Controladoria (parte 1), Gestão de Projetos e Gestão Tributária;
- Janeiro/2017: Contabilidade em IFRS, Controladoria (parte 2), Planejamento Empresarial, Segurança (parte 1) e *Business Intelligence*;
- Abril/2017: Gestão de Pessoas, Controles Internos (parte 2) e Segurança (parte 2).

6.3.4 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para o Banco

A TI do Banco do Nordeste possui contratos na modalidade de Fábrica de *Software*, contemplando serviços de desenvolvimento, evolução, manutenção, documentação e suporte operacional dos sistemas aplicativos.

O modelo de gestão dos serviços das Fábrica de *Software* define que as empresas contratadas devem seguir a metodologia de desenvolvimento de sistemas do Banco do Nordeste, a qual

contempla, dentre outros aspectos, a entrega dos produtos gerados, incluindo as documentações nos padrões estabelecidos pelo Banco, e o plano de Transferência de Conhecimento e de Tecnologia, quando necessário.

Outrossim, ainda como forma de mitigar o risco de descontinuidade dos contratos de serviços de Fábricas de *Software*, o Banco do Nordeste mantém funcionários detentores de conhecimentos sobre os seus sistemas aplicativos.

Por fim, está prevista a transferência de serviços de uma Fábrica de *Software* para outra. No entanto, é vedado que uma única empresa possa assumir todos os serviços prestados pelos demais contratos.

6.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

6.4.1 Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pelo Banco

O Banco do Nordeste aprovou, em 29.06.2015, sua Política de Responsabilidade Socioambiental - PRSA, em alinhamento à Resolução do Banco Central nº 4.327, de 25.04.2014, e ao Normativo Sistema de Autorregulação Bancária - SARB nº 14, de 28.08.2014, da Febraban. Referido documento contém 11 princípios gerais e 68 diretrizes, organizadas segundo 11 temas, que consolidam os diversos aspectos das ações de responsabilidade socioambiental do Banco. Assim, a PRSA contempla aspectos de sustentabilidade ambiental e social de todas as atividades realizadas pela Instituição, desde a concessão do crédito à aquisição de bens e serviços diversos. Os princípios e diretrizes da PRSA direcionam a Instituição para uma atuação social e ambientalmente responsável, comprometida com os valores éticos e morais e com a transparência no relacionamento com suas partes interessadas (acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, comunidade, governo federal, estadual e municipal, instituições de desenvolvimento e todo o segmento bancário).

Nesse contexto, o Banco do Nordeste, como outras instituições bancárias do mesmo porte, apresenta duas formas de impacto ambiental: o impacto indireto, oriundo das atividades financiadas, ou na qual investe, e o impacto direto, relacionado às suas atividades administrativas e operacionais enquanto empresa.

As políticas ambientais do Banco do Nordeste relacionadas ao crédito são embasadas nas políticas ambientais vigentes no País, em especial a Política Nacional do Meio Ambiente, as Políticas Nacionais de Recursos Hídricos, de Resíduos Sólidos e sobre Mudança do Clima e Desertificação.

Dentre essas políticas/iniciativas, destacam-se as seguintes:

- Adequação dos normativos internos à legislação ambiental dos estados da área de atuação do Banco. Nesse sentido, nos normativos internos do Banco, foi criado um capítulo específico para cada um dos onze estados da área de atuação do Banco (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), elaborado a partir do que estabelecem as legislações ambientais estaduais, principalmente no tocante ao licenciamento ambiental;
- Crédito para promoção da sustentabilidade. Além das linhas do Pronaf voltadas para a sustentabilidade, como o Pronaf Floresta, Pronaf ECO, Pronaf Semiárido e Pronaf Agroecologia, o Banco do Nordeste dispõe de um programa especialmente desenhado para a promoção da sustentabilidade, o FNE Verde, que tem o objetivo de promover o desenvolvimento de empreendimentos e atividades econômicas que propiciem a preservação, conservação, controle e/ou recuperação do meio ambiente, com foco na sustentabilidade;

- Apoio à pesquisa e difusão tecnológica, mediante lançamento de editais específicos, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Científico - Fundeci;
- Condicionamento da aprovação de financiamentos ao cumprimento da legislação ambiental vigente e à inclusão (quando necessária), no projeto, de medidas mitigadoras de impactos ambientais que a atividade possa vir a causar;
- Inclusão de módulo específico com impactos das atividades e procedimentos ambientais no SEAP;
- Verificação, pela Unidade de controles internos do Banco, da conformidade dos projetos às exigências ambientais normativas.

No tocante aos impactos diretos, o Banco do Nordeste conta com o Sistema de Gestão Ambiental - SGA, tendo como eixo as seguintes linhas de ação: Uso Sustentável de Recursos; Coleta Seletiva Solidária e Gestão de Resíduos.

6.4.2 Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P

Além de ser uma ferramenta de inserção da sustentabilidade na operação cotidiana de suas unidades, o SGA busca adequar as atividades do Banco às diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P, da qual é signatário desde 2008.

6.4.3 Separação dos resíduos recicláveis descartados (Decreto 5.940/2006)

Em atendimento ao decreto nº 5.940/2006, o Banco do Nordeste realiza, desde 2007, a separação e destinação de resíduos recicláveis para a coleta seletiva solidária, promovendo o descarte adequado de resíduos recicláveis produzidos nas dependências do Banco e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Durante o ano 2015, foram coletadas 11,2 toneladas de resíduos reciclados, os quais possibilitaram às associações de catadores uma arrecadação de R\$2.955,72.

6.4.4 Contratações realizadas e Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente

Conforme art. 2º do Decreto 7.746/12, a legislação é aplicável à Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e às empresas estatais dependentes, não se estendendo ao Banco do Nordeste, que, no entanto a utiliza quando possível, como melhores práticas.

6.4.5 Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012

Nos editais e minutas de contratos em geral, o Banco preza pelo atendimento da legislação, que recomenda a adoção de critérios de sustentabilidade nas especificações dos bens a serem fornecidos e a exigência de práticas sustentáveis por parte das empresas contratadas na execução dos serviços, mormente o Decreto nº 7.746/2012 e a Instrução Normativa SLTI nº 1/2010, e demais dispositivos legais pertinentes à matéria. Destarte, desde que justificável e preservado o caráter competitivo do certame, as licitações promovidas pelo Banco seguem as diretrizes de sustentabilidade expressas no art. 4º daquele Decreto, a saber:

- Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Como consequência, nos instrumentos convocatórios que tenham por objeto o fornecimento de bens, por exemplo, constatada a presença dos requisitos referentes à justificativa e à competitividade, referidos no parágrafo anterior, são incluídos critérios de sustentabilidade, os quais passam a integrar as especificações técnicas dos bens.

No que se refere aos contratos, dentre as obrigações gerais do contratado, consta a exigência da adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, de modo a prevenir ações danosas ao meio ambiente, em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais, contribuindo para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Adicionalmente, também é obrigação do contratado orientar e capacitar os prestadores de serviços, fornecendo informações necessárias para a perfeita execução dos serviços, incluindo noções de responsabilidade socioambiental.

Além da adoção dos critérios e práticas de sustentabilidade já mencionados, outros podem ser adotados conforme a natureza do objeto a ser contratado. Neste caso, as exigências e/ou obrigações referentes aos critérios e práticas de sustentabilidade são amoldadas às peculiaridades de cada objeto.

6.4.6 Análise crítica da atuação do Banco quanto ao tema

De acordo com as informações prestadas, verifica-se que o Banco do Nordeste vem aprimorando gradativamente sua atuação quanto à gestão ambiental e promoção da sustentabilidade. Um importante passo nesse sentido foi a aprovação de sua Política de Responsabilidade Socioambiental - PRSA, o que desencadeou uma série de ações de ajustes internos em torno da sustentabilidade socioambiental, a serem realizados ao longo dos próximos 05 anos, conforme um Plano de Ação específico.

Quanto à dimensão do crédito, no ano de 2015 o Banco do Nordeste contratou 9.626 operações com recursos do FNE, totalizando R\$ 194.230.088,10, no âmbito dos programas e linhas ambientais (FNE-Verde, Pronaf-Eco, Pronaf-Agroecologia, Pronaf-Floresta e Pronaf-Semiárido). Esse montante representou 1,69% do volume total dos recursos do FNE aplicado pelo Banco naquele ano.

Por outro lado, a adequação dos normativos internos do Banco à legislação ambiental específica de cada estado em sua área de atuação constitui um grande avanço no sentido de buscar consonância com as políticas ambientais locais, mostrando-se mesmo como um importante diferencial em relação aos demais Bancos que atuam na Região.

No tocante às suas atividades internas, especificamente no que tange à destinação de resíduos recicláveis à Coleta Seletiva Solidária, embora todas as unidades do Banco sejam estimuladas a participar, a ausência de associações de catadores de resíduos em alguns municípios onde funcionam as agências dificulta sua consecução. Atualmente apenas o Centro Administrativo Getúlio Vargas e outras 08 agências/unidades do Banco (Super-SE/Aracaju-Centro, Aracaju Siqueira Campos, Fortaleza-Bezerra de Menezes, Imperatriz, Maracanaú, Paulo Afonso, Ed. Miguel Calmon, Surubim) realizam esta prática.

Quanto à gestão dos indicadores da A3P, os quais também compõem as linhas de ação do Sistema de Gestão Ambiental (Uso Sustentável de Recursos; Coleta Seletiva Solidária e Gestão de Resíduos), o Banco do Nordeste está buscando desenvolver uma ferramenta sistêmica para acompanhamento desses indicadores, visando seu aprimoramento, notadamente junto à rede de agências.

CAPÍTULO 7

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

As determinações e recomendações oriundas do TCU destinadas ao Banco do Nordeste são monitoradas pela Superintendência de Auditoria, utilizando-se de sistema informatizado denominado *Share Point*, o qual registra informações acerca dos responsáveis pelo cumprimento das determinações e recomendações, prazos estabelecidos e situação das providências em andamento.

Dentre outras atividades, a Superintendência de Auditoria presta informações periódicas aos Colegiados Estatutários acerca do cumprimento das determinações e/ou recomendações.

Durante o exercício de 2015, o Banco do Nordeste recebeu 05 (cinco) determinações e/ou recomendações oriundas do TCU. No mesmo período, atendeu 05 (cinco) determinações e/ou recomendações, sejam elas recebidas no exercício de 2015 ou em exercícios anteriores.

No momento da finalização do relatório de gestão, não foram identificadas determinações e/ou recomendações pendentes de atendimento, decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores.

Adicionalmente, informamos que, conforme determinações exaradas no Acórdão TCU 798/2003, item 9.4, ficou o Banco do Nordeste obrigado a fazer constar de suas Contas anuais o Relatório de Aplicação de Depósitos Especiais do FAT, inclusive com a manifestação da auditoria interna da Instituição, nos termos da Resolução Codefat nº 304, de 06.11.2002 e Instrução Normativa nº 1, de 07.11.2002, da Coordenação-Geral do FAT-CGFAT/MTE, com os demonstrativos ali especificados, demonstrando soluções para eventuais desvios apontados e resultados alcançados a partir das correções.

Em atendimento à essa determinação, referida documentação foi adicionada a esse Relatório de Gestão, conforme pode ser verificado em seu **Apêndice 7.1 - Relatório de Aplicação de Depósitos Especiais do FAT - 2015**.

Acrescente-se, finalmente, não existir outras determinações e/ou recomendações do TCU que impliquem em obrigação de prestar informação no Relatório de Gestão Anual sobre o seu andamento.

7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

As recomendações oriundas da CGU destinadas ao Banco do Nordeste são monitoradas pela Superintendência de Auditoria, utilizando-se de sistema informatizado denominado Microsoft *SharePoint*, o qual registra informações acerca dos responsáveis pelo cumprimento das recomendações, prazos estabelecidos e situação das providências em andamento.

Dentre outras atividades, a Superintendência de Auditoria presta informações periódicas aos Colegiados Estatutários acerca do andamento e situação das providências pertinentes ao atendimento das recomendações.

Ao longo do ano de 2015, a CGU iniciou 07 (sete) auditorias no Banco do Nordeste, a seguir relacionadas:

- Auditoria nas operações de crédito contratadas pelo grupo econômico Petrópolis, de que trata a Ordem de Serviço nº 201500114;
- Auditoria na operação de Crédito nº B400009501/001, cujo mutuário é a empresa Corte Oito Gestão e Empreendimento Ltda., conforme Ordem de Serviço nº 201501888;
- Auditoria da atuação da Auditoria Interna do Banco do Nordeste – Exercício de 2014, conforme Ordem de Serviço nº 201412798;
- Auditoria Anual de Prestação de Contas do Banco do Nordeste - Exercício 2014;
- Auditoria Anual de Prestação de Contas no FNE - Exercício 2014;
- Auditoria da Avaliação de Integridade das Empresas Estatais;
- Auditoria na Operação de Crédito nº B100019201/001, contratada pelo cliente *Shopping Center Juazeiro Ltda. EPP*.

Durante o exercício de 2015, o Banco do Nordeste recebeu 104 (cento e quatro) recomendações oriundas da CGU. No mesmo período, atendeu 85 (oitenta e cinco) recomendações, sejam elas recebidas no exercício de 2015 ou em exercícios anteriores.

7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

As medidas administrativas adotadas pelo Banco do Nordeste, no intuito de buscar responsabilização pelos danos causados ao erário, iniciam-se, em regra, com abertura de procedimento investigatório, conduzido pela Superintendência de Auditoria ou pela Superintendência Desenvolvimento Humano, dentro dos limites e alçadas definidas pelo regramento interno da empresa, no qual se busca investigar o fato gerador, o valor do dano e os responsáveis que lhe deram a causa. Neste procedimento, é assegurado aos envolvidos o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Nos procedimentos de apuração de irregularidades, no âmbito do Banco do Nordeste, a confirmação do dano e a individualização da responsabilidade ocorrem, em regra, com o julgamento dos processos administrativos de caráter disciplinar pelos comitês de decisão que são compostos da seguinte forma:

Comitê Gestor da Unidade - Coges: (mínimo três, máximo sete membros):

- Comitê Gestor da Presidência: Presidente (coordenador), Chefe do Gabinete da Presidência e Superintendentes vinculados ao Presidente ou ao Conselho de Administração;
- Comitê Gestor de Diretoria: Diretor (coordenador) e Superintendentes vinculados;
- Comitê Gestor de Superintendência da Direção Geral: Superintendente (coordenador) e Gestores Principais das unidades administrativas vinculadas;
- Demais Unidades: gestor principal (coordenador) e intermediários, vinculados à unidade organizacional.

Comitê Disciplinar - Comid (cinco membros):

- Superintendente de Desenvolvimento Humano (coordenador);
- Superintendente da Diretoria de Negócios;
- Superintendente da Diretoria de Desenvolvimento Sustentável;
- Superintendente da Diretoria Financeira e de Crédito; e
- Presidente da Comissão de Ética.

Comitê Disciplinar Superior - Codis composta por três membros, de acordo com a função em comissão do empregado a ser julgado, conforme disposto no Quadro 7.3.a.

Quadro 7.3.a - Composição do Comitê Disciplinar Superior - Codis

Função	Membros
Chefe do Gabinete da Presidência	Presidente (coordenação) Diretor de Administração e TI. Diretor de Controle e Risco
Superintendentes	Diretor de Administração e TI (coordenação) Diretor de Controle e Risco Diretor ao qual o Superintendente está vinculado

Fonte: 1016 - Manual Básico – Instâncias e Decisões Administrativas (2015)

Elaboração: Ambiente de Auditoria Disciplinar - Banco do Nordeste (2015)

Proferida a decisão o empregado que teve seus direitos e interesses afetados em decorrência do julgamento do Processo Administrativo Disciplinar - PAD poderá apresentar recurso, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

As instâncias julgadoras e recursais do Banco do Nordeste estão definidas conforme Quadro 7.3.b, de acordo com o cargo/função em comissão do empregado. Observado que os empregados que cometerem irregularidades classificadas como ilícitos serão obrigatoriamente julgados pelo Comitê Disciplinar.

Quadro 7.3.b – Instâncias Iniciais e Recursais de acordo com a Função em Comissão do Empregado

Cargo/Função	Instância Inicial	Instância Recursal
Chefe do Gabinete da Presidência e Superintendentes	Comitê Disciplinar Superior - Codis	Diretoria Executiva
Demais funções em comissão do eixo de gestão principal	Comitê Disciplinar - Comid	Comitê Disciplinar Superior
Demais empregados	Comitê Gestor da Unidade Superior	Comitê Disciplinar
	Comitê Disciplinar	Comitê Disciplinar Superior

Fonte: 1016 - Manual Básico – Instâncias e Decisões Administrativas - Banco do Nordeste (2015).

Elaboração: Ambiente de Auditoria Disciplinar - Banco do Nordeste (2015).

Havendo a comprovação do dano, o empregado fica sujeito às penalidades administrativas, previstas nos normativos internos, podendo o Banco do Nordeste, adicionalmente, adotar medidas tanto no âmbito administrativo, como na seara civil e/ou penal, neste último caso ao encargo da Superintendência Jurídica, sem prejuízo de outras medidas que possam ser providenciadas em conformidade com a legislação pátria, todas com a finalidade de buscar o ressarcimento da lesão causada.

No exercício 2015, houve deliberação, pelas instâncias julgadoras, para que sejam encaminhados 11 (onze) casos à Superintendência Jurídica do Banco para adoção das medidas cabíveis.

É importante mencionar, também, que a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.198, de 27.05.2015, em seu artigo 23, determina que o auditor independente e o comitê de auditoria, quando instalado, devem, individualmente ou em conjunto, comunicar formalmente ao Banco Central do Brasil, no prazo máximo de três dias úteis da identificação, a existência ou as evidências de erro ou fraude. Neste aspecto, a Superintendência de Auditoria do Banco do Nordeste, disciplinou nas normas internas o fluxo e os prazos para que seja feita essa comunicação.

7.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O ART. 5º DA LEI 8.666/1993

O Banco do Nordeste possui normativos internos que são aderentes a Lei 8666/93, observando o cronograma para pagamento de obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, conforme as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93.

Os controles instituídos para garantir o cumprimento do cronograma determinado pela Lei de licitações são realizados por meio de planejamento orçamentário; autorização orçamentária por aquisição; controle mensal de pagamentos através de sistemas; contratos realizados com cláusulas de obrigações para o pagamento, normativos e orientações.

Conforme regulamento de licitações e contratações, o Banco do Nordeste, na abertura do processo licitatório, realiza uma provisão orçamentária (anual e mensal) e, no ato da contratação, realiza um cronograma de desembolso mensal desses valores, que é a base para realização de pagamentos por serviços prestados por fornecedores.

7.5 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PATROCÍNIO

A partir de uma política alinhada ao planejamento estratégico, conciliando os interesses institucionais e mercadológicos com as diretrizes do Governo Federal e pautada pela transparência na sua concessão e boas práticas na gestão dos recursos envolvidos, foram realizadas ações de patrocínio por meio das modalidades de edital e escolha direta para projetos aos quais o Banco do Nordeste teve interesse em associar sua marca no intuito de:

- Gerar identificação e reconhecimento por meio da iniciativa patrocinada;
- Ampliar relacionamento com públicos de interesse;
- Divulgar marcas, produtos, serviços, posicionamentos, programas e políticas de atuação;
- Ampliar vendas e agregar valor à sua marca.

Por escolha direta, foram patrocinados 8 (oito) projetos culturais (Lei Rouanet), no valor de R\$ 790.000,00 e 118 de cunho institucional/mercadológico, no valor de R\$ 3.467.000,00.

Em relação aos projetos patrocinados por chamada pública, foi liberado, em 2015, o valor de R\$ 4.365.448,45, referente a 115 projetos, conforme Quadro 7.5, a seguir.

Quadro 7.5 - Editais de Patrocínio 2015

Edital	Descrição	Quantidade	Valor
1458	Institucional/Mercadológico	77	R\$ 1.178.049,71
0057	Cultural (Lei Rouanet-Art.18)	38	R\$ 3.187.398,74

Fonte: Ambiente de *Marketing* - Banco do Nordeste

7.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

As ações de publicidade do Banco do Nordeste são orientadas pelo Plano Anual de Comunicação - PAC, que é elaborado conforme instrumento legal e as diretrizes da Secretaria de Comunicação da Presidência da República - Secom.

O referido Plano resulta de análises de mercado, consultas às áreas do Banco e coleta de dados, que geram o conjunto das campanhas e ações que serão efetivadas. No desenvolvimento do Plano

constam, ainda, informações complementares para construção das demandas, além de dotações, objetivos específicos e objetivos estratégicos com seus respectivos vínculos ao planejamento estratégico da Instituição.

O objetivo maior é dar visibilidade à imagem do Banco do Nordeste como principal agente articulador e executor de políticas públicas de desenvolvimento da região Nordeste, no contexto nacional. Nesta linha, as ações de comunicação para o exercício devem fazer repercutir:

- Que o negócio do Banco do Nordeste é desenvolver a Região por meio da democratização do crédito, facilitando o acesso de mini, micro, pequenos, médios e grandes empreendedores aos recursos disponíveis;
- O Banco como uma empresa competitiva capaz de oferecer produtos de crédito de longo e curto prazos, funcional e tecnologicamente habilitada para atender todas as necessidades creditícias de seus clientes;
- A imagem de um Nordeste que responde de forma competitiva aos recursos investidos, contribuindo para reverter preconceitos enraizados;
- Casos concretos de realidades transformadas, a partir dos resultados da ação do Banco do Nordeste, em parceria com instituições públicas, privadas, ONGs e agentes produtivos regionais;
- A imagem de uma empresa com corpo técnico qualificado, comprometido com seus objetivos institucionais, consciente da necessidade de prestar contas de seus resultados à sociedade.

Para atender às políticas e diretrizes traçadas, o Banco do Nordeste se utiliza da publicidade institucional, mercadológica e legal, conforme segue:

Publicidade Institucional: destina-se a posicionar e fortalecer o Banco do Nordeste, prestar contas das ações e resultados do Banco à sociedade e seus públicos de relacionamento;

Publicidade Mercadológica: destina-se a alavancar negócios ou promover produtos e serviços oferecidos pelo Banco ao mercado;

Publicidade Legal: destina-se à divulgação de balanços, atas, editais, decisões, avisos e outras informações com o objetivo de atender a obrigações legais.

Ao final de 2015 foi destinado o valor total de R\$ 28.281.406,17 à publicidade institucional, mercadológica e legal, conforme demonstrado nas Tabelas 7.6.1, 7.6.2 e 7.6.3 a seguir.

Tabela 7.6.1 - Despesas com Publicidade

Espécie de Publicidade	Valores Pagos (R\$)
Institucional	7.372.987,49
Mercadológica	16.605.955,42
Legal	4.460.196,46
TOTAL	28.439.139,37

Fonte: Ambiente de Comunicação - Banco do Nordeste (2015)

Os contratos de publicidade 2013/046 (Mart Pet Comunicação) e 2013/047 (Bolero Comunicação) foram licitados e celebrados em 2013, com prazo de 12 meses, com até 4 (quatro) renovações possíveis por igual período. Em 2015, os contratos tiveram sua segunda prorrogação, com vigência até 24.02.2016. O valor de dotação dos dois contratos importava, conjuntamente, em R\$ 40 milhões, por cada período de 12 meses. A distribuição destes valores entre as duas agências obedece às regras previstas no art. 2º, § 4º, da Lei 12.232/2010 e no Aviso Concorrência Interna Entre as Agências de Publicidade, publicado no Diário Oficial da União nº 199, de 18 de fevereiro de 2010, Seção 3, pág. 87.

Tabela 7.6.2 – Valores Contratados e Desembolsados – Publicidade Institucional e Mercadológica

Agência	Número	Vigência	Valores Contratados para 12 meses (R\$)	Valores Desembolsados em 2015 (R\$)
Martpet	2013/46	24.02.2016	40.000.000,00*	9.489.368,28
Bolero	2013/47	24.02.2016		14.489.574,63
			TOTAL:	23.978.942,91

Fonte: Ambiente de Comunicação - Banco do Nordeste (2015).

*Somatório de valores Valor total conjunto de ambos os contratos, vide parágrafo anterior.

O contrato de distribuição de publicidade legal 2014/195 foi firmado em 2014 com a Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC, com o valor global de R\$ 3.000.000,00, por período de 12 meses, com acréscimo legal de até 25%, totalizando R\$ 3.750.000,00. O contrato foi aditado em agosto de 2015, com o mesmo valor, de R\$ 3.000.000,00, tendo vigência de 12.08.2015 até 11.08.2016.

Tabela 7.6.3 – Valores Contratados e Desembolsados – Publicidade Legal

Empresa	Número	Vigência	Valores Contratados para 12 meses (R\$)	Valores Desembolsados em 2015 (R\$)
EBC	2014/195	11.08.2014 a 10.08.2015	3.750.000,00	3.900.777,13
EBC	2014/195 – prorrogação	11.08.2015 a 10.08.2016	3.000.000,00	
Outros Serviços				
Diários Oficiais				559.419,33
TOTAL				4.460.196,46

Fonte: Ambiente de Comunicação - Banco do Nordeste (2015)

Em 2015, o Banco do Nordeste esteve presente na grande mídia com campanhas institucionais e mercadológicas, sendo as de maior destaque:

- Campanha Caminhos 2015 – a primeira campanha veiculada no ano, institucional, teve como objetivo reforçar a imagem do Banco abordando perspectivas para o novo ano;
- Campanha Resultados – com o objetivo de divulgar o melhor desempenho do Banco em sua história, a campanha ressaltou o papel da instituição como agente transformador da Região, levando ao conhecimento da sociedade o trabalho realizado em 2014;
- Campanha Agroamigo 10 Anos – campanha para reforçar a marca estratégica do Agroamigo do Banco do Nordeste, maior programa de microfinanças rural da América

Latina, que completou 10 anos com conquistas, projetando um futuro de novas realizações. Comemorou também mais de 1 milhão de clientes atendidos na última década;

- Campanha CrediAmigo – com o objetivo de divulgar o programa como apoiador dos sonhos e do desenvolvimento dos pequenos empreendedores na Região, a campanha destacou a transformação na vida de três gerações de clientes, atestando seu sucesso e sua consistência. Uma etapa importante para a manutenção de resultados e liderança do programa;
- Campanha MPE – reexibição de campanha para reforço da estratégia do Banco em ser o banco parceiro das micro e pequenas empresas da Região, destacando os produtos de capital de giro, investimento fixo e créditos para franquias;
- Campanha MEI – campanha que enfatizou os benefícios que a formalização proporciona ao microempreendedor com divulgação de soluções de crédito para o segmento.

Dentre os objetivos vinculados às campanhas publicitárias apresentadas, destacam-se: contribuir para a geração de empregos, ocupações e renda na região Nordeste; elevar a rentabilidade do Patrimônio Líquido; manter a liderança em microfinança e agricultura familiar; elevar a participação nas contratações Micro e Pequenas Empresas e ampliar relacionamento com clientes.

Parte das campanhas citadas, por exemplo, apresentam vinculação direta com negócios com microempreendedores e com MPEs, bem como com produtos de crédito para capital de giro. Ressalta-se que foram identificadas, como reflexo direto das campanhas publicitárias, elevações nos números de ligações e contatos recebidos pelo Serviço de Atendimento ao Cliente do Banco por ocasião de veiculação na mídia.

Apêndice 1.4

Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

APÊNDICE 1.4

INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Órgãos / Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Função	Período de Atuação
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Superintendência de Auditoria	Assessorar a alta administração e os colegiados estatutários fornecendo informações sobre a eficácia da governança e gestão de riscos corporativos da Instituição; certificar a integridade das informações destinadas aos órgãos de controle e entidades fiscalizadoras da administração pública federal e apurar responsabilidades funcionais.	11 2232 - JEAN MARCELL DE MIRANDA VIEIRA	SUPERINTENDENTE	De 22/09/2014 a 28/04/2015, em caráter de substituição
		120537 - HAROLDO MAIA JUNIOR	SUPERINTENDENTE	Desde 10/08/2015
DIRETORIA EXECUTIVA				
Presidência	Cumprir as deliberações da Assembleia	153168 – NELSON ANTÔNIO DE SOUZA	PRESIDENTE	01/01 a 04/05/2015
		153150 - MANOEL LUCENA DOS SANTOS	PRESIDENTE INTERINO	04 a 07/05/2015
		170542 - MARCOS COSTA HOLANDA	PRESIDENTE	07/05 a 31/12/2015
Diretoria de Desenvolvimento Sustentável		165263 - FRANCISCO DAS CHAGAS SOARES	DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	01 a 31/12/2015
		143340 – PAULO SÉRGIO	DIRETOR DE	01/01 a

APÊNDICE 1.4 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS
(Continuação)

Diretoria de Negócios	Geral e do Conselho de Administração e as disposições do Estatuto Social do Banco do Nordeste do Brasil S.A., dispostos nos incisos I a XIX do art. 28 do referido estatuto.	REBOUÇAS FERRARO 165255 - ISAÍAS MATOS DANTAS	NEGÓCIOS DIRETOR DE NEGÓCIOS (acumulando)	25/05/2015 25/05 a 03/08/2015
Diretoria Financeira e de Crédito		171816 - WANGER ANTÔNIO DE ALENCAR ROCHA	DIRETOR DE NEGÓCIOS	03/08 a 31/12/2015
Diretoria de Ativos de Terceiros		165859 - ROMILDO CARNEIRO ROLIM	DIRETOR FINANCEIRO E DE CRÉDITO	01/01 a 31/12/2015
Diretoria de Controle e Risco		143626 - LUIZ CARLOS EVERTON DE FARIAS	DIRETOR DE ATIVOS DE TERCEIROS	01/01 a 31/12/2015
		153150 - MANOEL LUCENA DOS SANTOS	DIRETOR DE CONTROLE E RISCO	01/01 a 31/12/2015
Diretoria de Administração e TI		165255 - ISAÍAS MATOS DANTAS	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E TI	01/01 a 31/12/2015
PRESIDÊNCIA				
Gabinete da Presidência	Assessorar a Presidência, Diretoria Executiva e Conselho de Administração na viabilização das ações para a consecução da missão, dos objetivos estratégicos do Banco e da promoção da imagem e do relacionamento institucional.	48860 - CIBELE MARIA GASPAR FERNANDES	CHEFE DO GAPRE	De 08/09/2014 a 17/06/2015
		63509 - HENRIQUE JORGE TINOCO DE AGUIAR	CHEFE DO GAPRE	Desde 18/06/2015

APÊNDICE 1.4 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS
(*Continuação*)

Superintendência Jurídica	Defender os interesses do Banco nas esferas judicial e administrativa, bem como prestar assessoramento jurídico à Administração Superior, Órgãos Estatutários, Unidades Administrativas da Direção Geral e às Unidades de Negócio.	107344 - ISABEL BERNARDO DE OLIVEIRA	SUPERINTENDENTE	Desde 03/06/2013
---------------------------	--	--------------------------------------	-----------------	------------------

Órgãos / Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Superintendência de Estratégia e Organização	Coordenar as funções de planejamento empresarial e definir as estratégias e políticas para a gestão da arquitetura e processos organizacionais, normas e documentos.	95095 - CELIA MARIA RUFINO DE SOUSA	SUPERINTENDENTE	De 22/09/2014 a 28/06/2015, em caráter de substituição
		48860 - CIBELE MARIA GASPAR FERNANDES	SUPERINTENDENTE	Desde 29/06/2015
Superintendência de Marketing e Comunicação	Coordenar as ações de marketing e de relacionamento com o cliente, de gestão da cultura, de comunicação interna e externa, de patrocínio e de publicidade e propaganda.	99996 - LUCIA DE FATIMA BARBOSA DA SILVA	SUPERINTENDENTE	De 28/05/2014 a 09/08/2015, em caráter de substituição
		89265 - MELINA DE CARVALHO BARBOSA	SUPERINTENDENTE	Desde 10/08/2015

APÊNDICE 1.4 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS
(Continuação)

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL				
Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)	Elaborar, promover e difundir conhecimentos técnicos, científicos e estratégias, bem como planejar, formular, coordenar e avaliar políticas e programas, subsidiando a ação do banco e da sociedade na busca do desenvolvimento sustentável do Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.	44512 - FRANCISCO JOSE ARAUJO BEZERRA	SUPERINTENDENTE	Desde 01/03/2013
Superintendência de Produtos e de Serviços Bancários	Gerenciar as ações e os produtos de crédito e produtos e serviços bancários, compreendendo as atividades de definição de regras de funcionamento, implementação, resultados e avaliação da viabilidade e do bom funcionamento dos produtos / serviços afetos à sua área de atuação.	105023 - ELIANE LIBANIO BRASIL DE MATOS	SUPERINTENDENTE	Desde 01/07/2013
DIRETORIA DE NEGÓCIOS				
Superintendência de Negócios de Varejo e Agronegócios	Gerenciar as estratégias de negócios com os segmentos Micro e Pequena Empresa, Pequeno e Miniprodutor Rural, Pessoa Física e Agronegócio - Pessoa Física.	107980 - LUIZ SERGIO FARIAS MACHADO	SUPERINTENDENTE	Desde 02/07/2014

APÊNDICE 1.4 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS
(Continuação)

Órgãos / Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Superintendência de Negócios de Atacado Governo	Gerenciar as estratégias de negócios dos segmentos Corporate, Empresarial e Governo, apoiar a estruturação de negócios dos segmentos Corporate e Empresarial e centralizar as informações gerenciais sobre as operações do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e das operações e projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), COPA e OLÍMPIADAS apoiados pelo Banco.	59005 - JOSE VALTER BENTO DE FREITAS	SUPERINTENDENTE	De 02/07/2014 a 04/01/2016
Superintendência de Distribuição e Supervisão da Rede de Agências	Gerenciar o cumprimento das metas das Superintendências Estaduais e das Unidades de Negócios, bem como realizar o suporte às operações com repasse de recursos, em especial o BNDES e o Fundo da Marinha Mercante (FMM).	103772 - HELTON CHAGAS MENDES	SUPERINTENDENTE	De 14/04/2014 a 04/01/2016
Superintendência de Microfinança e Agricultura Familiar	Gerenciar os segmentos de Microfinança Rural (Agroamigo), Microfinança Urbana (Crediamigo), Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Crédito Fundiário.	40541 - STELIO GAMA LYRA JUNIOR	SUPERINTENDENTE	Desde 02/07/2014
DIRETORIA FINANCEIRA E DE CRÉDITO				
Superintendência de Operações Financeiras e de Mercado de Capitais	Gerenciar processos financeiros, de mercado de capitais, de negócios internacionais e de câmbio.	112879 - ANTONIO JORGE PONTES GUIMARAES JUNIOR	SUPERINTENDENTE	Desde 30/09/2013
Superintendência de Concessão de Crédito e	Propor estratégias para a concessão de crédito em busca de agilidade, segurança	100315 - JOSE ANDRADE COSTA	SUPERINTENDENTE	Desde 18/05/2015. Superintendência

APÊNDICE 1.4 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS
(Continuação)

Administração das Centrais de Crédito	e eficiência operacional, bem como definir estratégias de atuação da Central de Cadastro e Centrais de Crédito.			foi inaugurada em 2015
Órgãos / Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Superintendência de Administração e Recuperação de Crédito	Propor políticas e diretrizes para administração e recuperação de crédito.	104094 - ZERBINI GUERRA DE MEDEIROS	SUPERINTENDENTE	Desde 05/06/2015. Superintendência foi inaugurada em 2015
DIRETORIA DE ATIVOS DE TERCEIROS				
Superintendência de Ativos de Terceiros	Supervisionar processos, produtos e serviços relacionados à gestão de carteiras de fundos de investimento e de carteiras administradas, bem como as atividades relativas aos produtos de incentivos fiscais.	105384 - JOSE MAX ARAUJO BEZERRA	SUPERINTENDENTE	Desde 05/09/2013
DIRETORIA DE CONTROLE E RISCO				
Superintendência de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos	Administrar as ações de identificação, mitigação, controle e monitoramento dos riscos da atividade bancária (crédito, mercado, liquidez e operacional), definindo níveis de alocação de capital para suportar esses riscos; formular políticas e diretrizes operacionais de controle interno, conformidade e segurança corporativa; implementar controles internos, de forma segregada das demais Unidades, envolvendo os processos operacionais e gerenciais,	107816 - JOSE MACEDO BARBOSA	SUPERINTENDENTE	Desde 03/06/2013

APÊNDICE 1.4 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS
(Continuação)

	sistemas de informações e, ainda, assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares.			
Superintendência de Controle Financeiro	Realizar a gestão contábil-financeira do Banco e do FNE, abrangendo o processo contábil, avaliação de resultados, orçamento, gestão do capital, gestão tributária e controle financeiro das operações de crédito.	48690 - JOSE JURANDIR BASTOS MESQUITA	SUPERINTENDENTE	Desde 03/06/2013
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E TI				
Superintendência de Desenvolvimento Humano	Coordenar e executar políticas de recursos humanos e de capacitação profissional, alinhadas às estratégias organizacionais, com foco na formação de pessoas competentes, saudáveis e orientadas para resultados.	99546 JOSÉ ALAN TEIXEIRA DA ROCHA	SUPERINTENDENTE	De 31/05/2013 a 08/03/2015
		61573 - MARCOS MARINELLI	SUPERINTENDENTE	Desde 24/04/2015
Superintendência de Tecnologia da Informação	Prover o Banco de excelência em soluções de Tecnologia da Informação (TI), contribuindo para garantir elevados níveis de competitividade, produtividade e qualidade em seus produtos e serviços.	59420 - CLAUDIO LUIZ FREIRE LIMA	SUPERINTENDENTE	Desde 14/08/2014
Superintendência de Logística	Assegurar o atendimento das necessidades de bens e serviços das diversas unidades do Banco com Qualidade, Tempestividade e Economicidade, observando os aspectos da Legalidade e da Responsabilidade Socioambiental.	61638 - JEFFERSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE	SUPERINTENDENTE	Desde 01/07/2013

APÊNDICE 1.4 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS
(*Continuação*)

Órgãos / Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
COMITÊS NÃO-ESTATUTÁRIOS				
Comitê de Gestão da Continuidade dos Negócios	Propor à Diretoria Executiva políticas e diretrizes relacionadas com Planos de Continuidade e de Contingência, priorizando as ações estratégicas, quando da aplicação dos Planos de Continuidade e ou de Contingência.	153150 - MANOEL LUCENA DOS SANTOS 165255 - ISAIAS MATOS DANTAS 171816 - WANGER ANTONIO DE ALENCAR ROCHA	a) Diretor de Controle e Risco (coordenador); b) Diretor de Administração e TI; e c) Diretor de Negócios.	Desde 2012 Desde 29/09/2014 Desde 02/10/2015
Comitê de Gestão de Riscos	Apreciar e encaminhar para deliberação da Diretoria Executiva, as propostas de criação e ajustes nas estratégias e políticas para gestão de riscos, inclusive as relativas às carteiras dos fundos de investimento administrados pelo Banco.	153150 - MANOEL LUCENA DOS SANTOS 165255 - ISAIAS MATOS DANTAS 165859 - ROMILDO CARNEIRO ROLIM	a) Diretor de Controle e Risco (coordenador); b) Diretor Financeiro e de Crédito; e c) Diretor de Administração e TI.	Desde 2012 Desde 10/09/2014 Desde 10/09/2014

APÊNDICE 1.4 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS
(Continuação)

Órgãos / Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Comitê Disciplinar Superior	<p>Apreciar e julgar os procedimentos instaurados contra os empregados, propondo ou aplicando as punições disciplinares cabíveis de acordo com suas competências e alçadas e ou decidindo pela imputação ou não de responsabilidade pecuniária, quando couber.</p> <p>Nas ocorrências de dano, extravio, furto, roubo ou desaparecimento de bens, sejam estes de propriedade do Banco ou alugados, quando houver indícios de ocorrência de negligência, falha na guarda dos bens, dolo ou má-fé, ou ainda, de descumprimento dos normativos vigentes, no que se refere à segurança bancária e patrimonial, decidir pela imputação ou não de responsabilidade, seja pecuniária ou reposição imediata do bem pelo valor de mercado ao empregado responsável pela guarda do bem.</p>	165255 - ISAIAS MATOS DANTAS	Diretor de Administração e TI Coordenador do CODIS	Desde 07/07/2014.
		153150 - MANOEL LUCENA DOS SANTOS	Diretor de Controle e Risco Membro do CODIS	Desde 18/10/2013.
Comitês de Investimentos de Recursos de Terceiros	Deliberar acerca das políticas e diretrizes de investimento para as carteiras dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco do Nordeste.	143626 - LUIZ CARLOS EVERTON DE FARIAS	Diretor de Ativos de Terceiros (coordenação);	Desde 01/07/2014*
		105384 - JOSE MAX ARAUJO BEZERRA	Superintendente de Ativos de Terceiros; e	Desde 01/07/2014*

APÊNDICE 1.4 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS
(Continuação)

		079537 - VALDIANE MARTINS PESSOA	Gerente do Ambiente de Fundos de Investimento	Desde 01/07/2014*
--	--	-------------------------------------	---	-------------------

(*) Refere-se ao início de funcionamento do comitê após sua reformulação.

Fontes: Ambiente de Arquitetura Organizacional e de Processos. Ambiente de Gestão de Pessoas. Ambiente de Assessoria a Comitês e Colegiados Estatutários. Assessoria da Diretoria de Administração e TI. Ambiente de Planejamento - Banco do Nordeste (2015).

Apêndice 1.5

Macroprocessos Finalísticos

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

MACROPROCESSO 1	
Desenvolvimento de Estratégia de Mercado e Empresarial	
a) Descrição	
<p>Macroprocesso em que se realiza desenvolvimento de estratégia de mercado; formulação e gerenciamento de estratégias para programas governamentais; formulação e gerenciamento de estratégias empresariais; gerenciamento da arquitetura organizacional e gerenciamento de processos.</p> <p>Principais Atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise da inteligência de mercado • Definição do portfólio de produtos por segmento • Definição da estratégia da marca • Definição de estratégia de canal de atendimento • Gerenciamento do Plano Plurianual • Programação e reprogramação do FNE • Monitoramento da programação do FNE • Elaboração do programa estratégico • Elaboração do programa de ação • Gerenciamento do planejamento estratégico • Gestão de projetos estratégicos • Definição de metodologias e modelos para reestruturação da arquitetura organizacional • Reestruturação da arquitetura organizacional • Avaliação do modelo organizacional • Atualização da arquitetura de processos • Modelagem de processos • Análise de processos 	
b) Unidades responsáveis	
<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente de <i>Marketing</i>; • Ambiente de Planejamento; • Ambiente de Políticas de Desenvolvimento; • Ambiente de Arquitetura Organizacional e de Processos. 	
c) Produtos e Serviços	
<ul style="list-style-type: none"> • Arquitetura de processos atualizada; • Processos modelados, tanto os finalísticos quanto os de suporte; • Estrutura organizacional e dimensionamento de pessoal do Banco do Nordeste revisados para readequação das operações organizacionais; • Projeção de negócios para novas agências; • Avaliação da participação de mercado do Banco; • Avaliação da cobertura geográfica do Banco; • Gerenciamento da base de clientes; • Abertura de 6 (seis) novas agências; • Alteração na política de jurisdição das agências; • Acompanhamento do processo de contratação de recepcionistas Conte Comigo; • Criação de métrica para dimensionar quantidade de caixas eletrônicos nas agências; • Monitoramento do tempo médio de espera (TME) dos clientes nos caixas das agências. 	

APÊNDICE 1.5

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

2

- Orientações às agências que apresentaram TME elevado;
- Monitoramento do funcionamento dos caixas eletrônicos;
- Lançamento de guias práticos de atendimento para funcionários das agências;
- Consultoria de marca para o público interno;
- Ações de consolidação de branding;
- Gerenciamento da identidade visual do Banco nas agências e na Direção Geral;
- Proteção legal das marcas do Banco;
- Programação Anual do FNE, elaborada em processo participativo com unidades internas e entidades públicas e privadas nos estados, observando as diretrizes de políticas públicas de financiamento visando ao desenvolvimento regional, contemplando o plano de aplicações e as regras de enquadramento nos programas;
- Propostas de metas para FNE, BNDES, FAT e FDNE no Programa de Ação, Programa Estratégico e PPA, com coordenação do Ambiente de Planejamento e formulação de modo articulado com unidades da Direção Geral e Superintendências Estaduais, convergindo também com as projeções da Programação Anual do FNE;
- Monitoramento dos resultados do FNE, BNDES e FDNE, com a elaboração e envio de relatórios gerenciais periódicos relativos ao programado x realizado a unidades internas de Administração Superior (Conselho de Administração e Direx), Superintendências da Dirge e Estaduais, dentre outros destinatários;
- Regras de enquadramento nos programas com as fontes FNE, BNDES, FDNE e FAT e suas atualizações;
- Pareceres quanto a demandas de alterações nas regras de enquadramento e no plano de aplicações do FNE, BNDES, FDNE e FAT, oriundas do público interno e externo;
- Interlocução com os órgãos administradores das fontes FNE, BNDES, FDNE e FAT em torno das regras de enquadramento e do plano de aplicações;
- Coordenação Regional do FNE Itinerante – eventos de informação e atendimento negocial para acesso ao crédito por micro e pequenas empresas (MPes) em municípios de menor porte;
- Cenário da Indústria Bancária;
- Cenário Bancário Diário;
- Planejamento Estratégico 2016-2019;
- Programa de Ação 2016;
- Relatório de acompanhamento trimestral;
- Relatório de Administração 2014;
- Relatório de Gestão 2014;
- Relatório de Prestação de Contas da Presidência da República 2014;
- Relatório de Avaliação de Desempenho 2014;
- Portfólio de Projetos Estratégicos.

d) Principais Clientes

- Unidades do Banco do Nordeste;
- Clientes e usuários dos canais de atendimento do Banco do Nordeste;
- Conselho de Administração;
- Diretoria Executiva;
- Ministério da Integração Nacional;
- Órgãos de Supervisão Externa (CGU, TCU, Bacen);

APÊNDICE 1.5

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

3

- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste;
- Mídias interna e externa;
- Outros órgãos externos;

MACROPROCESSO 2
Desenvolvimento e Gestão de Produtos e Serviços
a) Descrição
Macroprocesso em que se realiza o desenvolvimento de produtos e serviços e o gerenciamento de portfólio de produtos e serviços.
Principais Atividades:
<ul style="list-style-type: none">• Criação / atualização de produtos e serviços• Implantação de produtos e serviços• Análise de desempenho dos produtos e serviços• Avaliação de políticas e programas de crédito
b) Unidades responsáveis
<ul style="list-style-type: none">• Ambiente de Marketing;• Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação.
c) Produtos e Serviços
<ul style="list-style-type: none">• Criação e atualização de produtos de crédito;• Realização de três reuniões do Comitê de Produtos, nas quais foram analisadas as proposições para a criação de novos produtos;• Criação dos produtos: Crediamigo Mais; Cartão FNE e Nota/Cédula de Crédito à Exportação;• Elaboração da proposta para definir o fluxo do processo de gestão de implantação de produtos e serviços pelo Ambiente de Marketing.
d) Principais Clientes
Ambientes gestores de produtos e serviços do Banco do Nordeste que, de acordo com suas funções e características, formulam proposta de desenvolvimento, melhoria e descontinuidade de produtos e serviços.

MACROPROCESSO 3
Desenvolvimento e Gestão de Negócios
a) Descrição
Macroprocesso que realiza definição de estratégia de negócios; gestão de clientes; gestão de ações negociais; gestão de ações sociais e ambientais e gestão de patrocínios.
Principais atividades:
<ul style="list-style-type: none">• Definição e avaliação de modelos de gestão de negócios• Definição e avaliação de modelos de gestão de negócios de microfinanças• Gerenciamento de ações publicitárias• Pesquisa avaliativa• Aplicação da marca

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

- Implantação e avaliação de canal de atendimento
- Gerenciamento de mídias digitais
- Gestão da carteira de clientes
- Cadastro de clientes
- Avaliação de risco de cliente
- Concessão de limite de risco para cliente
- Gestão da carteira de clientes de microfinanças
- Prospecção de clientes
- Prospecção de negócios
- Prospecção de negócios de microfinanças
- Gerenciamento de programação cultural
- Gerenciamento do acervo cultural
- Desenvolvimento de ações de responsabilidade socioambiental
- Avaliação de desempenho socioambiental
- Concessão e acompanhamento de patrocínios
- Concessão e acompanhamento de patrocínio de projetos culturais
- Concessão e acompanhamento de patrocínio de projetos socioambientais.

b) Unidades responsáveis

- Ambiente de Negócios MPE;
- Ambiente de Negócios com PF, PMPR e Agronegócio;
- Ambiente de Negócios Empresariais e Governo;
- Ambiente de Negócios *Corporate* e Estruturação de Operações;
- Ambiente de Comunicação;
- Ambiente de *Marketing*;
- Ambiente de Concessão de Crédito;
- Ambiente de Gestão de Riscos;
- Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar;
- Ambiente de Microfinança Urbana;
- Ambiente de Políticas de Desenvolvimento.

c) Produtos e Serviços

- Modelo de Avaliação de Carteiras de Clientes de PF, PMPR, Agronegócios e MPE;
- Relatório com Avaliação das Carteiras de Clientes de PF, PMPR, Agronegócios e MPE;
- Prospecto da Carteira de Clientes de PF, PMPR, Agronegócios e MPE;
- Mix de produtos e serviços para prospecção de negócios com PF, PMPR, Agronegócios e MPE;
- Base de clientes em potencial para prospecção de clientes e negócios com PF, PMPR, Agronegócios e MPE;
- Crediamigo, programa de microcrédito urbano do Banco do Nordeste;
- Agroamigo, programa de microcrédito rural orientado do Banco do Nordeste;
- Abertura de 20 (vinte) de pontos de vendas e a realocação de 21 (vinte e um), com vistas a ampliar a proximidade em relação aos clientes público alvo do Crediamigo;
- Ampliação em 12% do canal de atendimento representado pelos agentes de microcrédito;
- Realização da Campanha “Crediamigo – transformando vidas de geração em geração”;
- Publicação do Relatório Anual 2014 do Crediamigo, com a prestação de contas das realizações do Programa à sociedade;

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

- Realização do Encontro Anual Crediamigo;
- Participação na IX Cumbre de Asesores de Microfinanzas, realizada em Manta – Equador; Lançamento piloto da maquineta Amiguinha, permitindo aos clientes realizarem suas vendas mediante pagamento com cartão de crédito;
- Início de operação do projeto piloto de cartão de crédito para clientes Crediamigo;
- Estratégias para atuação junto aos segmentos Empresarial e Governo;
- Modelo de avaliação, criação e desdobramento das carteiras;
- Avaliação mensal das Carteiras de Clientes dos segmentos Empresarial e Governo;
- Seminário anual com os gerentes de negócios das carteiras dos segmentos Empresarial e Governo para discussão das estratégias e orientações para atuação junto aos clientes dos segmentos;
- Campanhas de vendas dos produtos e serviços mais rentáveis para os segmentos/Banco vinculadas aos objetivos estratégicos;
- Acordos operacionais com entidades de classe e empresas, visando a mitigação dos riscos e ampliação das contratações;
- Celebração de Contrato de arrecadação de tributos com estados e municípios;
- Orientações sistemáticas para a gestão das carteiras;
- Relatórios de avaliação dos resultados dos segmentos Empresarial e Governo, bem como das carteiras de clientes integrantes dos segmentos;
- Consultorias para as carteiras de clientes com dificuldades da validação/categorização;
- Implantação do Novo Modelo de avaliação, criação e desdobramento das carteiras;
- Avaliação mensal das Carteiras de Clientes do segmento *Corporate*;
- Seminário anual com os gerentes de negócios das carteiras do segmento *Corporate* para discussão das estratégias e orientações para atuação junto aos clientes dos segmentos;
- Campanhas de vendas dos produtos e serviços mais rentáveis para os segmentos/Banco vinculadas aos objetivos estratégicos;
- Orientações sistemáticas para a gestão das carteiras;
- Suporte no gerenciamento das carteiras com emissão de relatórios gerenciais com dados das variáveis impactantes no resultado das avaliações de carteiras e no programa de ação;
- Consultorias para as carteiras de clientes com dificuldades da validação/categorização;
- Classificação de riscos dos clientes para subsidiar decisões de negócios;
- Cálculo do Limite de Risco Global dos clientes para subsidiar decisões de negócios;
- Implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA);
- Elaboração do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental (Dinsa);
- Elaboração do Relatório de Sustentabilidade 2014;
- Apoio a Projetos Sociais: Lei de Incentivo ao esporte por meio de Incentivos Fiscais 2015; Fundo da Infância e Adolescência (FIA); Fundo dos Direitos do Idoso; Pronon – Programa Nacional de Atenção Oncológica; Pronas/PCD – Programa Nacional de Atenção a Pessoas com Deficiência;
- SGA – Sistema de Gestão Ambiental;
- Campanha de apoio a projetos sociais dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) por meio de Incentivos fiscais 2015 (colaboradores, clientes e parceiros);
- Campanha de apoio a projetos sociais do Fundo dos Direitos do Idoso por meio de Incentivos fiscais 2015 (colaboradores, clientes e parceiros);

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

- Plano de ação de valorização da diversidade (equidade de gênero, igualdade racial e ações de combate à qualquer forma de discriminação);
- Ações de apoio ao financiamento de custeio do manejo florestal sustentável da caatinga;
- Ações de apoio ao financiamento de micro e minigeração distribuída de energia elétrica por meio do FNE Verde;
- Realização do planejamento anual conjuntamente com as Gerências Estaduais de Microfinança Rural;
- Definição do Programa de Ação do Agroamigo;
- Disponibilização sistemática de informações gerenciais de desempenho para as Gerências Estaduais de Microfinança Rural;
- Disponibilização de informações cadastrais para subsidiar decisões de negócios;
- Realização de pesquisas avaliativas: de satisfação do cliente; de satisfação com Ouvidoria; de satisfação com atendimento de 2º nível do Centro de Relacionamento; com Clientes do segmento MPE;
- Realização de consultoria de marca para o público interno;
- Implantação e avaliação de canal de atendimento;
- Implantação e abertura ao público de 6 (seis) novas agências;
- Gerenciamento de programação cultural;
- Realização da programação cultural atingindo público de 506.304 pessoas;
- Gerenciamento do acervo cultural;
- Implantação de espaço para guarda do acervo cultural;
- Concessão e acompanhamento de patrocínios;
- Elaboração do Edital de Patrocínio Institucional/Mercadológico;
- Concessão de patrocínio a 195 projetos com recursos orçamentários;
- Concessão e acompanhamento de patrocínio de projetos culturais;
- Elaboração do Edital de Patrocínio Cultural;
- Concessão de patrocínio a 46 projetos incentivados (Lei Rouanet).

d) Principais Clientes

- Unidades do Banco do Nordeste;
- Clientes do Banco do Nordeste;
- Agentes produtivos da área de atuação do Banco;
- Colaboradores do Banco e colaboradores da OSCIP Instituto Nordeste Cidadania.
- Órgãos de controle: Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União;
- Ministério do Meio Ambiente;
- Ministério do Esporte;
- Ministério da Saúde;
- Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos;
- Fundos Municipais, Estaduais e Nacional de Direito da Criança e Adolescente;
- Fundos Municipais, Estaduais e Nacional de Direito dos Idosos;
- Empreendimentos Sociais, entidades de apoio à pessoa com deficiência, entidades de apoio à atenção oncológica.

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

MACROPROCESSO 4	
Operacionalização de Produtos e Serviços	
a) Descrição	
<p>Macroprocesso que realiza captação de recursos; concessão de crédito; administração de crédito; operacionalização de serviços financeiros; operacionalização de produtos e serviços bancários; operacionalização de produtos e serviços de mercado de capitais e gerenciamento dos recursos de tesouraria.</p> <p>Principais Atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gestão do <i>rating</i> corporativo • Captação de recursos institucionais • Captação de depósito para reinvestimento • Captação de fundos de investimento • Captação de fundos de investimento especiais • Captação de recursos internacionais • Captação de produtos de renda fixa • Concessão de crédito • Suporte técnico a projetos e propostas • Acompanhamento de crédito • Autorização de cobrança judicial • Cobrança extrajudicial • Renegociação de dívidas • Monitoramento de garantias • Monitoramento de seguros obrigatórios • Concessão de microcrédito • Acompanhamento de microcrédito • Revitalização de operações de microcrédito • Assessoramento financeiro em produtos e serviços • Prestação de serviços de liquidação financeira e custódia de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos • Controle de carteiras de títulos e valores mobiliários e de derivativos • Controle de ações escriturais • Liberação de recursos do FINOR • Administração da carteira de ações do FINOR • Administração da carteira de debêntures do FINOR • Administração da carteira de projetos próprios do FINOR • Leilão de ações da carteira do FINOR • Administração da carteira de cotistas do FINOR • Gerenciamento de conta • Pagamento de benefício do INSS • Gerenciamento de conta especial • Arrecadação de contas conveniadas • Gerenciamento de cartão • Gerenciamento de tarifas • Compensação de cheques e outros papéis 	

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

<ul style="list-style-type: none"> • Prestação de serviços de câmbio (compra e venda) • Gerenciamento de caixa em moeda estrangeira • Transferências financeiras TED e DOC • Cobrança bancária • Gerenciamento de produtos de seguridade • Penhora Judicial • Captação de linha de <i>trade finance</i> • Estruturação dos investimentos em fundos de investimento em participação • Operacionalização dos investimentos em fundos de investimento em participação • Desinvestimento em fundos de investimento em participação • Estruturação de operações de mercado de capitais • Distribuição de produtos de mercado de capitais • Operacionalização de títulos públicos • Operacionalização de títulos privados
<p>b) Unidades responsáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ambiente de Mercado de Capitais; • Ambiente de Políticas de Desenvolvimento; • Ambiente de Fundos de Investimento; • Ambiente de Operações Financeiras; • Ambiente de Operações de Câmbio; • Ambiente de Concessão de Crédito; • Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar; • Ambiente de Microfinança Urbana; • Ambiente de Administração de Crédito; • Ambiente de Recuperação de Crédito; • Ambiente de Produtos e Serviços Bancários.
<p>c) Produtos e Serviços</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os produtos de crédito oferecidos no Programa Crediamigo: Crediamigo Comunidade; Giro Popular Solidário; Giro Solidário; GiroInveste e Investimento Fixo; • Assessoramento financeiro em produtos e serviços; • Atendimento das demandas pontuais dos acionistas, órgãos reguladores, investidores e entidades associadas; • Cadastramento do Banco do Nordeste em Instituições Financeiras. • Cadastramento e atualização cadastral de acionistas; • Captação de recursos internacionais; • Contratação de empresa para atualização de software no sistema de ações; • Controle da carteira de títulos do FNE / FDNE; • Controle de ações escriturais; • Controle de carteiras de títulos e valores mobiliários e de derivativos; • Desinvestimento em fundos de investimento em participação; • Estruturação de operações de mercado de capitais; • Estruturação dos investimentos em fundos de investimento em participação; • Gestão do <i>rating</i> corporativo; • Gestão do repasse do FNE para outras instituições repassadoras;

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

- Gestão dos investimentos próprios em fundos de investimento em participação e em operações de mercado de capitais (Estruturação / Operacionalização / Desinvestimento);
- Intermediação do relacionamento com investidores, no âmbito da Diretoria Financeira e de Crédito;
- Monitoração contínua dos eventos relativos aos ativos em custódia de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros;
- Normatização de Estruturação de operações de mercado de capitais;
- Operacionalização de títulos privados;
- Operacionalização de títulos públicos;
- Operacionalização dos investimentos em fundos de investimento em participação;
- Prestação de informações periódicas legais a órgãos reguladores e aos clientes;
- Prestação de serviços de liquidação financeira e custódia de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos;
- Repasse, aos acionistas, dos dividendos e juros sobre capital e frações;
- Transferência à Bolsa de Valores dos valores custodiados naquela Instituição;
- Transferência de ações entre acionistas;
- Operacionalização dos produtos: Conta corrente (incluindo depósitos à vista e depósitos judiciais); Poupança; Cartões de débito e de crédito; Arrecadação (convênios INSS, água, luz, telefone, tributos municipais, estaduais e federais, FGTS, Seguro DPVAT); Cobrança; Crédito de folha de pagamento de cliente; Pagamento de fornecedor via *home banking*; *Home banking* e *mobile*; Seguros; Títulos de capitalização e Compensação;
- Programa Agentes de Desenvolvimento;
- Programa Cisternas no BNB, por meio de contrato de prestação de serviços ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), viabilizando a construção de cisternas nas áreas mais carentes do meio rural;
- Produtos de câmbio: câmbio pronto de exportação; Câmbio pronto de importação; Câmbio pronto financeiro; Cobrança bancária de exportação; Cobrança bancária de importação; Captação de linhas de crédito de *trade finance* (recursos externos); Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC/ACE); Financiamento a Importação mediante repasse de linhas de crédito externa; Emissão de Carta de Crédito de Importação; Emissão de Garantia Bancária Internacional; Nordeste Exportação; BNDES-Exim pré-embarque;
- Disponibilização de ferramentas gerenciais: sistema gerencial INFOGER, sistema de Acompanhamento Gerencial (S565) e o Sistema de S557/Módulo Instrumento de Crédito (Guarda de Instrumentos de Crédito e Inventário dos Instrumentos de Crédito); e outras ferramentas gerenciais com informações específicas de acompanhamento de clientes/operações (atrasos, saldos a desembolsar, reembolsos previstos etc) e relacionadas à garantias das operações de crédito (tipo de garantia, garantias insuficientes, etc).

d) Principais Clientes

Recuperação de Crédito:

- Agências, GERATs, Superintendências Estaduais, Órgãos de Controle, Supervisão e Monitoramento (CGU e TCU), Auditoria Interna, Superintendência Jurídica;
- Captação de fundos de investimento/ Captação de fundos de investimento especiais: investidores dos fundos de investimento distribuídos pelo Banco do Nordeste.
- Depósitos para Reinvestimento: empresas dos setores industrial, agroindustrial, de

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

infraestrutura e de turismo, considerados prioritários, conforme o Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, que estejam em operação na área da SUDENE;

- FINOR: empresas instaladas ou que vinham a se instalar na área de atuação da SUDENE.

Operações Financeiras:

- Produtos de renda fixa: Rede de agências do Banco;
- Títulos públicos federais: Tesouro Nacional (por meio da participação em leilões de títulos públicos SELIC/CETIP); instituições financeiras participantes do mercado secundário; Câmaras de Compensação/Liquidação;
- Títulos privados: instituições financeiras de mercado (observadas as alçadas decisórias).

Microfinanças urbana (Crediamigo) e rural (Agroamigo):

- Clientes do Banco, agentes produtivos da área de atuação do Banco;
- Colaboradores do Banco do Nordeste e Agentes de microcrédito do Instituto Nordeste Cidadania;

Mercado de Capitais:

- Unidades do Banco;
- Agências de *Rating*
- Anbima-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
- Associação Brasileira de *Venture Capital e Private Equity* (ABVCAP)
- Bacen (Cadin e SCR)
- Banco Central do Brasil (Bacen)
- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- Bancos públicos, privados e corretoras de valores mobiliários
- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa)
- Banco BTG Pactual
- Cetip S.A. - Mercados Organizados
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
- Controladoria Geral da União (CGU)
- Empresa de auditoria externa *Ernst & Young*
- Governo Federal
- Governos Estaduais
- Governos Municipais da região Nordeste
- Instituições locais
- Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec)
- Ministério da Fazenda
- Secretaria do Tesouro Nacional
- Secretarias de Fazenda dos Estados
- Secretarias de Finanças dos Municípios
- Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic
- Tribunal de Contas da União (TCU)

APÊNDICE 1.5

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

11

- Rede de agências e áreas de segmentos

Políticas de Desenvolvimento:

- Famílias que não dispõem de acesso à fonte de água potável localizadas na zona rural do semiárido brasileiro, com renda per capita familiar de até meio salário mínimo ou, no caso dos idosos, renda total da família de até três salários mínimos, devendo ser priorizadas aquelas enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família (PBF), nos termos da Instrução Operacional Conjunta nº 01- SENARC/SESAN, de 07 de abril de 2009.

MACROPROCESSO 5
Gestão de Atendimento a Clientes
a) Descrição
Macroprocesso que realiza o gerenciamento do atendimento ao cliente. Principais Atividades: <ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento da estratégia de atendimento ao cliente• Planejamento e gerenciamento da força de trabalho de atendimento ao cliente• Gerenciamento do relacionamento com clientes• Medição da satisfação do cliente• Monitoramento do atendimento ao cliente• Atendimento de ouvidoria
b) Unidades responsáveis
<ul style="list-style-type: none">• Ambiente de <i>Marketing</i>• Ouvidoria
c) Produtos e Serviços
<ul style="list-style-type: none">• Elaboração e execução de ações visando à democratização do acesso à Ouvidoria pelos clientes e usuários aos produtos e serviços do Banco;• Elaboração e execução de ações de melhoria de desempenho do atendimento aos clientes;• Avaliação da pesquisa de satisfação dos clientes da Ouvidoria, no intuito de identificar oportunidades de melhorias;• Mediação de conflitos envolvendo clientes, cidadãos e as unidades do Banco, visando à solução mais adequada para as partes envolvidas;• Gerenciamento das manifestações dos clientes e usuários de produtos e serviços, observando a regulamentação vigente;• Gerenciamento do processo formal do atendimento às manifestações oriundas de órgãos externos, de defesa do consumidor e do sistema RDR do Banco Central do Brasil;• Gerenciamento das manifestações de clientes encaminhadas por outras ouvidorias e órgãos governamentais, tais como Presidência da República, Ministério da Fazenda, dentre outros;• Expedição de medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das manifestações recebidas;• Gerenciamento da efetivação das medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas propostas;• Acompanhamento das demandas classificadas como denúncia e enviadas para as unidades

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

responsáveis para apuração;

- Elaboração e encaminhamento à Auditoria Interna, à Auditoria Externa, ao Comitê de Auditoria, ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva do Banco, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria;
- Expansão da rede de agências, com o objetivo de prestar melhor atendimento ao cliente com uma melhor cobertura geográfica;
- Monitoramento do uso do sistema de gerenciamento de atendimento (SGA), para garantir o atendimento ao tempo de espera definido pela FEBRABAN / leis municipais / leis estaduais;
- Apresentação de proposta de expansão dos caixas eletrônicos instalados nas agências, de acordo com a demanda apresentada;
- Migração dos clientes de microfinanças urbana e rural para as novas agências, de forma a equalizar o fluxo de clientes nas agências e reduzir o deslocamento dos clientes;
- Monitoramento e divulgação para as agências dos dados relativos à quantidade de transações no Caixa Executivo, ATMs e *internet /mobile banking*, de forma a incentivar o uso de canais digitais;
- Planejamento e gerenciamento da força de trabalho de atendimento ao cliente;
- Realizado estudo para definir o quantitativo de recepcionistas Conte Comigo nas agências e acompanhamento do processo contratações de recepcionistas do Programa Conte Comigo.
- Gerenciamento do relacionamento com clientes;
- Assessoramento às agências e às Células de Contencioso e Assessoria Jurídica em relação a demandas legais que tratam de atendimento ao cliente;
- Sistematizar e gerenciar as demandas dos clientes e encaminhá-las a outras unidades, quando necessário;
- Medição da satisfação do cliente:
- Realizada pesquisa descritiva e quantitativa, com uma amostra de 1.067 clientes, para mensurar o grau de satisfação com o atendimento, canais e produtos oferecidos pelo Banco.
- Monitoramento do atendimento ao cliente;
- Monitoramento do tempo médio de espera (TME) dos clientes para atendimento nos caixas das agências;
- Monitoramento do funcionamento dos caixas eletrônicos;
- Acompanhamento das demandas das agências que impactem no atendimento ao cliente, como funcionamento dos terminais de caixa, caixas eletrônicos e sistema de gerenciamento de filas.

d) Principais Clientes

- Clientes do Banco e cidadãos em geral.
- Agências e clientes do Banco do Nordeste

Apêndice 2.1

Planejamento Estratégico 2015-2018

Informação protegida pelo Sigilo

[illegible]

Fonte: Ambiente de Planejamento, Banco do Nordeste do Brasil S.A. 2016

Apêndice 3.4

Regulamento Interno da Atividade de Auditoria



**Banco do
Nordeste**

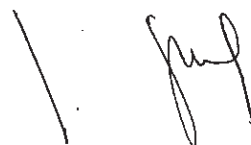
Superintendência de Auditoria

REGULAMENTO INTERNO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS DO REGULAMENTO INTERNO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA	4
CAPÍTULO II - DA DEFINIÇÃO DE AUDITORIA INTERNA	4
CAPÍTULO III - DOS PROPÓSITOS	4
CAPÍTULO IV - DA INDEPENDÊNCIA E OBJETIVIDADE	4
CAPÍTULO V - DO ESCOPO DE TRABALHO	6
CAPÍTULO VI - DA AUTORIDADE	6
CAPÍTULO VII - DA CONFIDENCIALIDADE	7
CAPÍTULO VIII - DAS RESPONSABILIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA DE AUDITORIA	8
CAPÍTULO IX - DAS RESPONSABILIDADES DO AUDITOR	8
CAPÍTULO X - DO RELACIONAMENTO COM A AUDITORIA EXTERNA	9
CAPÍTULO XI - DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS	9

Handwritten signatures and initials:
- A large signature at the top right.
- The word "seu" written below it.
- Two sets of initials at the bottom left and bottom right.

A handwritten signature in black ink, consisting of a vertical line followed by a stylized, cursive-like mark.

Capítulo I - Dos Objetivos do Regulamento Interno da Atividade de Auditoria

Art. 1º O Regulamento Interno da Atividade de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A é um documento norteador que contempla os principais aspectos para desenvolvimento da atividade de auditoria. Foi elaborado em consonância com os elementos mandatórios das orientações oficiais do Instituto de Auditores Internos do Brasil, quais sejam: (i) Definição de Auditoria Interna; (ii) Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (*Normas*); (iii) Código de Ética do *The Institute of Internal Auditors (IIA)*; e com as normas pertinentes da Secretaria de Controle Interno da Administração Pública Federal Ciset/PR.

Capítulo II - Da Definição de Auditoria Interna

Art. 2º A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação (*assurance*) e de consultoria, desenvolvida para adicionar valor e melhorar as operações da organização. A Auditoria auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Capítulo III - Dos Propósitos

Art. 3º A área de Auditoria tem como propósito a avaliação dos processos de gerenciamento de riscos, governança e controles, visando adicionar valor e melhorar as operações do Banco, de forma independente e objetiva, podendo prestar serviço de consultoria interna e externa, em consonância com as regras e padrões aprovados por organismos nacionais de supervisão bancária, bem como pelos padrões definidos por outros órgãos reguladores.

Capítulo IV - Da Independência e Objetividade

Art. 4º A Auditoria é subordinada funcionalmente ao Conselho de Administração e vinculada administrativamente à Presidência do Banco.

§ 1º Subordinação funcional significa que a Auditoria está ligada direta e hierarquicamente ao Conselho de Administração na estrutura organizacional do Banco, assegurando a independência da sua atuação, obedecendo-se o contido no Estatuto do BNB, Capítulo VI.



§ 2º Vinculação administrativa implica em que a Presidência do Banco deve assegurar que a Auditoria terá disponíveis os recursos financeiros, materiais, humanos e tecnológicos necessários ao desempenho de sua função.

Art. 5º O Superintendente de Auditoria está autorizado a se comunicar diretamente e por sua própria iniciativa com a alta administração e os colegiados estatutários.

Art. 6º O Superintendente de Auditoria participará, quando convidado, das reuniões do Comitê de Auditoria, prestando-lhe informações e análises, não tendo responsabilidades pelo trabalho do Comitê.

Art. 7º Os auditores internos devem apresentar nível adequado de excelência, objetividade e profissionalismo na coleta, avaliação e comunicação de informações sobre o objeto auditado, realizando avaliação equilibrada de todas as circunstâncias e não sendo influenciado por seu próprio interesse ou de outros na formação de juízos.

Art. 8º A atividade de auditoria permanecerá livre da interferência de qualquer elemento da organização, incluindo questões relacionadas à seleção de objetos de auditoria, escopos, procedimentos, frequência, época e conteúdo de relatórios, a fim de permitir a manutenção de uma atitude independente e objetiva.

Art. 9º Os auditores internos devem reportar ao Superintendente de Auditoria qualquer situação na qual possa ser identificado um prejuízo real ou potencial à independência ou à objetividade.

Art. 10º Os auditores internos devem abster-se de avaliar operações das quais tenham participado ou tiveram responsabilidades gerenciais e ou de decisão em qualquer época, bem como somente avaliar atividades pelas quais tenham sido responsáveis anteriormente, ou pelas quais tiveram responsabilidades gerenciais, decorridos no mínimo 12 meses antecedentes ao trabalho de auditoria.

Art. 11º Os auditores internos não terão responsabilidades diretas operacionais sobre a implementação dos controles internos recomendados acerca de qualquer objeto auditado.

Capítulo V - Do Escopo de Trabalho

Art. 12º O âmbito de trabalho da Superintendência de Auditoria se estende por todos os processos que expõem a risco o Banco, dentro de um escopo definido, podendo envolver empresas patrocinadas ou outras entidades, por força de lei ou contrato.

Art. 13º A Auditoria presta serviços de avaliação, de consultoria, de procedimentos investigatórios e processos administrativos, além de coordenar, no âmbito do Banco, o relacionamento e acompanhamento de auditorias efetuadas por órgãos de controle externo.

Art. 14º O Conselho de Administração dá autonomia à Auditoria para a execução de atividades de serviços adicionais não previstos no seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna aprovado, ponderados os riscos envolvidos, onde não exista um conflito de interesses ou distanciamento de suas obrigações para com o Conselho.

Parágrafo único. Uma limitação de escopo, juntamente com seu efeito potencial, deverá ser comunicada ao Conselho de Administração pelo Superintendente de Auditoria.

Capítulo VI - Da Autoridade

Art. 15º O Superintendente, os gestores da Auditoria e os auditores internos estão autorizados a:

- I. ter acesso livre, ilimitado, direto e imediato a todos os documentos, arquivos, processos, sistemas, atividades, informações, instalações físicas e pessoas, considerados pela Auditoria como relevantes para o exercício de sua função;
- II. ter acesso ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração;
- III. estabelecer frequência de atividades, selecionar temas e escopos de trabalhos, determinar as atividades e aplicar técnicas necessárias para cumprir os objetivos de auditoria;
- IV. obter a necessária assistência de colaboradores das diversas unidades do Banco que envolvam objetos auditados;

- V. submeter ao Conselho de Administração proposta de contratação de especialistas não pertencentes ao quadro do Banco do Nordeste, quando considerada necessária pela Auditoria; e
- VI. ter acesso aos relatórios dos auditores externos (auditores independentes) e dos órgãos de controle e fiscalização.

Art. 16º É dispensada qualquer explicação, autorização e ou comunicação prévia aos gestores para acesso às unidades, registros e pessoas, quando necessário para a efetividade da realização dos trabalhos.

Art. 17º É dever de todos os empregados e administradores cooperarem com os auditores internos quanto ao acesso a bens, instalações, transações, registros e sistemas de informação do Banco.

Art. 18º A Superintendência de Auditoria será comunicada pelas unidades do Banco sobre quaisquer tipos de trabalho de auditoria e ou fiscalização em andamento no Banco, promovidas por órgãos ou entidades de controle externas, inclusive, quando for o caso, lhe serão encaminhados os respectivos relatórios para fins de conhecimento e acompanhamento de providências.

Parágrafo único. Conflitos de interesse que acaso possam vir a existir, decorrentes da autoridade da Auditoria, devem ser compartilhados pelo Superintendente da Auditoria ao Comitê de Auditoria para posterior apreciação e decisão pelo Conselho de Administração.

Capítulo VII - Da Confidencialidade

Art. 19º Os gestores, auditores e demais empregados da Superintendência de Auditoria devem respeitar a confidencialidade da informação obtida, não podendo aproveitar-se, pessoalmente ou em benefício de terceiros, dos fatos que venham a tomar conhecimento no decorrer de suas atividades. A confidencialidade envolve não só a documentação, mas qualquer informação inerente à Auditoria.

Art. 20º O Superintendente de Auditoria deve informar o resultado dos trabalhos de auditoria às unidades apropriadas dentro da estrutura organizacional do Banco.

Art. 21º O conteúdo dos relatórios de auditoria, no todo ou em parte, somente serão disponibilizados a terceiros, em razão de determinação judicial ou nos casos previstos na legislação vigente e considerando a Lei de Acesso à Informação.

Parágrafo único. Se não houver exigências legais, estatutárias ou regulatórias em contrário, antes de divulgar os resultados para partes externas à organização, o Superintendente de Auditoria deve, cumulativamente:

- I. avaliar o risco potencial à Instituição;
- II. consultar a alta administração e ou unidade jurídica institucional, conforme for apropriado;
- III. controlar a disseminação mediante restrição da utilização dos resultados.

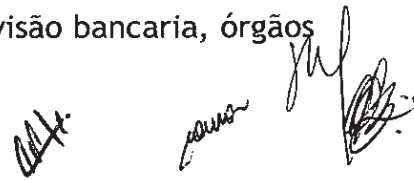
Capítulo VIII - Das Responsabilidades da Superintendência de Auditoria

Art. 22º As responsabilidades, papel funcional e competências técnicas e comportamentais, alçadas de decisão e condução das atividades do Superintendente de Auditoria Interna, dos gestores e dos Auditores, são estabelecidas formalmente através dos normativos internos do Banco, encaminhados a Diretoria Executiva e submetidos ao Conselho de Administração do Banco do Nordeste e pelas demais alçadas, bem como pelas regulamentações externas oriundas dos órgãos de supervisão bancária nacional e os de controle e fiscalização.

Art. 23º As responsabilidades do Superintendente de Auditoria Interna, dos gestores e dos Auditores estão diretamente relacionadas com as limitações a que estiverem submetidos para execução dos trabalhos de avaliação dos riscos e dos sistemas de controles internos, que permitam a emissão de parecer com razoável segurança, devendo referido fato ser comunicado formalmente aos colegiados estatutários, se ocorrer.

Capítulo IX - Das Responsabilidades do Auditor

Art. 24º As responsabilidades, papel funcional e competências técnicas e comportamentais do auditor, são estabelecidas formalmente através dos normativos internos do Banco, aprovados pela Diretoria Executiva do Banco do Nordeste, pelas demais alçadas, no âmbito interno, e pelos organismos de supervisão bancária, órgãos



de controle e fiscalização e instituições responsáveis pela supervisão da atividade de auditoria interna.

Capítulo X - Do Relacionamento com a Auditoria Externa

Art. 25º Em relação aos auditores externos a Superintendência de Auditoria deve:

- I. exercer boa cooperação no relacionamento de trabalho;
- II. assegurar apropriado compartilhamento de informações, visando, inclusive, evitar duplicidade de esforços;
- III. acompanhar o cumprimento do contrato de prestação de serviços;
- IV. atender adequada e tempestivamente às demandas dos auditores externos; e
- V. promover articulação com as demais unidades do Banco para o acolhimento de informações a serem prestadas aos auditores externos em suas demandas.

Capítulo XI - Do Cumprimento das Normas

Art. 26º A Superintendência de Auditoria se guiará pelos normativos internos, Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste, Normas Internacionais para o Exercício Profissional da Atividade de Auditoria Interna e pelo Código de Ética do IIA, além de estar sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.



Apêndice 5.3

Caderno de Demonstrações
Financeiras Banco do Nordeste
12/2015



Demonstrações Financeiras

B A N C O

Em R\$ MIL

POSIÇÃO: 31.12.2015

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

A T I V O

		31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE		21.939.440	22.630.574
DISPONIBILIDADES	(Nota 5)	209.975	197.642
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6.a)	12.445.108	8.244.319
Aplicações no Mercado Aberto		12.444.473	8.167.819
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....		635	76.500
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	253.302	6.053.427
Carteira Própria		227.797	3.859.220
Vinculados a Compromissos de Recompra.....		-	1.700.827
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		-	281.551
Vinculados à Prestação de Garantias		25.505	211.829
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		178.168	345.873
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		1.378	1.297
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	173.609	313.791
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	102	28.387
Repasses Interfinanceiros.....		1.885	1.281
Correspondentes.....		1.194	1.117
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.476.359	5.263.251
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	5.977.524	5.614.124
Setor Público.....		243.022	180.390
Setor Privado		5.734.502	5.433.734
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(501.165)	(350.873)
OUTROS CRÉDITOS.....		3.344.533	2.498.388
Créditos por Avals e Fianças Honrados	(Nota 10.a)	29	-
Carteira de Câmbio	(Nota 10.b)	818.089	672.788
Rendas a Receber	(Nota 10.c)	13.075	11.986
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 10.d)	4	4
Diversos	(Nota 10.e)	2.719.014	1.838.798
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.f)	(205.678)	(25.188)
OUTROS VALORES E BENS		31.995	27.674
Outros Valores e Bens		13.996	10.550
(Provisões para Desvalorizações)		(625)	(694)
Despesas Antecipadas		18.624	17.818
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		19.248.006	15.344.660
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	12.073.969	8.253.491
Carteira Própria.....		9.455.535	7.833.371
Vinculados a Compromissos de Recompra		1.606.140	56.751
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		610.474	225.736
Vinculados à Prestação de Garantias		401.820	137.633
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		45.493	56.648
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	2	16
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	44.549	54.710
Repasses Interfinanceiros.....		942	1.922
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		6.723.551	6.473.046
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	7.144.796	6.987.688
Setor Público		1.381.893	1.182.396
Setor Privado		5.762.903	5.805.292
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(421.245)	(514.642)
OUTROS CRÉDITOS		404.993	561.475
Créditos por Avals e Fianças Honrados	(Nota 10.a)	117	-
Rendas a Receber	(Nota 10.c)	18.049	18.048
Diversos	(Nota 10.e)	433.416	589.885
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.f)	(46.589)	(46.458)
PERMANENTE	(Nota 12)	234.489	229.758
INVESTIMENTOS		1.866	1.879
Outros Investimentos.....		7.169	7.182
(Provisão para Perdas)		(5.303)	(5.303)
IMOBILIZADO DE USO.....		215.976	211.314
Imóveis de Uso		168.413	157.972
Reavaliações de Imóveis de Uso.....		107.628	107.628
Outras Imobilizações de Uso		263.840	252.848
(Depreciações Acumuladas)		(323.905)	(307.134)
INTANGÍVEL		16.610	16.406
Ativos Intangíveis.....		16.610	16.406
DIFERIDO		37	159
Gastos de Organização e Expansão.....		358	1.199
(Amortização Acumulada).....		(321)	(1.040)
TOTAL DO ATIVO.....		41.421.935	38.204.992

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20**BALANÇOS PATRIMONIAIS****Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014**Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)**P A S S I V O**

		31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE.....		15.931.326	16.431.052
DEPÓSITOS	(Nota 13.b)	5.720.863	6.244.818
Depósitos a Vista.....		333.005	175.199
Depósitos de Poupança.....		1.854.853	1.956.179
Depósitos Interfinanceiros.....		1.037.769	1.212.009
Depósitos a Prazo.....		2.495.236	2.901.431
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	1.541.765	1.699.988
Carteira Própria.....		1.474.628	1.699.988
Carteira de Terceiros.....		67.137	-
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	224.885	891.420
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		215.449	83.372
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		9.436	808.048
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		363	939
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		363	939
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....		12.373	9.243
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		12.331	9.235
Transferências Internas de Recursos.....		42	8
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(Nota 14.b)	1.000.882	1.066.651
Empréstimos no Exterior.....		1.000.882	1.066.651
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.c)	150.552	144.935
Tesouro Nacional.....		426	659
BNDES.....		123.008	115.918
FINAME.....		27.118	28.358
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	168.823	114.573
Repases do Exterior.....		168.823	114.573
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		7.110.820	6.258.485
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	(Nota 16.a)	2.312	2.677
Carteira de Câmbio	(Nota 16.b)	3.977	2.208
Sociais e Estatutárias	(Nota 16.c)	46.661	160.668
Fiscais e Previdenciárias	(Nota 16.d)	583.927	438.165
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 16.e)	117	91
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.f)	4.441.912	3.994.320
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(Nota 17)	92.567	83.648
Diversas	(Nota 16.i)	1.939.347	1.576.708
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....		22.647.423	18.406.131
DEPÓSITOS	(Nota 13.b)	5.029.884	5.680.609
Depósitos Interfinanceiros.....		171.034	213.706
Depósitos a Prazo.....		4.858.850	5.466.903
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	129.478	56.359
Carteira Própria.....		129.478	56.359
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	1.194.587	794.542
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		-	40
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		1.194.587	794.502
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.c)	1.558.594	1.486.152
BNDES.....		1.444.316	1.348.109
FINAME.....		114.278	138.043
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	911.560	732.642
Repases do Exterior.....		911.560	732.642
OUTRAS OBRIGAÇÕES		13.823.320	9.655.827
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.f)	7.882.272	4.658.540
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(Nota 17)	1.408.609	1.272.892
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(Nota 18)	1.792.282	1.605.289
Diversas	(Nota 16.i)	2.740.157	2.119.106
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	2.843.186	3.367.809
CAPITAL		2.844.000	2.844.000
De Domiciliados no País.....		2.844.000	2.844.000
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO.....		16.621	19.394
RESERVAS DE LUCROS.....		598.429	687.911
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		(615.864)	(183.496)
TOTAL DO PASSIVO.....		41.421.935	38.204.992

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2015

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

		2º Sem/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		3.720.724	6.493.215	4.361.334
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	1.431.353	2.452.476	1.818.600
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	1.609.014	2.973.635	2.243.276
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7.d)	435.019	665.042	103.453
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	254.149	400.019	157.542
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	(8.811)	2.043	36.208
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros.....		-	-	2.255
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		(2.982.078)	(5.389.168)	(3.101.137)
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.d)	(1.207.235)	(2.171.324)	(1.355.189)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(1.314.021)	(2.215.124)	(1.320.360)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Nota 9.e)	(460.822)	(1.002.720)	(425.588)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		738.646	1.104.047	1.260.197
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(Nota 20)	(598.490)	(866.055)	(128.399)
Receitas de Prestação de Serviços.....		969.134	2.023.910	1.844.409
Rendas de Tarifas Bancárias.....		28.484	52.363	37.832
Despesas de Pessoal:		(834.589)	(1.565.754)	(1.518.699)
Despesas de Pessoal.....		(751.400)	(1.409.007)	(1.382.571)
Benefícios Pós-Emprego.....		(83.189)	(156.747)	(136.128)
Outras Despesas Administrativas.....		(532.344)	(995.362)	(901.328)
Despesas Tributárias.....		(139.246)	(267.365)	(236.659)
Outras Receitas Operacionais.....		825.113	1.601.787	1.645.335
Outras Despesas Operacionais.....		(915.042)	(1.715.634)	(999.289)
RESULTADO OPERACIONAL		140.156	237.992	1.131.798
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....		65	1.369	5.650
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....		140.221	239.361	1.137.448
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21)	26.983	119.196	(299.426)
Provisão para Imposto de Renda.....		(134.146)	(233.158)	(113.160)
Provisão para Contribuição Social		(109.741)	(172.153)	(73.019)
Ativo Fiscal Diferido.....		270.870	524.507	(113.247)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....		(19.609)	(52.834)	(90.672)
LUCRO LÍQUIDO.....		147.595	305.723	747.350
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....	(Nota 19.d)	(20.205)	(73.370)	(152.551)
Nº de Ações (em mil)		86.371	86.371	86.371
Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R\$).....		1,71	3,54	8,65

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2015
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOUREARIA	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	OUTRAS				
SALDOS EM 31.12.2013	2.437.000	-	20.610	148.072	427.203	15.374	(8.045)	-	(384)	3.039.830
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:										
Ajustes de TVM.....							(14.064)			(14.064)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							(161.387)			(161.387)
AUMENTO DE CAPITAL:										
Transferência p/Aumento de Capital.....		407.000			(407.000)					-
OUTROS EVENTOS:										
Aquisição de Ações em Tesouraria.....					(19.518)				384	(19.134)
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva (Líquido dos efeitos tributários).....			(1.216)					724		(492)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....								747.350		747.350
Destinações:										
Reservas.....				37.367	461.324			(498.691)		-
Provisão para Dividendo/JCP.....								(176.606)		(176.606)
Dividendos Adicionais Propostos (Dividendos e JCP).....						40.463		(72.777)		(32.314)
Dividendos Adicionais de 2013 aprovados (Dividendos e JCP)						(15.374)				(15.374)
SALDOS EM 31.12.2014.....	2.437.000	407.000	19.394	185.439	462.009	40.463	(183.496)	-	-	3.367.809
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....	-	407.000	(1.216)	37.367	34.806	25.089	(175.451)	-	384	327.979
SALDOS EM 31.12.2014.....	2.437.000	407.000	19.394	185.439	462.009	40.463	(183.496)	-	-	3.367.809
REVERSÕES DE RESERVAS:										
Reservas de Lucros.....					(283.648)			283.648		-
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:										
Ajuste de TVM.....							(249.211)			(249.211)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							(183.157)			(183.157)
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reservas - Homologação		407.000	(407.000)							-
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização de Reservas (Líquido dos Efeitos Tributários).....			(2.773)					2.275		(498)
Provisão para Dividendos/JCP-Exercício 2014						(40.463)		(283.648)		(324.111)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....								305.723		305.723
Destinações:										
Reservas.....				15.287	219.342			(234.629)		-
JCP antecipados atualizados monetariamente.....								(55.591)		(55.591)
Provisão de JCP complementares do exercício.....								(17.778)		(17.778)
SALDOS EM 31.12.2015.....	2.844.000	-	16.621	200.726	397.703	-	(615.864)	-	-	2.843.186
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....	407.000	(407.000)	(2.773)	15.287	(64.306)	(40.463)	(432.368)	-	-	(524.623)
SALDOS EM 30.06.2015.....	2.844.000	-	18.232	193.346	276.580	15.319	(480.769)	-	-	2.866.708
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:										
Ajuste de TVM.....							(245.088)			(245.088)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							109.993			109.993
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização de Reservas (Líquido dos Efeitos Tributários).....			(1.611)					1.113		(498)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								147.595		147.595
Destinações:										
Reservas.....				7.380	121.123			(128.503)		-
JCP antecipados atualizados monetariamente.....								(17.746)		(17.746)
Provisão de JCP complementares do semestre.....						(15.319)		(2.459)		(17.778)
SALDOS EM 31.12.2015.....	2.844.000	-	16.621	200.726	397.703	-	(615.864)	-	-	2.843.186
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	-	-	(1.611)	7.380	121.123	(15.319)	(135.095)	-	-	(23.522)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2015

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Período.....	147.595	305.723	747.350
Ajustes ao Lucro Líquido:			
Despesas de Depreciação e Amortização.....	20.582	40.689	37.040
Provisão/(Reversão) para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	2	(12)	1
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	400.395	809.836	404.810
Provisão/(Reversão) para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	60.427	192.884	20.778
Provisão para Passivos Contingentes (Riscos do FNE)	627.959	1.141.764	428.297
Provisão para Passivos Contingentes (Riscos do FDNE)	(435)	(411)	-
Provisão/Reversão para Passivos Contingentes.....	58.317	17.976	(20.115)
Provisão/(Reversão) Benefícios pós-emprego	82.711	155.907	133.088
Reversão de Outras Rendas Operacionais	(4.444)	(4.444)	-
Lucro Líquido Ajustado.....	1.393.109	2.659.912	1.751.249
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	87.895	8.728	107.291
Relações Interfinanceiras e Interdependências	36.953	181.414	12.523
Operações de Crédito.....	(611.614)	(1.273.449)	(1.892.724)
Outros Créditos.....	(422.931)	(648.187)	159.610
Outros Valores e Bens.....	2.883	(941)	3.253
Depósitos.....	(778.132)	(1.174.680)	933.981
Captações no Mercado Aberto	(182.810)	(85.104)	578.752
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(643.254)	(266.490)	198.696
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	38.647	245.458	214.306
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	158.768	(103.187)	(170.633)
Outras Obrigações.....	1.855.596	3.619.912	1.413.905
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.....	(141.335)	(257.500)	(293.844)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	793.775	2.905.886	3.016.365
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Títulos e Valores Mobiliários e Disponíveis para Venda.....	2.218.813	1.833.623	(2.147.730)
Inversões em Investimentos.....	(27)	(27)	(63)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(25.843)	(53.817)	(31.189)
Inversões em Intangível.....	-	(204)	(4.098)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(3.173)	(3.854)	(5.491)
Alienação de Investimentos.....	40	40	9
Alienação de Imobilizado de Uso.....	4.110	13.034	4.147
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	449	486	525
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	2.194.369	1.789.281	(2.183.890)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos.....	(53.158)	(473.317)	(157.063)
Ações em Tesouraria.....	-	-	(19.134)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	(53.158)	(473.317)	(176.197)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	2.934.986	4.221.850	656.278
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No Início do Período.....	9.652.325	8.365.461	7.709.183
No Fim do Período.....	12.587.311	12.587.311	8.365.461
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	2.934.986	4.221.850	656.278

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2015

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2015	%	31.12.2015	%	31.12.2014	%
RECEITAS	4.167.656		7.454.290		6.469.683	
Intermediação Financeira	3.720.724		6.493.215		4.361.334	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	997.618		2.076.273		1.882.241	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(460.822)		(1.002.720)		(425.588)	
Outras Receitas/Despesas	(89.864)		(112.478)		651.696	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.521.256)		(4.386.448)		(2.675.549)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(495.147)		(922.799)		(839.538)	
Materiais, Energia e Outros	(41.340)		(76.415)		(66.876)	
Serviços de Terceiros	(253.008)		(480.355)		(431.505)	
Outras	(200.799)		(366.029)		(341.157)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(103.835)		(191.433)		(170.298)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(18.747)		(35.194)		(41.625)	
Transportes	(12.798)		(24.883)		(21.371)	
Segurança	(23.726)		(46.351)		(35.948)	
Viagens	(5.624)		(11.490)		(15.056)	
Outras	(36.069)		(56.678)		(56.859)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.151.253		2.145.043		2.954.596	
RETENÇÕES	(20.582)		(40.689)		(37.040)	
Depreciação, amortização e exaustão	(20.582)		(40.689)		(37.040)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.130.671		2.104.354		2.917.556	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.130.671		2.104.354		2.917.556	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.130.671		2.104.354		2.917.556	
PESSOAL	733.843	64,9	1.394.112	66,3	1.403.577	48,1
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	516.799	45,7	989.826	47,1	1.048.730	35,9
Proventos	497.190		936.992		958.058	
Participação nos lucros	19.609		52.834		90.672	
BENEFÍCIOS	178.674	15,8	332.587	15,8	290.397	10,0
Provisões (Benefícios pós-emprego)	83.189		156.747		136.128	
Benefícios - Outros	95.485		175.840		154.269	
FGTS	38.370	3,4	71.699	3,4	64.450	2,2
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	232.618	20,6	372.645	17,7	741.879	25,4
Federais	218.856		344.645		719.911	
Estaduais	7		34		91	
Municipais	13.755		27.966		21.877	
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	16.615	1,5	31.874	1,5	24.750	0,8
Aluguéis	16.615		31.874		24.750	
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	147.595	13,0	305.723	14,5	747.350	25,6
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	20.205	1,8	73.370	3,5	152.551	5,2
União	10.305		37.419		77.801	
Outros	9.900		35.951		74.750	
DIVIDENDOS(*)	-	0,0	-	0,0	380.479	13,0
União(*)	-		-		194.044	
Outros(*)	-		-		186.435	
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO(*)	127.390	11,2	232.353	11,0	214.320	7,3

(*) valores de 31.12.2014 reapresentados considerando a aprovação ocorrida na AGO/E de 31.03.2015. Valores originalmente propostos: DIVIDENDOS: R\$ 96.831(3,3%), sendo R\$ 49.383 para a União e R\$ 47.448 para Outros e LUCROS RETIDOS NO PERÍODO: R\$ 497.968(17,1%).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Benefícios Pós-Emprego
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 12- Permanente	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 13- Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas	Nota 29- Partes Relacionadas
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	Nota 31- Outras Informações
Nota 16- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: “atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável como banco público, competitivo e rentável”. O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério “*pro rata temporis*”.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos para Negociação: são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008, e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

k) Tributos

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 20% (até 31.08.2015 a alíquota era de 15%, a partir de 01.09.2015 passa a ser de 20% até 31.12.2018, em conformidade com o estabelecido na MP nº 675 de 21.05.2015, convertida na Lei nº 13.169 de 06.10.2015) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de *hedge*.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, plano de assistência médica, do tipo “benefício definido” e seguro de vida em grupo, do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério “*pro-rata-die*”.

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e na Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

q) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os exercícios findos em 31.12.2015 e 31.12.2014.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	2º Sem/2015			01.01 a 31.12.2015			01.01 a 31.12.2014		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	3.140.350	1.405.552	4.545.902	5.518.524	2.577.848	8.096.372	3.891.448	2.120.871	6.012.319
Receitas de Operações de Crédito	1.431.353	-	1.431.353	2.452.476	-	2.452.476	1.818.600	-	1.818.600
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	811.870	797.144	1.609.014	1.602.751	1.370.884	2.973.635	1.206.667	1.036.609	2.243.276
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	435.019	-	435.019	665.042	-	665.042	103.453	-	103.453
Resultado de Operações de Câmbio	254.149	-	254.149	400.019	-	400.019	157.542	-	157.542
Resultado de Aplicações Compulsórias	(8.811)	-	(8.811)	2.043	-	2.043	36.208	-	36.208
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	2.255	-	2.255
Outras Receitas	216.770	608.408	825.178	396.193	1.206.964	1.603.157	566.723	1.084.262	1.650.985
Despesas	(2.243.535)	(1.389.708)	(3.633.243)	(4.103.637)	(2.451.772)	(6.555.409)	(2.113.245)	(1.428.595)	(3.541.840)
Despesas de Captação no Mercado	(1.207.235)	-	(1.207.235)	(2.171.324)	-	(2.171.324)	(1.355.189)	-	(1.355.189)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(552.741)	(761.280)	(1.314.021)	(905.931)	(1.309.193)	(2.215.124)	(330.406)	(989.954)	(1.320.360)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(460.823)	(627.959)	(1.088.782)	(1.002.720)	(1.141.764)	(2.144.484)	(425.588)	(428.297)	(853.885)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	(22.736)	-	(22.736)	(23.662)	-	(23.662)	(2.062)	(9.655)	(11.717)
Provisão Proagro a Receber	-	(469)	(469)	-	(815)	(815)	-	(689)	(689)
Margem Financeira	896.815	15.844	912.659	1.414.887	126.076	1.540.963	1.778.203	692.276	2.470.479
Rendas de Prestação de Serviços	225.057	744.077	969.134	423.926	1.599.984	2.023.910	370.866	1.473.543	1.844.409
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	28.484	-	28.484	52.363	-	52.363	37.832	-	37.832
Pasep e Cofins	(55.897)	(68.391)	(124.288)	(97.525)	(140.291)	(237.816)	(87.210)	(126.064)	(213.274)
Resultado após Tarifas e Comissões	1.094.459	691.530	1.785.989	1.793.651	1.585.769	3.379.420	2.099.691	2.039.755	4.139.446
Despesas Administrativas			(1.366.933)			(2.561.118)			(2.420.027)
Despesas de Pessoal			(834.589)			(1.565.754)			(1.518.699)
Depreciação e Amortização			(20.582)			(40.689)			(37.040)
Outras Despesas Administrativas			(511.762)			(954.675)			(864.288)
Outras Despesas			(241.993)			(495.747)			(485.207)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(36.842)			(83.194)			(96.764)
Lucro antes da Tributação e Participações			140.221			239.361			1.137.448
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			26.983			119.196			(299.426)
Participações no Lucro			(19.609)			(52.834)			(90.672)
Lucro Líquido			147.595			305.723			747.350

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Disponibilidades em Moeda Nacional	151.549	159.640
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	58.426	38.002
Total da Disponibilidade de Caixa	209.975	197.642
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.377.336	8.167.819
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	12.587.311	8.365.461

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**a) Composição**

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
a) Aplicações no Mercado Aberto	12.444.473	8.167.819
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	12.377.336	8.167.819
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	67.137	-
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	635	76.500
Aplicações em Moeda Estrangeira	635	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	76.500
Total	12.445.108	8.244.319
Saldo de Curto Prazo	12.445.108	8.244.319

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	741.986	1.236.692	903.284
Posição Bancada	739.565	1.229.340	885.623
Posição Financiada	2.421	7.352	17.661
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	1.129	2.419	10.587
Total	743.115	1.239.111	913.871

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**a) Títulos e Valores Mobiliários**

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Títulos Disponíveis para Venda	11.543.732	13.642.125
Títulos Mantidos até o Vencimento	173.065	157.506
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	610.474	507.287
Total	12.327.271	14.306.918
Saldo de Curto Prazo	253.302	6.053.427
Saldo de Longo Prazo	12.073.969	8.253.491

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.12.2015								
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Títulos de Renda Fixa	-	-	85.314	132.584	10.889.990	11.984.335	11.107.888	(876.447)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.792	7.978.725	7.979.876	7.980.517	641	2016 a 2021
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.199.577	1.437.494	1.199.577	(237.917)	2050
Letras Financeiras	-	-	85.303	130.767	1.570.136	1.827.555	1.786.206	(41.349)	2016 a 2019
Debêntures	-	-	-	-	135.847	702.235	135.847	(566.388)	2016 a 2035
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.553	5.534	5.553	19	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	31.383	-	(31.383)	1993
Títulos da Dívida Agrária	-	-	11	25	152	258	188	(70)	2016 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	253	-	-	-	-	1.741	253	(1.488)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	-	-	-	-	-	1.488	-	(1.488)	Sem Vencimento
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	246	-	-	-	-	246	246	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	7	-	-	-	-	7	7	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	8.266	-	-	-	-	8.745	8.266	(479)	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	124	-	-	-	-	163	124	(39)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	8.142	-	-	-	-	8.582	8.142	(440)	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	25.491	401.834	440.216	427.325	(12.891)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	376.244	376.229	376.244	15	2017 a 2020
Títulos Públicos Federais - Nuclebrás	-	-	-	-	-	794	-	(794)	1993
Debêntures	-	-	-	-	25.590	37.886	25.590	(12.296)	2019 a 2035
Letras Financeiras	-	-	-	25.491	-	25.307	25.491	184	2016
Total da Categoria	8.519	-	85.314	158.075	11.291.824	12.435.037	11.543.732	(891.305)	
Crédito Tributário (Nota 21.c)								375.256	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								(1.614)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(517.663)	

Especificação	31.12.2014								
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Títulos de Renda Fixa	-	-	5.488.373	61.366	7.734.088	13.718.050	13.283.827	(434.223)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	5.263.754	-	4.574.800	9.838.897	9.838.554	(343)	2015 a 2020
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.246.502	1.300.171	1.246.502	(53.669)	2050
Letras Financeiras	-	-	224.617	61.339	1.559.240	1.911.463	1.845.196	(66.267)	2015 a 2019
Debêntures	-	-	-	-	347.443	632.974	347.443	(285.531)	2016 a 2035
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.949	5.949	5.949	-	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	28.365	-	(28.365)	1993
Títulos da Dívida Agrária	-	-	2	27	154	231	183	(48)	2015 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	283	-	-	-	-	1.702	283	(1.419)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	-	-	-	-	-	1.419	-	(1.419)	Sem Vencimento
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	268	-	-	-	-	268	268	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	15	-	-	-	-	15	15	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	8.553	-	-	-	-	8.745	8.553	(192)	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	156	-	-	-	-	163	156	(7)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	8.397	-	-	-	-	8.582	8.397	(185)	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	211.829	-	137.633	361.046	349.462	(11.584)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	211.829	-	133.416	345.252	345.245	(7)	2015 a 2020
Títulos Públicos Federais – Nuclebrás	-	-	-	-	-	718	-	(718)	1993
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	4.217	15.076	4.217	(10.859)	2035
Total da Categoria	8.836	-	5.700.202	61.366	7.871.721	14.089.543	13.642.125	(447.418)	
Crédito Tributário (Nota 21.c)								179.721	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								(755)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(268.452)	

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 202.078 (R\$ 178.227 em 31.12.2014); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.295 (R\$ 2.013 em 31.12.2014); Garantias em Processos Judiciais R\$ 202.124 (R\$ 146.675 em 31.12.2014); e Demais Garantias R\$ 20.828 (R\$ 18.331 em 31.12.2014).

No exercício, o valor do ajuste a mercado das debêntures da carteira do Banco foi impactado pelo fato de algumas empresas emissoras encontrarem-se em processo de recuperação judicial, implicando na redução de remuneração e alongamento dos prazos de reembolso, sem, no entanto, enquadrar-se no conceito de perda permanente, como previsto na Circular nº 3.068, do Bacen.

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801 e CVSB970101, com vencimento em 31.08.1993 e 01.01.2027, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de (R\$ 891.304) ((R\$ 447.418) em 31.12.2014). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 517.663) ((R\$ 268.452) em 31.12.2014).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.12.2015							
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos de Renda Fixa	-	-	480	-	85.065	173.065	85.545	
Cotas Fundo de Investimento-Ne Empreendedor	-	-	480	-	-	480	480	2016
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	56.895	144.415	56.895	2030
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	-	10.312	10.312	10.312	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	4.416	4.416	4.416	2023
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	13.371	13.371	13.371	2018
Nordeste III FIP	-	-	-	-	71	71	71	2022
Total da Categoria	-	-	480	-	85.065	173.065	85.545	

Especificação	31.12.2014							
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	-	80.021	157.506	80.021	
Cotas Fundo de Investimento-Ne Empreendedor	-	-	-	-	1.471	1.471	1.471	2016
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	56.251	133.736	56.251	2030
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	-	10.678	10.678	10.678	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	565	565	565	2023
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	10.017	10.017	10.017	2018
Nordeste III FIP	-	-	-	-	1.039	1.039	1.039	2022
Total da Categoria	-	-	-	-	80.021	157.506	80.021	

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

- a.4)** No Exercício de 2015 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.
- a.5)** Para obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:
- 1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e BM&FBovespa;
 - 2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados; e
 - 3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.
- a.6)** A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	741.986	1.236.692	903.284
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	1.129	2.419	10.587
Títulos de Renda Fixa	865.415	1.733.511	1.328.661
Títulos de Renda Variável	484	1.013	744
Total	1.609.014	2.973.635	2.243.276

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.12.2015, o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nominal) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 31.12.2015								
Especificação	Valor Nocial	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	610.474	-	587.348	-	23.126	-	23.126
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	610.474	-	587.348	-	23.126	-	23.126
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								9.250

Composição em 31.12.2014								
Especificação	Valor Nocial	Valor de Mercado		Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	507.287	-	509.306	-	6.293	8.312	(2.019)
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.087.635	507.287	-	509.306	-	6.293	8.312	(2.019)
Crédito Tributário (Nota 21.c)								3.326
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								2.517

Especificação	31.12.2015		31.12.2014	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	-
3 a 12 meses	-	-	281.551	-
1 a 3 anos	-	-	-	-
3 a 5 anos	610.474	-	225.736	-
Total	610.474	-	507.287	

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	31.12.2015				
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.179.697	592.349	1.202.823	592.349	23.126
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> (Nota 15.a)	1.179.697		1.202.843		23.146
Crédito Tributário (Nota 21.b)					9.258

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.180, sobre os juros da operação.

Especificação	31.12.2014				
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.616.740	1.107.433	1.614.720	1.107.432	(2.019)
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds</i> – Senior <i>Unsecured Notes</i> (Nota 15.a)	1.603.509		1.601.150		(2.359)
Crédito Tributário (Nota 21.b)					(944)

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.400, sobre os juros da operação.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do exercício.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (*Eurobonds – Senior Unsecured Notes*) e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Swap	435.019	665.042	103.453
Total	435.019	665.042	103.453

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios – Poupança	91.341	-	91.341	248.907	-	248.907
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	82.268	-	82.268	64.884	-	64.884
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	72.062	(27.513)	44.549	67.233	(12.523)	54.710
Tesouro Nacional - Crédito Rural	692	(588)	104	28.936	(533)	28.403
Total	246.363	(28.101)	218.262	409.960	(13.056)	396.904
Saldo de Curto Prazo	174.298	(587)	173.711	342.711	(533)	342.178
Saldo de Longo Prazo	72.065	(27.514)	44.551	67.249	(12.523)	54.726

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	3.357	12.115	20.692
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.633	4.829	3.914
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	30	60	59
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(14.831)	(14.961)	11.543
Total	(8.811)	2.043	36.208

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	31.12.2015		31.12.2014	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	13.122.320	(922.410)	12.601.812	(865.515)
Curto Prazo	5.977.524	(501.165)	5.614.124	(350.873)
Longo Prazo	7.144.796	(421.245)	6.987.688	(514.642)
Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)	715.953	(205.463)	612.173	(25.188)
Curto Prazo	506.014	(205.463)	607.549	(25.188)
Longo Prazo	209.939	-	4.624	-
Total	13.838.273	(1.127.873)	13.213.985	(890.703)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Adiantamentos a Depositantes	431	1.091
Empréstimos	5.761.392	5.574.160
Títulos Descontados	61.821	66.244
Financiamentos	2.303.910	2.170.108
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	226.222	423.538
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	478.527	404.556
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.767.956	1.628.962
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.521.818	2.332.910
Subtotal de Operações de Crédito	13.122.320	12.601.812
Avais Fianças Honrados	146	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	28.298	18.516
Devedores por Compra de Valores e Bens	4.363	5.662
Títulos e Créditos a Receber	108.054	29.494
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	575.092	558.501
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	715.953	612.173
Total	13.838.273	13.213.985

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Empréstimos e Títulos Descontados	511.096	913.350	948.625
Financiamentos	583.484	1.040.112	612.419
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	139.382	241.505	134.056
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	196.731	256.402	122.843
Outros Valores	660	1.107	657
Total	1.431.353	2.452.476	1.818.600

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2015	Total em 31.12.2014
Rural	5.896	1.339	14.528	13.866	13.679	1.630.527	1.679.835	1.592.118
Indústria	87.579	75.685	61.678	193.005	344.005	1.996.731	2.758.683	2.814.544
Governo	15.616	15.616	41.146	51.421	119.224	1.381.893	1.624.916	1.362.749
Outros Serviços	119.756	153.538	92.122	245.655	352.909	1.355.881	2.319.861	2.440.769
Comércio	787.977	644.821	556.089	1.212.874	563.916	635.637	4.401.314	4.240.434
Intermediários Financeiros	65	22	21	62	121	188	479	715
Habitação	214	61	25	41	37	379	757	244
Pessoas Físicas	22.885	9.969	7.143	19.621	21.128	23.795	104.541	42.273
Total	1.039.988	901.051	772.752	1.736.545	1.415.019	7.025.031	12.890.386	12.493.846

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vincendas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2015	Total em 31.12.2014
Rural	233	232	234	796	2.280	25.333	29.108	2.997
Indústria	5.769	5.386	5.986	14.795	23.475	26.003	81.414	67.187
Outros Serviços	6.640	10.302	5.364	15.574	26.819	158.474	223.173	122.919
Comércio	18.392	16.327	13.294	30.566	43.745	63.035	185.359	179.376
Intermediários Financeiros	1	1	1	3	7	8	21	517
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas Físicas	196	199	303	1.485	1.409	1.124	4.716	4.016
Total	31.231	32.447	25.182	63.219	97.735	273.977	523.791	377.012

Parcelas Vincendas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2015	Total em 31.12.2014
Rural	23	807	118	2.025	5.877	405	44.127	53.382	48.279
Indústria	3.500	3.981	8.470	13.062	12.407	9.245	160	50.825	27.461
Outros Serviços	2.984	3.939	81.676	16.454	30.937	46.101	363	182.454	166.650
Comércio	4.474	13.139	20.413	15.168	33.663	35.620	503	122.980	95.455
Intermediários Financeiros	1	-	1	1	3	1	-	7	23
Habitação	-	-	112	117	38	-	-	267	-
Pessoas Físicas	67	1.286	1.206	1.701	4.728	5.016	177	14.181	5.259
Total	11.049	23.152	111.996	48.528	87.653	96.388	45.330	424.096	343.127

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.12.2015				31.12.2014			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	5.218.780	-	5.218.780	-	4.852.000	-	4.852.000	-
A	4.554.399	-	4.554.399	22.772	4.452.345	-	4.452.345	22.262
B	2.358.464	56.382	2.414.846	24.148	2.298.098	36.693	2.334.791	23.348
C	79.931	116.073	196.004	5.880	95.081	50.262	145.343	4.360
D	90.151	91.298	181.449	18.145	221.287	198.807	420.094	42.009
E	61.303	106.863	168.166	50.450	102.678	85.126	187.804	56.341
F	26.978	75.339	102.317	51.158	27.453	58.935	86.388	43.194
G	18.055	138.587	156.642	109.650	91.693	28.409	120.102	84.071
H	482.325	363.345	845.670	845.670	353.211	261.907	615.118	615.118
Total	12.890.386	947.887	13.838.273	1.127.873	12.493.846	720.139	13.213.985	890.703

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Saldo Inicial (Provisão para Perdas da Carteira de Crédito)	890.703	893.774
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	1.002.375	425.607
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(765.205)	(428.678)
(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	1.127.873	890.703
Saldo Inicial (Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito)	46.458	46.477
(+) Provisão Líquida no Período	701	342
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(355)	(361)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)	46.804	46.458
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.174.677	937.161

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	400.395	809.836	404.810
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	60.156	192.539	20.797
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	460.551	1.002.375	425.607
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	496	570	25
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(225)	(225)	(44)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	460.822	1.002.720	425.588

f) No Exercício de 2015 foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 256.403 (R\$ 122.844 em 31.12.2014) e as renegociações importaram em R\$ 392.898 (R\$ 771.905 em 31.12.2014).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e nº 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 31.12.2015, um efeito positivo no valor de R\$ 64.381 (R\$ 80.683 em 31.12.2014), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Efetivação de Rendas	29.611	38.216	38.195
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	24.060	33.835	20.373
Despesas com Deságios	(371)	(592)	(224)
Efeito Líquido de Provisões	(5.096)	(7.078)	22.339
Total	48.204	64.381	80.683

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
a) Crédito por Avais e Fianças Honrados	146	146
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	818.089	672.788
c) Rendas a Receber	31.124	30.034
d) Negociação e Intermediação de Valores	4	4
e) Diversos	3.152.430	2.428.683
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	1.459.663	942.033
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de Hedge (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	384.514	182.103
Devedores por Depósitos em Garantia	669.802	713.091
Impostos e Contribuições a Compensar	278.553	208.414
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	108.054	29.494
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.473	2.426
Pagamentos a Ressarcir	10.876	10.092
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	12	10
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	18	16
STN - Equalização de Encargos Financeiros do Crediamigo	-	127.275
Outros Valores	211.717	186.981
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(252.267)	(71.646)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(205.463)	(25.188)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.804)	(46.458)
Total	3.749.526	3.059.863
Saldo de Curto Prazo	3.344.533	2.498.388
Saldo de Longo Prazo	404.993	561.475

NOTA 11 – Carteira de Câmbio**a) Composição**

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	786.236	652.821
Direitos sobre Vendas de Câmbio	4.009	1.505
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(454)	(54)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	28.298	18.516
Ativo Circulante (Nota 10.b)	818.089	672.788
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	575.092	559.212
Câmbio Vendido a Liquidar	3.977	1.497
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(575.092)	(558.501)
Passivo Circulante (Nota 16.b)	3.977	2.208

b) Resultado de Câmbio

Especificação	2º Sem/2015	01.01. a 31.12.2015	01.01. a 31.12.2014
Rendas de Câmbio	257.451	403.704	157.976
Despesas de Câmbio	(3.302)	(3.685)	(434)
Total	254.149	400.019	157.542

NOTA 12 – Permanente
a) Investimentos

Especificação	31.12.2014	01.01.2015 a 31.12.2015			31.12.2015	
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões			
Ações e Cotas	652	-	-	652	652	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.227	27	(40)	1.214	1.214	1.214
Total	1.879	27	(40)	1.866	1.866	1.866

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2014	01.01.2015 a 31.12.2015			31.12.2015			
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação				
Edificações	92.970	9.835	-	(11.384)	91.421	258.410	(166.989)	91.421
Sistema de Processamento de Dados	51.531	31.900	(1.703)	(20.924)	60.804	139.410	(78.606)	60.804
Móveis e Equipamentos de Uso	27.778	7.377	(2.354)	(4.801)	28.000	70.647	(42.647)	28.000
Terrenos	17.025	606	-	-	17.631	17.631	-	17.631
Instalações	6.119	217	(40)	(1.363)	4.933	19.200	(14.267)	4.933
Sistema de Comunicação	69	-	(4)	(16)	49	339	(290)	49
Imobilização em Curso ⁽¹⁾	7.493	122	(7.615)	-	-	-	-	-
Sistema de Segurança	8.318	3.560	(1.120)	(2.069)	8.689	19.880	(11.191)	8.689
Sistema de Transporte	11	200	(198)	4.436 ⁽²⁾	4.449	14.364	(9.915)	4.449
Total	211.314	53.817	(13.034)	(36.121)	215.976	539.881	(323.905)	215.976

⁽¹⁾ Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

⁽²⁾ Houve reversão de depreciação no valor de R\$ 4.444.

c) Diferido

Especificação	31.12.2014	01.01.2015 a 31.12.2015			31.12.2015			
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização				
Gastos em Imóveis de Terceiros	159	-	-	(122)	37	358	(321)	37
Total	159	-	-	(122)	37	358	(321)	37

d) Intangível

Especificação	31.12.2014	01.01.2015 a 31.12.2015			31.12.2015		
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização			
Gastos com Intangíveis em Elaboração	16.406	204	-	-	16.610	16.610	16.610
Total	16.406	204	-	-	16.610	16.610	16.610

e) No exercício, não há registro de impairment sobre o Ativo Permanente.

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 Anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2015	Total em 31.12.2014
Depósitos a Vista	333.005	-	-	-	-	-	333.005	175.199
Depósitos a Vista	333.005	-	-	-	-	-	333.005	165.168
Depósitos em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	10.031
Depósitos de Poupança	1.854.853	-	-	-	-	-	1.854.853	1.956.179
Depósitos Interfinanceiros	473.695	564.074	143.395	27.639	-	-	1.208.803	1.425.715
Depósitos a Prazo	1.328.284	1.166.952	2.719.246	742.592	1.305.350	91.662	7.354.086	8.368.334
Depósitos a Prazo	419.762	1.115.437	2.224.259	588.903	1.166.085	91.662	5.606.108	6.606.781
Depósitos Judiciais com Remuneração	888.708	-	-	-	-	-	888.708	846.314
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	399.860	63.142	63.141	-	526.143	494.112
FAT- Recursos Disponíveis	7.687	21.860	3.725	3.052	1.608	-	37.932	34.763
FAT- Recursos Aplicados	11.617	29.655	91.402	87.241	74.516	-	294.431	385.643
Outros	510	-	-	254	-	-	764	721
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	51.010	173.875	-	1.194.587	-	-	1.419.472	1.685.962
Eurobonds	-	9.436	-	1.194.587	-	-	1.204.023	1.602.550
LCA - Letras de Crédito do Agronegócio	51.010	164.439	-	-	-	-	215.449	83.412
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	92.567	-	-	-	1.408.609	1.501.176	1.356.540
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.792.282	1.792.282	1.605.289
Total	4.040.847	1.997.468	2.862.641	1.964.818	1.305.350	3.292.553	15.463.677	16.573.218
Saldo de Curto Prazo							6.038.315	7.219.885
Saldo de Longo Prazo							9.425.362	9.353.333

b) Depósitos

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Depósitos a Vista	333.005	175.199
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	-	10.031
Depósitos de Governos	4.772	22.129
Depósitos Vinculados	166.320	74.432
Pessoas Jurídicas	120.821	43.779
Pessoas Físicas	40.376	23.345
Outros Valores	716	1.483
Depósitos de Poupança	1.854.853	1.956.179
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.280.523	1.292.336
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	573.630	662.955
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	700	888
Depósitos Interfinanceiros	1.208.803	1.425.715
Depósitos a Prazo	7.354.086	8.368.334
Depósitos a Prazo	5.606.108	6.606.781
Depósitos Judiciais com Remuneração	888.708	846.314
Outros Depósitos a Prazo	859.270	915.239
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 27 e Nota 29)	332.363	420.406
Recursos Disponíveis (Nota 27)	37.932	34.763
Proger Urbano	2.945	4.945
Protrabalho	1.282	482
Infraestrutura	25.820	26.129
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	7.885	3.207
Recursos Aplicados (Nota 27)	294.431	385.643
Proger Urbano	17.575	26.690
Protrabalho	75.188	91.215
Infraestrutura	98.068	137.008
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	103.600	130.730
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	526.143	494.112
Outros Valores	764	721
Total	10.750.747	11.925.427
Saldo de Curto Prazo	5.720.863	6.244.818
Saldo de Longo Prazo	5.029.884	5.680.609

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Carteira Própria	1.604.106	1.756.347
Letras Financeiras do Tesouro	1.604.106	1.756.347
Carteira de Terceiros	67.137	-
Notas do Tesouro Nacional	67.137	-
Total	1.671.243	1.756.347
Saldo de Curto Prazo	1.541.765	1.699.988
Saldo de Longo Prazo	129.478	56.359

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	2º Sem/2015	01.01. a 31.12.2015	01.01. a 31.12.2014
Despesas de Captações	(1.091.683)	(1.951.877)	(1.207.446)
Depósitos a Prazo	(379.584)	(743.485)	(619.345)
Depósitos de Poupança	(55.976)	(107.720)	(90.961)
Depósitos Judiciais	(49.094)	(89.946)	(72.066)
Depósitos Interfinanceiros	(29.894)	(58.086)	(41.402)
Depósitos Especiais	(45.729)	(86.914)	(73.528)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(525.222)	(853.011)	(298.188)
Outros Depósitos	(6.184)	(12.715)	(11.956)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(115.552)	(219.447)	(147.743)
Carteira de Terceiros	(2.420)	(7.334)	(17.704)
Carteira Própria	(113.132)	(212.113)	(130.039)
Total	(1.207.235)	(2.171.324)	(1.355.189)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses**a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2015	Total em 31.12.2014
Empréstimos no Exterior	392.505	608.377	-	-	-	-	1.000.882	1.066.651
Repasses do País	41.006	109.546	323.802	356.066	688.976	189.750	1.709.146	1.631.087
Repasses do Exterior	28.753	140.070	325.950	322.945	262.665	-	1.080.383	847.215
Total	462.264	857.993	649.752	679.011	951.641	189.750	3.790.411	3.544.953
Saldo de Curto Prazo							1.320.257	1.326.159
Saldo de Longo Prazo							2.470.154	2.218.794

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2015	31.12.2014
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	1.000.882	1.066.651
Total		1.000.882	1.066.651
Saldo de Curto Prazo		1.000.882	1.066.651
Saldo de Longo Prazo			

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2015	31.12.2014
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,00	426	659
BNDES		1.567.324	1.464.027
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+2,00	1.199.931	1.131.349
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+2,00	367.393	332.678
Finame		141.396	166.401
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+2,00	120.862	147.700
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+2,00	20.534	18.701
Total (Nota 29.a.1)		1.709.146	1.631.087
Saldo de Curto Prazo		150.552	144.935
Saldo de Longo Prazo		1.558.594	1.486.152

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2015	31.12.2014
BID-Produtur I	USD + 3,35	452.848	384.991
BID-Produtur II	USD + 1,52	618.220	455.106
BID-Outros Programas	USD + 1,52	9.315	7.118
Total		1.080.383	847.215
Saldo de Curto Prazo		168.823	114.573
Saldo de Longo Prazo		911.560	732.642

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	2º Sem/2015	01.01. a 31.12.2015	01.01. a 31.12.2014
Despesas de Obrigações por Empréstimos	-	-	(960)
Obrigações por Empréstimos no País	-	-	(960)
Despesas de Obrigações por Repasses	(339.079)	(561.192)	(282.376)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(87.217)	(156.056)	(114.589)
Tesouro Nacional	(32)	(78)	(26)
BNDES	(83.879)	(149.641)	(108.945)
Finame	(3.306)	(6.337)	(5.618)
Despesas de Repasses do Exterior	(251.862)	(405.136)	(167.787)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(287.444)	(483.945)	(170.088)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(687.498)	(1.169.987)	(866.936)
Total	(1.314.021)	(2.215.124)	(1.320.360)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.12.2015 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2015 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2014 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	-	-	793.138
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	1.180.877	1.204.023	809.412
Total				600.000	1.180.877	1.204.023	1.602.550
Saldo de Curto Prazo						9.436	808.048
Saldo de Longo Prazo						1.194.587	794.502

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	31.12.2015	31.12.2014
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	87,56 do CDI	203.016	215.449	83.412
Saldo de Curto Prazo			215.449	83.372
Saldo de Longo Prazo			-	40

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 186 dias.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.312	2.677
Recursos do Proagro	119	-
IOF a Recolher	1.912	2.578
Outros Tributos e Assemelhados	281	99
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	3.977	2.208
c) Sociais e Estatutárias	46.661	160.668
Dividendos e Bonificações a Pagar	18.296	96.514
Participações nos Lucros	28.365	64.154
d) Fiscais e Previdenciárias	583.927	438.165
Provisão para Riscos Fiscais	47.584	127.010
Impostos e Contribuições	1.069	90.201
Causas Fiscais	46.515	36.809
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	113.426	45.988
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 21.d)	10.864	3.272
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.d)	4.048	5.147
Decorrentes de Créditos Recuperados (Nota 21.d)	98.514	37.569
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	339.231	192.187
Imposto de Renda	197.057	116.860
Contribuição Social ⁽¹⁾	142.174	75.327
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	83.686	72.980
e) Negociação e Intermediação de Valores	117	91
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	12.324.184	8.652.860
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 29.a.1)	11.332.783	7.798.625
Outros Valores	991.401	854.235
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 29.a.1)	1.501.176	1.356.540
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 29.a.1)	1.792.282	1.605.289
i) Diversas	4.679.504	3.695.814
Provisão para Passivos Contingentes	3.226.238	2.455.248
Causas Trabalhistas (Nota 22.i.iv)	249.461	221.610
Causas Cíveis (Nota 22.i.v)	142.592	138.045
Outras Causas (Nota 22.v.i)	720	608
FNE (Nota 22.i.2.i)	2.792.367	2.062.717
Repasse	999	1.073
Risco Integral BNB	133.088	111.778
Risco Compartilhado	2.658.280	1.949.866
FDNE (Nota 22.i.2.ii)	654	1.065
Proagro (Nota 22.i.2.iii)	2.644	2.600
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.i.2.iv)	37.800	28.603
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.263.375	1.116.313
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM nº 695	1.064.959	878.530
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 29.a.2)	235.477	130.268
Plano de Assistência Médica (Nota 29.a.2)	772.977	710.602
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Nota 29.a.2)	56.505	37.660
Despesa de Pessoal	161.263	194.924
Outros Valores	37.153	42.859
Outros Valores	189.891	124.253
Total	20.934.140	15.914.312
Saldo de Curto Prazo	7.110.820	6.258.485
Saldo de Longo Prazo	13.823.320	9.655.827

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2015	31.12.2014
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 29.a.1)	1.000.000	IPCA + 6,5715% a.a	22.12.2010	1.501.176	1.356.540
Saldo de Curto Prazo				92.567	83.648
Saldo de Longo Prazo				1.408.609	1.272.892

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.792.282	1.605.289
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	1.181.091	923.752
Recursos aplicados ⁽²⁾	611.191	681.537
Total (Nota 29.a.1)	1.792.282	1.605.289

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 31.12.2014), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Composição em 31.12.2015		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.216.368	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.229.500	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45
Outros	2.029.181	2,36
Total	86.371.464	100,00

Composição em 31.12.2014		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.216.918	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.237.350	7,22
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45
Outros	2.020.781	2,35
Total	86.371.464	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 16.621 (R\$ 19.394 em 31.12.2014) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. No exercício houve transferência da reserva no valor de R\$ 2.275 (R\$ 724 em 31.12.2014) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a base para distribuição do resultado.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) de R\$ 73.370, sendo R\$ 73.154 imputados ao valor do dividendo, correspondente a 25% sobre o lucro líquido ajustado, base de cálculo dos Dividendos e JCP do exercício. Por conta dessa proposição, e considerando o pagamento antecipado de JCP do 1º semestre, atualizado monetariamente, no valor de R\$ 55.592, foi contabilizado, em conta de Provisão, o montante de R\$ 17.778, para pagamento de JCP complementares do exercício.

Os Juros sobre o Capital Próprio foram contabilizados em despesas, mas, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados”. O total dos JCP no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 30.325 (R\$ 60.105 em 31.12.2014).

d) Pagamento de Dividendos e JCP Adicionais do exercício de 2014

Por meio da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 31.03.2015, foi aprovada a distribuição de Dividendos e JCP, referentes ao exercício findo em 31.12.2014, de R\$ 533.030. Esse montante contempla R\$ 283.648 adicionado ao valor da provisão constituída para o exercício de 2014 e R\$ 40.463, transferido da conta Reservas Especiais de Lucros - Dividendos Adicionais Propostos, com vistas ao cumprimento da decisão da referida Assembleia. Referidos benefícios foram pagos em 14.04.2015.

e) Demonstrativo de cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos:

Especificação	01.01. a 31.12.2015	01.01. a 31.12.2014
1. Lucro Líquido do Exercício	305.723	747.350
2. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	2.275	724
3. Lucro Líquido Ajustado	307.998	748.074
4. Reserva Legal Constituída	(15.286)	(37.367)
5. Base de Cálculo dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	292.712	710.707
6. Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	73.370	152.551
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(216)	(452)
8. JCP imputados aos dividendos (item 6 - item 7)	73.154	152.099
9. JCP antecipados e corrigidos pela Selic	(55.592)	(77.769)
10. JCP complementares de R\$ 0,205831030258 por ação (item 6 - item 9)	17.778	74.782
11. Dividendos propostos	-	96.831
12. Dividendos aprovados pela AGO/E de 31.03.2015	-	380.479
13. Dividendos antecipados corrigidos pela taxa Selic	-	(34.865)
14. Dividendos complementares (item 12 - item 13)	-	345.614
15. Valor bruto dos JCP e Dividendos do Exercício (item 6 + item 12) – 25,0656 % (75,0 % em 31.12.2014)	73.370	533.030
16. Valor Líquido dos JCP e Dividendos do Exercício (item 8 + item 12) – 25,0000% (74,9% em 31.12.2014)	73.154	532.578
JCP de R\$ 0,849469923886 por ação (em 31.12.2014: JCP de R\$ 1,76621991726 por ação)	73.370	152.551
Dividendos de 0 por ação (em 31.12.2014: Dividendos de R\$ 4,408273084 por ação)	-	380.479

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Lucro Base para distribuição de Dividendos e JCP no exercício	305.723	710.707
Dividendos/JCP Obrigatórios do exercício (25% sobre o lucro do exercício)	73.370	177.677
Dividendos/JCP Adicionais do exercício	-	355.353
Dividendos/JCP Obrigatórios distribuídos no 1º semestre	(55.592)	(81.392)
Dividendos/JCP Adicionais distribuídos no 1º semestre	-	(31.242)
Dividendos/JCP complementares	17.778	420.396

f) Reserva Legal

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no exercício e importa em R\$ 15.286 (R\$ 37.367 em 31.12.2014).

g) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro líquido apurado no exercício após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos, e corresponde a R\$ 219.342 (R\$ 461.324 em 31.12.2014).

h) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda	(249.211)	(14.064)
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego)	(183.157)	(161.387)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(432.368)	(175.451)

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	2º Sem/2015	01.01. a 31.12.2015	01.01. a 31.12.2014
a) Receitas de Prestação de Serviços	969.134	2.023.910	1.844.409
Administração de Fundos de Investimentos	15.557	29.907	25.136
Administração de Fundos e Programas	754.328	1.620.077	1.508.531
Prestação de Serviços	199.249	373.926	310.742
b) Rendas de Tarifas Bancárias	28.484	52.363	37.832
c) Despesas de Pessoal	(834.589)	(1.565.754)	(1.518.699)
Proventos	(490.347)	(923.725)	(947.311)
Encargos Sociais	(186.442)	(341.563)	(305.819)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I (Nota 25.g)	(39.749)	(72.699)	(51.666)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural (Nota 25.g)	(43.440)	(81.531)	(81.422)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	-	(2.517)	(3.040)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(74.611)	(143.719)	(129.441)
d) Outras Despesas Administrativas	(532.344)	(995.362)	(901.328)
Processamento de Dados	(88.258)	(161.494)	(143.742)
Propaganda e Publicidade	(12.779)	(23.765)	(31.584)
Serviços de Terceiros	(222.575)	(419.620)	(368.227)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(34.992)	(67.323)	(52.450)
Viagens	(5.624)	(11.490)	(15.056)
Comunicações	(15.577)	(29.939)	(26.556)
Depreciação e Amortização	(20.582)	(40.689)	(37.040)
Manutenção e Conservação de Bens	(22.963)	(40.966)	(39.176)
Vigilância, Segurança e Transporte	(36.524)	(71.234)	(57.319)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(5.968)	(11.429)	(10.041)
Serviços do Sistema Financeiro	(15.213)	(28.376)	(25.941)
Serviços Técnicos Especializados	(15.220)	(32.359)	(37.337)
Seguros	(1.107)	(2.412)	(4.308)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(12.617)	(22.830)	(22.199)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(678)	(2.067)	(2.102)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.574)	(4.986)	(4.602)
Fundeci – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(9.000)	(9.000)	(8.000)
Outros Valores	(10.093)	(15.383)	(15.648)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.e)	(139.246)	(267.365)	(236.659)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(124.331)	(237.859)	(213.329)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(13.494)	(26.926)	(21.101)
Outros Valores	(1.421)	(2.580)	(2.229)
f) Outras Receitas Operacionais	825.113	1.601.787	1.645.335
"Del credere" de Fundos Administrados	611.742	1.213.672	1.089.819
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	2.697	12.281	203.000
Reversão de Prov. Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	34	74	284
Reversão de Prov. Operacionais/Riscos c/Op. do FDNE	437	437	-
Recuperação de Encargos e Despesas	3.865	11.482	10.343
Reversão de Provisões de CSLL e IR	-	-	229
Reversão de Provisões Operacionais	15.076	123.045	116.475
Juros e Comissões	12.107	14.342	6.948
Correção Monetária	1.095	1.646	2.399
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	69.892	91.292	134.361
Outros Valores	108.168	133.516	81.477
g) Outras Despesas Operacionais	(915.042)	(1.715.634)	(999.289)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(7.755)	(8.361)	(745)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(976)	(4.421)	(110.495)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(76)	(77)	(6.171)
Descontos Concedidos em Renegociações	(1.011)	(1.461)	(1.338)
Encargos de Operações de Crédito	(1.085)	(1.953)	(2.757)
Riscos Fiscais	(4.808)	(11.175)	(14.772)
Riscos com Operações do FNE	(627.960)	(1.141.764)	(428.297)
Riscos com Operações do FDNE	(2)	(26)	(550)
Causas Trabalhistas	(12.590)	(29.871)	(28.907)
Causas Cíveis	(19.426)	(42.035)	(52.994)
Outras Causas	(18)	(112)	(91)
Outros Passivos Contingentes	(22.736)	(23.662)	(11.717)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(104.818)	(231.878)	(165.328)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(70.517)	(124.449)	(80.186)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(30.678)	(62.544)	(69.121)
Outros Valores	(10.586)	(31.845)	(25.820)
Total	(598.490)	(866.055)	(128.399)

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa, podendo ser suspenso ou reduzido quando a apuração pelo Lucro Real for mais favorável ao Banco, quando comparada com a forma Estimativa. As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social estão demonstradas no quadro abaixo.

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	239.361	1.137.448	239.361	1.137.448
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(52.834)	(90.672)	(52.834)	(90.672)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(73.370)	(152.551)	(73.370)	(152.551)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	113.157	894.225	113.157	894.225
Adições/Exclusões Permanentes	(346.259)	(265.288)	(345.932)	(265.431)
Adições/Exclusões Temporárias	1.085.757	(149.761)	1.085.757	(149.761)
Resultado Tributável	852.655	479.176	852.982	479.033
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(213.140)	(119.770)	(142.319)	(71.855)
Deduções (Incentivos Fiscais)	16.083	8.550	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	968	1.225	775	735
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(196.089)	(109.995)	(141.544)	(71.120)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(37.069)	(3.165)	(30.609)	(1.899)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(233.158)	(113.160)	(172.153)	(73.019)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	258.973	(70.779)	265.534	(42.468)
Total de IRPJ/CSLL	25.815	(183.939)	93.381	(115.487)
Alíquota Efetiva (%)	22,81	20,57	82,52	12,91
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	196.089	109.995	141.545	71.120
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	968	1.225	775	735
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	197.057	111.220	142.320	71.855
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(171.402)	(103.145)	(89.679)	(64.425)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	25.655	8.075	52.641	7.430

b) Alteração da Alíquota da CSLL de 15% para 20%

Até 31.08.2015 a alíquota da CSLL era de 15% e, a partir de 01.09.2015, passou a ser de 20% até 31.12.2018, em conformidade com o estabelecido na MP nº 675 de 21.05.2015, convertida na Lei nº 13.169 de 06.10.2015). Esta mudança impactou, positivamente, o resultado do Banco em R\$ 111.316, conforme demonstrado abaixo:

Ativo Fiscal Diferido	114.489
Passivo Fiscal Diferido	(3.173)
Total	111.316

c) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	31.12.2015		31.12.2014		31.12.2015	31.12.2014
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões						
Saldo Inicial	588.762	353.271	645.463	387.292	942.033	1.032.755
Constituição	494.483	296.704	258.530	155.132	791.187	413.662
Realização/Reversão	(239.808)	(33.749)	(315.231)	(189.153)	(273.557)	(504.384)
Saldo Final (Nota 10.e)	843.437	616.226	588.762	353.271	1.459.663	942.033
b) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	2.078	1.247	13	7	3.325	20
Constituição	47.555	31.062	4.575	2.746	78.617	7.321
Realização/Reversão	(49.633)	(32.309)	(2.510)	(1.505)	(81.942)	(4.015)
Saldo Final (Nota 7.c)	-	-	2.078	1.248	-	3.326
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	(590)	(354)	15.554	9.333	(944)	24.887
Constituição	104.824	65.429	12.797	7.678	170.253	20.475
Realização/Reversão	(98.448)	(61.603)	(28.941)	(17.365)	(160.051)	(46.306)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	5.786	3.472	(590)	(354)	9.258	(944)
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	112.325	67.396	131.001	78.601	179.721	209.602
Constituição	549.851	368.466	433.654	260.192	918.317	693.846
Realização/Reversão	(438.403)	(284.379)	(452.330)	(271.397)	(722.782)	(723.727)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	223.773	151.483	112.325	67.396	375.256	179.721

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Total das Diferenças Temporárias	5.809.498	4.263.499	5.809.498	4.263.499
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.452.374	1.065.875	1.133.207	639.525
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	843.437	588.762	616.226	353.271
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	229.559	113.813	154.955	68.290
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3+ item 4) ⁽¹⁾	1.072.996	702.575	771.181	421.561
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	379.378	363.300	362.025	217.964

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 31.12.2015, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	15,04	299.461	289.230	239.569	231.384	539.030	520.614
2017	12,65	144.307	124.178	115.446	99.342	259.753	223.520
2018	11,37	106.982	83.033	85.587	66.426	192.569	149.459
2019	10,88	36.546	25.740	21.928	15.444	58.474	41.184
2020	10,51	256.141	164.059	153.696	98.445	409.837	262.504
Total		843.437	686.240	616.226	511.041	1.459.663	1.197.281

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2015.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e Item Objeto de Hedge apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	73.692	73.692	58.953	58.953	132.645	132.645
2017	1.358	1.358	1.088	1.088	2.446	2.446
2018	11.045	11.045	8.836	8.836	19.881	19.881
2019	9.653	9.653	5.792	5.792	15.445	15.445
2020	3	3	2	2	5	5
A partir de 2021	133.808	133.809	80.284	80.285	214.092	214.094
Total	229.559	229.560	154.955	154.956	384.514	384.516

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.12.2015 estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	378.180	338.372	302.544	270.697	680.724	609.069
2017	150.692	116.591	120.556	93.275	271.248	209.866
2018	107.973	78.204	86.380	62.563	194.353	140.767
2019	53.739	37.202	32.244	22.321	85.983	59.523
2020	248.603	140.574	149.176	84.353	397.779	224.927
A partir de 2021	133.809	133.809	80.281	80.285	214.090	214.094
Total	1.072.996	844.752	771.181	613.494	1.844.177	1.458.246

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.12.2015		31.12.2014		31.12.2015	31.12.2014
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	Total
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	1.573	944	5.397	3.238	2.517	8.636
Constituição	54.535	32.721	17.847	10.708	87.256	28.555
Realização/Reversão	(50.327)	(30.196)	(21.671)	(13.002)	(80.523)	(34.674)
Saldo Final (Nota 7.c)	5.781	3.469	1.573	944	9.250	2.517
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	3.217	1.930	4.134	2.482	5.147	6.616
Constituição	-	450	227	136	450	363
Realização/Reversão	(968)	(581)	(1.144)	(688)	(1.549)	(1.832)
Saldo Final	2.249	1.799	3.217	1.930	4.048	5.147
c) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	23.481	14.088	16.491	9.895	37.569	26.386
Constituição	32.991	28.163	7.658	4.595	61.154	12.253
Realização/Reversão	(130)	(79)	(668)	(402)	(209)	(1.070)
Saldo Final (Nota 16.d)	56.342	42.172	23.481	14.088	98.514	37.569
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	472	283	25.007	15.004	755	40.011
Constituição	18.307	11.200	92.496	55.498	29.507	147.994
Realização/Reversão	(17.832)	(10.816)	(117.031)	(70.219)	(28.648)	(187.250)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	947	667	472	283	1.614	755

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2016	56	44	100
2017	31	25	56
2018	406	325	731
2019	6.080	3.648	9.728
2020	38	23	61
A partir de 2021	117	71	188
Total	6.728	4.136	10.864

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	15,04	611	531	490	425	1.101	956
2017	12,65	611	471	489	377	1.100	848
2018	11,37	611	423	489	339	1.100	762
2019	10,88	416	260	331	208	747	468
Total		2.249	1.685	1.799	1.349	4.048	3.034

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ¹	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	15,04	6.211	5.399	4.969	4.318	11.180	9.717
2017	12,65	7.853	6.827	6.283	5.461	14.136	12.288
2018	11,37	27.773	24.142	22.219	19.313	49.992	43.455
2019	10,88	5.088	4.423	3.053	2.654	8.141	7.077
2020	10,51	4.491	3.902	2.694	2.342	7.185	6.244
A partir de 2021	10,51	4.926	4.282	2.954	2.569	7.880	6.851
Total		56.342	48.975	42.172	36.657	98.514	85.632

Os valores totais das provisões dos passivos tributários, na posição de 31.12.2015, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2016	6.878	5.503	12.381
2017	8.495	6.796	15.291
2018	28.790	23.032	51.822
2019	11.583	7.032	18.615
2020	4.529	2.717	7.246
A partir de 2021	5.044	3.027	8.071
Total	65.319	48.107	113.426

e) Despesas Tributárias

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(124.331)	(237.859)	(213.329)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(13.494)	(26.926)	(21.101)
Outros Valores	(1.421)	(2.580)	(2.229)
Total (Nota 20.e)	(139.246)	(267.365)	(236.659)

NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões, ativos contingentes, passivos contingentes e obrigações legais são observados os critérios do CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pelo Bacen por meio da Resolução do CMN n.º 3.823, de 16.12.2009 e Carta Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Superintendência Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos

respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	31.12.2015		31.12.2014	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Riscos Fiscais				
a.1) Impostos e Contribuições - Obrigação Legal⁽¹⁾	1.069	1.069	90.201	90.201
a.2) Causas Fiscais	1.905.981	46.515	1.356.639	36.809
i) Obrigação Legal	266	266	284	284
ii) Outras Obrigações-Diversas	1.905.715	46.249	1.356.355	36.525
Provável	46.249	46.249	36.525	36.525
Possível	1.723.467	-	1.050.997	-
Remota ⁽²⁾	135.999	-	268.833	-
b) Provisão para Passivos Contingentes				
b.1) Causas Trabalhistas	449.384	249.461	390.822	221.610
Provável (Nota 16.i)	249.461	249.461	221.610	221.610
Possível	99.988	-	87.188	-
Remota	99.935	-	82.024	-
b.2) Causas Cíveis	4.670.770	142.592	3.735.322	138.045
Provável (Nota 16.i)	142.592	142.592	138.045	138.045
Possível	1.035.412	-	838.423	-
Remota ⁽³⁾	3.492.766	-	2.758.854	-
b.3) Outras Causas	9.589	720	2.956	608
Provável (Nota 16.i)	720	720	608	608
Possível	8.522	-	2.044	-
Remota	347	-	304	-

⁽¹⁾ Houve reversão de provisão considerando o julgamento favorável ao Banco, ocorrido no processo judicial que tem por objeto a discussão sobre IRPJ ano-base 1999.

⁽²⁾ O montante do passivo contingente relacionado às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 02 (dois) processos que apresentaram saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 107.343 na posição 31.12.2015. (R\$ 93.873, em 31.12.2014).

⁽³⁾ O montante do passivo contingente relacionado às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 05 (cinco) processos que apresentaram saldo de passivo contingente da ordem de R\$ 2.149.031 na posição 31.12.2015. (R\$ 1.720.428, em 31.12.2014).

- d) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela Superintendência Jurídica na forma do item "b", retromencionado.
- e) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea "c", subitens a.2.i tem, como objeto de discussão os tributos municipais.
- f) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Quatro ações na esfera fiscal que visam desconstituir auto de infração. A estimativa de perda financeira perfaz, na data-base de 31.12.2015, um total de R\$ 1.594.651. Na posição de 31.12.2014, a estimativa de perda financeira totalizava R\$ 941.885, referente a três ações existentes na época, tendo em vista o ajuizamento de uma quarta ação de mesma natureza e relevância durante o ano de 2015.

Cível

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de perda financeira perfaz, na data-base de 31.12.2015, R\$ 176.840. Na posição de 31.12.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 141.571.

Ação na esfera cível que visa indenização e lucro cessante. A estimativa de perda financeira perfaz, na data-base de 31.12.2015, R\$ 119.905. Na posição de 31.12.2014, não havia estimativa de perda financeira para este processo, uma vez que foi iniciado em 2015.

Ação na esfera cível que visa pagamento de honorários. A estimativa de perda financeira perfaz, na data-base de 31.12.2015, R\$ 68.890. Na posição de 31.12.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 55.151.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito. A estimativa de perda financeira perfaz, na data-base de 31.12.2015, R\$ 49.333. Na posição de 31.12.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 39.734.

Ação na esfera cível que visa indenização. A estimativa de perda financeira perfaz, na data-base de 31.12.2015, R\$ 43.621. Na posição de 31.12.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 30.539.

Ação na esfera cível, iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de perda financeira, de risco possível, perfaz, na data-base de 31.12.2015, R\$ 30.659. Na posição de 31.12.2014, R\$ 80.452.

- g) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Demandas Trabalhistas	449.031	420.988
Demandas Fiscais	114.858	211.574
Demandas Cíveis	77.777	47.955
Total	641.666	680.517

- h) Em "Outros Passivos Contingentes", na posição de 31.12.2015, registram-se os valores de: R\$ 24.440 (R\$ 5.827, em 31.12.2014), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna, R\$ 11.244 (R\$ 12.781, em 31.12.2014) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 2.116 (R\$ 2.596, em 31.12.2014) referente à provisão para fazer frente aos riscos de perdas decorrentes do Inventário de Operações de Crédito. Em 31.12.2015 não existe provisão para passivos contingentes de operações de crédito com recursos do FNE adicionais às registradas na data-base, por recomendação do Banco Central (R\$ 7.399 em 31.12.2014).

i) Movimentação das Provisões

i.1) Causas Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outras Causas e Obrigação Legal

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	90.201	84.925
Constituição	355	9.210
Reversão/Utilização/Baixa	(89.487)	(3.934)
Saldo Final (Nota 16.d)	1.069	90.201
ii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Legais)		
Saldo Inicial	284	281
Constituição	55	44
Reversão/Utilização/Baixa	(73)	(41)
Saldo Final (Nota 22.c)	266	284
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	36.525	32.867
Constituição	12.485	5.867
Reversão/Utilização/Baixa	(2.761)	(2.209)
Saldo Final (Nota 22.c)	46.249	36.525
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	221.610	198.291
Constituição	44.607	36.437
Reversão/Utilização/Baixa	(16.756)	(13.118)
Saldo Final (Nota 16.i)	249.461	221.610
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	138.045	105.499
Constituição	51.707	67.317
Reversão/Utilização/Baixa	(47.160)	(34.771)
Saldo Final (Nota 16.i)	142.592	138.045
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	608	663
Constituição	460	113
Reversão/Utilização/Baixa	(348)	(168)
Saldo Final (Nota 16.i)	720	608

i.2) Demais Provisões

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
i) FNE		
Saldo Inicial	2.062.717	2.022.091
Constituição	1.820.699	1.034.231
Reversão/Utilização/Baixa	(1.091.049)	(993.605)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.792.367	2.062.717
ii) FDNE		
Saldo Inicial	1.065	515
Constituição	49	551
Reversão/Utilização/Baixa	(460)	(1)
Saldo Final (Nota 16.i)	654	1.065
iii) Proagro		
Saldo Inicial	2.600	2.152
Constituição	732	634
Reversão/Utilização/Baixa	(688)	(186)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.644	2.600
iv) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	28.603	33.685
Constituição	26.393	12.397
Reversão/Utilização/Baixa	(17.196)	(17.479)
Saldo Final (Nota 16.i)	37.800	28.603

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Máxima	36.619,33	33.371,33
Mínima	1.427,35	1.273,33
Média	9.201,87	8.520,77

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	919.814,85	796.055,83	66.419,46	48.530,19	62.347,80	48.530,19
Menor remuneração individual ⁽³⁾	799.389,54	617.908,01	66.419,46	48.530,19	50.896,23	48.530,19
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	970.097,67	715.398,79	54.141,05	47.479,54	55.454,12	48.254,63
Número de membros ⁽⁵⁾	6,83	6,92	5,42	5,50	5,17	5,17

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 62ª reunião da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31.03.2015.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.12.2015, o número de funcionários do Banco totalizava 7.231(6.972 em 31.12.2014), registrando-se um acréscimo de 3,71% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no exercício, corresponde a R\$ 27.515 (R\$ 62.345 em 31.12.2014), composta pelo equivalente a 9,00% do lucro líquido do exercício (8,34% em 31.12.2014) e 37,50% (25,00% em 31.12.2014) dos dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício. Em março de 2015, o Banco procedeu ao pagamento do valor de R\$ 25.319, a título de participação complementar dos empregados nos resultados de 2014, que somados à Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos empregados no período corrente, no valor de R\$ 27.515, correspondem às despesas registradas no exercício, no valor total de R\$ 52.834 (R\$ 90.672 em 31.12.2014).

NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações

fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – Capef, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste – Camed e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

Os planos de previdência patrocinados pelo Banco oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. Em termos gerais, para os atuais participantes ativos, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda com prazo determinado na modalidade Contribuição Definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos. O Fundo de Solvência Atuarial é formado por valores recebidos mensalmente dos participantes, a partir da aplicação da taxa de solvência atuarial sobre o valor das contribuições de participantes ativos; saldo da conta de patrocinador relativo ao participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate e pelo valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em virtude de aposentadoria por invalidez, tendo retornado à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. O Fundo Mutualista para Benefícios de Risco é constituído a partir da aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições recebidas mensalmente dos participantes ativos.

Segundo os estatutos dos Planos BD e CV I, são responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios, sendo formado por representantes do Banco, por participantes ativos e representante dos participantes e beneficiários assistidos.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto e nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2015, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.12.2015, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2014, 1:1).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

Em seu estatuto a CAMED define seus órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo da CAMED é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa, sendo formado por representantes do Banco e do Corpo Social. Os representantes do patrocinador são escolhidos pelo presidente do Banco.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente em seu Estatuto e nos regulamentos internos.

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2015, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios aos seus empregados, contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.3.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2015, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido relativa ao seguro de vida.

a.4) Exposição ao risco

Os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo estão expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural	Risco de investimento	O valor presente dos passivos dos planos é calculado usando como taxa de desconto a NTN-B. Se a variação da taxa de retorno sobre os ativos dos planos não acompanhar a variação dessa taxa, poderá ocorrer um déficit.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de longevidade	O valor presente do passivo dos planos é calculado com a melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
CV I/ Natural	Risco de evolução salarial	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando a projeção dos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, alterações não previstas nos salários dos participantes poderão impactar o passivo do plano.
CV I/ Natural	Risco de despesas administrativas	Risco gerado pela possibilidade das despesas administrativas serem superiores às estimadas na avaliação, aumentando o passivo atuarial.
BD/ Natural	Risco de postergação de entrada em aposentadoria	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando uma possibilidade de postergação da entrada em aposentadoria. Caso essa postergação não se efetive o valor do passivo tende a aumentar.
CV I	Risco de entrada em invalidez ou ocorrência de morte e cobertura de capitais complementares	Risco de o participante entrar em invalidez ou no caso de morte, sem a constituição de reserva suficiente para arcar com os benefícios.

b) Análise da Obrigação Atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, na posição de 31.12.2015, os planos administrados pela Capef e Camed, encontram-se registrados nas demonstrações financeiras do Banco na seguinte situação:

b.1) Planos de Previdência Privada

- Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.287.130 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 3.051.653, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 235.477. A obrigação relativa aos participantes assistidos é de R\$ 2.731.542 e aos participantes ativos é de R\$ 555.588;
- Plano CV I: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 9.502 é inferior ao valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 31.247, resultando em um superávit de R\$ 21.745, que não está sendo reconhecido, pois se destina à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

b.2) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 879.202 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 106.225, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 772.977. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 627.214 e aos participantes ativos é de R\$ 251.988.

b.3) Seguro de vida em grupo: o valor presente das obrigações atuariais descobertas é de R\$ 56.505, inexistindo ativos para esse plano. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$35.401 e aos participantes ativos é de R\$ 21.104.

c) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Exercício	(3.289.131)	(2.913.366)	(4.398)	(7.675)
2. Custo dos Juros	(381.652)	(343.961)	(527)	(946)
3. Custo do Serviço Corrente	(12.790)	(11.411)	(178)	(368)
4. Benefícios Pagos pelo Plano	348.826	309.463	135	63
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(64.360)	(62.892)	-	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	11.542	-	-
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	111.977	(278.506)	(4.534)	4.528
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(157.726)	(214.972)	(6.199)	3.396
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	-	-	-	1.268
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	269.703	(63.534)	1.665	(136)
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(3.287.130)	(3.289.131)	(9.502)	(4.398)

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Exercício	(779.433)	(763.013)	(37.660)	(38.260) ⁽¹⁾
2. Custo dos Juros	(90.541)	(90.175)	(4.206)	(4.531)
3. Custo do Serviço Corrente	(12.806)	(13.325)	(833)	(746)
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	48.329	56.131	6.028	4.474
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(16.028)	(13.956)	-	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	11.273	10.256	-	-
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	(39.996)	(45.803)	(19.834)	1.403
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(163.542)	(19.835)	(26.546)	2.231
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	-	-	-	-
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	123.546	(25.968)	6.712	(828)
8. Redução no plano	-	80.452	-	-
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(879.202)	(779.433)	(56.505)	(37.660)

⁽¹⁾ Seguro de Vida: valor reconhecido em "Ajustes de Avaliação Patrimonial"

⁽²⁾ Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

d) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Exercício	3.158.800	2.835.022	11.991	9.019
2. Receita de Juros	370.016	338.545	1.546	1.200
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	65.249	64.164	990	586
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	514	1.188	1.018	540
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	64.360	62.892	-	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	(11.542)	-	-
7. Benefícios Pagos pelo Plano	(348.826)	(309.463)	(135)	(63)
8. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽²⁾	(258.460)	177.994	15.837	709
9. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	3.051.653	3.158.800	31.247	11.991

⁽¹⁾ Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

⁽²⁾ Exceto receita de juros.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Exercício	68.831	40.696	-	-
2. Receita de Juros	8.457	5.040	-	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	34.109	35.945	3.014	2.237
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	13.320	17.038	3.014	2.237
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	16.028	13.956	-	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(11.273)	(10.256)	-	-
7. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(48.329)	(56.131)	(6.028)	(4.474)
8. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	25.082	22.543	-	-
9. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	106.225	68.831	-	-

- (1) Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;
(2) Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e
(3) Exceto receita de juros.

e) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo

Especificação	Capef	
	Plano CV I	
	31.12.2015	31.12.2014
1. Efeito do Teto do Ativo, no Início do Exercício	(7.593)	(1.344)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(1.019)	(254)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	(13.133)	(5.995)
4. Efeito do Teto do Ativo, no Fim do Exercício	(21.745)	(7.593)

f) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(3.287.130)	(3.289.131)	(9.502)	(4.398)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	3.051.653	3.158.800	31.247	11.991
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(235.477)	(130.331)	21.745	7.593
4. Efeito do Teto do Ativo, no Final do Exercício	-	-	(21.745)	(7.593)
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial (Nota 16.i) ⁽¹⁾	(235.477)	(130.331)	-	-

⁽¹⁾ Considerando diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 31.12.2014: R\$ 63.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2015	31.12.2014
	31.12.2015	31.12.2014		
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(879.202)	(779.433)	(56.505)	(37.660)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	106.225	68.831	-	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(772.977)	(710.602)	(56.505)	(37.660)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial (Nota 16.i)	(772.977)	(710.602)	(56.505)	(37.660)

g) Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício

Especificação	Capef					
	Plano BD			Plano CV I		
	2º Sem/ 2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014	2º Sem/ 2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(6.188)	(12.276)	(10.223)	478	840	172
1.1. Custo do Serviço	(6.395)	(12.790)	(11.411)	(89)	(178)	(368)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	207	514	1.188	567	1.018	540
2. Juros Líquidos	(5.818)	(11.636)	(5.416)	-	-	-
2.1. Custo dos Juros	(190.826)	(381.652)	(343.961)	(263)	(527)	(946)
2.2. Receita de Juros	185.008	370.016	338.545	773	1.546	1.200
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	-	(510)	(1.019)	(254)
3. Total (item 1 + item 2) ⁽¹⁾	(12.006)	(23.912)	(15.639)	478⁽²⁾	840⁽²⁾	172⁽²⁾

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos ressarcidas ao Banco, Plano BD: 2º Sem/2015: R\$ 4; 01.01 a 31.12.2015: R\$ 5 e 01.01 a 31.12.2014: R\$ 1.

⁽²⁾ Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais"

Especificação	Camed Plano Natural			Seguro de Vida		
	2º Sem/ 2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014	2º Sem/ 2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(2.423)	514	3.713	2.597	2.181	1.491
1.1. Custo do Serviço	(6.403)	(12.806)	(13.325)	(417)	(833)	(746)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	3.980	13.320	17.038	3.014	3.014	2.237
2. Juros Líquidos	(41.042)	(82.084)	(85.135)	(2.103)	(4.206)	(4.531)
2.1. Custo dos Juros	(45.271)	(90.541)	(90.175)	(2.103)	(4.206)	(4.531)
2.2. Receita de Juros	4.229	8.457	5.040	-	-	-
3. Redução no Plano (registrada em Reversão de Provisões Operacionais)	-	-	80.452⁽²⁾	-	-	-
4. Total (item 1 + item 2)	(43.465)⁽¹⁾	(81.570)	(970)	494⁽²⁾	(2.025)⁽³⁾	(3.040)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos ressarcidas ao Banco, Plano Natural: 2º Sem/2015: R\$ 25 e 01.01 a 31.12.2015: R\$ 39 e Seguro de Vida: 2º Sem/2015: R\$ 5 e 01.01 a 31.12.2015: R\$ 7.

⁽²⁾ Esses valores foram registrados na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais"

(3) Foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais" o valor de R\$ 499, referente ao valor do custo do serviço corrente e juros líquidos reconhecidos em despesas no 1º Sem/2015.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	2º Sem/ 2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
1. Contribuições (Parte CD) ⁽¹⁾	(24.643)	(43.015)	(36.416)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: 2º Sem/2015: R\$ 147; 01.01 a 31.12.2015 - R\$ 284; e 01.01 a 31.12.2014 - R\$ 388.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo. No exercício de 2014, o valor presente da obrigação englobava essas despesas.

Especificação	2º Sem/ 2015	01.01 a 31.12.2015
1. Despesas Administrativas	(3.251)	(6.061)

h) Valores do Período Reconhecidos no Patrimônio Líquido

As perdas por ajustes de experiência relativas ao plano BD, em 31.12.2015, são decorrentes dos aumentos dos benefícios dos assistidos em 10,45% e em relação ao plano Natural são decorrentes do aumento do número de usuários, bem como do custo médio.

No que diz respeito ao plano CVI, as perdas por ajustes de experiência, nesse mesmo período, são decorrentes do aumento do número de assistidos e de ajustes na metodologia de cálculo, bem como em relação ao seguro de vida em grupo são relativas ao aumento do prêmio de seguro, bem como da mudança de metodologia que passou a considerar a obrigação dos assistidos.

Os ganhos atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 31.12.2015, dizem respeito às alterações nas taxas de juros em relação à 31.12.2014, que passaram de 12,08%(31.12.2014) para 13,12% (31.12.2015), nos planos BD e Natural, de 12,09% (31.12.2014) para 13,12% (31.12.2015), no plano CV I e de 12,08% (31.12.2014) para 13,25%(31.12.2015).

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	(258.460)	177.994	15.837	709
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	111.977	(278.506)	(4.534)	4.528
2.1. Ajustes de Experiência	(157.726)	(214.972)	(6.199)	3.396
2.2. Alterações de Premissas Biométricas	-	-	-	1.268
2.3. Alterações de Premissas Financeiras	269.703	(63.534)	1.665	(136)
3. Efeito do teto do ativo	-	-	(13.133)	(5.995)
4. Total (item 1 + item 2 + item 3) ⁽¹⁾	(146.483)	(100.512)	(1.830)	(758)

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 31.12.2015; R\$ (54).

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Passivo Líquido no início do Exercício	-	-	-	(38.260)
2. Retorno sobre os Ativos do Plano	25.082	22.543	-	-
3. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	(39.996)	(45.803)	(19.834)	1.403
3.1. Ajustes de Experiência	(163.542)	(19.835)	(26.546)	2.231
3.2. Alterações de Premissas Biométricas	-	-	-	-
3.3. Alterações de Premissas Financeiras	123.546	(25.968)	6.712	(828)
4. Total (item 1 + item 2 + item 3) ⁽¹⁾	(14.914)	(23.260)	(19.834)	(36.857)

⁽¹⁾ Considerando diferença de contribuições estimadas: 01.01 a 31.12.2015; R\$ (42).

i) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Exercício

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Exercício	(130.331)	(78.344)	-	-
2. Contribuições do Empregador	65.249	64.164	990	586
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(23.912)	(15.639)	840	172
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(146.483)	(100.512)	(1.830)	(758)
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Exercício (Nota 16.i)	(235.477)	(130.331) ⁽¹⁾	-	-

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 31.12.2014; R\$ (63).

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2015	31.12.2014
	31.12.2015	31.12.2014		
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Exercício	(710.602)	(722.317)	(37.660)	(38.260) ⁽¹⁾
2. Contribuições do Empregador	34.109	35.945	3.014	2.237
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(81.570)	(970)	(2.025)	(3.040)
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(14.914)	(23.260)	(19.834)	1.403
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Exercício (Nota 16.i)	(772.977)	(710.602)	(56.505)	(37.660)

⁽¹⁾ Seguro de Vida: valor reconhecido em "Ajustes de Avaliação Patrimonial"

j) Política de investimento e Alocação dos valores justos dos planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e tem como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,50% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,50% a.a..

Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando: a) taxa esperada de retorno; b) preservação de capital; c) diversificação; d) tolerância a risco; e) estabilidade; f) liquidez e g) regra de reajuste de benefícios. Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução nº 3.792, de 24.09.2009 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Renda Fixa	86,82	83,58	93,38	91,07	72,21	34,04
Renda Variável	0,42	4,38	-	3,56	27,38	65,26
Investimentos Imobiliários	9,52	9,13	-	-	0,41	0,70
Investimentos Estruturados	0,22	0,24	1,71	2,80	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Participantes	3,00	2,65	4,91	2,57	-	-
Outros	0,02	0,02	-	-	-	-
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	0,24	0,20	-	18,02	72,21	34,04
Em propriedades/outros ativos utilizados pelo Banco	1,23	1,22	-	1,66	0,41	0,70

k) Premissas utilizadas

k.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef e da Camed, embasadas em estudos estatísticos elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquelas entidades. Nos cálculos atuariais, para os planos BD, Natural e Seguro de Vida, o tempo de adiamento da aposentadoria em relação a cada participante ativo foi estimado pelo percentil 50%, em relação ao tempo efetivo de adiamento da aposentadoria verificado para o conjunto dos atuais participantes ativos, que já se encontravam elegíveis para o benefício de aposentadoria programada na data da avaliação atuarial.

Especificação	Planos BD (Capef) e Plano Natural (Camed) e Seguro de Vida	
	31.12.2015	31.12.2014
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP2000 – Suavizada em 15%	RP2000 – Suavizada em 15%
Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas – (A10)	Álvaro Vindas – (A10)

Especificação	Plano CV I (Capef)	
	31.12.2015	31.12.2014
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)
Inválidos ⁽¹⁾	Experiência do IAPC-Fraca	Experiência do IAPC-Fraca
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas (suavizada 50%)	Álvaro Vindas (suavizada 50%)

⁽¹⁾ A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator de 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original.

k.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capef (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	13,12	12,08	13,12	12,09
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	7,22	6,24	7,22	6,25
Taxa média de inflação anual	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	6,56	6,56	5,50	5,50
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	5,50	5,50	5,50	5,50

⁽¹⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinge a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	13,12	12,08	13,25	12,08
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	7,22	6,24	7,35	6,24
Taxa média de inflação anual	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa nominal de crescimento salarial	6,56	6,56	6,56	6,56
Taxa nominal de aumentos médio dos benefícios	8,12 – 6,56 ⁽¹⁾	8,54 - 6,56 ⁽²⁾	5,50	5,50
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento (<i>Aging Factor</i>)	3,11	2,94	Não se aplica	Não se aplica
Taxas de crescimento dos custos de saúde (HCCTR)	8,12 – 6,56 ⁽¹⁾	8,54 - 6,56 ⁽²⁾	Não se aplica	Não se aplica

(1) Na posição de 31.12.2015, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 7 (sete) anos. A taxa encontrada foi de 2,49%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 5,50% a.a., e decresce gradualmente em 9 anos, a partir de 2016, permanecendo a partir do 10º (décimo ano) em 1% a.a.

(2) Na posição de 31.12.2014, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 6 (seis) anos. A taxa encontrada foi de 2,88%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 5,50% a.a., e decresce gradualmente em 10 anos, a partir de 2015, permanecendo a partir do 11º (décimo primeiro ano) em 1% a.a.

k.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

k.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

k.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da "duration" dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012. A "duration" apurada para os planos Capef BD e Camed Natural é de 13,77 anos (31.12.2015) e 14,66 anos (31.12.2014), para o plano Capef CV I é de 24,23 anos (31.12.2015) e 25,42 anos (31.12.2014) e para o Seguro de Vida é de 12,64 anos (31.12.2015) e 14,66 anos (31.12.2014).

I) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

A análise de sensibilidade considera o incremento ou decréscimo de 1 (um) ano na idade do participante ou assistido, do aumento ou da redução de 0,25% na taxa de juros, para os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida, bem como da taxa de crescimento dos custos de saúde para o plano Natural. O cálculo foi efetuado com base no método da unidade de crédito projetada, estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 31.12.2015.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	31.12.2015	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(3.287.130)	(3.215.213)	(3.357.216)	(3.224.642)	(3.351.920)
Valor Justo dos Ativos	3.051.653	3.051.653	3.051.653	3.051.653	3.051.653
Superávit (Déficit) Técnico	(235.477)	(163.560)	(305.563)	(172.989)	(300.267)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,19)	2,13	(1,90)	1,97
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(30,54)	29,76	(26,54)	27,51

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	31.12.2015	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(9.502)	(10.004)	(9.058)	(9.367)	(9.642)
Valor Justo dos Ativos	31.247	31.247	31.247	31.247	31.247
Superávit (Déficit) Técnico ⁽¹⁾	21.745	21.243	22.189	21.880	21.605
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		5,28	(4,68)	(1,42)	1,47
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(2,31)	2,04	0,62	(0,64)

⁽¹⁾ Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		HCCTR		Taxa de Juros	
	31.12.2015	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(879.202)	(858.801)	(899.892)	(880.703)	(877.705)	(851.780)	(908.124)
Valor Justo dos Ativos	106.225	106.225	106.225	106.225	106.225	106.225	106.225
Superávit (Déficit) Técnico	(772.977)	(752.576)	(793.667)	(774.478)	(771.480)	(745.555)	(801.899)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,32)	2,35	0,17	(0,17)	(3,12)	3,29
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico(%)		(2,64)	2,68	0,19	(0,19)	(3,55)	3,74

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	31.12.2015	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(56.505)	(55.180)	(57.799)	(55.266)	(57.797)
Superávit (Déficit) Técnico	(56.505)	(55.180)	(57.799)	(55.266)	(57.797)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,35)	2,29	(2,19)	2,29
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico(%)		(2,35)	2,29	(2,19)	2,29

m) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

m.1) Contribuições Esperadas para o ano de 2016

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Contribuições do Empregador	68.793	43.202 ⁽¹⁾	35.206	3.015
2. Despesas Administrativas	12.781	-	9.073	-
3. Contribuições de Empregados	434	1.215	12.844	-
4. Contribuições de Assistidos	68.359	-	23.158	-
5. Benefícios Esperados	327.626	142	62.912	6.030

⁽¹⁾ Inclusive as contribuições da modalidade contribuição definida

m.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾	Seguro de Vida ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
Até 1 ano	321.447	1.118	16.466	4.734
De 1 ano a 2 anos	320.644	1.027	15.961	4.810
De 2 anos a 3 anos	318.323	948	15.837	4.879
De 3 anos a 4 anos	316.147	876	15.772	4.904
Acima de 4 anos	5.625.444	22.205	794.304	122.091
Total	6.902.005	26.174	858.340	141.418

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

n) Estimativa de despesas para o ano de 2016

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(7.240)	688	(743)	2.251
2. Juros Líquidos	(26.348)	-	(99.431)	(7.088)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(33.588)	688	(100.174)	(4.837)

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 59.893.111 (R\$ 53.478.814 em 31.12.2014) está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 11.324.340 (R\$ 7.790.705 em 31.12.2014), registrado no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 1.122.200 (R\$ 840.648 em 31.12.2014).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
 - c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em "Passivos Contingentes" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.12.2015	Provisão em 31.12.2014
AA	9.494.553	-	-
A	11.750.755	29.476	33.196
B	9.260.667	46.579	48.178
C	2.209.778	32.959	18.945
D	597.863	30.288	43.834
E	670.717	102.802	79.741
F	420.996	106.093	79.493
G	793.385	278.590	122.765
H	4.272.182	2.165.580	1.636.562
Total	39.470.896	2.792.367	2.062.717

- d) para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 1.206.890 (R\$ 1.083.978 em 31.12.2014).
- e) a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 1.278.956 (R\$ 1.215.757 em 31.12.2014).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	31.12.2015	31.12.2014
Proger-Urbano Investimento	017/2006	6.351	14.095
FAT - Infraestrutura	018/2006	197.409	221.269
Protrabalho Investimento	004/2007	180.845	165.508
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	001/2010	133.780	172.463
Total		518.385	573.335

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), registradas em "Depósitos Especiais com Remuneração", da ordem de R\$ 332.363 (R\$ 420.406 em 31.12.2014) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 37.932 (R\$ 34.763 em 31.12.2014).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2015		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	12.866	464	2.945	17.576	20.521
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	49.508	3.131	25.820	98.068	123.888
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	20.276	31	1.282	75.188	76.470
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	30.093	541	7.885	103.599	111.484
Total (Nota 13.b)			112.743	4.167	37.932	294.431	332.363

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2014		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	12.091	426	4.945	26.690	31.635
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	51.169	2.826	26.129	137.008	163.137
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	24.548	71	481	91.215	91.696
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	37.516	1.659	3.208	130.730	133.938
Total (Nota 13.b)			125.324	4.982	34.763	385.643	420.406

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

(2) Recursos remunerados pela Taxa Selic;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria

de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que gerencia, em nível corporativo, os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos. Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2016 a 2018, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 03.12.2015. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, em sua Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	31.12.2015	31.12.2014
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	34.774.297	34.164.552
Público	1.679.852	1.415.797
Privado	33.094.445	32.748.755
Comércio	4.142.642	4.063.039
Comércio Exterior	857.483	1.057.432
Habitação	170	242
Indústria	9.700.730	9.879.206
Infraestrutura	3.184.417	3.272.057
Microfinança Urbana	2.993.986	2.687.935
Pessoas Físicas	226.259	221.660
Rural	7.036.781	6.989.896
Outros Serviços	4.951.977	4.577.288
Operações de Mercado	26.957.135	25.396.450
Títulos Públicos Federais	23.756.920	21.499.784
Operações Compromissadas	15.656.753	11.682.975
Outras	8.100.167	9.816.809
Depósitos Interfinanceiros	-	76.500
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.981.588	2.201.192
Outras Operações	1.218.627	1.618.974
Demais Ativos	3.756.309	3.255.316
Total	65.487.741	62.816.318

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de apuração de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 5.067.776 (R\$ 5.025.460 em 31.12.2014). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 3.957.266 (R\$ 4.052.869 em 31.12.2014).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		31.12.2015 (%)	31.12.2014 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	460,38	358,18
	Média dos últimos 12 meses	346,09	354,53
	Máximo dos últimos 12 meses	516,70	429,24
	Mínimo dos últimos 12 meses	249,52	273,40

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de Negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	10.904.393	10.887.318	(17.075)	10.870.796	(33.597)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(193.944)	(197.737)	(3.793)	(202.367)	(8.423)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	2.287	2.257	(30)	2.228	(59)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	688.667	648.595	(40.072)	612.495	(76.172)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(94.307)	(113.472)	(19.165)	(136.149)	(41.842)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	153.388	113.650	(39.738)	85.433	(67.955)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(2.036.200)	(2.059.811)	(23.611)	(2.076.199)	(39.997)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	5.263.203	5.078.235	(184.968)	4.921.753	(341.450)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
Derivativos para Hedge	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.224.749	1.253.122	1.282.944
		Passivo em ME	(1.252.369)	(1.281.076)	(1.311.245)
		Exposição Líquida	(27.620)	(27.954)	(28.301)

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *hedge* cambial e respectivos títulos consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e das operações de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de perda, efetiva ou recuperável, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou resultantes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais, além de gerar valor por meio da capacitação dos profissionais, otimização dos processos e melhoria dos sistemas tecnológicos.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa por meio dos processos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações em todos os processos, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizados metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos e processos de identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia

utilizada é a de autoavaliação de riscos e controles em processos – RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), que permite conhecer os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de se obter uma visão ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 67.162 (R\$ 58.192 em 31.12.2014 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.12.2015	31.12.2014	Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Disponibilidades	58.426	38.002	Depósitos	-	10.032
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	635	-	Relações Interdependências	12.331	9.235
Operações de Crédito	1.033.285	807.610	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	101.491	76.219
Outros Créditos	1.040.756	1.094.875	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.284.406	2.449.764
			Outras Obrigações	1.004.859	1.068.149
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	2.133.102	1.940.487	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	3.403.087	3.613.399
Operações de Swap	1.202.823	1.614.720			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	3.335.925	3.555.207	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	3.403.087	3.613.399

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.12.2015, já considerando as normas em vigor para o Basileia III, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 13,61% (15,73% em 31.12.2014) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 7,25% (9,20% em 31.12.2014). O PR apurado foi de R\$ 5.270.254 (R\$ 5.861.912 em 31.12.2014), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 2.689.059 (R\$ 3.347.410 em 31.12.2014), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 37.111.437 (R\$ 36.392.687 em 31.12.2014).

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Patrimônio de Referência (PR)	5.270.254	5.861.912
· Nível I	2.689.059	3.347.410
· Capital Principal	2.689.059	3.347.410
· Nível II	2.581.195	2.514.502
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	37.111.437	36.392.687
· Parcela RWACPAD	30.704.853	30.373.147
· Parcela RWACAM	372.978	528.687
· Parcela RWAJUR	80.718	60.909
· Parcela RWACOM	14.146	2.855
· Parcela RWAOPAD	5.938.742	5.427.089
Valor do RBAN	1.621.685	876.065
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 11%])	1.187.996	1.858.716
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN] * 11%)}	1.009.611	1.762.349
Índices de Basileia:		
· Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	7,25%	9,20%
· Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 5,5%)	7,25%	9,20%
· Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 11%)	14,20%	16,11%
· Índice de Basileia incluindo RBAN	13,61%	15,73%

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	5.270.254	5.861.912
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	2.689.059	3.347.410
Capital Principal	2.689.059	3.347.410
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	598.429	687.911
Reservas de Capital e de Reavaliação	16.621	19.394
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(615.864)	(183.496)
Ações em Tesouraria e Outros Instrumentos de Emissão Própria	-	-
Perdas ou Prejuízos Acumulados	-	-
Ajustes Prudenciais	(154.127)	(20.399)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(3.446)	(1.682)
Ajuste Prudencial – Ativos Diferidos	(37)	(159)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(135.777)	(18.558)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes da Res. CMN nº 4.277	(14.867)	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.581.195	2.514.502
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.633.957	2.567.202
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(52.762)	(52.700)

Os contratos de Dívida Subordinada firmados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192 do CMN, de 01.03.2013, de acordo com o §2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização.

O Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, registrado no Nível II do PR, por ter sido autorizado pelas regras existentes antes da Resolução nº 4.192 do CMN, está sujeito à aplicação dos limitadores definidos no artigo 28, da referida Resolução. Ainda com relação a esse instrumento, sua base contratual está sendo negociada com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para que passe a atender os requisitos necessários de elegibilidade a Capital Principal.

Como parte da implementação das regras do Basileia III, o Banco Central publicou, em 27 de fevereiro de 2015, a Circular nº 3.748, com vigência a partir da data-base de outubro de 2015, descrevendo a metodologia de apuração da Razão de Alavancagem (RA). O referido cálculo é o resultado da divisão do PR de Nível I, apurado de acordo com a Resolução nº 4.192 do CMN, pela Exposição Total conforme definido no inciso II do artigo 2º da citada Circular. Na posição de 31.12.2015, a Razão de Alavancagem do Banco ficou em 4,25%.

iii. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	5.270.254	5.861.912
Limite para Imobilização	2.635.127	2.930.956
Situação	231.006	219.558
Margem	2.404.121	2.711.398
Índice de imobilização	4,38%	3,75%

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	478.527	404.556
Total	478.527	404.556

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 27)	332.363	420.406
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.709.146	1.631.087
Tesouro Nacional	426	659
BNDES	1.567.324	1.464.027
Finame	141.396	166.401
Outras Obrigações	14.626.241	10.760.454
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	11.332.783	7.798.625
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g e Nota 17)	1.501.176	1.356.540
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	1.792.282	1.605.289
Total	16.667.750	12.811.947

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Passivos		
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Nota 16.i)	235.477	130.268
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Nota 16.i)	772.977	710.602
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Nota 16.i)	56.505	37.660
Total	1.064.659	878.530

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Honorários	2.154	3.993	3.758
Diretoria	1.895	3.461	3.248
Conselho de Administração	135	269	261
Conselho Fiscal	124	263	249
Outros	1.322	1.960	1.354
Participação no Lucro	-	958	1.112
Total dos Benefícios de Curto Prazo	3.476	6.911	6.224
Benefícios Pós-Emprego	134	296	308
Total	3.610	7.207	6.532

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Lucro Líquido	147.595	305.723	747.350
Outros Resultados Abrangentes	(133.484)	(429.595)	(174.235)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(437.015)	(443.886)	(23.440)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	191.927	194.675	9.376
Realização da Reserva de Reavaliação	1.935	3.872	2.684
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(324)	(1.099)	(1.468)
Ganhos ou Perdas Atuariais	109.993	(183.157)	(161.387)
Resultado Abrangente	14.111	(123.872)	573.115

NOTA 31 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Créditos Abertos para Importação	8.980	39.138
Créditos de Exportação Confirmados	58.500	-
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	450	-
- FNE	19.962.828	18.822.934
- FDNE	111.941	106.548
Coobrigações em Cessões de Crédito	19.910	22.881

b) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 17 de fevereiro de 2016.

Fortaleza, 17 de fevereiro de 2016.

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2016

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador 1SP184050/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis estão em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Fortaleza (CE), 17 de fevereiro de 2016.

O Conselho Fiscal

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º SEMESTRE DE 2015

1 – Introdução

O Comitê de Auditoria é um órgão colegiado estatutário instituído na forma da Resolução CMN 3198/2004, normativo que estabelece suas competências, funções e responsabilidades. O Regimento Interno e o endereço eletrônico do Comitê de Auditoria do BNB estão disponíveis na internet em www.bnb.gov.br, na área “Sobre o Banco – Relação com os Acionistas”.

Compete à Auditoria Externa avaliar a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e emitir opinião, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão, sobre as Demonstrações Financeiras e à Auditoria Interna monitorar, avaliar e aferir, de forma independente, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos do Banco.

2 – Principais Atividades

O Colegiado realizou 22 reuniões presenciais no semestre, totalizando 36 dias úteis de trabalho conjunto, além de jornadas extraordinárias individuais. No período, em cumprimento ao seu Plano de Trabalho, foram realizadas reuniões regulares com o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e gestores das principais áreas de negócios, além das reuniões regulares com as Auditorias Interna e Externa.

Nestas reuniões foram abordados, dentre outros, assuntos relacionados a aspectos contábeis, gestão de riscos, crédito, ouvidoria, soluções tecnológicas, recomendações emitidas pelas Auditorias Interna e Independente e por órgãos externos de fiscalização e controle. Quando necessário foram feitas recomendações adicionais de aprimoramento.

3 – Conclusão

Com base nas atividades desenvolvidas e em atendimento à Resolução CMN 3198/2004, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a) O Sistema de Controles Internos do Banco do Nordeste do Brasil mantém-se, de forma geral, capaz de identificar fatores adversos, permitindo a adoção de ações corretivas pela Administração. As fragilidades detectadas nos processos corporativos e as falhas pontuais nas operações não têm afetado significativamente a saúde financeira do Banco. A Alta Administração aprovou medidas importantes visando ao aperfeiçoamento dos controles e correção de deficiências, dentre elas o provimento e capacitação de pessoal, política de consequências e otimização de processos. Algumas dessas medidas já tiveram efeito no período, enquanto que outras vão requerer tempo, acompanhamento e monitoramento de forma a atingir os resultados propostos, visando a garantir a eficiência, conformidade e o crescimento sustentável da Instituição;
- b) A Auditoria Interna concentrou esforços na realização de trabalhos relevantes durante o período, assim entendidos aqueles previstos no Plano Anual de Atividades, aprovado pelo Conselho de Administração e Pela Controladoria-Geral da União (CGU), ou decorrentes de eventos não previstos e inadiáveis, e na condução de processos disciplinares. Entretanto, algumas fragilidades de procedimentos ainda carecem de aprimoramento para melhoria da qualidade dos trabalhos. Tais fragilidades poderão ser superadas com os trabalhos de otimização dos processos em andamento;

- c) Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação da Ernst & Young Auditores Independentes S/S na prestação dos serviços de auditoria contratados; e
- d) A elaboração das Demonstrações Financeiras ocorreu em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

Fortaleza (CE), 17 de fevereiro de 2016.

O Comitê de Auditoria

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Ariosto Antunes Culau (Presidente) – Arnaldo Barbosa de Lima Junior – Claudia Aparecida de Souza Trindade – Marcos Costa Holanda – Zilana Melo Ribeiro

DIRETORIA: Marcos Costa Holanda (Presidente) – Francisco das Chagas Soares (Diretor de Desenvolvimento Sustentável) – Isaias Matos Dantas (Diretor de Administração e Tecnologia da Informação) – Manoel Lucena dos Santos (Diretor de Controle e Risco) – Romildo Carneiro Rolim (Diretor Financeiro e de Crédito) – Wanger Antonio de Alencar Rocha (Diretor de Negócios)

CONSELHO FISCAL: Maria Teresa Pereira Lima (Presidente em exercício) – Herick Marques Caminha Júnior – José Mário Valle – Manuel dos Anjos Marques Teixeira – Raimundo Lourival de Lima

COMITÊ DE AUDITORIA: Manoel das Neves (Presidente) – Cleber Santiago (Membro Titular) – José Wilkie Almeida Vieira (Membro Titular em exercício)

SUPERINTENDENTE: José Jurandir Bastos Mesquita (Controle Financeiro)

CONTADOR: José Graciano Dias – CRC-CE 007949/O-7

Apêndice 6.1

**Distribuição da Força de Trabalho
por Macroprocessos e por Unidades**

APÊNDICE 6.1 - Distribuição da força de trabalho por macroprocessos e por unidades

Distribuição da força de trabalho por macroprocessos

MACROPROCESSOS		FORÇA DE TRABALHO
MACROPROCESSO 1 - Desenvolvimento de Estratégia de Mercado e Empresarial		
a) Descrição		
Macroprocesso em que se realiza desenvolvimento de estratégia de mercado; formulação e gerenciamento de estratégias para programas governamentais; formulação e gerenciamento de estratégias empresariais; gerenciamento da arquitetura organizacional e gerenciamento de processos.		
b) Unidades responsáveis		
• Ambiente de <i>Marketing</i> ;		20
• Ambiente de Planejamento;		12
• Ambiente de Políticas de Desenvolvimento;		28
• Ambiente de Arquitetura Organizacional e de Processos.		23
MACROPROCESSO 2 - Desenvolvimento e Gestão de Produtos e Serviços		
a) Descrição		
Macroprocesso em que se realiza o desenvolvimento de produtos e serviços e o gerenciamento de portfólio de produtos e serviços.		
b) Unidades responsáveis		
• Ambiente de Marketing;		20
• Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação.		24
MACROPROCESSO 3 - Desenvolvimento e Gestão de Negócios		
a) Descrição		
Macroprocesso que realiza definição de estratégia de negócios; gestão de clientes; gestão de ações negociais; gestão de ações sociais e ambientais e gestão de patrocínios.		
b) Unidades responsáveis		
• Ambiente de Negócios MPE;		11
• Ambiente de Negócios com PF, PMPR e Agronegócio;		11
• Ambiente de Negócios Empresariais e Governo;		14
• Ambiente de Negócios <i>Corporate</i> e Estruturação de Operações;		13
• Ambiente de Comunicação;		19
• Ambiente de <i>Marketing</i> ;		20
• Ambiente de Concessão de Crédito;		20
• Ambiente de Gestão de Riscos;		22
• Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar;		64
• Ambiente de Microfinança Urbana;		49
• Ambiente de Políticas de Desenvolvimento.		28
MACROPROCESSO 4 - Operacionalização de Produtos e Serviços		
a) Descrição		
Macroprocesso que realiza captação de recursos; concessão de crédito; administração de crédito; operacionalização de serviços financeiros; operacionalização de produtos e serviços bancários; operacionalização de produtos e serviços de mercado de capitais e gerenciamento dos recursos de tesouraria.		
b) Unidades responsáveis		
• Ambiente de Mercado de Capitais;		17
• Ambiente de Políticas de Desenvolvimento;		28
• Ambiente de Fundos de Investimento;		19
• Ambiente de Operações Financeiras;		25
• Ambiente de Operações de Câmbio;		13
• Ambiente de Concessão de Crédito;		20
• Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar;		64
• Ambiente de Microfinança Urbana;		49
• Ambiente de Administração de Crédito;		11
• Ambiente de Recuperação de Crédito;		20
• Ambiente de Produtos e Serviços Bancários.		23

APÊNDICE 6.1 - Distribuição da força de trabalho por macroprocessos e por unidades

Distribuição da força de trabalho por macroprocessos

MACROPROCESSOS		FORÇA DE TRABALHO
MACROPROCESSO 5 - Gestão de Atendimento a Clientes		
a) Descrição		
Macroprocesso que realiza o gerenciamento do atendimento ao cliente.		
b) Unidades responsáveis		
• Ambiente de <i>Marketing</i>		20
• Ouvidoria		4

APÊNDICE 6.1 - Distribuição da força de trabalho por macroprocessos e por unidades

Distribuição da força de trabalho por unidades

UNIDADE	FORÇA DE TRABALHO
1. Direção Geral (DIRGE)	
1.1 Superintendência Dirge	41
1.2 Ambiente	1.105
2. Centrais - Direção Geral	
2.1 Centro Cultural	10
2.2 Central de Documentação	6
2.3 Central de Consultoria Jurídica das Agências	9
2.4 Central de Orientação ao Cliente interno	5
2.5 Central de Produtos e Serviços Bancários	25
2.6 Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão	16
2.7 Gerência de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida	31
3. Unidades de Negócios	
3.1 Superintendência Estadual	343
3.2 Rede de Agências	3.956
3.3 Agência Extrarregional	34
3.4 Gerência de Reestruturação de Ativos (GERAT)	76
3.5 Gerência Estadual de Microfinança (Crediamigo)	27
3.6 Gerência Estadual do Agroamigo	46
4. Centrais - Unidades de Negócios	
4.1 Central de Cadastro	81
4.2 Central de Crédito Grande Porte	44
4.3 Central de Crédito Médio Porte	242
4.4 Central de Crédito Varejo	90
4.5 Central de Crédito Varejo/Médio Porte	285
4.6 Central de Crédito Pronaf	267
4.7 Central de Processamento de Cobrança Judicial	12
4.8 Central Regional de Controle Interno	61
4.9 Gerência Estadual de Contencioso e Assessoria Jurídica	199
4.9.1 Domicílio Jurídico	53

Apêndice 6.2

**Contratos de Prestação de Serviços
não Abrangidos pelo Plano de Cargos
da Unidade**

Apêndice 6.2 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante: Banco do Nordeste do Brasil S.A.						
UG/Gestão: não se aplica (UPC não é executora no SIAFI):						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação (1)
			Início	Fim		
2010	Contratação de 29US de Vigilância Armada Diurna de 44 Horas Semanais, para diversos órgãos do Banco no Estado de Alagoas.	17.428.731/0001-35	01/03/2010	28/02/2015	Ensino Médio	E
2010	Contratação de 2 US de Recepcionista para o Estado do Espírito Santo.	07.188.842/0001-68	19/04/2010	18/04/2015	Ensino Médio	E
2010	Contratação de 53US de Vigilância Armada Diurna de 44 Horas Semanais, para diversos órgãos do Banco no Estado do Maranhão.	08.692.482/0001-08	01/08/2010	31/07/2015	Ensino Médio	E
2010	Prestação dos serviços de Copeiro para diversas Unidades Administrativas do Banco do Nordeste no Estado de Minas Gerais, com a utilização de 07 US.	11.399.787/0001-22	01/12/2010	30/11/2015	Ensino Médio	E
2010	Contratação de 138US, sendo: 107US de Vig. Armada Diurna de 44hs. 23US de Vig. Armada Ininterrupta. 6US de Coord. de Vig. Armada Diurna de 44hs e 2US de Coord. de Vigilância Armada Ininterrupta p/ diversos órg. do BNB no Estado no Ceará.	07.957.111/0001-30	01/01/2011	31/12/2015	Ensino Médio	E
2011	Contratação de 29US dos serviços de Servente de Limpeza para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado da Paraíba.	05.562.351/0001-00	01/12/2011	31/01/2015	Ensino Médio	E
2011	Contratação de 35US de Zelador (Limpeza/Conservação) para as Unidades Administrativas localizadas no estado do Maranhão.	10.194.586/0001-26	01/08/2011	31/07/2015	Ensino Médio	E
2011	Contratação de 34US de Faxineiro para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no Piauí.	10.194.586/0001-26	01/09/2011	31/08/2015	Ensino Médio	P

(1) Situação do Contrato: E=Encerrado; P=Ativo Prorrogado; A=Ativo Normal

US = Unidade de Serviço

Fonte: S-320 - Sistema Integrado de Recursos Logísticos

Apêndice 6.2 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante: Banco do Nordeste do Brasil S.A.						
UG/Gestão: não se aplica (UPC não é executora no SIAFI):						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação (1)
			Início	Fim		
2011	Contratação de 4US de Contínuo, 9US de Copa e 1US de Telefonista para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado do Maranhão.	12.004.773/0001-25	12/09/2011	11/09/2015	Ensino Médio	P
2011	Contratação de 4US de Copa Executivo para a Superintendência do Banco do Nordeste, localizada no estado de Sergipe-PE.	08.528.285/0001-40	01/10/2011	30/09/2015	Ensino Médio	P
2011	Contratação de 68US dos serviços de Vigilância Armada Diurna de 44horas semanais para as diversas Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado de Pernambuco.	09.081.459/0001-31	05/10/2011	04/10/2015	Ensino Médio	E
2011	Contratação de 21US de Auxiliar de Eventos Culturais, para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste: Ambiente de Gestão da Cultura, Centro Cultural-For e Centro Cultural Cariri (Juazeiro do Norte).	41.305.228/0001-77	06/10/2011	05/10/2015	Ensino Médio	E
2011	Contratação de 1US de Porteiro para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas na cidade de Aracaju-SE.	08.528.285/0001-40	01/12/2011	30/11/2015	Ensino Médio	P
2011	Contratação de 17US de Telefonista para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado do Maranhão.	07.965.721/0001-85	01/12/2011	29/02/2016	Ensino Médio	P

(1) Situação do Contrato: E=Encerrado; P=Ativo Prorrogado; A=Ativo Normal

US = Unidade de Serviço

Fonte: S-320 - Sistema Integrado de Recursos Logísticos

Apêndice 6.2 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante: Banco do Nordeste do Brasil S.A.						
UG/Gestão: não se aplica (UPC não é executora no SIAFI):						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação (1)
			Início	Fim		
2011	Contratação de 3US no serviço de Auxiliar de Manutenção Predial N I para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste nas Ags. Aracaju-Centro-SE, Salvador Comércio-BA e Salvador Pituba-BA.	09.171.533/0001-00	06/10/2011	05/04/2016	Ensino Médio	P
2011	Contratação de 1US de Motorista Executivo para a Superintendência do Banco do Nordeste, localizada em Salvador – BA.	06.234.467/0001-82	01/10/2011	30/09/2016	Ensino Médio	P
2011	Contratação de 10US de serviços, sendo: 4US de Contínuo, 5US de Copeiro e 1US de Garagista, para diversas Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado de Alagoas.	05.562.351/0001-00	01/10/2011	30/09/2016	Ensino Médio	P
2011	Contratação de 102US de Auxiliar de Arquivo para os estados de Alagoas(14US), Paraíba(20US), Pernambuco(26US), Rio Grande do Norte(21US) e Sergipe(21US).	41.305.228/0001-77	01/02/2012	31/10/2016	Ensino Médio	P
2011	Contratação de 5US de Copeiro para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado da Paraíba.	05.485.352/0001-06	01/12/2011	30/11/2016	Ensino Médio	P
2011	Contratação de 52US de Vigilância Armada Diurna para as diversas Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado do Piauí.	12.062.071/0001-06	01/12/2011	30/11/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 8US de Telefonista para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado de Sergipe.	03.807.885/0001-23	01/02/2012	31/01/2015	Ensino Médio	E

(1) Situação do Contrato: E=Encerrado; P=Ativo Prorrogado; A=Ativo Normal

US = Unidade de Serviço

Fonte: S-320 - Sistema Integrado de Recursos Logísticos

Apêndice 6.2 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante: Banco do Nordeste do Brasil S.A.						
UG/Gestão: não se aplica (UPC não é executora no SIAFI):						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação (1)
			Início	Fim		
2012	Contratação de 2US de Piloto para o Gabinete da Presidência (GAPRE).	06.234.467/0001-82	13/02/2012	12/02/2015	Ensino Médio	E
2012	Contratação de 19US de Recepcionista, para as diversas Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado de Sergipe.	03.807.885/0001-23	19/09/2012	28/02/2015	Ensino Médio	E
2012	Contratação de 7US de Copa para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no Estado do Piauí.	03.807.885/0001-23	01/11/2012	28/02/2015	Ensino Médio	E
2012	Contratação de 14US de Copeira para diversos órgãos do Banco do Nordeste no Estado de Pernambuco.	09.019.150/0001-11	01/05/2012	30/04/2015	Ensino Médio	E
2012	Contratação de 1US de Auxiliar de Manutenção Predial para a Agência de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia.	16.364.275/0001-44	01/07/2012	30/06/2015	Ensino Médio	E
2012	Contratação de 12US no serviço de Suporte a Segurança da Informação, sendo: 4US de Analistas, 4US de Especialistas e 4US de Técnico.	01.171.587/0001-64	01/08/2012	31/07/2015	Ensino Médio	E
2012	Contratação de 20US de Recepcionista para o estado do Piauí.	05.695.725/0001-65	19/09/2012	18/09/2015	Ensino Médio	E
2012	Contratação de 4US de Contínuo/Mensageiro e 1US de Porteiro/Vigia para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado de Pernambuco.	05.562.351/0001-00	01/02/2012	31/01/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 9US de Ascensorista, para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste.	07.324.645/0001-29	02/04/2012	01/04/2016	Ensino Médio	P

(1) Situação do Contrato: E=Encerrado; P=Ativo Prorrogado; A=Ativo Normal

US = Unidade de Serviço

Fonte: S-320 - Sistema Integrado de Recursos Logísticos

Apêndice 6.2 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante: Banco do Nordeste do Brasil S.A.						
UG/Gestão: não se aplica (UPC não é executora no SIAFI):						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação (1)
			Início	Fim		
2012	Contratação de 43US de Atendente Especializado de Portaria e 26US de Contínuo, para diversas unidades administrativas do Banco do Nordeste.	03.360.551/0001-54	02/04/2012	01/04/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 1US de Servente de Limpeza para a Agência do Banco do Nordeste localizada em São Paulo-SP.	06.234.467/0001-82	09/04/2012	08/04/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 45US de Carregador, para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste.	07.324.645/0001-29	09/04/2012	08/04/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 10US de Telefonista para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado de Sergipe.	05.562.351/0001-00	01/06/2012	31/05/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 2US de Contínuo, para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no município de João Pessoa no estado da Paraíba.	09.634.753/0001-23	01/06/2012	31/05/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 22US de Recepcionista para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado da Paraíba.	09.634.753/0001-23	01/06/2012	31/05/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 1US de Motorista, para a Superintendência Estadual de Minas Gerais e Espírito Santo, localizada no município de Montes Claros – MG.	09.019.150/0001-11	09/06/2012	08/06/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 1US de Motorista para a Superintendência do Banco do Nordeste, localizada no estado do Maranhão.	09.019.150/0001-11	09/06/2012	08/06/2016	Ensino Médio	P

(1) Situação do Contrato: E=Encerrado; P=Ativo Prorrogado; A=Ativo Normal

US = Unidade de Serviço

Fonte: S-320 - Sistema Integrado de Recursos Logísticos

Apêndice 6.2 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante: Banco do Nordeste do Brasil S.A.						
UG/Gestão: não se aplica (UPC não é executora no SIAFI):						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação (1)
			Início	Fim		
2012	Contratação de 1US de Motorista para a Superintendência do Banco do Nordeste, localizada no estado de Alagoas.	09.019.150/0001-11	14/11/2012	08/06/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 15US no serviço de Recepcionista, para as Unidades do Banco do Nordeste localizadas no estado do Rio Grande do Norte.	06.234.467/0001-82	19/06/2012	18/06/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 14US de Recepcionista, para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado de Minas Gerais.	06.234.467/0001-82	19/06/2012	18/06/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 26US de Recepcionista, para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado de Pernambuco.	06.234.467/0001-82	19/06/2012	18/06/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 22US de Recepcionista, para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado do Maranhão.	07.324.645/0001-29	19/06/2012	18/06/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 1US de Motorista para a Superintendência Estadual da Paraíba.	09.019.150/0001-11	16/07/2012	15/07/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 1US de Motorista para a Superintendência Estadual de Sergipe.	09.019.150/0001-11	09/08/2012	08/08/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 47US de Vigilância Armada Diurna de 44 horas semanais, para as diversas Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado de Sergipe.	02.081.574/0001-67	01/09/2012	31/08/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 12US de Recepcionista para o estado de Alagoas.	05.562.351/0001-00	19/09/2012	18/09/2016	Ensino Médio	P

(1) Situação do Contrato: E=Encerrado; P=Ativo Prorrogado; A=Ativo Normal

US = Unidade de Serviço

Fonte: S-320 - Sistema Integrado de Recursos Logísticos

Apêndice 6.2 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante: Banco do Nordeste do Brasil S.A.						
UG/Gestão: não se aplica (UPC não é executora no SIAFI):						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação (1)
			Início	Fim		
2012	Contratação de 23US no serviço de Agente de Limpeza(Limpeza/Conservação), para o Estado de Alagoas.	03.651.527/0001-74	01/10/2012	30/09/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 3US de Contínuo para o Estado de Sergipe.	09.019.150/0001-11	01/10/2012	30/09/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 1US no serviço de Motorista, para a Superintendência do Estado de Pernambuco.	09.019.150/0001-11	01/11/2012	31/10/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 127US de Vigilância Armada Diurna de 44 horas semanais e de Postos de Vigilância Armada Diurnos e Postos Noturnos de 12x36 horas, para as diversas Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado da Bahia.	05.654.919/0001-12	01/12/2012	30/11/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 2US de Vigilância Armada Diurna de 44 horas semanais, para o Estado de São Paulo.	00.332.087/0001-02	01/12/2012	30/11/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 31US de Servente (Limpeza/Conservação) para as Unidades do Banco do Nordeste localizadas no estado de Minas Gerais.	08.605.317/0001-63	01/12/2012	30/11/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 13US de Telefonista para o Estado do Piauí.	07.324.645/0001-29	03/12/2012	02/12/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 22US de Copeiro, para as Unidades do Banco do Nordeste localizadas no estado da Bahia.	02.780.863/0001-54	03/12/2012	02/12/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de 3US de Vigilância Armada Diurna de 44 horas semanais, para a Agência do Rio de Janeiro – RJ.	40.170.029/0001-36	03/12/2012	02/12/2016	Ensino Médio	P

(1) Situação do Contrato: E=Encerrado; P=Ativo Prorrogado; A=Ativo Normal

US = Unidade de Serviço

Fonte: S-320 - Sistema Integrado de Recursos Logísticos

Apêndice 6.2 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante: Banco do Nordeste do Brasil S.A.						
UG/Gestão: não se aplica (UPC não é executora no SIAFI):						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação (1)
			Início	Fim		
2012	Contratação 51US de Copeiro e 1US de Supervisor de Serviço para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado do Ceará.	06.234.467/0001-82	01/02/2012	31/01/2017	Ensino Médio	P
2013	Prestação dos serviços de arquivamento de 1US por portadora de Deficiência Síndrome de Down, na Ag. Fortaleza Aldeota BNB Clube.	07.143.845/0001-85	15/04/2013	14/04/2015	Ensino Médio	E
2013	Prestação dos serviços de Auxiliar de Arquivo, no Estado de Sergipe.	05.305.430/0001-35	21/10/2013	20/05/2015	Ensino Médio	E
2013	Contratação de 3US no serviço de Almojarife, para o Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas – CAPGV, em Fortaleza-CE.	07.188.842/0001-68	01/08/2013	31/07/2015	Ensino Médio	E
2013	Contratação de 4US de Diagramador para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado do Ceará.	01.238.482/0001-85	02/10/2013	01/09/2015	Ensino Médio	E
2013	Contratação de 38US dos serviços de Recepcionista, para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no Estado do Ceará.	02.297.586/0001-23	01/05/2013	18/09/2015	Ensino Médio	E
2013	Prestação dos serviços de Auxiliar de Arquivo, para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no Estado da Bahia.	02.780.863/0001-54	21/10/2013	20/10/2015	Ensino Médio	P
2013	Prestação dos serviços de Auxiliar de Arquivo, no Estado de Pernambuco.	05.305.430/0001-35	21/10/2013	20/10/2015	Ensino Médio	P
2013	Prestação dos serviços de Auxiliar de Arquivo, no Estado do Maranhão,	05.305.430/0001-35	21/10/2013	20/10/2015	Ensino Médio	P
2013	Prestação dos serviços de Auxiliar de Arquivo, no Estado da Paraíba.	05.305.430/0001-35	21/10/2013	20/10/2015	Ensino Médio	P

(1) Situação do Contrato: E=Encerrado; P=Ativo Prorrogado; A=Ativo Normal

US = Unidade de Serviço

Fonte: S-320 - Sistema Integrado de Recursos Logísticos

Apêndice 6.2 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante: Banco do Nordeste do Brasil S.A.						
UG/Gestão: não se aplica (UPC não é executora no SIAFI):						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação (1)
			Início	Fim		
2013	Contratação de 4US-Assistente de Produção Audiovisual. 1US-Auxiliar de Hangar. 1US-Mecânico Autos e 12US-Profissional da Informação.	01.238.482/0001-85	02/10/2013	01/11/2015	Ensino Médio	E
2013	Contratação dos serviços de Auxiliar de Arquivo, no Estado do Piauí.	02.780.863/0001-54	04/11/2013	03/11/2015	Ensino Médio	P
2013	Prestação dos serviços de Auxiliar de Arquivo em diversas unidades do Banco no Estado do Ceará.	02.780.863/0001-54	04/11/2013	03/11/2015	Ensino Médio	P
2013	Prestação dos serviços de Auxiliar de Arquivo, para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no Estado de Minas Gerais.	02.780.863/0001-54	04/11/2013	03/11/2015	Ensino Médio	P
2013	Contratação dos Serviços de Auxiliar de Arquivo para Unidades do estado de Alagoas.	05.305.430/0001-35	04/11/2013	03/11/2015	Ensino Médio	P
2013	Contratação de 1US de Motorista para a Superintendência Estadual do Piauí.	09.019.150/0001-11	01/04/2013	31/03/2016	Ensino Médio	P
2013	Contratação de 45US de Telefonista para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado da Bahia.	06.234.467/0001-82	17/06/2013	16/06/2016	Ensino Médio	P
2013	Contratação de 15US de Telefonista para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado de Minas Gerais.	06.234.467/0001-82	17/06/2013	16/06/2016	Ensino Médio	P
2013	Contratação de 21US de Telefonista para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado de Pernambuco.	06.234.467/0001-82	17/06/2013	16/06/2016	Ensino Médio	P
2013	Contratação de 1US de Motorista para a Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte.	06.234.467/0001-82	01/07/2013	30/06/2016	Ensino Médio	P

(1) Situação do Contrato: E=Encerrado; P=Ativo Prorrogado; A=Ativo Normal

US = Unidade de Serviço

Fonte: S-320 - Sistema Integrado de Recursos Logísticos

Apêndice 6.2 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante: Banco do Nordeste do Brasil S.A.						
UG/Gestão: não se aplica (UPC não é executora no SIAFI):						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação (1)
			Início	Fim		
2013	Contratação de 52US de Vigilância Armada Diurna de 44 horas semanais, para as diversas Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no estado da Paraíba.	10.446.347/0001-16	16/08/2013	15/08/2016	Ensino Médio	P
2013	Contratação de 1US de Contínuo, para a Superintendência Estadual MG/ES, localizada em Montes Claros - MG.	09.019.150/0001-11	28/10/2013	27/10/2016	Ensino Médio	P
2013	Contratação de 9US de Auxiliar de Biblioteca e 10US de Auxiliar de Estatística N I.	41.305.228/0001-77	02/10/2013	01/11/2016	Ensino Médio	P
2013	Contratação de 10US de Telefonista para o estado de Alagoas.	07.324.645/0001-29	01/05/2013	30/11/2016	Ensino Médio	P
2013	Contratação de 14US dos serviços de Telefonista, para as Unidades do Banco do Nordeste localizadas no estado da Paraíba.	05.305.430/0001-35	01/05/2013	02/12/2016	Ensino Médio	P
2013	Contratação de 32US dos serviços de Agente de limpeza, para as Unidades do Banco do Nordeste localizadas no estado de Sergipe.	05.305.430/0001-35	01/05/2013	10/12/2016	Ensino Médio	P
2013	Processo licitatório para contratação de serviços de Vigilância Armada Diurna de 44 horas semanais para as Unidades do Banco no Estado do Rio Grande do Norte com 63 US.	04.008.185/0001-31	01/01/2014	31/12/2016	Ensino Médio	P
2013	Prestação dos serviços de Vigilância Armada Diurna de 44 horas semanais, para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste localizadas no Estado do Espírito Santo.	05.040.410/0001-80	01/01/2014	31/12/2016	Ensino Médio	P

(1) Situação do Contrato: E=Encerrado; P=Ativo Prorrogado; A=Ativo Normal

US = Unidade de Serviço

Fonte: S-320 - Sistema Integrado de Recursos Logísticos

Apêndice 6.2 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante: Banco do Nordeste do Brasil S.A.						
UG/Gestão: não se aplica (UPC não é executora no SIAFI):						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação (1)
			Início	Fim		
2014	Contratação de 12US dos serviços de Vigilância Armada Diurna 44hs semanais, p/ as diversas Unids. Adm. do Banco do Nordeste localizadas no Estado de Alagoas.	11.179.264/0001-70	01/08/2014	31/01/2015	Ensino Médio	E
2014	Contratação de 1US dos serviços de Auxiliar de Arquivo, para o Estado do Rio de Janeiro.	07.188.842/0001-68	09/05/2014	08/07/2015	Ensino Médio	P
2014	Contratação de 25US de Operador de Logística para o Estado do Maranhão.	02.685.728/0001-20	01/08/2014	31/07/2015	Ensino Médio	E
2014	Contratação de 54US de Vigilância Armada Diurna de 44 horas semanais, para o Estado de Pernambuco.	09.081.459/0001-31	12/08/2014	11/08/2015	Ensino Médio	E
2014	Prestação dos serviços de Auxiliar de Arquivo no Estado do Rio de Janeiro.	07.188.842/0001-68	02/01/2014	01/01/2016	Ensino Médio	P
2014	Prestação dos serviços de Auxiliar de Arquivo no Estado de São Paulo.	07.188.842/0001-68	02/01/2014	01/01/2016	Ensino Médio	P
2014	Prestação dos serviços de Auxiliar de Arquivo no Estado do Espírito Santo - ES.	07.188.842/0001-68	02/01/2014	01/01/2016	Ensino Médio	P
2014	Prestação dos serviços de Auxiliar de Arquivo no Estado do Distrito Federal - DF.	07.188.842/0001-68	02/01/2014	01/01/2016	Ensino Médio	P
2014	Contratação de 94US dos serviços de Vigilância Armada Diurna de 44 horas semanais, para o estado do Maranhão.	05.920.248/0001-94	17/03/2014	16/03/2016	Ensino Médio	P
2014	Contratação de 24US de Telefonista, para as Unidades do Banco do Nordeste no estado do Rio Grande do Norte.	05.305.430/0001-35	17/03/2014	16/03/2016	Ensino Médio	P
2014	Contratação de 5US de Copa, para as Unidades do Banco do Nordeste no estado do Rio Grande do Norte.	09.281.162/0001-10	17/03/2014	16/03/2016	Ensino Médio	P

(1) Situação do Contrato: E=Encerrado; P=Ativo Prorrogado; A=Ativo Normal

US = Unidade de Serviço

Fonte: S-320 - Sistema Integrado de Recursos Logísticos

Apêndice 6.2 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante: Banco do Nordeste do Brasil S.A.						
UG/Gestão: não se aplica (UPC não é executora no SIAFI):						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação (1)
			Início	Fim		
2014	Contratação de 2US de Porteiro, para as Unidades do Banco do Nordeste no estado do Rio Grande do Norte.	09.281.162/0001-10	17/03/2014	16/03/2016	Ensino Médio	P
2014	Contratação de 3US de Contínuo, para as Unidades do Banco do Nordeste no estado do Rio Grande do Norte.	09.281.162/0001-10	17/03/2014	16/03/2016	Ensino Médio	P
2014	Contratação de 35US de Telefonista, para diversas Unidades do Banco do Nordeste no Estado do Ceará.	02.780.863/0001-54	01/08/2014	31/07/2016	Ensino Médio	P
2014	Contratação de 7US de Contínuo, para diversas Unidades do Banco do Nordeste no Estado da Bahia.	02.780.863/0001-54	01/08/2014	31/07/2016	Ensino Médio	P
2014	Contratação de 1US de Contínuo, para diversas Unidades do Banco do Nordeste no Estado de São Paulo.	02.780.863/0001-54	01/09/2014	31/08/2016	Ensino Médio	P
2014	Contratação de 1US de Copeira, para as unidades do Banco do Nordeste em Brasília – DF.	14.513.052/0001-76	01/09/2014	31/08/2016	Ensino Médio	P
2014	Contratação de 1US dos serviços de Copeira, para diversas Unidades do Banco do Nordeste localizadas no Estado de São Paulo.	02.780.863/0001-54	20/10/2014	19/10/2016	Ensino Médio	P
2014	Contratação de 19US de Motorista Executivo para o Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas – CAPGV e Superintendência Estadual do Ceará, em Fortaleza – CE.	05.333.566/0001-59	01/11/2014	31/10/2016	Ensino Médio	P
2014	Contratação de 53US dos serviços de Vigilância Armada Diurna de 44 horas semanais, para o Estado de Minas Gerais.	37.162.435/0001-42	08/12/2014	07/12/2016	Ensino Médio	P
2014	Contratação de 2US de Motorista Executivo, para o Gabinete da Presidência em Brasília-DF.	07.188.842/0001-68	23/01/2014	22/01/2017	Ensino Médio	P

(1) Situação do Contrato: E=Encerrado; P=Ativo Prorrogado; A=Ativo Normal

US = Unidade de Serviço

Fonte: S-320 - Sistema Integrado de Recursos Logísticos

Apêndice 6.2 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante: Banco do Nordeste do Brasil S.A.						
UG/Gestão: não se aplica (UPC não é executora no SIAFI):						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação (1)
			Início	Fim		
2014	Contratação de 51US no serviço de Vigilância Armada Diurna de 44hs semanais, para o Estado da Bahia.	05.654.919/0001-12	12/05/2014	11/02/2017	Ensino Médio	P
2014	Contratação de 1US de Contínuo e 1US de Porteiro, para o Estado do Piauí.	07.188.842/0001-68	01/03/2014	28/02/2017	Ensino Médio	P
2015	Serviços de Auxiliar de Hangar e de Mecânico de Autos, para o Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas – CAPGV, localizado em Fortaleza – CE, com a utilização de US.	07.410.659/0001-65	11/05/2015	10/08/2015	Ensino Médio	E
2015	Serviços de Vigilância Armada Diurna de 44 horas semanais, com a utilização de 35 US para as diversas Unidades do Banco localizadas no Estado de Alagoas.	17.428.731/0166-43	01/06/2015	28/11/2015	Ensino Médio	A
2015	Contratação, em caráter emergencial de 2 US de Piloto para o gabinete da presidência (GAPRE).	07.410.659/0001-65	20/07/2015	16/01/2016	Ensino Médio	A
2015	Prestação dos Serviços de Telefonista, para as unidades Administrativas do Banco no estado de Sergipe.	05.333.566/0001-59	16/03/2015	15/03/2016	Ensino Médio	A
2015	Contratação dos serviços de 12 US de Vigilância Armada Diurna de 44 horas semanais, para Unidades do Banco no Estado da Paraíba.	35.290.931/0002-37	16/03/2015	15/03/2016	Ensino Médio	A
2015	Contratação de 58 US de Recepcionista, para diversas agências do Banco no Estado do Ceará.	04.558.234/0001-00	15/04/2015	14/04/2016	Ensino Médio	A
2015	Contratação dos serviços de 7 US de Recepcionista, para Unidades do Banco no Estado do Espírito Santo.	06.982.630/0001-95	18/05/2015	17/05/2016	Ensino Médio	A

(1) Situação do Contrato: E=Encerrado; P=Ativo Prorrogado; A=Ativo Normal

US = Unidade de Serviço

Fonte: S-320 - Sistema Integrado de Recursos Logísticos

Apêndice 6.2 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante: Banco do Nordeste do Brasil S.A.						
UG/Gestão: não se aplica (UPC não é executora no SIAFI):						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação (1)
			Início	Fim		
2015	Serviços de Limpeza e Conservação, para as unidades Administrativas do Banco no Estado do Piauí, com a utilização de 45 US.	02.685.728/0001-20	17/12/2015	13/06/2016	Ensino Médio	A
2015	Serviços de Vigilância Armada Diurna de 44 horas semanais, com a utilização de 59 US para as diversas Unidades do Banco localizadas no Estado de Alagoas.	17.428.731/0166-43	29/12/2015	26/06/2016	Ensino Médio	A
2015	Prestação dos serviços de Almojarife para 8 galpões do Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas - CAPGV, em Fortaleza-CE.	02.685.728/0001-20	01/07/2015	30/06/2016	Ensino Médio	A
2015	Contratação dos serviços de Recepcionista, com a utilização de 07 (sete) unidades para o Estado de Alagoas	11.446.485/0001-68	01/07/2015	30/06/2016	Ensino Médio	A
2015	Contratação de serviços de Recepcionista, com a utilização de 09 (nove) US para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste no Estado do Maranhão.	07.965.721/0001-85	03/08/2015	02/08/2016	Ensino Médio	A
2015	Contratação de 33 US de Recepcionista para as Unidades do Banco no Estado do Piauí.	05.305.430/0001-35	03/08/2015	02/08/2016	Ensino Médio	A
2015	Serviços de Recepcionista, com a utilização de 07(sete) US para o Estado de Minas Gerais.	03.651.527/0001-74	17/08/2015	16/08/2016	Ensino Médio	A
2015	Contratação dos serviços de vigilância armada diurna de 44 horas semanais, com a utilização de 141 US, para o Estado do Pernambuco.	42.035.097/0002-07	01/10/2015	30/09/2016	Ensino Médio	A

(1) Situação do Contrato: E=Encerrado; P=Ativo Prorrogado; A=Ativo Normal

US = Unidade de Serviço

Fonte: S-320 - Sistema Integrado de Recursos Logísticos

Apêndice 6.2 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante: Banco do Nordeste do Brasil S.A.						
UG/Gestão: não se aplica (UPC não é executora no SIAFI):						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação (1)
			Início	Fim		
2015	Prestação dos serviços de Recepcionista, com a utilização de 06 (seis) US, para o Estado do Rio Grande do Norte.	05.305.430/0001-35	03/11/2015	02/11/2016	Ensino Médio	A
2015	Prestação dos serviços de Recepcionista, com a utilização de 18 US para o Estado de Pernambuco.	14.725.699/0001-61	16/11/2015	15/11/2016	Ensino Médio	A
2015	Prestação dos serviços de Recepcionista, com a utilização de US para o Estado da Bahia.	07.324.645/0001-29	02/02/2015	01/02/2017	Ensino Médio	A
2015	Contratação de 19 US de Recepcionista para diversas unidades do Estado de Sergipe.	00.323.090/0001-51	02/03/2015	01/03/2017	Ensino Médio	A
2015	Prestação dos serviços de copeiro, para as Unidades Administrativas do Banco do Nordeste no Estado do Piauí.	02.685.728/0001-20	02/03/2015	01/03/2017	Ensino Médio	A

(1) Situação do Contrato: E=Encerrado; P=Ativo Prorrogado; A=Ativo Normal

US = Unidade de Serviço

Fonte: S-320 - Sistema Integrado de Recursos Logísticos

Apêndice 6.3

Principais Sistemas de Informações

Apêndice 6.4

Principais Treinamentos TI

Apêndice 6.4 - Principais treinamentos realizados em Tecnologia da Informação no ano de 2015

Tipo Capacitação	Carga horária	Evento	Quantidade Participantes
Curso	20	(PLA) Introdução à Gestão de Projetos	3
Congresso	16	1º Encontro dos Bancos Usuários da Solução SAP	2
Congresso	8	1o. Congresso de Tecnologia e Inovação do Nordeste	5
Curso	16	Academia de Executivos - Gestão com Pessoas	1
Curso	16	Academia de Executivos - Gestão Estratégica	1
Curso	16	Academia de Executivos - Gestão Mercadológica	1
Curso	16	Academia de Executivos - Governança Corporativa	1
Curso	16	Academia de Executivos - Liderança Transformadora	1
Congresso	24	<i>Agile Brazil 2015</i>	2
Curso	20	ANÁLISE DE PONTOS DE FUNÇÃO: Medição e Estimativas de <i>Software</i>	33
Congresso	40	Arquitetura Java - <i>The Developers Conference</i>	1
Curso	28	BPM Boot Camp	1
Congresso	24	CIAB 2015 - 25º Congresso e Exp. de Tec. da Inf. das Instituições Financeiras	3
Conferência	16	Conferência Gartner de Infraestrutura, Operações e <i>Data Centers</i>	3
Conferência	16	Conferência <i>Gartner Business Intelligence, Analytics & Information Management 2015</i>	1
Congresso	8	Controle Externo em Ação: Presente e Futuro da Fiscalização de TI	1
Curso	80	Desenvolvimento de Competências Gerenciais - DCG	4
Encontro	16	Encontro de Administradores do Banco do Nordeste	8
Curso	40	Formação Java Módulo 1	58
Curso	30	GCTI - Gestão de Contratos de TI	10
Curso	32	Gerenciamento de Programas BACEN/Embaixada Britânica	1
Curso	16	Gestão de Portfólio de Projetos	8
Curso	20	Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira	4
Curso	20	Governança de TI e COBIT 5 na Administração Pública	34
Congresso	16	I Fórum IBGP de Governança de TI	1
Palestra	2	IBM DAY - <i>Analytics on z</i>	15
Palestra	2	IBM DAY - Conhecimento em tempo real	13
Palestra	2	IBM DAY - Decisão em tempo real	12
Palestra	2	IBM DAY - Modernização de Utilitários DB2, Melhorando desempenho de aplicações	7
Curso	24	IBM Systems Technical University	4
Seminário	8	II Seminário de Metodologia Ágil do SISP	1
Congresso	16	IV Congresso Cearense de Gerenciamento de Projetos	5
Curso	40	Java e Orientação a Objetos	2
Curso	40	Java para Web	2
Curso	32	JSF 2 COM SPRING	2
Curso	20	Licitações e Gestão de Contratos de TI	41
Seminário	4	Metodologia de Gerenciamento de Projetos de TI	39
Curso	40	Modalidades, Tipos e Fases da Licitação	1
Curso	24	Persistência com JPA 2 e Hibernate	2
Congresso	24	PMO SUMMIT	1

Curso	40	Programa de Gestão Avançada - PGA - 2015	1
Curso	40	Ritos de Passagem	1
Simpósio	4	Simpósio Banco do Nordeste Tecnologia da Informação 2020 - Pensando Além de Amanhã	182
Curso	40	Sistemas de Controles Internos - com ênfase no COSO	2
Congresso	32	Symposium ITxpo 2015	3
Workshop	32	System Center 2012 Configuration Manager: Concepts and Administration Introduction	1
Congresso	40	XIV - Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software (SBQS)	1

Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação – Banco do Nordeste (2016)

Apêndice 6.5

Projetos PETI 2015-2018

Apêndice 6.5 - Projetos PETI 2015-2018
Informação protegida pelo Sigilo

Objetivo Estratégico Cooperativo	Objetivo Estratégico PETI	Projeto	Orçamento Estimado (R\$ 1,00)	Orçamento Realizado (R\$ 1,00)	Situação	Prazo

Fonte: Ambiente de Governança de TI - Banco do Nordeste (2016).

Apêndice 6.6

Projetos COTEC

Apêndice 6.6 - Projetos do COTEC

Informação protegida pelo Sigilo

No.	PROJETO	Objetivo Estratégico Corporativo	Orçamento Estimado (R\$ 1,00)	Orçamento Realizado (R\$ 1,00)	Situação	Prazo
		•				
		•				
		•				

Fonte: Ambiente de Governança de TI - Banco do Nordeste (2016).

Apêndice 7.1

Relatório de Aplicação de Depósitos Especiais do FAT - 2015

ANEXO II



DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES DO FAT - EXERCÍCIO 2015



D A F - BNB

Referência: Exercício de 2015

Em reais

Contas		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo
1	A T I V O				
1.1	CIRCULANTE				
1.1.2	DEPOSITOS ESPECIAIS - Lei n.º 8.352/91				
1.1.2.2	BANCO DO NORDESTE				
1.1.2.2.1	RECURSOS DISPONÍVEIS				
1.1.2.2.1.01	PROGER URBANO				
1.1.2.2.1.01.11.01	PROGER Urbano - Investimento Urbano - TADE nº 17/2006 - BNB	4.945.214,55	10.926.300,97	12.926.088,35	2.945.427,17
1.1.2.2.1.01.11.02	PROGER Urbano - Capital de Giro - TADE nº XX/200X - BNB				
1.1.2.2.1.01.11.10	PROGER Urbano - FAT Empreendedor Popular - TADE nº XX/200X - BNB				
1.1.2.2.1.01.11.11	PROGER Urbano - PROGER Exportação - TADE nº XX/200X - BNB				
1.1.2.2.1.20	PROGER RURAL				
1.1.2.2.1.20.05.03	PROGER Rural - Investimento Rural - TADE nº 02/2007 - BNB	-	-	-	-
1.1.2.2.1.20.05.04	PROGER Rural - Custeio Rural - TADE nº 20/2006 - BNB	-	-	-	-
1.1.2.2.1.30	PRONAF				
1.1.2.2.1.30.05.03	PRONAF - Investimento Rural - TADE nº 19/2006 - BNB	-	-	-	-
1.1.2.2.1.30.05.04	PRONAF - Custeio Rural - TADE nº 01/2007 - BNB	-	-	-	-
1.1.2.2.1.70	SETOR RURAL				
1.1.2.2.1.70.02.03	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Investimento Rural - TADE nº 16/2006 - BNB	-	-	-	-
1.1.2.2.1.70.02.04	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Custeio Rural - TADE nº XX/200X - BNB				
1.1.2.2.1.70.02.05	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Sem Vinculação - TADE nº XX/200X - BNB				
1.1.2.2.1.76	PROTRABALHO				
1.1.2.2.1.76.04.05	PROTRABALHO - Sem Vinculação - TADE nº 04/2007 - BNB	481.661,57	21.076.015,88	20.275.765,60	1.281.911,85
1.1.2.2.1.87	FAT INFRA ESTRUTURA				
1.1.2.2.1.87.01.16	FAT Infra Estrutura - Insumos Básicos e Bens de Capital - TADE nº XX/200X - BNB				
1.1.2.2.1.87.01.17	FAT Infra Estrutura - Infra Estrutura Econômica - TADE nº 18/2006 - BNB	26.128.953,69	49.200.210,52	49.508.677,79	25.820.486,42
1.1.2.2.1.93	FAT PNMPO				
1.1.2.2.1.93.01.05	FAT PNMPO - Sem Vinculação - TADE nº 01/2010 - BNB	3.206.608,51	348.530.350,27	343.852.341,15	7.884.617,63
1.1.2.2.2	RECURSOS APLICADOS				
1.1.2.2.2.01	PROGER URBANO				
1.1.2.2.2.01.11.01	PROGER Urbano - Investimento Urbano - TADE nº 17/2006 - BNB	26.690.182,03	1.360.370,33	10.475.110,19	17.575.442,17
1.1.2.2.2.01.11.02	PROGER Urbano - Capital de Giro - TADE nº XX/200X - BNB				
1.1.2.2.2.01.11.10	PROGER Urbano - FAT Empreendedor Popular - TADE nº XX/200X - BNB				
1.1.2.2.2.01.11.11	PROGER Urbano - PROGER Exportação - TADE nº XX/200X - BNB				
1.1.2.2.2.20	PROGER RURAL				
1.1.2.2.2.20.05.03	PROGER Rural - Investimento Rural - TADE nº 02/2007 - BNB	-	-	-	-
1.1.2.2.2.20.05.04	PROGER Rural - Custeio Rural - TADE nº 20/2006 - BNB	-	-	-	-
1.1.2.2.2.30	PRONAF				
1.1.2.2.2.30.05.03	PRONAF - Investimento Rural - TADE nº 19/2006 - BNB	-	-	-	-
1.1.2.2.2.30.05.04	PRONAF - Custeio Rural - TADE nº 01/2007 - BNB	-	-	-	-
1.1.2.2.2.70	SETOR RURAL				
1.1.2.2.2.70.02.03	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Investimento Rural - TADE nº 16/2006 - BNB	-	-	-	-
1.1.2.2.2.70.02.04	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Custeio Rural - TADE nº XX/200X - BNB				
1.1.2.2.2.70.02.05	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Sem Vinculação - TADE nº XX/200X - BNB				
1.1.2.2.2.76	PROTRABALHO				
1.1.2.2.2.76.04.05	PROTRABALHO - Sem Vinculação - TADE nº 04/2007 - BNB	91.214.558,92	5.015.042,73	21.041.310,33	75.188.291,32
1.1.2.2.2.87	FAT INFRA ESTRUTURA				
1.1.2.2.2.87.01.16	FAT Infra Estrutura - Insumos Básicos e Bens de Capital - TADE nº XX/200X - BNB				
1.1.2.2.2.87.01.17	FAT Infra Estrutura - Infra Estrutura Econômica - TADE nº 18/2006 - BNB	137.007.637,09	7.089.948,01	46.029.625,42	98.067.959,68
1.1.2.2.2.93	FAT PNMPO				
1.1.2.2.2.93.01.05	FAT PNMPO - Sem Vinculação - TADE nº 01/2010 - BNB	130.729.953,84	320.827.083,88	347.956.922,23	103.600.115,49
TOTAL ATIVO		420.404.770,20	764.025.322,59	852.065.841,06	332.364.251,73

Data de Emissão: 19/01/2016

Assinatura: _____

ANEXO II



DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES DO FAT - EXERCÍCIO 2015



D A F - BNB

Referência: Exercício de 2015

Em reais

Contas		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo
2	PASSIVO				
2.4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
2.4.2	APLICAÇÕES DO FAT EM DEPÓSITOS ESPECIAIS - Lei n.º 8.352/91				
2.4.2.2	BANCO DO NORDESTE				
2.4.2.2.1	DEPÓSITOS REALIZADOS				
2.4.2.2.1.01	PROGER URBANO				
2.4.2.2.1.01.11.01	PROGER Urbano - Investimento Urbano - TADE nº 17/2006 - BNB	160.343.889,19		-	160.343.889,19
2.4.2.2.1.01.11.02	PROGER Urbano - Capital de Giro - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.1.01.11.10	PROGER Urbano - FAT Empreendedor Popular - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.1.01.11.11	PROGER Urbano - PROGER Exportação - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.1.20	PROGER RURAL				
2.4.2.2.1.20.05.03	PROGER Rural - Investimento Rural - TADE nº 02/2007 - BNB	-		-	-
2.4.2.2.1.20.05.04	PROGER Rural - Custeio Rural - TADE nº 20/2006 - BNB	-		-	-
2.4.2.2.1.30	PRONAF				
2.4.2.2.1.30.05.03	PRONAF - Investimento Rural - TADE nº 19/2006 - BNB	-		-	-
2.4.2.2.1.30.05.04	PRONAF - Custeio Rural - TADE nº 01/2007 - BNB	-		-	-
2.4.2.2.1.70	SETOR RURAL				
2.4.2.2.1.70.02.03	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Investimento Rural - TADE nº 16/2006 - BNB	-		-	-
2.4.2.2.1.70.02.04	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Custeio Rural - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.1.70.02.05	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Sem Vinculação - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.1.76	PROTRABALHO				
2.4.2.2.1.76.04.05	PROTRABALHO - Sem Vinculação - TADE nº 04/2007 - BNB	371.756.083,83		-	371.756.083,83
2.4.2.2.1.87	FAT INFRA ESTRUTURA				
2.4.2.2.1.87.01.16	FAT Infra Estrutura - Insumos Básicos e Bens de Capital - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.1.87.01.17	FAT Infra Estrutura - Infra Estrutura Econômica - TADE nº 18/2006 - BNB	487.000.000,00		-	487.000.000,00
2.4.2.2.1.93	FAT PNMPO				
2.4.2.2.1.93.01.05	FAT PNMPO - Sem Vinculação - TADE nº 01/2010 - BNB	230.000.000,00		-	230.000.000,00
2.4.2.2.2	REEMBOLSO DE DEPÓSITOS REALIZADOS				
2.4.2.2.2.01	PROGER URBANO				
2.4.2.2.2.01.11.01	PROGER Urbano - Investimento Urbano - TADE nº 17/2006 - BNB	128.860.639,87	11.091.921,40		139.952.561,27
2.4.2.2.2.01.11.02	PROGER Urbano - Capital de Giro - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.2.01.11.10	PROGER Urbano - FAT Empreendedor Popular - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.2.01.11.11	PROGER Urbano - PROGER Exportação - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.2.20	PROGER RURAL				
2.4.2.2.2.20.05.03	PROGER Rural - Investimento Rural - TADE nº 02/2007 - BNB	-	-		-
2.4.2.2.2.20.05.04	PROGER Rural - Custeio Rural - TADE nº 20/2006 - BNB	-	-		-
2.4.2.2.2.30	PRONAF				
2.4.2.2.2.30.05.03	PRONAF - Investimento Rural - TADE nº 19/2006 - BNB	-	-		-
2.4.2.2.2.30.05.04	PRONAF - Custeio Rural - TADE nº 01/2007 - BNB	-	-		-
2.4.2.2.2.70	SETOR RURAL				
2.4.2.2.2.70.02.03	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Investimento Rural - TADE nº 16/2006 - BNB	-	-		-
2.4.2.2.2.70.02.04	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Custeio Rural - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.2.70.02.05	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Sem Vinculação - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.2.76	PROTRABALHO				
2.4.2.2.2.76.04.05	PROTRABALHO - Sem Vinculação - TADE nº 04/2007 - BNB	280.443.442,67	15.287.025,12		295.730.467,79
2.4.2.2.2.87	FAT INFRA ESTRUTURA				
2.4.2.2.2.87.01.16	FAT Infra Estrutura - Insumos Básicos e Bens de Capital - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.2.87.01.17	FAT Infra Estrutura - Infra Estrutura Econômica - TADE nº 18/2006 - BNB	324.687.310,57	39.286.626,87		363.973.937,44
2.4.2.2.2.93	FAT PNMPO				
2.4.2.2.2.93.01.05	FAT PNMPO - Sem Vinculação - TADE nº 01/2010 - BNB	96.644.110,72	22.551.108,09		119.195.218,81

ANEXO II



DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES DO FAT - EXERCÍCIO 2015



D A F - BNB

Referência: Exercício de 2015

Em reais

Contas		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo
2.4.2.2.3	RESULTADO DE REMUNERAÇÃO				
2.4.2.2.3.01	PROGER URBANO				
2.4.2.2.3.01.11.01	PROGER Urbano - Investimento Urbano - TADE nº 17/2006 - BNB	30.988.137,88		1.751.421,11	32.739.558,99
2.4.2.2.3.01.11.02	PROGER Urbano - Capital de Giro - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.3.01.11.10	PROGER Urbano - FAT Empreendedor Popular - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.3.01.11.11	PROGER Urbano - PROGER Exportação - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.3.20	PROGER RURAL				
2.4.2.2.3.20.05.03	PROGER Rural - Investimento Rural - TADE nº 02/2007 - BNB	-		-	-
2.4.2.2.3.20.05.04	PROGER Rural - Custeio Rural - TADE nº 20/2006 - BNB	-		-	-
2.4.2.2.3.30	PRONAF				
2.4.2.2.3.30.05.03	PRONAF - Investimento Rural - TADE nº 19/2006 - BNB	-		-	-
2.4.2.2.3.30.05.04	PRONAF - Custeio Rural - TADE nº 01/2007 - BNB	-		-	-
2.4.2.2.3.70	SETOR RURAL				
2.4.2.2.3.70.02.03	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Investimento Rural - TADE nº 16/2006 - BNB	-		-	-
2.4.2.2.3.70.02.04	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Custeio Rural - TADE nº XX/200X - BNB				-
2.4.2.2.3.70.02.05	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Sem Vinculação - TADE nº XX/200X - BNB				-
2.4.2.2.3.76	PROTRABALHO				
2.4.2.2.3.76.04.05	PROTRABALHO - Sem Vinculação - TADE nº 04/2007 - BNB	89.740.252,24		5.049.748,28	94.790.000,52
2.4.2.2.3.87	FAT INFRA ESTRUTURA				
2.4.2.2.3.87.01.16	FAT Infra Estrutura - Insumos Básicos e Bens de Capital - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.3.87.01.17	FAT Infra Estrutura - Infra Estrutura Econômica - TADE nº 18/2006 - BNB	77.201.278,66		10.260.533,11	87.461.811,77
2.4.2.2.3.93	FAT PNMPO				
2.4.2.2.3.93.01.05	FAT PNMPO - Sem Vinculação - TADE nº 01/2010 - BNB	27.378.214,88		7.641.167,01	35.019.381,89
2.4.2.2.4	REMUNERAÇÕES RECOLHIDAS				
2.4.2.2.4.01	PROGER URBANO				
2.4.2.2.4.01.11.01	PROGER Urbano - Investimento Urbano - TADE nº 17/2006 - BNB	30.835.990,62	1.774.026,95		32.610.017,57
2.4.2.2.4.01.11.02	PROGER Urbano - Capital de Giro - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.4.01.11.10	PROGER Urbano - FAT Empreendedor Popular - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.4.01.11.11	PROGER Urbano - PROGER Exportação - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.4.20	PROGER RURAL				
2.4.2.2.4.20.05.03	PROGER Rural - Investimento Rural - TADE nº 02/2007 - BNB	-	-		-
2.4.2.2.4.20.05.04	PROGER Rural - Custeio Rural - TADE nº 20/2006 - BNB	-	-		-
2.4.2.2.4.30	PRONAF				
2.4.2.2.4.30.05.03	PRONAF - Investimento Rural - TADE nº 19/2006 - BNB	-	-		-
2.4.2.2.4.30.05.04	PRONAF - Custeio Rural - TADE nº 01/2007 - BNB	-	-		-
2.4.2.2.4.70	SETOR RURAL				
2.4.2.2.4.70.02.03	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Investimento Rural - TADE nº 16/2006 - BNB	-	-		-
2.4.2.2.4.70.02.04	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Custeio Rural - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.4.70.02.05	SETOR RURAL - FAT Estiagem - Sem Vinculação - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.4.76	PROTRABALHO				
2.4.2.2.4.76.04.05	PROTRABALHO - Sem Vinculação - TADE nº 04/2007 - BNB	89.356.672,91	4.988.740,48		94.345.413,39
2.4.2.2.4.87	FAT INFRA ESTRUTURA				
2.4.2.2.4.87.01.16	FAT Infra Estrutura - Insumos Básicos e Bens de Capital - TADE nº XX/200X - BNB				
2.4.2.2.4.87.01.17	FAT Infra Estrutura - Infra Estrutura Econômica - TADE nº 18/2006 - BNB	76.377.377,31	10.222.050,92		86.599.428,23
2.4.2.2.4.93	FAT PNMPO				
2.4.2.2.4.93.01.05	FAT PNMPO - Sem Vinculação - TADE nº 01/2010 - BNB	26.797.541,81	7.541.888,15		34.339.429,96
TOTAL PASSIVO		420.404.770,20	112.743.387,98	24.702.869,51	332.364.251,73
ATIVO - PASSIVO		-	876.768.710,57	876.768.710,57	-

Data de Emissão: 19/01/2016

Assinatura: _____



RELATÓRIO DA APLICAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS DO
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - RADE
EXERCÍCIO DE 2015

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

FEVEREIRO - 2016

SUMÁRIO

	PÁGINA
INTRODUÇÃO	002
CAPÍTULO 1 - ROL DE RESPONSÁVEIS DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	004
CAPÍTULO 2 - DEMONSTRATIVO CONTÁBIL: USOS E FONTES	014
CAPÍTULO 3 - DEMONSTRATIVO FINANCEIRO: MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS DO FAT	015
CAPÍTULO 4 - DEMONSTRATIVO OPERACIONAL: RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS	016
CAPÍTULO 5 - DEMONSTRATIVO OPERACIONAL: RESUMO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS	020
CONCLUSÃO	022

INTRODUÇÃO

O Relatório da Aplicação de Depósitos Especiais do FAT - RADE do exercício de 2015 foi elaborado de acordo com as disposições da Resolução/CODEFAT nº. 680, de 15 de dezembro de 2011, em cumprimento à Portaria Interministerial MF/MTE/MDIC/MCT nº. 367, de 20 de outubro de 2000.

O Banco do Nordeste do Brasil - BNB, em sua missão de atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável, contribui para a democratização do acesso ao crédito, para o aumento da competitividade da economia nordestina e para uma melhor qualidade de vida da população, contando, para isso, com a participação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Em 2015, alinhado à sua estratégia de diversificar as fontes de financiamento, o BNB aplicou, com a fonte de recursos do FAT, R\$ 313,76 milhões no atendimento a empreendimentos no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, registrando um decréscimo de 4,66% em relação ao ano anterior.

Na perspectiva espacial, considerando a participação por unidade federativa nas contratações do Banco do Nordeste com os recursos do FAT em 2015, sobressaíram-se Ceará (29,21%), Paraíba (14,96%), Bahia (13,58%), Pernambuco (8,27%) e Alagoas (7,64%).

Setorialmente, apresenta-se destaque para as aplicações destinadas a Comércio e Serviços, que foi responsável por 98,90% (ou R\$ 310,30 milhões) das aplicações totais, reflexo da crescente participação desse setor na economia nordestina. O percentual restante, de 1,10% (ou R\$ 3,46 milhões), foi absorvido pelo setor da Indústria.

Registra-se que os recursos aplicados em 2015 foram oriundos de reaplicações dos reembolsos dos créditos, não tendo sido efetivada alocação de novos recursos do FAT para aplicação pelo BNB naquele exercício, em decorrência de circunstâncias específicas de gestão de recursos pelo Conselho Deliberativo do FAT.

Para 2016, o Banco do Nordeste continuará o processo de negociação com o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) visando à retomada do fluxo de novos recursos do FAT para o PNMPO e PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda e, assim, contribuir para o atendimento da demanda por investimento produtivo, gerando emprego e renda na Região.

CAPÍTULO 1
ROL DE RESPONSÁVEIS
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - DIRETORIA EXECUTIVA

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso I da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Dirigente máximo da Instituição.				
AGENTE: NELSON ANTONIO DE SOUZA			CPF: 153.095.253-00	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: SQSW 306 Bloco Ap. 123 - SUDOESTE			E-mail: vihab@caixa.com.br	
MUNICÍPIO: BRASÍLIA	CEP: 70673-431	UF: DF	FONE: (61) 3206.9814	FAX: Nihil
CARGO OU FUNÇÃO: Presidente				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
01/07/2014	DOU nº 123º e 462ª RCA (Efetivo)	04/05/2015	DOU nº 82	01/01/2015 a 04/05/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso I da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Dirigente máximo da Instituição.				
AGENTE: MANOEL LUCENA DOS SANTOS			CPF: 098.282.304-53	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Conselheiro Alvaro de Oliveira, nº 865			E-mail: lucena@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60455-555	UF: CE	FONE: (85) 3299.3540	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Presidente Interino				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
25/05/2015	RCA nº 494	-	-	04/05/2015 a 07/05/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso I da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Dirigente máximo da Instituição.				
AGENTE: MARCOS COSTA HOLANDA			CPF: 142.124.393-87	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Senador Machado, 185, Ap. 1302, Mucuripe			Email: marcosholanda@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60.165-170	UF: CE	FONE: (85) 3032-6941	FAX: (85) 3299.3674
CARGO OU FUNÇÃO: Presidente				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
04/05/2015	DOU nº 82	-	-	07/05/2015 a 31/12/2015
25/05/2015	RCA nº 494			

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso I da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Dirigente máximo da Instituição.				
AGENTE: MANOEL LUCENA DOS SANTOS			CPF: 098.282.304-53	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Conselheiro Alvaro de Oliveira, nº 865			E-mail: lucena@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60455-555	UF: CE	FONE: (85) 3299.3540	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Presidente em exercício				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
18/05/2015	nº RP 0879ª	-	-	20/05/2015 a 24/05/2015

CAPÍTULO 1
ROL DE RESPONSÁVEIS
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - DIRETORIA EXECUTIVA

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso I da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Dirigente máximo da Instituição.				
AGENTE: MANOEL LUCENA DOS SANTOS			CPF: 098.282.304-53	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Conselheiro Alvaro de Oliveira, nº 865			E-mail: lucena@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60455-555	UF: CE	FONE: (85) 3299.3540	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Presidente em exercício				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
21/08/2015	nº RP 0885ª	-	-	02/09/2015 a 09/09/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso I da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Dirigente máximo da Instituição.				
AGENTE: ISAIAS MATOS DANTAS			CPF: 061.872.185-15	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Cel. João Augusto Lima, nº 90 - Ap.401 - Edson Queiroz			Email: isdantas@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60810-321	UF: CE	FONE: (85) 4008-5830	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Presidente em exercício				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
05/10/2015	Nº RP/0887	-	-	06/10/2015 a 12/10/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso I da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Dirigente máximo da Instituição.				
AGENTE: MANOEL LUCENA DOS SANTOS			CPF: 098.282.304-53	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Conselheiro Alvaro de Oliveira, nº 865			E-mail: lucena@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60455-555	UF: CE	FONE: (85) 3299.3540	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Presidente em exercício				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
16/11/2015	nº RP 0889ª	-	-	17/11/2015 a 30/11/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso I da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Dirigente máximo da Instituição.				
AGENTE: MANOEL LUCENA DOS SANTOS			CPF: 098.282.304-53	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Conselheiro Alvaro de Oliveira, nº 865			E-mail: lucena@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60455-555	UF: CE	FONE: (85) 3299.3540	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Presidente em exercício				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
04/12/2015	nº RP 0890ª	-	-	06/12/2015 a 08/12/2015

CAPÍTULO 1
ROL DE RESPONSÁVEIS
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - DIRETORIA EXECUTIVA

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso I da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Dirigente máximo da Instituição.				
AGENTE: MANOEL LUCENA DOS SANTOS			CPF: 098.282.304-53	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Conselheiro Alvaro de Oliveira, nº 865			E-mail: lucena@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60455-555	UF: CE	FONE: (85) 3299.3540	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Presidente em exercício				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
09/12/2015	nº RP 0891ª	-	-	09/12/2015 a 10/12/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso II da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Membro da Diretoria.				
AGENTE: MANOEL LUCENA DOS SANTOS			CPF: 098.282.304-53	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Conselheiro Alvaro de Oliveira, nº 865			E-mail: lucena@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60455-555	UF: CE	FONE: (85) 3299.3540	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Diretor de Controle e Risco				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
20/06/2012	RCA nº 397ª	-	-	01/01/2015 a 31/12/2015
26/06/2012	(Termo de Posse)			

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso II da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Membro da Diretoria.				
AGENTE: ISAIAS MATOS DANTAS			CPF: 061.872.185-15	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Cel. João Augusto Lima, nº 90 - Ap.401 - Edson Queiroz			Email: idantas@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60810-321	UF: CE	FONE: (85) 4008-5830	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Diretor de Controle e Risco (acumulando funções)				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
22/06/2015	Nº RP 0880	-	-	22/06/2015 a 12/07/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso II da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Membro da Diretoria.				
AGENTE: PAULO SÉRGIO REBOUÇAS FERRARO			CPF: 211.556.905-91	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Passárgada, 584, Casa 83 - Itapuã - Condomínio Quatro Rodas, Edifício Angra - Mucuripe			E-mail: ferrarobahia@gmail.com	
MUNICÍPIO: SALVADOR	CEP: 41620-430	UF: BA	FONE: (71) 3374.9147	FAX: Nihil
CARGO OU FUNÇÃO: Diretor de Negócios				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
27/08/2014	RCA nº 471ª	25/05/2015	RCA nº 494	01/01/2015 a 25/05/2015

CAPÍTULO 1
ROL DE RESPONSÁVEIS
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - DIRETORIA EXECUTIVA

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso II da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Membro da Diretoria.				
AGENTE: ISAIAS MATOS DANTAS			CPF: 061.872.185-15	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Cel. João Augusto Lima, nº 90 - Ap.401 - Edson Queiroz			Email: idantas@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60810-321	UF: CE	FONE: (85) 4008-5830	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Diretor de Negócios (acumulando funções)				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
29/12/2014	Nº RP 0869	-	-	01/01/2015 a 07/01/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso II da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Membro da Diretoria.				
AGENTE: ISAIAS MATOS DANTAS			CPF: 061.872.185-15	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Cel. João Augusto Lima, nº 90 - Ap.401 - Edson Queiroz			Email: idantas@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60810-321	UF: CE	FONE: (85) 4008-5830	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Diretor de Negócios (acumulando funções)				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
25/05/2015	RCA nº 494ª	-	-	25/05/2015 a 03/08/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso II da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Membro da Diretoria.				
AGENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS SOARES			CPF: 011.229.083-34	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua João Brígido nº 1020 - Ap. 402 - Joaquim Távora			E-mail: fcsoares@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60135-080	UF: CE	FONE: (85) 3088.3679	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Diretor de Negócios (acumulando funções)				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
22/06/2015	Nº RP/0880	-	-	22/06/2015 a 12/07/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso II da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Membro da Diretoria.				
AGENTE: WANGER ANTONIO DE ALENCAR ROCHA			CPF: 259.750.054-34	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Joaquim Nabuco, 133 - Meireles			E-mail: wanger@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60.125-120	UF: CE	FONE: (85) 3299-3093	FAX: (85) 3299-3565
CARGO OU FUNÇÃO: Diretor de Negócios				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
27/07/2015	RCA nº 498º de 27/07/2014	-	-	03/08/2015 a 31/12/2015
03/08/2015	Termo de Posse	-	-	

CAPÍTULO 1
ROL DE RESPONSÁVEIS
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - DIRETORIA EXECUTIVA

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso II da IN Nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Membro da Diretoria.				
AGENTE: ROMILDO CARNEIRO ROLIM			CPF: 264.904.043-20	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rodovia CE 040, Quadra 11, Lote 20 nº 700			E-mail: romildorolim@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: EUSÉBIO	CEP: 61760-908	UF: CE	FONE: (85) 3111.0690	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Diretor Financeiro e de Crédito.				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
16/07/2014	RCA nº 466ª	-	-	01/01/2015 a 31/12/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso II da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Membro da Diretoria.				
AGENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS SOARES			CPF: 011.229.083-34	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua João Brígido nº 1020 - Ap. 402 - Joaquim Távora			E-mail: fcsoares@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60135-080	UF: CE	FONE: (85) 3088.3679	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Diretor Financeiro e de Crédito (acumulando funções)				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
05/08/2015	nº RP/0882-A	-	-	27/07/2015 a 04/08/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso II da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Membro da Diretoria.				
AGENTE: ISAIAS MATOS DANTAS			CPF: 061.872.185-15	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Cel. João Augusto Lima, nº 90 - Ap.401 - Edson Queiroz			Email: idantas@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60810-321	UF: CE	FONE: (85) 4008-5830	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Diretor de Administração e TI				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
01/07/2014	RCA nº 462ª	-	-	01/01/2015 a 31/12/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso I da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Dirigente máximo da Instituição.				
AGENTE: MANOEL LUCENA DOS SANTOS			CPF: 098.282.304-53	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Conselheiro Álvaro de Oliveira, nº 865			E-mail: lucena@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60455-555	UF: CE	FONE: (85) 3299.3540	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Diretor de Administração e TI (acumulando funções)				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
06/02/2015	nº RP 0873	-	-	09/02/2015 a 13/02/2015

CAPÍTULO 1
ROL DE RESPONSÁVEIS
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - DIRETORIA EXECUTIVA

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso II da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Membro da Diretoria.				
AGENTE: MANOEL LUCENA DOS SANTOS			CPF: 098.282.304-53	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Conselheiro Alvaro de Oliveira, nº 865			E-mail: lucena@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60455-555	UF: CE	FONE: (85) 3299.3540	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Diretor de Administração e TI (acumulando funções)				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
06/08/2015	nº RP 0884ª	-	-	06/08/2015 a 20/08/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso II da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Membro da Diretoria.				
AGENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS SOARES			CPF: 011.229.083-34	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua João Brígido nº 1020 - Ap. 402 - Joaquim Távora			E-mail: fcsoares@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60135-080	UF: CE	FONE: (85) 3088.3679	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Diretor de Desenvolvimento Sustentável				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
01/07/2014	RCA nº 462ª	-	-	01/01/2015 a 31/12/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso II da IN Nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Membro da Diretoria.				
AGENTE: ROMILDO CARNEIRO ROLIM			CPF: 264.904.043-20	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rodovia CE 040, Quadra 11, Lote 20 nº 700			E-mail: romildorolim@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: EUSÉBIO	CEP: 61760-908	UF: CE	FONE: (85) 3111.0690	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Diretor de Desenvolvimento Sustentável (acumulando funções)				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
28/09/2015	Nº RP/0886	-	-	28/09/2015 A 09/10/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso II da IN Nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Membro da Diretoria.				
AGENTE: LUIZ CARLOS EVERTON DE FARIAS			CPF: 849.845.548-00	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Senador Machado, 185 - Ap. 201 - Aldeota			E-mail: lcarlos@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60338-030	UF: CE	FONE: (85) 3263.4654	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Diretor de Ativos de Terceiros.				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
20/06/2012	RCA nº 397ª (recondução)	-	-	01/01/2015 a 31/12/2015

Visto:

MAGNO VALENÇA DE BARROS
Chefe do Gabinete da Presidência em exercício

MARCOS COSTA HOLANDA
Presidente

CAPÍTULO 1
ROL DE RESPONSÁVEIS
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Art. 10 da IN Nº 63 do TCU, de 1/9/2010. Membro do Conselho de Administração (Inciso III).				
AGENTE: DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA			CPF: 768.643.671-34	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: SQN 316, Bloco "F", Ap. 107 - Asa Norte			Email: diogo.henrique@planejamento.gov.br	
MUNICÍPIO: BRASILIA	CEP: 70775-060	UF: DF	FONE: (61)3412-2400	FAX: (61)3412-1824
CARGO OU FUNÇÃO: Presidente do Conselho de Administração				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
28/03/2014	61ª AGO	10/04/2015	492ª RCA	01/01/2015 a 10/04/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Art. 10 da IN Nº 63 do TCU, de 1/9/2010. Membro do Conselho de Administração (Inciso III).				
AGENTE: ARIOSTO ANTUNES CULAU			CPF: 579.835.000-25	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Quadra CLSW 101, Bloco B, Ap. 128, Sudoeste			Email: ariosto.culau@fazenda.gov.br	
MUNICÍPIO: BRASÍLIA	CEP: 70.670-502	UF: DF	FONE: (61) 3412-1895	FAX: (61) 9114-2134
CARGO OU FUNÇÃO: Presidente do Conselho de Administração				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
10/04/2015	492ª RCA	-	-	10/04/2015 a 31/12/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Art. 10 da IN Nº 63 do TCU, de 1/9/2010. Membro do Conselho de Administração (Inciso III).				
AGENTE: NELSON ANTONIO DE SOUZA			CPF: 153.095.253-00	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: SQSW 306 Bloco Ap. 123 - SUDOESTE			E-mail: yihab@caixa.com.br	
MUNICÍPIO: BRASÍLIA	CEP: 70673-431	UF: DF	FONE: (61) 3206.9814	FAX: Nihil
CARGO OU FUNÇÃO: Membro do Conselho de Administração (membro nato)				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
01/07/2014	462ª RCA (Efetivo)	03/04/2014	455ª RCA (Interino)	01/01/2015 a 25/05/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Art. 10 da IN Nº 63 do TCU, de 1/9/2010. Membro do Conselho de Administração (Inciso III).				
AGENTE: MARCOS COSTA HOLANDA			CPF: 142.124.393-87	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Senador Machado, 185, Ap. 1302, Mucuripe			Email: marcosholanda@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60.165-170	UF: CE	FONE: (85) 3032-6941	FAX: (85) 3299.3674
CARGO OU FUNÇÃO: Membro do Conselho de Administração (membro nato)				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
25/05/2015	494ª RCA	-	-	25/05/2015 a 31/12/2015

CAPÍTULO 1
ROL DE RESPONSÁVEIS
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Art. 10 da IN Nº 63 do TCU, de 1/9/2010. Membro do Conselho de Administração (Inciso III).				
AGENTE: DEMETRIUS FERREIRA E CRUZ			CPF: 248.680.188-09	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: SHIGS Quadra 704, Bloco O, Casa 27, Asa Sul			Email: demetrius.cruz@fazenda.gov.br	
MUNICÍPIO: BRASÍLIA	CEP: 70331-765	UF: DF	FONE: (61) 3412-2535	FAX: (61) 3412-1787
CARGO OU FUNÇÃO: Membro do Conselho de Administração				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
01/04/2011	58ª AGO	10/04/2015	492ª RCA	01/01/2015 a 10/04/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Art. 10 da IN Nº 63 do TCU, de 1/9/2010. Membro do Conselho de Administração (Inciso III).				
AGENTE: CLÁUDIA APARECIDA DE SOUZA TRINDADE			CPF: 614.738.809-63	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Quadra SQN 313, Bl. J, Ap. 105, Asa Norte			Email: claudia.trindade@pgfn.gov.br	
MUNICÍPIO: BRASÍLIA	CEP: 70.766-100	UF: DF	FONE: (61) 2025-4800	FAX: (61) 8115-0743
CARGO OU FUNÇÃO: Membro do Conselho de Administração				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
10/04/2015	492ª RCA	-	-	10/04/2015 a 31/12/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Art. 10 da IN Nº 63 do TCU, de 1/9/2010. Membro do Conselho de Administração (Inciso III).				
AGENTE: MARTIM RAMOS CAVALCANTI			CPF: 835.779.201-49	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: SHIN QI 11 CJ 08 Lt 11			Email: martim.cavalcanti@planejamento.gov.br	
MUNICÍPIO: BRASÍLIA	CEP: 71515-780	UF: DF	FONE: (61) 2020-4070	FAX: (61) 2020-5004
CARGO OU FUNÇÃO: Membro do Conselho de Administração				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
28/03/2014	61ª AGO	25/05/2015	494ª RCA	01/01/2015 a 25/05/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Art. 10 da IN Nº 63 do TCU, de 1/9/2010. Membro do Conselho de Administração (Inciso III).				
AGENTE: ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR			CPF: 702.512.311-00	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Quadra SQN 112, Bl. G, Ap. 504			Email: arnaldo.lima@planejamento.gov.br	
MUNICÍPIO: BRASÍLIA	CEP: 70.762-070	UF: DF	FONE: (61) 2020-4070	FAX: (61) 9943-0833
CARGO OU FUNÇÃO: Membro do Conselho de Administração				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
25/05/2015	494ª RCA	-	-	25/05/2015 A 31/12/2015

CAPÍTULO 1
ROL DE RESPONSÁVEIS
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Art. 10 da IN Nº 63 do TCU, de 1/9/2010. Membro do Conselho de Administração (Inciso III).				
AGENTE: ZILANA MELO RIBEIRO			CPF: 162.836.353-34	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Caramuru, nº 476 - Lagoinha			Email: zilana.ribeiro@capef.com.br	
MUNICÍPIO: EUSÉBIO	CEP: 61760-000	UF: CE	FONE: (85) 4008-5813	FAX: (85) 4008-5710
CARGO OU FUNÇÃO: Membro do Conselho de Administração				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
11/07/2014	RCA 464ª	-	-	01/01/2015 a 31/12/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Art. 10 da IN Nº 63 do TCU, de 1/9/2010. Membro do Conselho de Administração (Inciso III).				
AGENTE: FABRÍCIO DA SOLLER			CPF: 912.223.979-00	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: CCSW2 - lote1 - Setor Sudoeste - Ap. 308			Email: fabricao.soller@pgfn.gov.br	
MUNICÍPIO: BRASÍLIA	CEP: 70680-250	UF: DF	FONE: (61) 3412.2800	FAX: (61) 3412.1784
CARGO OU FUNÇÃO: Membro do Conselho de Administração				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
28/03/2014	61ª AGO	31/08/2015	504ª RCA	01/01/2015 a 31/08/2015

Visto:

MAGNO VALENÇA DE BARROS
Chefe do Gabinete da Presidência em exercício

MARCOS COSTA HOLANDA
Presidente

CAPÍTULO 1
ROL DE RESPONSÁVEIS
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - REPRESENTANTE LEGAL

UNIDADE JURISDICIONADA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

GESTÃO: 2015

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com o Título II, Capítulo III, Art. 10, Inciso II da IN nº 63 do TCU, de 1º/9/2010. Membro da Diretoria.				
AGENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS SOARES			CPF: 011.229.083-34	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua João Brígido nº 1020 - Ap. 402 - Joaquim Távora			E-mail: fcsoares@bnb.gov.br	
MUNICÍPIO: FORTALEZA	CEP: 60135-080	UF: CE	FONE: (85) 3088.3679	FAX: (85) 3299.3565
CARGO OU FUNÇÃO: Diretor de Desenvolvimento Sustentável				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
01/07/2014	RCA nº 462ª	-	-	01/01/2015 a 31/12/2015

Visto:		MAGNO VALENÇA DE BARROS Chefe do Gabinete da Presidência em exercício	MARCOS COSTA HOLANDA Presidente
---------------	--	---	---

EXERCÍCIO DE 2015

CAPÍTULO 2 - DEMONSTRATIVO CONTÁBIL - USOS E FONTES

QUADRO DE USOS			QUADRO DE FONTES			Em Reais
Ativo - Financiamentos			Passivo - Recursos Aplicados			
Conta			Conta			
Código	Denominação	Saldos (a)	Código	Denominação	Saldos (b)	
16210004-015000	FINANCIAMENTOS SETOR PRIVADO	-141.562.811,46	41610002-401000	PROGER URBANO-INVESTIMENTO URBANO-TADE 17/2006	17.575.442,17	
	PROGER URBANO INVESTIMENTO	-6.350.590,29	41610002-542000	PROTRABALHO-SEM VINCULACAO-TADE 04/2007	75.188.291,32	
	PROTRABALHO	-1.432.695,93	41610002-547000	FAT INFRA-INFRA ESTRUTURA ECONOMICA-TADE 18/2006	98.067.959,68	
	FAT PNMP/CREDIAMIGO	-133.779.525,24	41610002-548100	FAT PNMP - SEM VINCULACAO - TADE 01/2010	103.600.115,49	
16330001-000000	FINANCIAMENTOS RURAIS-APLIC.REPASSADAS E REFINANC.	-179.392.161,88				
	PROTRABALHO	-179.391.540,09				
	PROGER URBANO INVESTIMENTO	-621,79				
16340008-000000	FINANCIAMENTOS AGROINDUSTRIAIS	-20.756,33				
	PROTRABALHO	-20.756,33				
16610006-000000	FINANCIAMENTOS DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	-197.409.399,97				
	Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA)	-197.409.399,97				
	Total	-518.385.129,64			294.431.808,66	

Data Emissão: 22/01/2016

Assinatura: _____
Técnico da Instituição Financeira

CAPÍTULO 3 - DEMONSTRATIVO FINANCEIRO - MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS DO FAT

RELAÇÃO DE TADE	Depósito Recebido	Remuneração (Apropriação)			Recolhimento			Saldo			Total	Em Reais
		SELIC	TJLP	TOTAL	Rem.SELIC	Rem.TJLP	RA (somente amortização de capital)	Disponível	Aplicado	Total		
PROGER URBANO	0,00	451.190,78	1.300.230,33	1.751.421,11	463.697,32	1.310.329,63	11.091.921,40	2.945.427,17	17.575.442,17	20.520.869,34	20.520.869,34	
Urbano Investimento - TADE Nº 017/2006	0,00	451.190,78	1.300.230,33	1.751.421,11	463.697,32	1.310.329,63	11.091.921,40	2.945.427,17	17.575.442,17	20.520.869,34	20.520.869,34	
PROTRABALHO	0,00	34.705,55	5.015.042,73	5.049.748,28	31.026,62	4.957.713,86	15.287.025,12	1.281.911,85	75.188.291,32	76.470.203,17	76.470.203,17	
PROTRABALHO - TADE Nº 004/2007	0,00	34.705,55	5.015.042,73	5.049.748,28	31.026,62	4.957.713,86	15.287.025,12	1.281.911,85	75.188.291,32	76.470.203,17	76.470.203,17	
FAT Infra Estrutura	0,00	3.170.585,10	7.089.948,01	10.260.533,11	3.131.125,82	7.090.925,10	39.286.626,87	25.820.486,42	98.067.959,68	123.888.446,10	123.888.446,10	
Infra Estrutura Econômica - TADE Nº 018/2006	0,00	3.170.585,10	7.089.948,01	10.260.533,11	3.131.125,82	7.090.925,10	39.286.626,87	25.820.486,42	98.067.959,68	123.888.446,10	123.888.446,10	
FAT PNMPPO	0,00	573.428,04	7.067.738,97	7.641.167,01	540.994,79	7.000.893,36	22.551.108,09	7.884.617,63	103.600.115,49	111.484.733,12	111.484.733,12	
FAT PNMPPO - Sem vinculação - TADE Nº 01/2010	0,00	573.428,04	7.067.738,97	7.641.167,01	540.994,79	7.000.893,36	22.551.108,09	7.884.617,63	103.600.115,49	111.484.733,12	111.484.733,12	
Total	0,00	4.229.909,47	20.472.960,04	24.702.869,51	4.166.844,55	20.359.861,95	88.216.681,48	37.932.443,07	294.431.808,66	332.364.251,73	332.364.251,73	

Data de Emissão: 19/01/2016

Assinatura: _____

CAPÍTULO 4 - DEMONSTRATIVO OPERACIONAL - RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS

UF	Programa/Linha de Crédito/Destaque da PDE	Contratação		Desembolso		Retorno		Saldo da Carteira		Em Reais
		Quantidade	Montante	Montante	Montante	Montante	Montante	Quantidade	Valor	
AL	INFRA ESTRUTURA	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	TADE nº 018/2006 - BNB	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	PNMPO	11.728	23.979.402,16	23.979.402,16	23.979.402,16	26.623.942,09	26.623.942,09	3559	9.961.647,12	9.961.647,12
	TADE nº 01/2010 - BNB	11.728	23.979.402,16	23.979.402,16	23.979.402,16	26.623.942,09	26.623.942,09	3559	9.961.647,12	9.961.647,12
	PROGER URBANO	0	0,00	0,00	0,00	599.172,45	599.172,45	55	354.121,02	354.121,02
	Investimento - TADE nº 017/2006 - BNB	0	0,00	0,00	0,00	599.172,45	599.172,45	55	354.121,02	354.121,02
	PROTRABALHO	0	0,00	0,00	0,00	78.390,02	78.390,02	118	6.023.693,83	6.023.693,83
	TADE nº 004/2007 - BNB	0	0,00	0,00	0,00	78.390,02	78.390,02	118	6.023.693,83	6.023.693,83
	Total AL	11.728	23.979.402,16	23.979.402,16	23.979.402,16	27.301.504,56	27.301.504,56	3.732	16.339.461,97	16.339.461,97
BA	INFRA ESTRUTURA	0	0,00	0,00	0,00	2.556.330,37	2.556.330,37	1	12.940.646,47	12.940.646,47
	TADE nº 018/2006 - BNB	0	0,00	0,00	0,00	2.556.330,37	2.556.330,37	1	12.940.646,47	12.940.646,47
	PNMPO	39.124	42.610.407,16	42.610.407,16	42.610.407,16	42.461.275,34	42.461.275,34	2857	13.540.954,03	13.540.954,03
	TADE nº 01/2010 - BNB	39.124	42.610.407,16	42.610.407,16	42.610.407,16	42.461.275,34	42.461.275,34	2857	13.540.954,03	13.540.954,03
	PROGER URBANO	0	0,00	0,00	20.140,00	1.159.714,00	1.159.714,00	89	574.940,77	574.940,77
	Investimento - TADE nº 017/2006 - BNB	0	0,00	0,00	20.140,00	1.159.714,00	1.159.714,00	89	574.940,77	574.940,77
	PROTRABALHO	0	0,00	0,00	0,00	801.620,49	801.620,49	502	37.467.613,80	37.467.613,80
	TADE nº 004/2007 - BNB	0	0,00	0,00	0,00	801.620,49	801.620,49	502	37.467.613,80	37.467.613,80
	Total BA	39.124	42.610.407,16	42.610.407,16	42.630.547,16	46.978.940,20	46.978.940,20	3.449	64.524.155,07	64.524.155,07
CE	INFRA ESTRUTURA	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	TADE nº 018/2006 - BNB	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	PNMPO	49.418	90.943.980,35	90.943.980,35	90.943.980,35	107.112.712,72	107.112.712,72	14568	40.916.220,16	40.916.220,16
	TADE nº 01/2010 - BNB	49.418	90.943.980,35	90.943.980,35	90.943.980,35	107.112.712,72	107.112.712,72	14568	40.916.220,16	40.916.220,16
	PROGER URBANO	0	0,00	0,00	0,00	3.680.689,64	3.680.689,64	141	1.777.262,10	1.777.262,10
	Investimento - TADE nº 017/2006 - BNB	0	0,00	0,00	0,00	3.680.689,64	3.680.689,64	141	1.777.262,10	1.777.262,10
	PROTRABALHO	0	0,00	0,00	0,00	18.426.488,24	18.426.488,24	149	15.263.439,97	15.263.439,97
	TADE nº 004/2007 - BNB	0	0,00	0,00	0,00	18.426.488,24	18.426.488,24	149	15.263.439,97	15.263.439,97
	Total CE	49.418	90.943.980,35	90.943.980,35	90.943.980,35	129.219.890,60	129.219.890,60	14.858	57.956.922,23	57.956.922,23
ES	INFRA ESTRUTURA	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	TADE nº 018/2006 - BNB	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	PNMPO	391	718.761,21	718.761,21	718.761,21	708.359,95	708.359,95	97	262.123,65	262.123,65
	TADE nº 01/2010 - BNB	391	718.761,21	718.761,21	718.761,21	708.359,95	708.359,95	97	262.123,65	262.123,65
	PROGER URBANO	0	0,00	0,00	0,00	66.713,30	66.713,30	5	39.345,08	39.345,08
	Investimento - TADE nº 017/2006 - BNB	0	0,00	0,00	0,00	66.713,30	66.713,30	5	39.345,08	39.345,08

CAPÍTULO 4 - DEMONSTRATIVO OPERACIONAL - RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS

UF	Programa/Linha de Crédito/Destaque da PDE	Contratação		Desembolso	Retorno	Saldo da Carteira		Em Reais
		Quantidade	Montante	Montante	Montante	Quantidade	Valor	
MA	PROTRABALHO	0	0,00	0,00	87.939,36	2	190.348,77	
	TADE nº 004/2007 - BNB	0	0,00	0,00	87.939,36	2	190.348,77	
	Total ES	391	718.761,21	718.761,21	863.012,61	104	491.817,50	
	INFRA ESTRUTURA	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	
	TADE nº 018/2006 - BNB	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	
MG	PNMPO	14.118	17.741.174,23	17.741.174,23	19.861.282,03	1681	7.226.202,98	
	TADE nº 01/2010 - BNB	14.118	17.741.174,23	17.741.174,23	19.861.282,03	1681	7.226.202,98	
	PROGER URBANO	0	0,00	0,00	711.555,14	39	301.284,15	
	Investimento - TADE nº 017/2006 - BNB	0	0,00	0,00	711.555,14	39	301.284,15	
	PROTRABALHO	0	0,00	0,00	367.136,23	575	41.881.556,18	
PB	TADE nº 004/2007 - BNB	0	0,00	0,00	367.136,23	575	41.881.556,18	
	Total MA	14.118	17.741.174,23	17.741.174,23	20.939.973,40	2.295	49.409.043,31	
	INFRA ESTRUTURA	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	
	TADE nº 018/2006 - BNB	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	
	PNMPO	6.302	11.671.770,62	11.671.770,62	10.748.096,30	2176	6.555.258,53	
PE	TADE nº 01/2010 - BNB	6.302	11.671.770,62	11.671.770,62	10.748.096,30	2176	6.555.258,53	
	PROGER URBANO	0	0,00	40.000,00	315.381,13	14	131.139,55	
	Investimento - TADE nº 017/2006 - BNB	0	0,00	40.000,00	315.381,13	14	131.139,55	
	PROTRABALHO	0	0,00	0,00	157.684,43	88	7.460.252,37	
	TADE nº 004/2007 - BNB	0	0,00	0,00	157.684,43	88	7.460.252,37	
RJ	Total MG	6.302	11.671.770,62	11.711.770,62	11.221.161,86	2.278	14.146.650,45	
	INFRA ESTRUTURA	0	0,00	0,00	2.858.609,65	1	3.644.402,72	
	TADE nº 018/2006 - BNB	0	0,00	0,00	2.858.609,65	1	3.644.402,72	
	PNMPO	21.270	46.946.349,34	46.946.349,34	51.963.238,04	7195	21.066.615,16	
	TADE nº 01/2010 - BNB	21.270	46.946.349,34	46.946.349,34	51.963.238,04	7195	21.066.615,16	
SP	PROGER URBANO	0	0,00	0,00	540.321,26	34	461.944,98	
	Investimento - TADE nº 017/2006 - BNB	0	0,00	0,00	540.321,26	34	461.944,98	
	PROTRABALHO	0	0,00	0,00	61.783,30	195	13.868.106,52	
	TADE nº 004/2007 - BNB	0	0,00	0,00	61.783,30	195	13.868.106,52	
	Total PB	21.270	46.946.349,34	46.946.349,34	55.423.952,25	7.425	39.041.069,38	
RJ	INFRA ESTRUTURA	0	0,00	0,00	34.977.843,32	1	164.254.329,97	
	TADE nº 018/2006 - BNB	0	0,00	0,00	34.977.843,32	1	164.254.329,97	
	PNMPO	21.270	46.946.349,34	46.946.349,34	51.963.238,04	7195	21.066.615,16	
	TADE nº 01/2010 - BNB	21.270	46.946.349,34	46.946.349,34	51.963.238,04	7195	21.066.615,16	
	PROGER URBANO	0	0,00	0,00	540.321,26	34	461.944,98	
RJ	Investimento - TADE nº 017/2006 - BNB	0	0,00	0,00	540.321,26	34	461.944,98	
	PROTRABALHO	0	0,00	0,00	61.783,30	195	13.868.106,52	
	TADE nº 004/2007 - BNB	0	0,00	0,00	61.783,30	195	13.868.106,52	
	Total RJ	21.270	46.946.349,34	46.946.349,34	55.423.952,25	7.425	39.041.069,38	
	INFRA ESTRUTURA	0	0,00	0,00	34.977.843,32	1	164.254.329,97	

CAPÍTULO 4 - DEMONSTRATIVO OPERACIONAL - RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS

UF	Programa/Linha de Crédito/Destaque da PDE	Contratação		Desembolso	Retorno	Saldo da Carteira		Em Reais
		Quantidade	Montante	Montante	Montante	Quantidade	Valor	
PI	PNMPO	15.313	25.957.329,12	25.957.329,12	26.630.329,88	3936	12.234.857,50	
	TADE nº 01/2010 - BNB	15.313	25.957.329,12	25.957.329,12	26.630.329,88	3936	12.234.857,50	
	PROGER URBANO	0	0,00	0,00	1.386.252,99	98	1.022.860,08	
	Investimento - TADE nº 017/2006 - BNB	0	0,00	0,00	1.386.252,99	98	1.022.860,08	
	PROTRABALHO	0	0,00	0,00	762.502,39	362	21.698.171,24	
	TADE nº 004/2007 - BNB	0	0,00	0,00	762.502,39	362	21.698.171,24	
	Total PI	15.313	25.957.329,12	25.957.329,12	63.756.928,58	4.397	199.210.218,79	
RN	INFRA ESTRUTURA	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	
	TADE nº 018/2006 - BNB	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	
	PNMPO	12.502	19.115.522,22	19.115.522,22	24.677.235,92	3059	7.129.635,54	
	TADE nº 01/2010 - BNB	12.502	19.115.522,22	19.115.522,22	24.677.235,92	3059	7.129.635,54	
	PROGER URBANO	0	0,00	0,00	348.595,04	23	153.619,64	
	Investimento - TADE nº 017/2006 - BNB	0	0,00	0,00	348.595,04	23	153.619,64	
	PROTRABALHO	0	0,00	0,00	243.469,10	453	31.709.777,83	
TADE nº 004/2007 - BNB	0	0,00	0,00	243.469,10	453	31.709.777,83		
Total PI	12.502	19.115.522,22	19.115.522,22	25.269.300,06	3.535	38.993.033,01		
SE	INFRA ESTRUTURA	0	0,00	0,00	3.232.278,36	1	13.108.540,80	
	TADE nº 018/2006 - BNB	0	0,00	0,00	3.232.278,36	1	13.108.540,80	
	PNMPO	10.231	19.516.481,16	19.516.481,16	22.004.639,54	3252	8.805.059,56	
	TADE nº 01/2010 - BNB	10.231	19.516.481,16	19.516.481,16	22.004.639,54	3252	8.805.059,56	
	PROGER URBANO	0	0,00	0,00	682.905,43	49	357.392,75	
	Investimento - TADE nº 017/2006 - BNB	0	0,00	0,00	682.905,43	49	357.392,75	
	PROTRABALHO	0	0,00	0,00	43.683,18	35	1.687.950,99	
TADE nº 004/2007 - BNB	0	0,00	0,00	43.683,18	35	1.687.950,99		
Total RN	10.231	19.516.481,16	19.516.481,16	25.963.506,51	3.337	23.958.944,10		
SE	INFRA ESTRUTURA	0	0,00	0,00	2.404.563,72	1	3.461.480,01	
	TADE nº 018/2006 - BNB	0	0,00	0,00	2.404.563,72	1	3.461.480,01	
	PNMPO	8.651	14.558.167,34	14.558.167,34	15.165.810,42	2006	6.080.951,01	
	TADE nº 01/2010 - BNB	8.651	14.558.167,34	14.558.167,34	15.165.810,42	2006	6.080.951,01	
	PROGER URBANO	0	0,00	0,00	983.809,81	62	1.177.301,96	
	Investimento - TADE nº 017/2006 - BNB	0	0,00	0,00	983.809,81	62	1.177.301,96	
	PROTRABALHO	0	0,00	0,00	10.613,59	71	3.594.080,85	
TADE nº 004/2007 - BNB	0	0,00	0,00	10.613,59	71	3.594.080,85		
Total SE	8.651	14.558.167,34	14.558.167,34	18.564.797,54	2.140	14.313.813,83		

CAPÍTULO 4 - DEMONSTRATIVO OPERACIONAL - RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS

UF	Programa/Linha de Crédito/Destaque da PDE	Contratação		Desembolso	Retorno	Saldo da Carteira		Em Reais
		Quantidade	Montante			Quantidade	Valor	
Total								
	INFRA ESTRUTURA	0	0,00	0,00	46.029.625,42	10	197.409.399,97	
	TADE nº 018/2006 - BNB	0	0,00	0,00	46.029.625,42	10	197.409.399,97	
	PNMPO	189.048	313.759.344,91	313.759.344,91	347.956.922,23	44386	133.779.525,24	
	TADE nº 01/2010 - BNB	189.048	313.759.344,91	313.759.344,91	347.956.922,23	44386	133.779.525,24	
	PROGER URBANO	0	0,00	60.140,00	10.475.110,19	609	6.351.212,08	
	Investimento - TADE nº 017/2006 - BNB	0	0,00	60.140,00	10.475.110,19	609	6.351.212,08	
	PROTRABALHO	0	0,00	0,00	21.041.310,33	2550	180.844.992,35	
	TADE nº 004/2007 - BNB	0	0,00	0,00	21.041.310,33	2550	180.844.992,35	
	Total	189.048	313.759.344,91	313.819.484,91	425.502.968,17	47550	518.385.129,64	

Data Emissão: 22/01/2016

Assinatura: _____
Técnico da Instituição Financeira

EXERCÍCIO DE 2015

CAPÍTULO 5 - DEMONSTRATIVO OPERACIONAL - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS

5.1 - RISCO NA CONTRATAÇÃO

Programa/Linha de Crédito/Destaque		NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO																Em Reais			
		AA		A		B		C		D		E		F		G		H		TOTAIS	
		Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante
PNMPO		0	0,00	189.048	313.759.344,91	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	189.048	313.759.344,91
TADE nº 01/2010 - BNB				189.048	313.759.344,91															189.048	313.759.344,91
Total Programa		0	0,00	189.048	313.759.344,91	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	189.048	313.759.344,91

Data Emissão: 22/01/2016

Técnico da Instituição Financeira

EXERCÍCIO DE 2015

CAPÍTULO 5 - DEMONSTRATIVO OPERACIONAL - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS

5.2 - RISCO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO ATIVADA (EM SER)

Programa/Linha de Crédito/Resolução		NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO																Totais	
		AA		A		B		C		D		E		F		G		H	
		Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante
INFRA ESTRUTURA		1	3.461.480,01	3	29.693.589,99	1	164.254.329,97	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	197.409.399,97
TADE nº 018/2006 - BNB		1	3.461.480,01	3	29.693.589,99	1	164.254.329,97	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	197.409.399,97
PNMPO		0	0,00	44.264	133.448.175,59	60	173.304,66	27	85.014,44	12	35.044,24	6	12.749,39	2	1.994,33	6	7.462,95	9	15.779,64
TADE nº 01/2010 - BNB		0	0,00	44.264	133.448.175,59	60	173.304,66	27	85.014,44	12	35.044,24	6	12.749,39	2	1.994,33	6	7.462,95	9	15.779,64
PROGER URBANO		24	866.185,26	1	14.241,40	480	4.056.525,86	25	303.314,66	13	409.352,73	15	116.896,11	11	102.271,17	5	37.984,88	35	444.440,01
Investimento - TADE nº 017/2006 -		24	866.185,26	1	14.241,40	480	4.056.525,86	25	303.314,66	13	409.352,73	15	116.896,11	11	102.271,17	5	37.984,88	35	444.440,01
PROTRABALHO		4	240.131,02	366	36.911.065,72	767	43.676.231,12	166	18.980.877,99	39	4.420.760,33	44	3.545.411,68	36	2.177.187,55	15	620.924,04	1.113	70.272.402,90
TADE nº 004/2007 - BNB		4	240.131,02	366	36.911.065,72	767	43.676.231,12	166	18.980.877,99	39	4.420.760,33	44	3.545.411,68	36	2.177.187,55	15	620.924,04	1.113	70.272.402,90
Total Programas		29	4.567.796,29	44.634	200.067.072,70	1.308	212.160.391,61	218	19.369.207,09	64	4.865.157,30	65	3.675.057,18	49	2.281.453,05	26	666.371,87	1.157	70.732.622,55
																		47.550	518.385.129,64

Data Emissão: 22/01/2016

Técnico da Instituição Financeira

Declaramos que os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, alocados em depósitos especiais remunerados no Banco do Nordeste do Brasil S.A., foram destinados aos fins propostos nos respectivos atos de autorização de alocação, observando-se as normas legais aplicáveis à matéria, tendo boa e regular aplicação. E, ainda, para efeito de verificação pela Coordenação-Geral de Recursos do FAT/MTE, pela Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do FAT, pela Assessoria Especial de Controle Interno do MTE, pelo Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT, e pelos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo, esta instituição financeira compromete-se a fornecer as documentações comprobatórias das informações constantes do presente Relatório, quando nos forem solicitadas formalmente.

Fortaleza - CE, 03 de fevereiro de 2016.

MARCOS COSTA HOLANDA
Presidente
Banco do Nordeste do Brasil S/A

FRANCISCO DAS CHAGAS SOARES
Diretor de Desenvolvimento Sustentável
Representante Legal da Instituição
Financeira

RELATÓRIO DA AUDITORIA INTERNA REFERENTE AOS DEPÓSITOS ESPECIAIS DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (FAT) - EXERCÍCIO 2015

A Unidade de Auditoria Interna do Banco do Nordeste do Brasil S/A, em cumprimento ao art. 3º, VII, da Resolução CODEFAT nº 680, de 15/12/2011 e ao art. 18º da Instrução Normativa nº 01, de 27/12/2011 da Coordenação Geral de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CGFAT), apresenta sua manifestação sobre a boa e regular aplicação dos recursos do FAT, referente ao exercício de 2015, no tocante ao cumprimento das normas legais, dos termos formalizados e dos Planos de Trabalho aprovados pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT).

Mediante utilização de métodos e técnicas específicos, foi realizado trabalho de auditoria, no período 25/01 a 26/02/2016, com o objetivo de avaliar o gerenciamento dos riscos e respectivos controles, quanto à existência, suficiência e observância, referente à operacionalização dos recursos e da prestação de contas anual do FAT, exercício 2015, conforme disposto nas normas legais e regulamentares, especialmente a Resolução CODEFAT Nº 680, de 15/12/2011 e a Instrução Normativa CGFAT Nº 01, de 27/12/2011. Sobre esses aspectos, verificou-se, com razoável segurança, que os procedimentos adotados pelo Banco do Nordeste estão em conformidade com as normas.

Cumpre ressaltar, no tocante aos controles adotados pelas unidades do Banco, envolvidas no processo avaliado, a constatação de que o Demonstrativo das Aplicações do FAT (DAF anual) e o Relatório da Aplicação de Depósitos Especiais do FAT (RADE) apresentam saldos de recursos e de remunerações consistentes com os consignados no balancete analítico contábil de 31/12/2015.

No que se refere ao relatório dos auditores independentes sobre os depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, consta que foram adotados procedimentos de auditoria para atender a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 805, em consonância ao que preceitua o art. 3º, VIII, da Resolução CODEFAT nº 680, de 15/12/2011. Verificou-se, ainda, que o trabalho de auditoria independente não registrou constatação de ocorrências que merecessem consideração. Registra-se que o referido trabalho de Auditoria Independente teve a manifestação do gestor responsável pela Contabilidade do Banco do Nordeste.

Fortaleza - CE, 31 de março de 2016.

Lina Ângela Oliveira Salles Moreira
Gerente de Ambiente
Ambiente de Auditoria Interna

Haroldo Maia Junior
Superintendente
Superintendência de Auditoria